

LIANE MARIA BERTUCCI

IMPRESSÕES SOBRE A SAÚDE

A QUESTÃO DA SAÚDE NA IMPRENSA OPERÁRIA

São Paulo - 1891/1925

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de História do Insti-
tuto de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de Campinas.

*Este exemplar corresponde
à edição final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão julgadora em 05/08/92*

Maria Clementina Pereira Cunha
Prof.^a Dr.^a MARIA CLEMENTINA PEREIRA CUNHA
Orientadora

Campinas, 1992.

B463i

17253/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA GERAL

Para meus pais,
LÉLIA e WALTER
e para meu irmão,
JOÃO GERALDO

Poema do Jornal

"O fato não acabou de acontecer
e já a mão nervosa do repórter
o transforma em notícia.
O marido está matando a mulher.
A mulher ensanguentada grita.
Ladrões arrombam o cofre.
A polícia dissolve o meeting.
A pena escreve.

Vem da sala de linotipos a doce música mecânica."

Procura da Poesia (fragmento)

"Chega mais perto e contempla as palavras.
Cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta,
pobre ou terrível, que lhe deres:
Trouxeste a chave?"

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	5
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I - A AMEAÇA IMINENTE:	
AS EPIDEMIAS - TRÊS MOMENTOS.....	23
Peste Bubônica — 1899.....	32
Varíola — 1908.....	39
Gripe Espanhola — 1918.....	51
CAPÍTULO II - A AMEAÇA PERMANENTE:	
O ALCOOLISMO.....	84
CAPÍTULO III - A AMEAÇA DO FUTURO:	
A SÍFILIS E A DESCENDÊNCIA.....	134
CAPÍTULO IV - O RETRATO DO FUTURO:	
A TUBERCULOSE.....	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	241
BIBLIOGRAFIA.....	252
FONTES.....	258
ARQUIVOS E BIBLIOTECAS.....	261

A G R A D E C I M E N T O S

Ao concluir este trabalho cujo percurso, mesmo entre meado por problemas particulares, contribuiu para meu enriquecimento não apenas intelectual mas pessoal, tenho a oportunidade de agradecer a todos aqueles que concorreram para que esse período de buscas e reflexões tivesse um resultado satisfatório, com menos equívocos do que existiriam caso essas pessoas não estivessem presentes durante esses anos.

Aos professores do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, em especial a Stella Bresciani, sou grata pela atenção que sempre me dispensaram e aos colegas do Mestrado, que o tempo transformou em amigos, pela possibilidade de um debate estimulante e de uma convivência encorajadora. Obrigada Anicleide, Beth, Carolina, Clércia, Diana, Dora, Fernando, Fernando Marcílio, Inês, Kátia, Marcos e Marisa.

Com o meu irmão, a Maria Eliza e o Nelsinho, pelo carinho e com a Mônica, pela amizade que nos irmana há tantos anos, tenho uma dívida eterna. Ao Celso, Cristina, Fábio, Glaura, Lília, Lúcia e a "turma de Jacutinga", especialmente Dirce, Léa, Luciana, Rúbia e Vânia, agradeço pelos papos e pela consideração. Agradecimento extensivo aos meus pais que, além do afeto, colaboraram para realização desta dissertação através

da datilografia e revisão de suas sucessivas versões e do custo integral dos três últimos anos deste trabalho.

Agradeço também ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelas bolsas que recebi e ao pessoal do Arquivo Edgard Leuenroth pela solicitude com que sempre me atendeu.

Clementina e Déa são duas pessoas que, com certeza, nunca conseguirei agradecer o suficiente. A Déa pelo incentivo permanente, desde a época da graduação e a Clementina pela paciência e amizade com que orientou este trabalho, que a ela deve o que tem de positivo.

INTRODUÇÃO

Função da imprensa operária, segundo o 15º Tema do 2º Congresso Operário Brasileiro: "saneamento social, intelectual e moral do povo, segundo os mais racionais e elevados ideais de regeneração, que formem nos trabalhadores verdadeira consciência e solidas convicções, para que em todo tempo e lugar estejam aptos para se colocarem a altura de todas as eventualidades."

A LANTERNA — 29-11-1913

A minha preocupação com as questões relativas ao tema saúde iniciou-se no período de Graduação em História, na Universidade Estadual de Campinas. No estudo realizado nesse período, que se desdobrou em dois projetos de pesquisa (1), uma tendência à centralização na problemática das relações entre saúde e militância operária fazia-se sentir, notadamente, no segundo trabalho: "Saúde: Uma Questão Social - 1891/1925".

O ingresso na Pós-Graduação (Mestrado) da UNICAMP ao possibilitar novas análises e discussões, contribuiu decisivamente para a forma de abordagem do tema. Com o início das pesquisas, que vieram somar-se ao material coletado nos trabalhos anteriores, começou a delinear com maior precisão o estudo a ser efetuado.

Durante esta época, o contato com vários textos que tematizavam de diferentes formas a constituição das cidades modernas, suas instituições e seus habitantes, me instigou de maneira definitiva a procurar perceber como em São Paulo, com a instalação das fábricas, o problema da saúde era enfocado por operários. (2) Em geral, o tema é tratado pela ótica das disciplinas e saberes ou pelo viés do Estado. A leitura de obras relacionadas ao operariado paulista e a organização sanitária principalmente desse Estado (3), foi decisiva para construção

de uma investigação que, com o contato de jornais e revistas ligados ao proletariado, tornou-se crucial para essa dissertação: como se definia a relação dos trabalhadores com sua saúde, e como isso se expressava socialmente entre o final do século XIX e início do XX — questão pouco explorada pelos historiadores quando estudam a imprensa operária do período, cujas análises centram suas preocupações mais diretamente nas ações e concepções políticas das diferentes tendências do Movimento Operário.

O tratamento dado à saúde do trabalhador na ordem burguesa é uma questão fundamental para todos os agentes sociais: controlá-la significava direcionar a existência desses homens imprescindíveis para a produção de riquezas nas cidades e, paralelamente, para delinear os rumos tomados pela própria sociedade. Assim, procurei perceber como em São Paulo esse processo se desenrolou por meios específicos da organização do espaço e das coisas urbanas (limpeza das ruas, água, esgoto, fiscalização de alimentos etc) e do combate intensivo a algumas doenças. Buscando acompanhar seus desdobramentos segundo a perspectiva proletária, analisada em publicações ligadas aos operários com tendências ideológicas diversas ("independentes", libertários, socialistas e comunistas), que compartilhavam uma posição crítica frente à sociedade paulista, para a qual almejavam mudanças fundamentais. Entre essas publicações privilegiei aquelas em que a língua portuguesa foi prioritariamente utilizada, pois com seu número expressivo traduziam os anseios de parte considerável desses trabalhadores e espelhavam, através do uso da língua nacional, um pouco da luta de militantes

operários pela criação de um vínculo entre o trabalhador estrangeiro (maioria nas fábricas) e o nacional, o que se refletia na imprensa pontualmente desde o início do século.(4) A imprensa era dessa forma usada como veículo desses militantes para atingir o maior número possível de membros da população trabalhadora, que genericamente chamavam "classe operária".

Concomitantemente, dentro de um período marcado pelo crescimento dos aglomerados urbanos, tentativas governamentais para ordenar de maneira mais consistente as normas tendentes a manter e melhorar a saúde das cidades e de seus moradores serão constantes. A organização do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo em 1891 e 1892, representou passo importante na implementação desse ideal de vida sadia. Suas regras abrangentes, complementadas pelo Código Sanitário a partir de 1894, regulavam desde a fiscalização de alimentos e bebidas até as atividades relacionadas com a área médica; organizavam o funcionamento de laboratórios e institutos (como Bacteriológico, o de Análises Químicas e Bromatológicas e o Vacinogênico); estipulavam cuidados com a primeira infância, a inspeção de amas de leite e a atenção necessária para evitar a propagação de doenças e determinavam normas para ruas, fábricas (o trabalho), habitações (o abastecimento de água e esgoto), hospitais, cemitérios, estábulos, teatros, lavanderias e demais locais de reunião e uso público.(5)

Medida consoante com iniciativas instauradas na sociedade paulista principalmente a partir de 1889 (6), o Serviço Sanitário é expressão do destaque da questão saúde na política controladora que se define com o crescimento das cidades

e do número de fábricas. A regulamentação dos Hospitais de Isolamento do Estado em 1894, do Juquery em 1901, do Serviço de Assistência Policial em 1912 e de Escolas Maternais e Creches (próximas às fábricas) em 1924, a criação do Instituto Disciplinar e da Colônia Correccional na Ilha dos Forcos em 1902 (transferida doze anos depois para Taubaté como Instituto com regulamento próprio), e a Reforma da Instrução Pública do Estado em 1920, são outros exemplos dessa política que procura ordenar a sociedade industrial que nasce no final do século XIX.(7)

Em geral os estudos que relacionam os saberes e práticas ligados à organização das cidades modernas ao universo operário, ou enfocam a formação e implementação de disciplinas que teriam modelado o trabalhador fabril no mundo contemporâneo ou, inversamente, têm como objeto as diferentes formas de resistência do operariado às estratégias de normatização impostas pela sociedade industrial. Alguns estudos procuram ainda uma forma "intermediária", ou seja, analisar os processos disciplinares da sociedade fabril em conjunto com a resistência operária a essas normas, com suas propostas "alternativas" de vida, em um combate onde a eventual coincidência de posturas de operários em relação a posição de patrões é apenas enquadrada como uma espécie de tática de luta.

Trabalhos como os de Madel T. Luz, Margareth Rago, Maria Auxiliadora Guzzo Decca e Emerson E. Merhy, fundamentais devido as ricas informações que fornecem para qualquer estudo que pretenda de alguma forma abordar o tema das relações entre saúde, cotidiano e trabalhadores, deixam contudo de explorar um caminho de singular importância para investigação dessa pro

blemática: aquele que percebendo a incidência de saberes e práticas disciplinares sobre os trabalhadores urbanos, busca analisar como o caminho trilhado por eles, na sua luta contra a sociedade capitalista, fez em muitos momentos com que o operariado comungasse com os pontos de vista e enunciados destes saberes, não só para denunciar contradições da sociedade capitalista usando conhecimentos por ela gerados, mas para construir o ideal de homem e sociedade pelo qual lutavam. De forma ambígua, isto concorre para definir os rumos tomados pela própria sociedade burguesa, pois é nela que esses trabalhadores vivem e agem — o que não invalida ou desqualifica suas lutas, mas apenas as repõe no contexto histórico em que se produziram suas ações e concepções.

Edward P. Thompson, ao analisar o tempo e a disciplina na ordem burguesa, descreve como o relógio — instrumento capitalista — é usado também como "banco do pobre, depósito de suas economias, que em épocas más podia ser vendido ou empenhado".(8) Um meio de controle é assim apropriado e reutilizado por aqueles que são seu alvo. Um momento onde aparecem amalgamados saberes e práticas de segmentos sociais diferentes, contribuindo para definições tanto do posicionamento dos homens na sociedade quanto do seu rumo.

Percorrer alguns dos caminhos em que afloram esses momentos relacionados a saúde do trabalhador, segundo as informações fornecidas pela imprensa ligada ao operariado é a preocupação desse trabalho (9), que dessa forma contribui indiretamente para questionar as perspectivas simplificadoras que sugerem algum tipo de "conhecimento operário alternativo", imper-

meável a influências pois, vivendo em sociedade, os trabalhado-
res interagiam com outros grupos sociais.

Neste sentido, o trabalho de Madel T. Luz, Medicina e Ordem Política Brasileira, analisando a relação médica com o Estado entre 1850 e 1930 através do estudo da Academia, depois Faculdade, de Medicina do Rio de Janeiro (tomando como contra-ponto a Escola Tropicalista Baiana), da Sociedade Brasileira de Higiene e de Oswaldo Cruz e do Instituto por ele criado, limitando-se a relacionar saúde e formas de controle da classe dominante, submerge qualquer tipo de presença popular ou de divergência interna nessas instituições, que aparecem como universos separados entre si. Qualquer tipo de contato aparentemente inexistia no desenrolar do processo de cooptação governamental de organizações — como a citada Faculdade de Medicina — que pudessem auxiliar na manutenção do status quo. (10)

O livro de Margareth Rago, Do Cabaré Ao Lar — a utopia da cidade disciplinar (11), de maneira inversa recupera entre 1890 e 1930 aspectos da vida das classes trabalhadoras, re-fazendo o caminho daqueles homens e mulheres que vieram para o Brasil, ocuparam-se nas fábricas e marcaram sua prática política com idéias libertárias. Alvos de estratégias disciplinares no espaço urbano, no trabalho, em casa, na organização familiar, a resistência a essas táticas de controle aconteceria cotidianamente, com o uso de princípios correntes na sociedade:

"Na medida em que condena a bebida e o fumo por enfraquecerem física e moralmente o trabalhador, o discurso anarquista se aproxima do burguês, segundo o qual são necessários homens fortes e sadios para "construírem a riqueza da nação". Num e noutro, o bordel, o bar, a bebida, o fumo e o jogo são condenáveis porque destroem a saú-

de e o caráter do trabalhador: para os libertários, o operário aliena-se despolitiza-se e degenera-se; para os dominantes, ele se perde como força produtiva e se corrompe porque adquire idéias e hábitos subversivos. [Para os anarquistas] (...) o que estava em jogo na condenação das práticas referidas seria (...) a luta para desmitificar no plano do real a imagem imoral do trabalhador, construída pelo discurso do poder e para convencer a opinião pública de que o imigrante poderia comportar-se de acordo com a ética moral dominante, negando assim a necessidade do aparato policial constantemente mobilizado pelos patrões e pelo Estado para conter os impulsos populares".(12)

A abordagem de Margareth Rago sobre a existência do operariado encara a coincidência de propósitos de trabalhadores e burgueses apenas como arma de luta, que aparece como algo ocasional ou uma "tática" militante, se obscurecendo os fios, mesmo que tênues, que ligavam as práticas dos operários às posturas "oficiais" sobre o que seria saudável, o que certamente concorria para modular a vida dos proletários com seus combates por uma saúde melhor e um mundo mais sadio.

Esse aspecto aparece também descartado no estudo de Emerson E. Merhy, não apenas pelo tema central que elege — medidas governamentais — mas pela maneira de abordá-lo.

Analisando a política estatal de saúde, notadamente o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, o livro O Capitalismo e a Saúde Pública (13) é marcado pela perspectiva de que as mudanças no tratamento da questão sanitária aconteciam em períodos que se sobrepunham progressivamente, condicionados pela "natureza" do Estado. Afirma que a resolução das questões da saúde entre 1910 e 1920 estavam fundadas na teoria bacteriológica, com suas ações campanhistas ligadas ao meio ambiente e que só no período seguinte, médico sanitário, ligar-se-iam ao

indivíduo e a necessidade de sua educação nos princípios médicos e higiênicos, apesar de ações do primeiro tipo ainda existirem na reforma do Serviço Sanitário de 1925.

Partindo da tese de que as práticas relacionadas a saúde visavam e realizavam os mesmos objetivos dos grupos hegemônicos paulistas, o autor aponta as medidas sanitárias como um dos meios de controle da questão social, pois não interferindo nas suas condições determinantes contribuíam para manutenção do modelo econômico-social existente, ao garantir as condições mínimas para a vida das pessoas.

Baseando-se em pressuposto diverso, Maria Auxiliadora Guzzo Decca realizou um trabalho no qual reconstitui a vida cotidiana dos trabalhadores paulistas entre 1927 e 1934, tratando em muitos momentos de aspectos ligados a saúde e as várias ações a ela relacionadas.(14) Análise fundamental não só por estudar diversos ângulos da vida diária, mas também por instigar a realização de novas pesquisas a partir dos vários temas que investigou. Entretanto, talvez por essa diversidade o estudo A Vida Fora das Fábricas. Cotidiano Operário em São Paulo algumas vezes toma como marco fundador de transformações que atingem a sociedade e conseqüentemente os homens, aquilo que seria resultante de embates sociais. Como em outros livros, isso aparece como obra de um grupo social — os dominantes — para aumentar seu controle sobre outro — os dominados — deixando esquecidas muitas das nuances que caracterizam a teia das relações sociais.(15)

Foi na tentativa de recuperar aspectos desse processo complexo, onde a luta contra as enfermidades aparece com

destaque e com resultados muitas vezes ambivalentes, que acompanhei através da imprensa ligada aos operários até 1925 (último ano pré-Vargas de reordenação do Serviço Sanitário (16)) o surgimento e desenvolvimento de alguns tópicos sobre a saúde, que aparecem com relevo nestas mesmas publicações: a Peste Bubônica, a Varíola e a Gripe Espanhola, o Alcoolismo, a Sífilis e a Descendência e a Tuberculose.

Por meio desses temas específicos foi possível vislumbrar aspectos da organização das cidades e reflexos sobre como, com o passar dos anos, os trabalhadores vão aceitando e incorporando noções sobre saúde e salubridade, que resultam em argumento poderoso para crítica que faziam a sociedade existente e para constituição de seu projeto de vida. O Capítulo I tem como objeto as doenças epidêmicas que mereceram maior atenção das publicações operárias em São Paulo entre 1891-1925, ou seja, a Peste Bubônica, a Varíola e a Gripe Espanhola, ameaças de destruição imediata, que expunham com nitidez perturbadora os limites da organização estabelecida.

Intenso mas intermitente, o medo das epidemias enquanto algo arrasador, reaparece no cotidiano operário na luta contra um vício guindado a posição de doença: o alcoolismo. Tema do Capítulo II o uso de bebidas alcoólicas, segundo os militantes operários, era uma ameaça permanente à vida pessoal, familiar e social e à atividade política do proletariado e de seus descendentes. Comprometendo diariamente a possibilidade de transformação da sociedade, a bebida era tomada como empecilho para educação e desenvolvimento consciente do trabalhador. Todavia era essa mesma educação, baseada em princípios técnico-

científicos, a arma por excelência apontada pela imprensa para o combate ao alcoolismo, assim como para o ataque a outro mal que ameaçava o futuro dos operários paulistas, segundo jornais e revistas — a sífilis, analisada no Capítulo III.

Problema que despertava temor entre o operariado, por comprometer a sua descendência, a análise da questão da sífilis apontou com insistência para os cuidados que crianças, jovens e mulheres despertavam entre militantes operários, pois deles dependia diretamente o futuro do proletariado. Nessa perspectiva o problema da reprodução, enquanto meio de controlar e bem formar a descendência surge como fundamental, assumindo aspecto político preponderante entre aqueles que pretendiam constituir um grupo de trabalhadores forte e combativo, física e culturalmente, capazes de se tornarem agentes da "revolução".

A preocupação de bem formar os operários para lutar pelo ideal de mudança social, esbarrava entretanto, segundo a imprensa, na tuberculose, algo tão temido quanto as epidemias, devido a sua periculosidade e alastramento, tão amedrontador quanto o alcoolismo e a sífilis, por causa de sua disseminação, perenidade e comprometimento da descendência.

O Capítulo IV dessa dissertação aborda assim um problema que para muitos trabalhadores vitimava o operário, fazendo dele um ser derrotado; apesar da denúncia da doença como fruto das péssimas condições sociais — casa, alimentação, trabalho deficiente — não dispensar a imprensa militante da preocupação com a divulgação de conhecimentos que pudessem levar a um tratamento definitivo (científico) da tuberculose.

Retratando de forma inigualável a ordem existente, a

tísica aparece como resultado de um conjunto de fatores, geradores inclusive de outras enfermidades (como as do aparelho digestivo, ocasionadas por alimentação deteriorada) que, ao serem atacados motivavam a formação de planos para mudança social paralelamente às mais profundas e diversificadas objeções à ordem burguesa. Nessa empreitada dupla, o uso, pelos trabalhadores, de vários conhecimentos criados e institucionalizados no interior da sociedade que combatiam era regra e não exceção, era convicção e não "tática".

Como afirma George Rosen, "todo fenômeno social é o resultado de um processo histórico, isto é, de fenômenos atuando em um período de tempo através da interação humana" (17), o que significa mútua influência, condicionamento recíproco. Em São Paulo, no início da industrialização, entre operários e burgueses isso não era diferente, apesar de seus projetos antagônicos de vida.

NOTAS

- (1) A Industrialização e a Legislação Social no Estado de São Paulo - 1889/1930.
Saúde: Uma Questão Social - 1891/1925.
- (2) Obras como:
- BÉGUIN, François - "Les Machineries Anglaises du Confort". Recherches, Fontenay Sous Bois, 29: 155-186, 1978.
- BENJAMIN, Walter - A Modernidade e os Modernos. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.
- _____ - Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- _____ - Os Pensadores. Vol. XLVIII. São Paulo, Abril Cultural, 1975.
- _____ - Paris, capital do século XIX. Espaços & Debates. São Paulo. Ano IV, 11(4): 5-13, 1984.
- BRESCIANI, Maria Stella M. - Lógica e Dissonância. Sociedade de Trabalho: Lei, Ciência e Resistência Operária, in: Revista Brasileira de História. São Paulo, Marco Zero, 6 (11): 7-44, set. 1985/fev. 1986.
- _____ - Londres e Paris no Século XIX - O Espetáculo da Pobreza. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- _____ - "Metrópolis: As Faces do Monstro Urbano (as cidades no século XIX)": Revista Brasileira de História. São Paulo, Marco Zero, 5 (8/9): 35-68, set. 1984/abr. 1985.
- COSTA, Jurandir Freire - Ordem Médica e Norma Familiar. 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- CUNHA, Maria Clementina P. - O Espelho do Mundo: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- DONZELOT, Jacques - A Polícia das Famílias. 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- ENGELS, Friedrich - A Situação da Classe Trabalhadora em Inglaterra. São Paulo, Global, 1986.
- FOUCAULT, Michel - Microfísica do Poder. 4ª ed. Rio de Janeiro, 1979.
- _____ - O Nascimento da Clínica. 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1980.
- _____ - Vigiar e Punir. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MORSE, Richard - Formação Histórica de São Paulo. São Paulo, DIFEL, 1970.
- STEDMAN JONES, Garreth - "Le Londres des Reprouves. De la "Demoralisation" a la "Degenerescence" ". Recherches, Fontenay Sous Bois, 28: 37-77, 1978.
- THOMPSON, Edward P. - La Formación Histórica de La Clase Obrera - Inglaterra: 1730-1832. Vol. I, II e III. Barcelona, Editora Laia, 1977.
- _____ - Tradición Revuelta Y Consciencia de Clase. Barcelona, Editora Crítica, 1979.
- (3) Tais como:
- BLOUNT, John Allen - "A Administração da Saúde no Estado

de São Paulo: O Serviço Sanitário, 1892-1918". Revista de Administração de Empresas (F.G.V.). Rio de Janeiro, 12(4): 40-48, out./dez. 1972.

CARONE, Edgar - Movimento Operário no Brasil - 1877/1944. São Paulo, DIFEL, 1971.

COSTA, Nilson do Rosário - Lutas Urbanas e Controle Sanitário. Origem das Políticas de Saúde no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1985.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo - A Vida Fora das Fabricas: Cotidiano Operário em São Paulo - 1927-1934. Campinas, 1983 (Dissertação de Mestrado, IFCH, UNICAMP).

DE DECCA, Edgar S. - 1930 - O Silêncio dos Vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1982.

FAUSTO, Boris - Trabalho Urbano e Conflito Social na República Oligárquica (1890-1920). São Paulo. (Tese de Livre-Docência apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).

GOMES, Angela Maria de Castro - Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil - 1917/1937. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

LUZ, Madel T. - Medicina e Ordem Política Brasileira. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

MALLOY, James M. - "A Política da Previdência Social no Brasil: Paternalismo e Participação". DADOS. Rio de Janeiro, Campus, 13: 93-115, 1976.

MEHRY, Emerson Elias - O Capitalismo e a Saúde Pública, Campinas, Papyrus, 1985.

PINHEIRO, P. S. e Hall, M. M. - A Classe Operária no Brasil - 1889/1930 - Vol. I. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.

- A Classe Operária no Brasil - 1889/1930. Vol. II. São Paulo, Brasiliense/FUNCAMP, 1981.

RAGO, Margareth - Do Cabaré ao Lar. A utopia da cidade disciplinar, 1890-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

STEPAN, Nancy - Gênese e Evolução da Ciência Brasileira - Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. São Paulo, Artenova, 1976.

- (4) Cf.: O Amigo do Povo (S.P.) Anno I, nº 13, 11-10-1902. Considerações sobre o fim da seção em italiano do jornal e nº 22, 14-5-1903. "Pela Propaganda", p. 4, col. 2 e 3. O Chapeleiro (S.P.) Anno II, nº 4 (manuscrito), 1-5-1904. "União dos Chapeleiros - Seção de S. Paulo", p. 4, col. 2 e 3.
- (5) Cf.: LEI nº 12, de 28 de outubro de 1891. "Organiza o Serviço Sanitário do Estado". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo, 1898, p. 14.
- LEI nº 43, de 18 de julho de 1892. "Organiza o serviço sanitario do Estado". Col.... Tomo II, 1929, pp. 24-27.
- DECRETO nº 87, 29 de julho de 1892. "Regulamenta a lei nº 43, de 18 de Julho do corrente anno, que organiza o serviço sanitario do Estado". Col. ... Tomo II, 1929, pp. 166-183.
- LEI nº 240, de 4 de setembro de 1893. "Reorganiza o Serviço Sanitario do Estado de S. Paulo", Col. ... Tomo III,

1913, pp. 160-178.

DECRETO nº 233, de 2 de março de 1894. "Estabelece o Código Sanitário". Col. Tomo IV, 1918, pp. 75-109.

LEI nº 432, de 3 de agosto de 1896. "Sobre o Serviço Sanitário do Estado". Col. ... Tomo VI, 1896, pp. 38-57.

DECRETO nº 394, de 7 de outubro de 1896. "Approva o regulamento do Serviço Sanitário". Col. ... Tomo VI, 1896, pp. 395-430.

DECRETO nº 1343, de 27 de janeiro de 1906. "Divide o território do Estado em districtos sanitarios e dispõe a respeito da policia sanitaria". Col.... Tomo XVI, 1907, pp. 5-13.

DECRETO nº 2141, de 14 de novembro de 1911. "Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado". Col. ... Tomo XXI, 1912, pp. 376-448.

LEI nº 1310, de 30 de dezembro de 1911. "Approva o decreto nº 2141... com modificações". Col. ... Tomo XXI, 1912, pp. 147-148.

LEI nº 1596, de 29 de dezembro de 1917. "Reorganisa o Serviço Sanitário do Estado". Col. ... Tomo XXVI, pp.158-207.

DECRETO nº 2918, de 9 de abril de 1918. "Dá execução ao Código Sanitário do Estado de São Paulo". Col. ... Tomo XXVII, 1919, pp. 35-144.

LEI nº 1721, de 30 de dezembro de 1919. "Cria lugares de inspectores sanitarios e dá outras providencias". Col.... Tomo XXIX, 1919, pp. 166-167.

DECRETO nº 3876, de 11 de julho de 1925. "Reorganiza o Serviço Sanitário e repartições dependentes". Col. ... Tomo XXXV, 2ª ed., 1934, pp. 398-474.

LEI nº 2121, de 30 de dezembro de 1925. "Approva o decreto nº 3.876...". Col. Tomo XXXV, 2ª ed., 1934, pp 59-71.

- (6) Sobre a instauração da República nessa sociedade que se industrializa, dando maior visibilidade e harmonia às iniciativas ligadas a medicina higiênica, das quais certamente, o Serviço Sanitário do Estado de S. Paulo era parte fundamental, veja:

CUNHA, Maria Clementina P. - op. cit., p. 35 e ss.

- (7) DECRETO nº 937, de 29 de agosto de 1901. "Dá regulamento ao Hospicio e Colonia Agricola de Alienados de Juquery". Col. ... Tomo XI, 1902, pp. 79-84.

LEI nº 844, de 10 de outubro de 1902. "Autoriza o Governo a fundar um Instituto Disciplinar e uma Colonia Correccional", Col. ... Tomo XII, 1903, pp. 17-18.

DECRETO nº 2215, de 15 de março de 1912. "Dá regulamento para o serviço de Assistencia Policial". Col. ... Tomo XXII, 1913, pp. 124-146.

LEI nº 1.750, de 8 de dezembro de 1920. "Reforma e Instrução Publica do Estado". Col. ... Tomo XXX, 2ª ed., 1931, pp. 50-63.

LEI nº 2014, de 26 de dezembro de 1924. "Dispõe sobre a instalação de Escolas Maternaes e Creches annexas". Col.... Tomo XXXIV, 2ª ed., 1931, pp. 52-53.

Entre outras leis e decretos do período.

- (8) THOMPSON, Edward P. - "Tiempo, Disciplina de Trabajo Y Capitalismo industrial", in: Tradición Revuelta Y Consciencia de Clase. Barcelona, Editora Crítica, 1979, pp.257-258
- (9) Confirma como exemplo da possibilidade de trabalhar fontes diversificadas para o estudo dos trabalhadores, sob diferentes aspectos:
PARIS, Robert - "A imagem do Operário no Século XIX pelo Espelho de um "Vaudeville" ". Revista Brasileira de História. São Paulo, Marco Zero, 8(15): 61-89, set.87/fev. 88.
- (10) LUZ, Madel T. - op. cit.
- (11) RAGO, Margareth - op. cit.
- (12) Idem ibidem - op. cit., pp. 113, 115-116
- (13) MERHY, Emerson E. - op. cit.
- (14) DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo - op. cit.
- (15) Idem ibidem - op. cit., pp. 56, 67, 68, 77 e 85, entre outras.
- (16) Sobre a existência de idéias semelhantes em vários setores sociais que têm em 1930 um ponto de convergência:
MUNAKATA, Kazumi - A Legislação Trabalhista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1981, pp. 71-72.
- (17) ROSEN, George - Da Polícia Médica À Medicina Social. Rio de Janeiro, Graal, 1980, p. 73.

CAPÍTULO I

A AMEAÇA IMINENTE: AS EPIDEMIAS - TRÊS MOMENTOS

"Melhor é prevenir que curar, lá diz a verdade científica. (...) Que vale a hygiene superficial num bairro essencialmente sujo em cujo oceano de pó se concentram e multiplícam os microbios de mil molestias? Que vale a hygiene num bairro cujas ruas empestam-se de gazes emanados de eternos lodaçães? Que vale a hygiene num bairro, cujas casas na maioria cortiços, acoitam innumeradas pessoas?"

FOLHA DO BRAZ — 29-10-1899

O ano de 1891 inaugura a última década do século XIX e com ela o início da sedimentação de mudanças sociais e urbanas esboçadas em São Paulo há não muito tempo. A aceleração dessas transformações nos anos seguintes é cristalina em várias localidades do Estado. (1)

Com uma população que, em números absolutos, atinge 47.000 habitantes em 1886 e 239.000 em 1900 (2), a cidade de São Paulo se expande violentamente, alterada pela composição de seus habitantes, com variados usos, costumes e ocupações. O fluxo intenso de imigrantes para a capital e outros centros urbanos do Estado (3) é, paradoxalmente, causa e consequência dessa redefinição da cidade, impulsionada pelo aumento constante das casas comerciais, oficinas e fábricas. "A cidade |de São Paulo| de 1890 já vê chaminés de fábricas e sobretudo o movimento mais intenso de circulação: de mercadorias de indivíduos/mão-da-obra, de moeda. Ao crescer a cidade, seu espaço se alarga e sua organização é redefinida: funções e usos são relocalizados no tecido urbano; configuram um novo desenho do território que contém os novos grupos sociais em suas relações." (4)

O antigo burgo desaparecerá sob os alicerces da cidade cosmopolita que se industrializa, cidade nova que gera um misto de apreensão e deslumbramento. A massa crescente de pes

soas atraídas pela promessa de trabalho transfigura a cidade, assustando e intimidando observadores que, em espaço relativamente restrito de tempo, vislumbram essas radicais transformações urbanas. (5) Se em 1852 o presidente de São Paulo assinava a existência de apenas 7 fábricas dignas de menção na província (2 na Capital, 2 em Sorocaba e 1, respectivamente, em Bananal, Ubatuba e Campinas), já em 1901 o trabalho pioneiro de Antonio Francisco Bandeira Júnior apontava a existência de 145 fábricas (excluídas pequenas empresas, que reconhecia não ter estudado) de todos os ramos industriais e 50.000 operários no Estado, entre homens, mulheres e crianças (italianos em sua quase totalidade, calculando em menos de 10% os trabalhadores nacionais). Apesar das deficiências estatísticas apontadas pelo próprio autor do estudo, seu levantamento parcial é indicativo da expansão e alteração na ordem e constituição dos centros urbanos de São Paulo em poucos anos. Só na Capital, dos 94 estabelecimentos industriais arrolados apenas 4 existiam antes de 1870, e 41 haviam sido fundados entre 1870 e 1890; entre 1872 e 1886 a população estrangeira da cidade elevou-se de 8% para 25% do total. (6)

Será neste momento de grandes mudanças que, com o raiar da década final do século XIX, o governo de São Paulo organizará o Serviço Sanitário do Estado, espelhando sua preocupação e tentativa de coordenação e redirecionamento de atividades relacionadas à cidade e sua população, cujos mecanismos de atuação social davam sinais de senilidade frente as aludidas alterações da vida urbana estadual e das mudanças políticas e institucionais inauguradas em 1889. (7)

O Serviço Sanitário do Estado, organizado em 1891 e

1890 (8), espelhará essa época de concentração de pessoas nas cidades e os problemas daí advindos, nesse momento em que a potencialidade econômica do estado de São Paulo, notadamente de sua Capital, passa a ter nas fábricas opção cada vez mais presente e segura para sua expansão e efetivação. Nessa conjuntura singular, limpar e ordenar ruas, praças e casas, dotar as localidades de água e esgotos suficientes é tão importante quanto fabricar vacinas ou criar laboratórios de análises químicas ou bacteriológicas, pois o grande número de homens que cada vez mais habita a cidade, passa a ser um componente indispensável e temível do meio urbano paulista algo a ser preservado mas moldado à cidade que, para mantê-los vivos e ativos terá que, ela mesma, pouco a pouco, transformar-se em local apropriado e seguro para reunião de muitos seres humanos: o local do trabalho fabril.

Em trecho que poderia se referir a São Paulo, dada as condições semelhantes de acúmulo de indivíduos e crescimento industrial, o ensaio "On The Influence Of Trades, Professions And Occupations In The United States In The Production Of Disease", do Dr. Benjamin W. Mc Creaby, escrito em 1837 para a Medical Society of the New York, declara:

"Motivos não apenas de misericórdia pelo pobre, mas medo por nós mesmos, clamam por uma reforma, pois doenças infecciosas, quando se desenvolvem completamente, nem sempre se limitam à localidades nas quais se originam. A promulgação e a execução de poucas leis sanitárias e a atenção dos capitalistas para a construção de edifícios para os pobres, que renderiam mais e trariam retornos seguros, assim como habitações de padrão superior, tornariam a cidade mais saudável e provariam os incalculáveis benefícios para a população trabalhadora." (9)

O surto de crescimento urbano em São Paulo coincidirá com as pesquisas que proporcionaram descobertas sobre a causa microbiana de diversas doenças (10), período de reestruturação das cidades do Estado, devido ao grande número de seres humanos que para elas se dirigem e que precisam ser acomodados, "padronizados", se se quisesse uma convivência ordenada e produtiva entre esses homens. Nessa perspectiva leis e normas calcadas na necessidade de circulação, arejamento e conseqüente desodorização do ambiente, originárias da teoria dos "miasmas" (11) ganham atualidade e são combinadas com as mais modernas descobertas científicas do campo biológico. No novo panorama que se descortina, doenças cuja incidência não representavam novidade para a população paulista e nacional (como a varíola) ganham atenção inusitada devido a facilidade com que se expandiam, representando risco para uma gente que, de forma cada vez mais densa, se aglomera nas cidades colocando em perigo a vida de todos os habitantes urbanos, sem distinguir pobres de abastados, trabalhadores de patrões. Atacar as enfermidades com novos meios científicos e gerir de maneira mais conveniente e sadia o espaço são tanto estratégias de sobrevivência física quanto de poderio financeiro e político.

A febre amarela representou, entre as enfermidades endêmicas, a que de forma mais visível primeiro mobilizou atenções, nitidamente apreensivas quanto ao futuro econômico do Estado. (12) A necessidade de braços para a lavoura cafeeira e para as nascentes industriais, bem como o medo de sua propagação descontrolada em um meio agora mais povoado e com estreita e incômoda distância a separar classes sociais diversas, estão no cerne de medidas governamentais para aglutinar e ordenar ações

tendentes a debelar esse mal.

1889, ano da mudança do regime político nacional, ficou também marcado na memória dos habitantes de São Paulo como o momento em que uma das mais violentas epidemias de febre amarela flagelou a região. A Capital, poupada pela sua situação topográfica que torna inviável a procriação do mosquito transmissor da doença, assistiu a devastação provocada em várias cidades da província.

A febre amarela, cuja propagação foi facilitada ironicamente pelos trens, os mesmos que tanto auxiliavam o sucesso econômico de São Paulo ao transportar suas riquezas e os braços para produzi-las, vitimou Santos no início do ano e logo propagou-se pelo interior, favorecida sobremaneira pelo crescimento e mobilidade populacional. No porto paulista, com grande participação de imprensa e efetiva mobilização particular e municipal, fêz-se o combate da epidemia classificada como "a maior e a mais funesta de quantas assolaram Santos". (13) Houve 700 vítimas em aproximadamente 5 meses de epidemia, ficando a cidade deserta, com aspecto lúgubre (reforçado pela queima de alcatrão — julgado auxiliar no combate a doença — que, de espaço em espaço, colocado em barricadas, ardia durante a noite nas ruas, espalhando pela localidade uma fumaça negra) devido a fuga daqueles cuja atividade e condição financeira permitia essa solução extrema para escapar da moléstia. (14)

Em Campinas as primeiras vítimas da doença sucumbiram em meados de fevereiro e a febre amarela alastrou-se instantaneamente fazendo com que sua população, cujo número variava pelas notícias da época entre 20.000 e 40.000 pessoas, emigrasse maciçamente. A capital de São Paulo com população estimada em

60.000 habitantes passou a 70.000 graças ao êxodo de campineiros cuja saída da cidade, com destino variado, chegou a 450 seres humanos por dia no período mais agudo da doença (a Companhia Paulista de Estrada de Ferro chegou a fornecer passagem grátis para São Paulo, no final de abril, para aqueles que quisessem evadir-se da área infectada). Campinas ficou povoada apenas por cerca de 3.000 habitantes nos piores dias da epidemia, quando pessoas morriam nas ruas e eram enterradas em valas comuns (a média de falecimentos foi de 30 por dia). Chegaram a faltar medicamentos — por não haver quem os manipulasse — e comida. (15)

"Capital agrícola" da província, "rival declarada de São Paulo" (16), a cidade foi assim arruinada no primeiro semestre de 1889 pela doença cuja possibilidade de existência na localidade, devido sua posição geográfica, provocara grande discussão entre médicos mais ou menos dez anos antes, quando algumas mortes ocorridas nas proximidades da estação férrea campineira foram apontadas por alguns clínicos como causadas pela febre amarela (controvérsia que resistiu à epidemia de 1889 em menor escala). (17)

Com a cidade transformada em um grande hospital, a água foi repetidamente apontada como causa da epidemia (18) e os campineiros conviveram com divergências entre médicos quanto à forma de combater a doença e com variadas medidas profiláticas. (19)

Sem uma explicação quanto à sua forma de contágio, a partir do final de junho de 1889 a epidemia cessa; entretanto, em breve os moradores da cidade perceberam que se tratava de uma pausa pois, nos anos seguintes, ora com maior ora com me-

nor intensidade a febre amarela voltava a flagelar o local, sendo especialmente terrível nos anos de 1892 e 1896. A chegada na localidade de Emílio Marcondes Ribas em 1896, como chefe da Comissão Sanitária rompeu com esse ciclo.(20) Em Campinas, seguindo suas observações e estudos anteriores, Ribas removeu receptáculos de água estagnada, retificou o córrego que margeia a cidade, entupiu poços, drenou quintais e proibiu o uso de tinas para lavagem de roupas. A doença que fizera, em 1897, 321 vítimas no ano seguinte matou apenas 3 pessoas e poucos anos depois desapareceu. Com a declaração da Comissão Americana (dr. Walter Reed) em 1900, confirmando a teoria de Carlos Finlay de que o mosquito aedes aegypti transmitia a doença e de experiências que a ratificaram, as medidas tomadas por Ribas ganharam legitimidade. (21)

Em 14 de abril de 1889, incumbido pelo presidente da Província de visitar Campinas e dar, com urgência, parecer sobre seu estado sanitário, o dr. Luís Pereira Barreto havia relatado a falta de higiene da cidade (até nas enfermarias, com "milhões de moscas") concluindo que "(...) a epidemia de Campinas é única e exclusivamente resultante de águas potáveis", pois só um pequeno bairro era abastecido por água canalizada. Propunha então:

"Nomeação de um médico que organize e faça executar um plano de defesa. 2ª Nomeação de seis delegados de higiene armados de todos os meios de ação que as circunstâncias exigem. 3ª Nomeação de dois desinfectadores para cada enfermaria. 4ª Nomeação de quatro ou seis farmacêuticos que preencham as lacunas deixadas pelo fechamento de oito farmácias do lugar. 5ª Nomeação de seis médicos que se ocupem exclusivamente das visitas domiciliares e deixem completamente livres desse trabalho os Delegados de higiene na desin

feção (sic). Se assim se fizer (concluía o relatório) a epidemia se extinguirá em quinze dias." (22)

31 de janeiro de 1898. Emílio Ribas afirmava em relatório à Diretoria do Serviço Sanitário (do qual seria diretor por cerca de 20 anos, a partir desse mesmo ano):

"No policiamento sanitário sempre foi preocupação principal desta comissão melhorar o quanto possível o domicílio, sobretudo o seu interior. (...) Pelo exposto deve-se logicamente prognosticar que as epidemias de febre amarela em Campinas tendem a atenuar-se e desaparecer, desde que a ação da polícia sanitária se faça sentir de modo sistemático..." (23)

Unindo a narração e as propostas de Pereira Barreto e a afirmação de Ribas (apesar de resultantes de "diagnósticos" diversos sobre a doença) está a tentativa de tornar possível o controle total e permanente sobre o universo urbano, o que a generalidade das medidas reforça e, também, os caminhos reais de intervenção no social possibilitados por uma epidemia: água encanada, esgoto, casas e hospitais higienizados e ventilados, ruas e quintais drenados e limpos — vida mais longa e sadia; o preço: fim da reunião nas fontes e chafarizes, cidade dividida e vigiada, domicílios vistoriados — indivíduos isolados e controlados.

As epidemias nesta época de mudança das cidades refletem dois aspectos distintos mas complementares desse movimento de transformação e acomodação. De um lado serão denúncias de que a estrutura vigente está, efetivamente, matando os membros da sociedade (de todas as classes); de outro elas possibilitam uma intervenção ainda mais aguda, em nome da saúde, no espaço e na vida das pessoas.

O crescimento econômico baseado nas fábricas terá que ser pago e esse pagamento será feito de forma que, ao fornecer mais chances de sobrevivência aos homens que o tornam possível (os trabalhadores) garanta, concomitantemente, àqueles que dele usufruem (os burgueses) maior controle sobre esse processo. Doenças virulentas e imprevisíveis, com abrangência de vítimas e desestruturação de sistemas médicos-sanitários, as epidemias também expõem com especial destaque o dia-a-dia dos trabalhadores das cidades. Suas posições e reivindicações ganham realce por serem eles os que mais sentiam tanto a extensão dos danos causados pelas moléstias, devido a sua condição de vida, quanto as muitas soluções encontradas para debelá-las, por incidirem diretamente sobre seu cotidiano marcado por dificuldades de alimentação, vestuário, moradia e educação.

* * *

PESTE BUBÔNICA — 1899

Em outubro de 1899 São Paulo recebia notícias de que a peste bubônica vitimava a população do porto de Santos. O jornal Folha do Braz em artigo assinado por "Thiago" comentava:

"Os santistas, que jámais se abalaram com a febre amarela, com a varíola e com outras deste jãez, não quizeram saber de histórias com a bubônica, não; estão fugindo aos magotes, temendo serem ceifados pela formosa Atropos". (24)

Momento em que os problemas sanitários são expostos de forma aguda, a época epidêmica será o período propício para formulações de propostas para a saúde das cidades e seus habi-

tantes mas, principalmente, o momento de maior implementação e aceitação popular de projetos governamentais que, trazendo como emblema a saúde, se imiscuem no dia-a-dia da cidade e de seus moradores, justificando transformações nas suas vidas.

A lembrança da epidemia como época de catástrofe para toda a sociedade, da necessidade de cooperação das pessoas na luta contra a doença, é reforçada pela noção da moléstia epidêmica como um mal estrangeiro, que ataca e que deve contar com a mobilização incontínente de todos os habitantes urbanos para que não seja vitorioso. (25) A memória sobre as épocas de epidemias modelará lembranças (expurgando as incômodas) e reforçará noções e hábitos desejados. O "esquecimento" da fuga dos santistas durante a febre amarela em 1889, pelo artigo sobre a peste bubônica em Santos do jornal Folha do Braz é exemplar nesse sentido, quando se quer fortalecer a idéia de devastação trazida pela epidemia mas, ao mesmo tempo, reforçar o perigo presente, que se aproxima, como o pior. (26)

Quando Emílio Ribas dizia, sobre a possibilidade do fim da febre amarela em Campinas, no relatório ao diretor do Serviço Sanitário do Estado em 1898, acreditar na sua erradicação "(...) sobretudo se considerardes a boa vontade da população desta cidade e a correção de suas autoridades, fatos poderosíssimos para o bom êxito do serviço [de polícia sanitária]" (27), ele falava sobretudo da aceitação pelos habitantes de Campinas de regras que lhes haviam garantido a sobrevivência e parecia ter livrado a cidade de um problema que estava se revelando crônico. Uma troca em que se cede liberdade de escolha e privacidade e se ganha em sobrevivência, deixando esquecidos os desacordos havidos entre profissionais médicos e atos da popu-

lação em que não foram observados diagnósticos e regras estabelecidas pelos clínicos. (28)

O medo presente na cidade de São Paulo em 1899 quanto à peste e os apelos a "verdadeira ciência que estuda, observa e aplica", à prevenção higiênica e a ação dos higienistas "ontem ridicularizados e chacoteados" por muitos (29), são resultado da vida diária de uma população que, trabalhando no meio urbano, incorpora noções sobre saúde através da vivência ou da lembrança, transmitida ao longo dos anos, da devastação causada por moléstias de caráter epidêmico. Em novembro de 1899, quando um doente com a peste bubônica já havia aparecido em São Paulo, artigo da Folha do Braz, em que há polêmica sobre como conseguir desinfetantes, afirma:

"O que é real é que de certo tempo a esta parte gastam-se no es(ta)do de S. Paulo desinfetantes em l(ar)ga escala e o uso delles se tem generalizado depois das epidemias de febre amarela." (30)

Mais de um ano depois, em dezembro de 1900, depois de haver deixado de circular por longo período devido principalmente a sua "nefasta phase politica", volta a Folha do Braz "a descarregar a sua espada fulminante de (...) justiça no culpado, por mais poderoso que seja, como a empregar a (...) vida na salvação do innocente, ou a extender a dextra ao indigente". Seus proprietários: Edgard Leuenroth e Brazilio dos Santos Altro. Na sua primeira página, artigo louva a idéia de governo estadual de acelerar a execução das obras de esgoto do Brás, reclamadas pela população do bairro:

"(...) não só porque constitue hum dos mais salutareos melhoramentos, que já de ha muito deve-

ria ter sido feito, como também é um dos mais indispensáveis preservativos das epidemias, que o governo offerece a esta parte da população da nossa Capital." (31)

Esse arraigamento da idéia de salubridade como meio de prevenir e garantir a saúde e a aceitação da existência de um sujeito competente para resolver tais problemas, podem ser sentidos já nas primeiras notícias sobre a peste em Santos:

"(...) verdadeira ou não a existencia do mal, cumpre que o governo do Estado continue e providenciar para nos por a salvo do terrível flagello, e não deixando para mais tarde a execução de medidas preventivas que o caso exige, por mais rigorosas que ellas sejam.

"Entre os bairros que mais facilmente podem proporcionar o desenvolvimento do mal, por infelicidade nossa, parece que o Braz occupa o primeiro lugar pela falta de asseio em algumas ruas habitadas por grande número de indivíduos accumulados, uns sobre os outros, em cortiços e sem a minima higiene". (32)

A epidemia será a época propícia para a incorporação e o reconhecimento da eficiência de medidas não só porque estabelecidas cientificamente, mas porque testadas em momentos de perigo para a vida da cidade, o que gerará um crescimento da demanda por esses serviços apregoados como benéficos para a saúde social. O número crescente de pedidos para a melhora no serviço de remoção do lixo das casas (inclusive com propostas como o uso de caixotes fechados e limpos diariamente para higienizar o trabalho), para o calçamento, limpeza de ruas e outros melhoramentos, para que seus moradores se livrassem do pó, das poças de água e da sujeira nelas acumuladas, que accusavam perigosas para a população devido aos "miasmas" que exalavam, dão testemunhos desse assimilação e também de como o governo podia ser cobrado e criticado por não fornecer aquilo que, por meio de seus órgãos competentes, apregoava co-

mo o necessário para boa manutenção da saúde no meio urbano.

(33)

O elogiado Antônio Prado que governou a cidade de São Paulo no final do século XIX e início do XX (34), merece, em artigos da Folha do Braz, críticas sutis ao serem comentadas e solicitadas melhorias para o bairro:

"Chamamos pois, a atenção do dr. Prefeito para o principal e maior contribuinte que tem a Camara — o Braz — districto que jamais mereceu as honras de uma visita de s. ex.; venha e então vera o sr. dr. Prado a responsabilidade que lhe vae caber na triste hypothese de aparecer um só caso de peste bubonica aqui no Braz." (35)

"Permita-nos (...) o benemerito Prefeito que lhe lembremos que nesse bairro |Santa Efigênia| os recursos dos seus moradores são infinitamente superiores aos do nosso.

"Por alli, em parte nenhuma deve haver necessidade de auxilios municipaes |a ajuda criticada foi para o trabalho da empresa de coleta de lixo no local|; sendo antes de suppor que devam os felizes argentarios que o povoam ajudar a atarefada municipalidade, muito especialmente em circumstancias acabrunhadoras como as que atravessamos |em 1899|." (36)

O apoio declarado a ações do governo que visavam normatizar a vida nos cortiços (mesmo apontando a ambição dos proprietários como culpada por seu estado miserável) e a ideia apresentada para que o Serviço Sanitário fizesse inspeção domiciliar, uma ou duas vezes por dia, nas casas dos carregadores das estações de estradas de ferro (lembrança do "veículo" de outras epidemias) (37), demonstram como intervenções diretas na vida privada das pessoas podiam ser, em nome da saúde, solicitadas e apoiadas em uma época crucial como a epidêmica, retratando o momento em que medidas encaradas com reservas, protestos e até revoltas pelos habitantes das cidades, são aceitas

com menos dificuldade por homens apavorados diante de uma ameaça geral e incontrolável. (38)

Entretanto, será o passar dos anos que revelará a aceitação cotidiana de uma norma, quais seus limites e sua utilização. Os pedidos de populares em 1899 para que se eliminasse os cães que circulavam livremente por algumas ruas do Brás ou a crítica à passagem de gado bovino e suíno pelo centro de São Paulo e ao matadouro municipal no final de 1898, são o resultado da introjeção pelas pessoas de noções de preservação da saúde e da aceitação de novas necessidades de circulação urbana que em outros momentos podiam ser desconsideradas. (39)

De forma semelhante, a época da epidemia de peste bubônica fortalecerá entre a população noções de salubridade que, mesmo veiculadas anteriormente (40), a partir desse momento se tornarão mais presentes e corriqueiras na vida e na luta dos trabalhadores da cidade para a manutenção de sua saúde. (41) Assim, com o passar dos anos e o crescimento da cidade (42) serão essas noções, que naquele período apareceram como imprescindíveis para manutenção da própria vida, que comporão nos periódicos as exigências e os ataques, velados ou não, feitos pelos habitantes urbanos ao governo e, conseqüentemente, a organização social:

"Depois de innumeras reclamações, dignou-se a Prefeitura ordenar o melhoramento de que necessitava o aterrado do Gazometro, uma das arteriais, que liga o nosso bairro ao centro da cidade." (43)

"Confrange-se-nos o coração em desesperanças, ao ver o menosprezo, mais que insupportavel, que a Camara Municipal consagra ao nosso bairro.
"É incabivel tanta incuria, por ahi, além tanto

desleixo da Prefeitura, em relação, à tudo o que diz respeito ao Braz." (44)

"Cantigas

"Meu amiguinho Prefeito;
Tu que és um bom rapaz,
Ao pobre bairro do Braz,
Atira assim com mais geito
O teu olhar piedoso...
E num assomo gostoso,
Daquelles que sabes ter;
Acode meu Prefeitinho,
Este infeliz bairrosinho
Que está quasi a apodrecer..."

Gervasio" (45)

Ataques que também serão feitos de forma mais incisiva e menos harmoniosa com as idéias de saúde pessoal e social, aprovadas cientificamente e incorporadas e veiculadas pelo discurso dos jornais na sua luta pela melhoria das condições de vida da população pobre ou proletária de São Paulo:

"(...) deve ser feita [segundo a comissão municipal do 5º distrito do Brás] activa fiscalisação sobre a remoção do lixo do interior das casas, visto como a maior parte dos inquilinos faz este serviço com um dia de atraso, de modo que fica o lixo do dia anterior amontoado nos pateos e quintaes, esposto aos raios do sol e mesmo no interior das casas. Esta medida se refere especialmente às classes italianas (ruas Carneiro Leão, Caetano Pinto e outras. A comissão visitou os prédios seguintes: 3, 11, 13, 15, 17, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37, 39 e 43 da rua Caetano Pinto e providenciou." (46)

"As aguas allí [rua Bresser] se acham extagnadas, exhalando um mau cheiro prejudicial, ainda mais com a co(o)peração do lixo e mesmo de aguas servidas que alguns moradores menos asseiadados atiram para a rua." (47)

* * *

VARIOLA - 1908

"Era (...) mais simples fornecerem a riqueza e a ciência novas facilidades, do que acabar com os antigos hábitos e desconfianças. O Instituto Vacínico da cidade [de São Paulo], desde a sua fundação em 1874, levou vinte anos ineficiente e mal provido." (48)

Enfermidade de presença constante no estado de São Paulo a variola (que motivou o apelido do bairro da Bela Vista na capital, o Bexiga, onde existiu o hospital dos variolosos (49)) mobilizou no correr dos séculos autoridades e habitantes das cidades no seu combate que, durante anos, resumiu-se ao isolamento dos doentes e a receitas, rezas e credices populares. (50) A constância e extensão do problema no final do século XIX, pode ser sentida através da preocupação do governo em fazer vacinar a população, o que fica expresso em alguns dos artigos que organizaram o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo e no seu Código de 1894. (51) O Código determinava a vacinação, gratuita e obrigatória, a partir de 30 dias de vida e a cada 7 anos (vacina animal, a jenneneriana ou braço a braço era facultativa) até a idade de 45 anos, não devendo ser admitidas nas fábricas, colégios, institutos ou quaisquer outros estabelecimentos de habitação coletiva, as pessoas que não fossem vacinadas. (52)

Perigo para moradores economicamente ativos do Estado e para o futuro dessa gente trabalhadora, a variola ainda terá no Código Sanitário de 1918 a primazia na ordem das molestias relacionadas como de notificação obrigatória às autoridades sanitárias, onde eram previstas multas para o não cumpri-

mento dessa determinação e procedimentos especiais a serem tomados no caso da ocorrência da doença.(53) Medidas que comparadas com as de 1894 apresentavam alterações fixadas pelas modificações de 1911 (que atingiram o Código Sanitário) e 1917 do Serviço Sanitário do Estado, quando a varíola passou a ocupar o primeiro lugar (antes reservado à febre amarela) na relação geral das doenças de comunicação compulsória. O Capítulo I do Título V, do Decreto nº 2.918, de 19 de abril de 1918, estabelece:

"(...)

Artigo 616 — A vacinação e revaccinação contra a varíola, por meio de vacinação animal, serão obrigatórias e gratuitas em todo o Estado. (Art. 238, lei 1.596).

"§ unico — A vacinação será obrigatória trinta dias depois do nascimento e a revaccinação de sete em sete annos |desaparece a idade de 45 annos|.

(...)

"Artigo 619 — A autoridade sanitaria, que será avisada pelo meio mais rapido, vaccinará e revaccinará todas as pessoas que estiverem no fóco. (Art. 492, Dec. 2.141).

"Artigo 620 — As pessoas que não quizerem sujeitar-se ás medidas prophylacticas constantes do artigo antecedente serão removidas para um logar apropriado, onde serão observadas durante quatorze dias, salvo se apresentarem attestado de que foram vaccinadas com resultado |attestado fornecido pela autoridade sanitária encarregada da vacinação e sua fiscalização| ha sete annos no maximo. (Art. 493, dec. 2.141).

(...)" (54)

A questão da vacinação e das medidas usadas no tratamento dos atacados pela varíola sofrerão dessa forma em São Paulo, como em outros locais, alterações ao longo dos annos, em uma indicação tanto de assimilação pela população dessas regras de saúde, quanto de adaptações desses procedimentos para que fossem aceitos nessa sociedade marcada por pressões diversas

oriundas de várias motivações que, muitas vezes, se conjugavam no ataque a uma ou mais medidas governamentais que traziam como objetivo o combate à moléstia. A Revolta da Vacina no Rio de Janeiro é exemplo clássico entre esses acontecimentos. (55)

"Antigos hábitos e desconfianças" se mostrarão dessa forma, em muitos momentos, mais sólidos do que as eficientes ações estatais na luta contra a varíola e aparecerão ainda vários anos depois daqueles em que as epidemias eram mais violentas. A revista O Parafuso em 1919, traz um artigo criticando dois médicos do Serviço Sanitário; o primeiro porque, no Brás, tentou vacinar uma senhora à força e o segundo por entrar em um domicílio na vila São João, sem pedir licença, a pretexto de examinar as duas filhas do dono da casa para se certificar de que estavam vacinadas. O proprietário da residência reagiu e ameaçou processar o médico por violação de domicílio, pois quando entrou não sabia sequer quem era. Conclui então o artigo:

"Estão ficando muito atrevidos esses medicamentos. Saiba o povo mantel-os energicamente no seu lugar." (56)

Entretanto as próprias medidas relativas à saúde de homens e coisas (57) propostas pelo Estado com base em postulados técnico-científicos, embasarão as críticas de que o governo será alvo através de jornais ligados aos trabalhadores de São Paulo, quando esses recebem, em 1908, a notícia de que nova epidemia de varíola atacava o Rio de Janeiro e ameaçava expandir-se pelo interior do país. (58) Mesmo as questões da eficácia da vacinação anti-variolica e da sua obrigatoriedade, que tanta polêmica já haviam suscitado (59), serão nesse momento

estritamente unidas aos problemas diários dos operários (que a ameaça representada pela varíola só vinha agravar) e assim, criticadas por meio do enfoque dado por esses periódicos às questões de saúde presentes na vida cotidiana dos proletários. Quando a doença começa a fazer vítimas em São Paulo, em agosto de 1908, o jornal Folha do Povo que se autodenominou primeiro "independente" e depois "de combate", afirma sobre a moléstia:

"O "mal da miséria" onde pôde encontrar confortante abrigo?

(...)

"E diga-se ao povo que se vaccine, que se prepare contra o mal !

"Quando se vive no meio da imundice, da poeira, dos charcos, quando se tem o corpo estenuado por um longo e brutal trabalho, quando se habitam pocilgas sem ar nem luz, húmidas, amontoados como porcos em chiqueiro, quando se sofre miséria, de muito hade valer a vacinação !

"Quem está precisando de uma poderosa e radical vacinação é este miserável estado social!" (60)

Essa ligação da doença com péssimas condições de vida e trabalho, da miséria com a falta de higiene, possibilitará um contato fácil das posturas assumidas pelos jornais com as idéias positivistas veiculadas por médicos e leigos, ortodoxos ou não, em seus ataques à vacina e a outros atos estatais relacionados à saúde popular. (61)

Classificada como uma das "(...) tantas outras aberrações da metafísica materialista médica, como a doutrina microbiana..." (62), a vacinação será combatida pelos positivistas que inseriam a doença, até a epidêmica (apenas uma "desarmonia da sociedade", uma "fatalidade"), em um contexto social amplo cuja cura devia preservar acima de tudo a liberdade pessoal (63) inclusive na escolha da forma de tratamento para recuperação da saúde (condenando o isolamento forçado, classifi-

cando o contágio como algo indefinido e portanto irrelevante e lembrando a necessidade das famílias enfrentarem individualmente seus problemas de saúde).

"O Governo só pode contribuir para a saúde pública imilhorando as condições materiais da cidade e da vida. É pois para ai que o gover~~n~~o tem de voltar a sua atenção; e compreende-se que, para isso o Governo não carece de violar as liberdades individuais e domesticas.

(...)

"Em resumo: céssem as violações do domicílio; céssem as desinfecções violentas; césse a espetaculóz~~a~~ ostentação do despotismo sanitário pelas ruas; restabeleça-se o regímen republicano; institua-se um digno serviço livre de assistência pública, domiciliar e hospitalar; contínui-se a milhorar as condições materiais da cidade; aperfeiçõe-se o serviço municipal da limpeza pública e particular, e o Governo terá fei~~t~~o tudo que em si cabe, quanto à higiene pública, mesmo no que concérne às epidemias." (64)

São várias as notificações de recebimento pela Folha do Povo e outras publicações de folhetos da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil (Rio de Janeiro), combatendo a vacinação especificamente e a "higiene oficial" nesse ano de epidemia e nos imediatamente anteriores e posteriores. (65) Um deles, "Ainda a Politica Republicana e a Tyrannia Vaccinista", é um protesto do Apostolado contra a "perseguição movida pelo Governo do Estado de S. Paulo contra o dr. Bagueira Leal". (66) Essa polêmica envolvendo o dr. Leal e o governo paulista é acompanhada, entre agosto de 1908 a janeiro de 1909, pela Folha do Povo que publica, no mesmo número em que noticia a existência da varíola em São Paulo, uma reportagem com dados sobre a vacina recebidos do citado médico, em que há demonstrações estatísticas da ineficiência desse método preventivo:

"Como não ser assim |afirma o clínico| si o

cow-pox, molestia das vaccas que fornece a vacina, é artificial, e só reproduzida pela inoculação do pús variolico nos animaes, directa ou indirectamente?..." (67)

Afirmando nunca ter impedido materialmente ninguém de se vacinar mas apenas distribuir a seus amigos e clientes impressos que, com demonstrações técnico-científicos, desaconselhavam a utilização da vacina (segundo ele, introdução no sangue de pessoas sãs, principalmente crianças, de uma mistura de sangue, linfa, pus, células epidérmicas, água etc, tudo em decomposição. (68)) é, entretanto, o dr. Bagueira Leal, médico em Lorena, causa de um pedido ao governo de São Paulo do inspetor sanitário da cidade, para que providências fossem tomadas contra a oposição do médico à vacinação. A solicitação motiva ofício do dr. Guimarães Junior, secretário do Interior de São Paulo ao ministro da Guerra, "(...) chamando sua atenção para a activa propaganda que contra a vaccina está fazendo neste Estado o dr. Bagueira Leal, capitão do exercito", pois "(...) sendo obrigatório neste Estado a vacinação, essa propaganda muito vem prejudicar a sua execução." (69)

"(...)
Obrigatoria? É isso; não se procura convencer o povo da necessidade dessa medida prophylactica — impõem-na.
"O dr. Bagueira Leal combate a vaccina? Defendam-na. Antepõem argumentos às suas razões. (...)" (70)

Assim se expressa a Folha do Povo diante da questão que envolveu médico e governo. Se para o dr. Leal trata-se de fazer respeitar a liberdade de pensamento, o livre exercício de sua profissão e até mesmo os princípios republicanos na defesa de sua conduta (71), para o jornal trata-se de, nesta luta

travada entre detentores de poder — científico e político — conseguir usufruir dos resultados que dela poderiam surgir e fazê-los chegar a uma população usada apenas como peça desse (e de outros) "combate" disputado em nome da ciência médica. (72)

Escutar, entender, julgar, para poder conscientemente, reivindicar, lutar, transformar a sociedade. Dessa disputa entre "especialistas" da ciência (73) o resultado poderá ser mais subsídios para os periódicos na sua luta por melhorias para a existência e saúde da gente trabalhadora da cidade, que vai aprendendo a batalhar pela sobrevivência usando as conquistas e as propostas científicas da sociedade capitalista em que vivia.

Dessa maneira, paralelamente às associações, sindicatos, congressos, greves e leituras de autores revolucionários, (74) o conhecimento do saber produzido na sociedade burguesa e as reivindicações nele baseadas comporão nos jornais o movimento contestatório de operários descontentes com sua situação na ordem social vigente e as propostas de mudança que veiculavam revelando, todavia, o crescimento e a força que essa sociedade industrial adquire em São Paulo a partir dos primeiros anos do século XX, influenciando de maneira concreta, com idéias geradas em vários de seus setores, em aspectos da luta dos próprios proletários, luta que se tornará acentuadamente libertária, com ênfase na organização sindical. (75)

Entre estas idéias germinadas na sociedade capitalista e que resultaram em práticas incorporadas por parte da população trabalhadora, estão tanto a aceitação progressiva do uso da vacina contra a varíola (constatável pela estatística da Demografia Sanitária) (76), como os constantes pedidos para me-

lhoria das condições de salubridade dos bairros em que era densa a população operária, mesmo que acompanhados por críticas contumazes ao governo e a sociedade:

"Se as poças de aguas estagnadas, focos donde elles [os pernii longos] emanam, estivessem noutro ponto "que não o bairro do Braz", lá por cima, por onde habitam os que podem, outros seriam os cuidados" (77)

"(...) o povo do Braz paga impostos que não pode pagar e vive no meio de casebres seculares, cortiços sem hygiene, ruas escuras, esburacadas e arborizadas a capim e outras gramineas, predominando a lama quando chove e grossas camadas de pó quando faz sol." (78)

"Hontem à noite foi collocada, entre duas lanternas na rua Piratininga, um cartaz em que se lia o seguinte interessante annuncio:

"Arrenda-se, ou por outra, transfere-se, como "lugar ocupado", esta rua, com boa pastoria, para invernada ou criação de patos e porcos.

"Faz-se igual negocio com a rua Frei Gaspar, onde ha uma cachoeira com força hydraulica de 2.000 cavalos.

"Previne-se que para esta ultima já há uma proposta para "lugar ocupado" dos senhores Guinle & Comp.

"Informa-se com os vereadores do districto e trata-se na repartição de Obras Municipaes." (79)

Mas a objeção impressa à ação governamental (80), baseada em noções de saúde adquiridas por muitos trabalhadores, se estenderá a muitas das obras que estavam sendo realizadas, notadamente na cidade de São Paulo (81) quando as alterações implementadas no traçado urbano derrubavam casas, alargavam avenidas, construíam viadutos. Longe do apego a uma cidade que estava sendo rapidamente "demolida" com as obras que estavam sendo feitas, o que transparece nos jornais é a contestação da prioridade dada a essas transformações em detrimento das mudanças

que esses órgãos elegiam como mais urgentes, em locais onde as condições para uma vida saudável eram mínimas, como o Belenzinho ou o Brás, chamado "Cidade das Indústrias." (82)

"Spencer demonstra com diversos argumentos que o adorno precede o útil e assim o selvícola dá mais valor a uma bugiganga, a um pouco de tinta escarlata, do que a vestuário que os resguarde contra a chuva e contra o frio. Mas seremos nós selvagens, ou, pelo menos, será a nossa Camara composta de botocudos que tudo sacrifiquem para adornar o triangulo e os bairros aristocraticos de palacios? Será possível que a metade da cidade esteja condemnada a ruas lamacentas e esburacadas, intransitaveis, como barreiras levantadas a todo movimento commercial e industrial, pois nessas ruas existem fabricas e milhares de casas commerciaes, nessas ruas moram os que dão vida às fabricas e cooperam, já directamente, já indirectamente, para que a Camara tenha dinheiro para sustentar a sua mania de grandezas? Será possível que a vaidade de deslumbrar os estrangeiros que nos visitem leve a nossa Camara a esquecer-se de que está transformando S. Paulo em uma especie de mulher pimpona, de vestido de seda e com o rosto cheio de pó de arroz e carmim e camisa rasgada e suja?

"Não tenho, infelizmente, dados officiaes que me habilitem a um calculo exactamente arithmetico, mas, calculando por deducção e baseando-me em informações vagas, creio não errar dizendo que, nestes ultimos dez annos passados, a Camara não dispensou no bairro do Braz nem sequer a vigesima parte da renda aqui arrecadada. Todo o imposto é consumido em adornos para esconder os cortiços e as ruas intransitaveis; vivendo como os selvagens, a comprar bugigangas, a pintar o rosto com cores vivas, esquecidos do util e do necessario.

"E assim hade continuar em quanto o povo não comprehender os seus direitos, e assim hade ser enquanto o povo estupidamente idolatrar homens, cuja vida seja toda consagrada a fazer-lhe mal e a illudi-lo. Gil Telles" (83)

É no interior desse excelente discurso político, que é possível entender como em alguns momentos é viável a utilização pelos periódicos ligados ao proletariado, de noções e pensadores como Spencer (84), que tanto influenciaram o uni-

verso burguês: para reforçar no operariado em geral, usando princípios forjados no bojo da sociedade capitalista, o desejo de mudança social.

Assim coerente com os ensinamentos que a vivência cotidiana possibilitava, juntamente com uma definição cada vez mais nítida quanto ao caminho a seguir — revolucionário, as acusações dos jornais serão feitas em uma linguagem que buscará distanciar embelezamento de necessidade, para separar de forma contundente o que estava sendo feito e o que era preciso realizar em São Paulo. Pedidos como o efetuado não apenas para melhorar a salubridade mas também para embelezar a Várzea do Carmo em 1901, em 1908 cederão lugar a repetidas denúncias sobre o emprego do dinheiro público em reformas urbanas mal planejadas, onerosas e com prioridade discutível diante das necessidades prementes da classe operária (85). O alerta da Folha do Povo aos seus leitores para o "esquecimento das autoridades" dos bairros de trabalhadores, transcrevendo notícias desfavoráveis quanto ao destino de verbas oficiais ou com artigos sobre o arquivamento de projetos que atenderiam as solicitadas melhorias para esses locais (86), complementarão o quadro pouco recomendável do governo, pintado através de inúmeras páginas impressas nesse período, quando as poucas notícias de obras governamentais nos bairros operários eram dadas de forma pouco destacada ou nada elogiosas se comparadas a muitas da época da peste bubônica do final do século XIX. (87)

A proposta de separação do Brás da cidade de São Paulo devido ao pouco caso das autoridades em satisfazer as necessidades do lugar, aventada no período em que estava presente a

ameaça representada pela citada epidemia de peste bubônica, volta a ser cogitada em 1908 em meio a iminência da devastação que a varíola poderia causar (88), mas agora com críticas mais incisivas baseadas em preceitos de saúde que, unindo propagação da doença à existência a que tinha que se sujeitar a classe trabalhadora, atacavam de maneira explícita a sociedade burguesa como reponsável pela grave situação sanitária dos bairros pobres (sendo a existência de hábitos pouco higiênicos entre a população discretamente registrada pelos jornais, nessa época em que estavam empenhados em denunciar a falta de salubridade (89)) e pelas possíveis consequências desastrosas que a epidemia poderia causar, mesmo considerando o uso da vacina.

As condenações às autoridades, muitas vezes dissimuladas durante a ameaça representada pela peste bubônica, se acen-
tuam com os anos e passam assim a serem feitas de maneira mais direta em 1908 (90) quando, indicando a importância econômica da região mas também a crescente mobilização dos habitantes do lugar, uma reunião de políticos e pessoas "altamente colocadas" na sociedade é convocada para tratar dos problemas do Brás e do Belenzinho. Reunião na qual o jornal Folha do Povo (que solidário com os moradores do Brás que desejavam a autonomia ataca os "pseudos representantes" do povo e o destino que davam aos impostos pagos por essa localidade: os "bairros ricos e o centro") mesmo convidado não comparece porque, segundo seus artigos, o povo, o maior interessado, estaria ausente e não haveria real debate sobre o que fazer, pois já se anunciava a existência de um pedido de providências para as localidades, que deveria ser encaminhado à Câmara por uma comissão que se originaria da reunião. O jornal segue em seus números censurando

aqueles que só se lembravam do Brás quando o povo e os jornais muito reclamavam, os que se reuniam a portas fechadas, os que pediam paciência para o povo, os que propunham moção de confiança para os vereadores "representantes do Brás" que haviam comparecido à reunião e os que afirmavam ser a desanexação do local uma utopia. (91) O periódico chega a trabalhar para a realização de um comício para que a população discutisse as questões do bairro e encaminhasse suas propostas de solução, o que acaba não acontecendo (92) mas demonstra a harmonia entre as atitudes pregadas pela Folha do Povo e o que dizia um dos artigos que publicara em abril, aproximadamente três meses antes desses episódios:

"O Braz é um bairro pobre e dos pobres só se lembram quando elles se fazem lembrados." (93)

Desencantados com uma ordem que pouco oferece daquilo que mesmo suas leis, como o Código Sanitário do Estado, apontam como indispensáveis para uma existência sadia, muitos dos homens que construíram a riqueza de São Paulo com seu trabalho, vão se fazer lembrar de maneira cada vez mais radical ao pregarem a urgência das transformações sociais, por meio de periódicos endereçados a seus companheiros de atividade, mesmo que em meio a essas denúncias não possam deixar de serem percebidas idéias burguesas de bem-estar e de conforto que, como afirma François Beguin, "ninguém tem o desejo ou os meios de recusar." (94) Folha do Povo 2 de maio de 1909:

"(...) os impostos, pesando mediatamente sobre as classes pobres, dificultam a vida nas cidades e obrigam nove decimas partes do povo a comprimir-se em casebres immundos, a alimentar-

se pessimamente e a privarse do mais modesto conforto. (...)" (95)

Opressão suave e insidiosa, segundo Bequin, o conforto proporcionado pela sociedade capitalista (casas individualizadas, água encanada, esgoto, iluminação, etc — "conforto policiado") vai submeter os proletários a um duplo controle: um controle econômico, através do instrumento que é proposto para produzi-lo — dinheiro, sinônimo de trabalho para os pobres, e um controle político, pois passando para o campo dos que têm algo a perder, os pobres se tornariam acessíveis, ou mesmo solidários, às políticas de defesa da propriedade ou do "nível de vida". Controles dos quais não se percebem os limites já que "o conforto não ocasiona nunca qualquer fenômeno de saturação."

(96) Entretanto será esse mesmo conforto, ou sua falta, que fornecerá um impulso significativa para a oposição que os trabalhadores farão em São Paulo à sociedade capitalista, mesmo com o risco de legitimar propostas burguesas para a ordem urbana.

* * *

GRIPE ESPANHOLA — 1918

"Tempos houve em que nos ameaçavam periodicamente a variola, a febre amarela, a colera, etc. Mas dessas a acção benéfica da hygiene, com os seus novos methodos scientificos, nos livrou quasi que inteiramente." (97)

Higiene e ciência, esse comentário em artigo de 1910, assinado por "Ed. Leu". (provavelmente Edgard Leuenroth), no

jornal anticlerical A Lanterna, é indicativo da incorporação por periódicos paulistas de trabalhadores de noções sobre o conhecimento e a saúde resultantes do contato dessas publicações com debates, baseados em informações de todo o país e do exterior, que permeavam a sociedade no início do século (a polêmica envolvendo a questão da vacina obrigatória contra a varíola é exemplo desses casos (98)). Processo no qual também não se rá possível descartar o papel das práticas implementadas, ao longo dos anos, por órgãos governamentais na área de saúde pública e privada que, com resultados positivos, contribuíram decisivamente para popularização e credibilidade de algumas noções científicas discutidas na sociedade que, dessa maneira, passaram a compor o cotidiano dos trabalhadores em São Paulo. O combate em 1899 à peste bubônica, empreendido por Adolfo Lutz que contou com a organização proporcionada pelo Serviço Sanitário do Estado (Nancy Stepan comenta: "Foi, de fato, uma sorte, os primeiros casos [de peste bubônica] aparecerem no Estado de São Paulo, em vez de em outra parte, e a epidemia foi abordada pela pronta ação oficial." (99)) e o controle em 1908, da epidemia de varíola que atingira a Capital, Santos, Taubaté e outras cidades do interior quando milhares de pessoas foram vacinadas e os doentes isolados (100), são exemplos de ações oficiais eficientes que, com certeza, concorreram para solidificação de noções de salubridade, higiene e saúde pessoal para toda a população paulista.

Mas em São Paulo, que no dizer de Jorge Americano, "desde antes de 1915 (...) começa a tomar consciência de que se rá uma grande cidade" (101) como em outras localidades do Estado, com população e indústrias crescentes, estas mesmas idéias

sobre saúde, legitimadas principalmente pelos resultados satisfatórios alcançados em momentos de perigo iminente representados pelas epidemias, ajudarão a traçar as críticas de muitos operários urbanos à própria sociedade burguesa, ao compararem esses conhecimentos com seu cotidiano, onde a falta de boas condições sanitárias rivalizava com a alimentação deficiente e o trabalho exaustivo.

De forma paralela às publicações que, com dados estatísticos e fazendo comparações com a Europa, louvavam o declínio das epidemias e das moléstias contagiosas, as realizações para melhoria da salubridade e o superávit de natalidade no estado de São Paulo — obras do Serviço Sanitário do Estado (102), jornais operários denunciavam a existência doentia do trabalhador em São Paulo. Trabalhador que, como afirma "R" em A Lanterna de 1912, é "pai de 5, 6 ou 7 filhos", recebe salário "infame", não pode vestir ou alimentar aos filhos e a si próprio "como preceitua a higiene" ou viver em "casas confortáveis em bairros com tudo o necessário para a prática da higiene e do asseio que tanto é preconizado" (prática em que, segundo o artigo, pouco pensa — sendo portanto excluída de seus hábitos — por levantar às 4:30 h e trabalhar até às 18:00 h). "R" então afirma:

"É esta a triste razão porque as epidemias devastam de preferencia os bairros proletarios. Quem não está aparelhado para certa coisa não pode fazer face a ella." (103)

Continuando a denunciar as péssimas condições de vida cotidiana em São Paulo, em meados dos anos dez, a acusação feita através da A Lanterna, ao apontar a persistência da va-

riola nos bairros pobres da Capital (constatável pela existência de vários postos vacínicos), exemplifica: a imunização não é feita como se deve, porque o operário "mal instruído" julga que a vacina vai livrá-lo de todos os males e, se depois de vacinado adoece culpa a vacina, declarando-a inútil. Concluindo ser necessário "asseio e educação" para combater essa e outras moléstias (como peste bubônica, colerina e febres infecciosas), "R" encerra o artigo apontando a sociedade que "esquecendo-se, como sempre, que a culpa é unicamente sua, totalmente sua", acusa os próprios operários como os responsáveis pelas doenças que contraem. (104)

Acompanhando a consolidação de transformações que desde alguns anos vinham acontecendo nas cidades, com edificações novas e várias obras de infra-estrutura, a população trabalhadora de São Paulo através de seu dia-a-dia adquire, assim, muitas noções sobre saúde, usando-as sistematicamente, para questionar a sociedade. Desta forma, tendo em mira melhorias para sua saúde, quer por intermédio da luta por 8 horas de trabalho e contra a carestia (principalmente alimentação e moradia), quer denunciando o descaso público pelos bairros operários, esses trabalhadores agitarão a sociedade com suas reivindicações e propostas para mudança social. (105)

1918, com o Estado ainda impactado com a greve do ano anterior, que desordenou não só a produção mas a vida diária, especialmente da Capital, São Paulo será tomado por novo descontrole, mas de outra ordem, ligado diretamente a saúde: o representado pela gripe espanhola — a influenza.

Doença chancelada como "inclassificável", acarretan-

do complicações variadas e graves, objeto de muitos estudos e poucas conclusões, a gripe espanhola que vitimara a tripulação de vários navios brasileiros em operação na Europa neste período da Primeira Guerra Mundial (106), atingiu a população paulista com violência nos últimos meses de 1918, alterando drasticamente a vida das cidades que tiveram seus habitantes atacados pela doença. No Rio de Janeiro a "pandemia" atingiu mais de 2/3 da população, matando 12.830 pessoas em dois meses (outubro e novembro), paralisando a cidade e seus serviços, tornando ineficientes várias ações governamentais que tentavam combater a moléstia ou amenizar seus efeitos, o que gerou revolta na população. (107)

Na capital de São Paulo, devido à gripe, ocorreu uma queda significativa no índice de crescimento vegetativo da população. O número de mortos foi superior a 5.000 pessoas e a influenza atingiu praticamente todas as cidades prósperas do Estado. (108) De doença que, segundo estatísticas, não vitimara mais do que 63 pessoas entre início de janeiro e final de setembro de 1918, em São Paulo, Santos, Campinas e Ribeirão Preto (respectivamente 40, 6, 11 e 6 indivíduos), período em que a tuberculose pulmonar fizera 682 vítimas nessas mesmas localidades (respectivamente 382, 190, 83 e 27 pessoas), a enfermidade denominada "gripe" passou a fazer com o adjetivo "espanhola", diariamente mais de 600 vítimas só na Capital nos dias dos dois meses seguintes, durante os quais a influenza castigou São Paulo de forma mais violenta. (109)

Abalando a estrutura do Serviço Sanitário que existia no Estado ao colocar as instituições que o compunham diante de uma situação inusitada e devastadora, a gripe espanhola

colaborou decisivamente para a relação exploração da sociedade capitalista/doença proletária, feita pelos periódicos operários, por expor de forma trágica — a da morte em massa — a incompetência da ordem social burguesa no atendimento às necessidades básicas das cidades, evidenciadas nesses momentos mais difíceis quando, mesmo atingindo outros segmentos populacionais, as moléstias vitimavam os trabalhadores de forma preferencial. (110)

Flagrando a situação de dificuldades em que vivia o proletariado e a desorganização de órgãos ligados à saúde durante a gripe espanhola em São Paulo, o artigo publicado na revista A Rolha em 3 de dezembro de 1918 afirma, sobre a ação da Cruz Vermelha no Brás:

"A epidemia está em pleno declínio. Já podemos, portanto, intervir com a nossa crítica (...) A falta de uma direcção competente e inteligente, foi sem duvida o campo fértil para a proliferação do abuso, em que prejudicou a eficiência de iniciativa em prol de uma população como a que constitue a "cidade industrial" do Braz. "As queixas que recebemos contra a Cruz Vermelha, foram uma a uma averiguadas. Todas eram procedentes.

"Só quem presenciou as scenas de que fomos espectadores, pôde afirmar categoricamente que a população do Braz foi sacrificada devastada, pela ineptia dos "medicos" que, sem nenhum conhecimento do seu improvisado sacerdocio, andavam de cima para baixo, sem resultado positivo.

(...)

"Quando visitavam os doentes era uma lastima. O medico receitava da porta, sem vêr o grippado. As enfermeiras prescreviam o modo de usar os re medios. E de rua em rua, sempre a mesma troça. "Enquanto a "grippe" se alastrava o namoro e o deboche |entre médicos e enfermeiras, com passeios de automóvel e fartas refeições onde se embriagavam| tomavam proporções assustadoras.

(...)

"E enquanto tudo isso se passava, pobre (sic) operários aguardavam resignados a hora que chegasse o "medico" solicitado. Era a miseria em

toda a sua nudez. As tantas elle chegava e, sob o estado de inconsciencia, quando sabia receitar, errava na formula e quando era nescio, receitava porcarías, que se não matavam pioravam o estado do enfermo."

O artigo prossegue:

(...)

"A distribuição de viveres, tambem merece uma referencia. Como foi feita, pouco ou quasi nada adiantou. Os necessitados passaram pelo vexame de exhibir-se horas e horas, a espera do prometido alimento, e os que combalidos pela molestia abandonaram a enxerga, tiveram que retroceder de mãos limpas.

"Para a entrega de uma miseria era necessario mil e uma formalidades. Um pobre operario, morador na Moóca, sobrecarregado de filhos, tropego, esqueletico veiu a rua Direita, mandaram-n'o a rua de São Bento afim de que o vale fosse carimbado. De rua São Bento remetteram-n'o para o districto em que residia. Do districto voltou o pobre homem, sem ter conseguido que lhe carimbassem o vale ! Durante três dias, o pobre homem, andou de um lado para outro, sem conseguir coisa nenhuma.

(...)

"Arregimentemo-nos, pois para não sermos colhidos de surpresa por outra calamidade mais mortifera que a "hespanhola" alastrada na terra pela inepecia do Serviço Sanitario." (111)

Período excepcional que confirma problemas conjunturais, reforçando os argumentos usados nos protestos de muitos jornais, o tempo das epidemias privilegiará a fixação e reformulações de práticas médico-sanitárias dentro dos parâmetros dados pela ordem social vigente (revelando os limites das alterações que podiam ser implementadas nessa sociedade, limites dados pelo próprio tipo de organização social existente) mas, também mostrará com nitidez inigualável a desorganização que pode tomar conta de todo um sistema de saúde justamente nas épocas em que ele é mais requisitado. A epidemia de gripe espanhola é exemplo singular desses casos, pois seu grau de virulência

foi proporcional à desordem que causou em vários órgãos governamentais ou com ligações com o Estado que atuavam durante a doença, havendo inclusive notícias de pessoas que teriam sido levadas com vida para o cemitério:

"(...)

Quantas victimas não falleceram nos hospitaes e casas particulares, e, após verificado o obito, foram incontinenti transportadas para os cemite rios, sem mais exame? Quantos infelizes não suc cumbiram só apparentemente, por fraqueza, e não foram aos cinco e seis direitinho para a cova ou para a "valla"?

"Haverá a quem pedirmos contas de toda essa se rie de crimes, já não se falando no contingente de asnos metamorphoseados em medicos, que mata ram a vontade? Ha por certo. É possivel apon tar os culpados. Não agora é claro. Vivemos ainda sob a tutela conselheiral da Censura. O estado de sitio, esta temporada toda que temos vivido "arrolhados", terá o seu termo, e então aparafusaremos de novo as mascaras que se "desa parafusaram" |referência da revista A Rolha, usando seu nome, à revista censurada O Parafu so, que substitue no ano de 1918| ao sentirem o ar pestilento da irresponsabilidade collectiva. "Ha culpados pela calamidade que se não victi mou até agora 10.000 pessoas, tambem é falso que tenha ceifado apenas a irrisoria cifra de 5.000.

"O numero |de pessoas enterradas ainda com vi da| é enorme, deve ser mesmo enormissimo." (112)

A lembrança de gente morrendo pelas ruas, de cadáve res sendo recolhidos em carroças e caminhões e enterrados em valas comuns, de voluntários fazendo serviços públicos (como condução de bonda, entrega de telegrama etc.), de assistência médica descontínua e ineficiente, bem como as recomendações pa ra que se evitasse aglomerados, visitas a doentes de qualquer moléstia e contatos físicos como beijos, abraços e apertos de mão ("trocar toda a roupa, desinfetar as mãos e banhar-se ao chegar da rua"), faz com que das cidades quase paralisadas, com seus habitantes indo para fazendas ou permanecendo isolados den-

tro de suas casas para tentar escapar da doença (113), seja refletida uma imagem em muito semelhante a do final do século XIX, época em que a febre amarela, sem meio de combate definido, devastava São Paulo e os meios usados para manter a população e as localidades saudáveis ainda não contavam com a direção e organização dada pelo Serviço Sanitário.

Com recomendações para dieta leve e muito repouso diante de qualquer sintoma que pudesse indicar a presença da doença, tais como uma "sensação de mal-estar" ou "um espirro" (114), a luta contra a gripe espanhola, carente de eficácia na prevenção e cura da moléstia, faz aflorar práticas populares que indicarão o questionamento pelo povo da validade dos conhecimentos chamados "científicos" e tornarão particularmente propícias acusações às instituições de saúde paulistas.

A atuação dos curandeiros foi em geral aceita ou pelo menos tolerada na sociedade nacional e sua presença caminhou de forma paralela a definição de uma medicina oficial no Brasil. (115) Em Campinas, em meados do século XIX chegou até a existir um curandeiro "oficialmente" reconhecido, que mereceu de um padre da localidade a seguinte declaração:

"Manoel Gomes da Graça, vivendo da arte de música bem como "assistindo alguns enfermos e aplicando remédios de sua botica, há vinte anos, mais ou menos, aqui mora e tem se aplicado à arte da medicina pela falta que há de quem cure, ter uzado dessa ocupação com felicidade, e, ainda, mesmo neste tempo em que há dois professores de representação, seu nome vive chamado frequentemente, não só dentro da Vila como dos sítios e Engenhos, atende com toda exatidão e presteza e com especialidade aos pobres com toda caridade e por ser merecedor de toda a honra e ser também distinto o seu comportamento sendo que não há família das mais distintas desta Vila, que não faça dele entrada em sua casa e como vejo

marcada sua reputação pela intriga e ignorância
passo em seu abono o presente documento, indo
devidamente assinado.

"(a) Manoel José Fernandes Pinto
Presbítero secular e Escrivão do Eclesiástico
desta Comarca de São Carlos [atual Campinas],
em 7 de abril de 1830." (116)

Entretanto, combatido em nome de um saber legítimo
(117) o curandeiro, identificado como pessoa ligada à fabrica-
ção de poções, benzeduras ou práticas "mágicas", será chamado
frequentemente de charlatão ou seja um enganador ou explorador
do povo. Todavia serão medidas muito mais ligadas a esse uni-
verso não oficial, que mesmo manipulado por aproveitadores são
carregadas de saberes populares, aquelas utilizadas pelos ho-
mens em vários momentos em que se veem diante de um perigo pa-
ra o qual não encontram solução dentro das medidas proporciona-
das pela ciência — como no caso da gripe espanhola. (118) A
utilização do limão como remédio contra a influenza, o uso de
patuás e colares de alho (cuja ingestão era também recomenda-
da) bem como a queima de enxofre dentro das casas contra esse
mal (119), são uma pista para que se entenda, por meio desse mo-
mento impar, a realidade da persistência da ação desses ho-
mens na sociedade.

Trazendo à memória o livro de Daniel Defoe, baseado
no período da peste bubônica em Londres no século XVII, quan-
do descreve a presença de adivinhos e curandeiros na época em
que essa epidemia representava uma ameaça cada vez mais presen-
te para a cidade (120), o ano de 1918 será um tempo de repeti-
das denúncias, da revista "Independente" A Rolha, contra pesso-
as que atuavam junto a população com promessas de cura, rique-
za e felicidade.

A polêmica que envolveu este tipo de atividade neste período, havia sido tema da revista O Parafuso aproximadamente um ano antes da gripe espanhola fazer vítimas em São Paulo, quando artigo denuncia o curandeiro Vicente Rodrigues Vieira, chamado "São Vicente", de São Caetano, que dizia ser "médico gratuito" que vivendo da caridade pública, curava "doenças incuráveis", arranjava noivados, separava casais, juntava amantes, dava a felicidade e vaticinava catástrofes, entre outros feitos. (121)

Mesmo resultando em processo criminal, movido por este homem que dizia ler o Evangelho mas "não falar sobre o povo" (122), o ataque feito pelo O Parafuso ao tipo de atividade de Vicente Rodrigues Vieira prosseguirá e se estenderá, principalmente com a revista A Rolha em 1918, a outras pessoas e até outras regiões do país. Uma gama variada de homens e mulheres e práticas diversas surgirá então, indicando a sobrevivência e a força de credices e conhecimentos da população, muitas vezes enriquecidos com saberes e usos relativamente mais modernos (como da eletricidade, por exemplo), que serão apropriados e reutilizados em uma composição singular, feita com os valores tradicionalmente aceitos pelo povo. (123)

Atuando na Capital e no interior, às denúncias das revistas com respeito à impunidade desses indivíduos (principalmente nos grandes centros), serão somadas as acusações de proteção, da qual muitos gozariam graças a clientela que possuíam (como "São Vicente" que apontavam como protegido de Washington Luís por ter salvo uma sua parente (124)) composta por políticos e burgueses:

"Na roda dos amiguinhos de mlle. Z foi uma hiláriedade geral quando souberam que mlle. tinha escripto uma carta ao curandeiro da Penha, pedindo o auxilio d'elle para effecturar logo seu casamento".

"Mme. M. tambem crê nos milagres do curandeiro de São Caetano. Crê piamente, desde que o barbaçudo do charlatão lhe assegurou que o dr. X... seria seu amante.

"Depois digam que o curandeiro não é bem um alcoviteiro..." (125)

"Homens e mulheres, inclusive da pseudo alta sociedade, lá vão ter [em Guapira, com "São Roque"], em busca de bentinhos para seus padecimentos." (126)

Atacando todos aqueles que agiam fora dos parâmetros científicos preconizados pela própria sociedade capitalista, os periódicos criticavam uma ordem social que não possibilitava os meios, notadamente financeiros e educacionais, para que a população deixasse de recorrer a práticas que eram facilmente enquadradas pelas publicações no grupo das superstições que atravancavam o conhecimento humano — como a religião (127). Mas, principalmente atacavam, de uma forma mais sutil e profunda do que reclamando apenas de ruas esburacadas e empoeiradas (128), a organização social capitalista como decadente e corrupta, ao elaborarem acusações à sociedade fabril relacionadas com sua impotência para implantar e manter normas que objetivassem preservar a saúde do povo, sendo a atuação dos curandeiros e charlatães uma evidência desse estado, cujo ápice eram as denúncias da procura desses indivíduos por muitos dos destacados burgueses da sociedade paulista.

Privilegiando seus ataques àqueles homens que tinham entre seus "clientes" pobres trabalhadores mas aos quais pessoas abastadas recorriam (como Vicente Rodrigues Vieira, o "São

Vicente"), revistas e jornais farão um duplo movimento: condenarão um tipo de sociedade e indicarão um caminho, o da ciência (como algo baseado em experimentação e não em mistificação), para os trabalhadores na sua luta pela preservação da saúde.

Creditando a sobrevivência de práticas não científicas à insuficiência de conhecimentos ainda reinante em parte da população, devido à estrutura de exploração capitalista existente, vários periódicos conseguirão, mesmo revelando a atuação real na sociedade de curandeiros de toda espécie, apontar sua presença como componente dessa ordem burguesa, culpada pelo prestígio desses homens junto aos trabalhadores, à medida que não oferece obstáculos concretos para a ação desses charlatães (aceita inclusive por vários burgueses) e os instrumentos indispensáveis para que esse povo pobre, proletário, se eduque e deles se liberte:

"Não admira que este rival do "São Vicente [José Germano de Paula César] possa explorar a humanidade idiota com baboseiras(...), o que se explica pela ignorância do povo. O que admira é que a policia mineira já não tenha trancafiado o malandro na cadeia.

"Ou Germano gosará de imunidade, como Vicente Rodrigues Vieira?" (129)

"(...) a policia carioca como a paulista, nada fazem de util para cessar essa torpe exploração [exercida pelos curandeiros] de que é victima uma infinidade de pessoas, na maioria analphabets, supersticiosas e estupidas.

"A policia não age, porque não quer." (130)

"Giuseppina Possani, de 37 annos mais ou menos residente à Rua dos Italianos, soffrendo de uma enfermidade que lhe disseram ser incuravel, depois de exgottar todos os recursos, até recorrendo à exploração dos curandeiros, tentou suicidar-se, atirando-se hontem às aguas do Tieté-na Ponte Grande.

"A pobre mulher foi salva por pessoas que a vi-
ram atirar-se ao rio.

"Quando a pobre gente do trabalho terá meios de
tratar-se devéras das enfermidades que na sua
maioria são adquiridas no proprio trabalho?"

(131)

Em total harmonia com o artigo da A Lanterna de 1910
que tantos louvores fazia às conquistas científicas (132), a
campanha empreendida especialmente pela A Rolha durante o ano
de 1918, ano castigado pela gripe espanhola, apesar de indi-
car limites impostos pelo cotidiano a essas conquistas, repre-
senta uma declaração da aceitação da ciência como balizadora
dos caminhos para saúde humana, ciência que definida e reafir-
mada de forma permanente na sociedade burguesa, será repetida-
mente usada na composição da crítica impressa a essa organiza-
ção social, contribuindo, ambigualmente, para que seja modelado
entre parcela dos trabalhadores um caminho para a transformação
social: o possibilitado pelo conhecimento.

Se isso representou para esses homens ligados a jor-
nais e revistas o risco de "legitimar" e/ou "colaborar" para
organização e funcionamento da ordem capitalista, foi componen-
te de sua luta diária contra a ordem existente através da ques-
tão da saúde, pois a experiência operária adquirida com a vi-
vência das alterações nas cidades, com seus diversos problemas
e soluções, foi certamente de fundamental importância para a
direção tomada pela luta de muitos trabalhadores por melhores
condições de vida, concorrendo para a maneira com que foram
sendo constituídos os projetos para transformação social pela
imprensa ligada aos operários.

NOTAS

- (1) Entre os muitos estudos em que podem ser percebidas essas mudanças no Estado e principalmente na capital de S. Paulo: COSTA, Nilson do Rosário - Lutas Urbanas e Controle - Origens das Políticas de Saúde no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1985, pp. 41-44.
MERHY, Emerson E. - O Capitalismo e a Saúde Pública. Campinas, Papyrus, 1985, pp 66.
MORSE, Richard M. - Formação Histórica de São Paulo. S. Paulo, DIFEL, 1970, p. 248 e ss.
ROLNIK, Raquel - "De Como São Paulo Virou A Capital Do Capital", in: Valladares, L. P. (org.) - Repensando a Habitação no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- (2) BONDUKI, Nabil Georges - "Habitação Popular: Contribuição Para O Estudo Da Evolução Urbana De São Paulo", in: Valladares, L. P. (org.) - Repensando a Habitação no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1983, p. 162 (nota nº 4).
- (3) Entre as inúmeras publicações que apontam a vinda maciça de imigrantes para o estado de S. Paulo, entre o final do século XIX e início do XX, veja:
MERHY, Emerson E. - op. cit., p. 67, Tabela 4.
RODRIGUES, Jorge M. - São Paulo de Ontem e Hoje. 2ª ed. Imprensa Oficial do Estado. S. Paulo. 1940, pp. 67 e 74.
- (4) ROLNIK, Raquel - op. cit., p. 111.
Cf: MORSE, Richard M. - op. cit., p. 235
Veja sobre a população das cidades que se industrializam: PERROT, Michelle. "Les classes populaires urbaines", Histoire Économique et Sociale de la France. Presses Universitaires de France. Tome IV (1): 454-534.
- (5) MORSE, Richard M. - op. cit., pp. 265 - 267.
Sobre mudanças urbanas, seus efeitos e impressões, veja:
BENJAMIN, Walter - A Modernidade e os Modernos, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975.
- Os Pensadores. Vol. XLVIII. São Paulo, Editora Abril Cultural, 1975.
- "Paris, Capital do Século XIX". Ensaio & Debates. São Paulo, Ano IV, 11 (4): 5-13, 1984.
BRESCIANI, Maria Stella M. - "Lógica e Dissonância. Sociedade de Trabalho: Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária". Revista Brasileira de História. São Paulo. Março Zero, 6 (11): 7-44, set. 1985/fev. 1986. 3 - A Fabrica, Os trabalhadores, A Cidade e As Ciências Sociais.
- Londres e Paris no Século XIX - O Espetáculo da Pobreza. São Paulo, Brasiliense, 1982
- "Metrópolis: As Faces do Monstro Urbano (as cidades no século XIX)". Revista Brasileira de História. São Paulo, Março Zero, 5 (8/9): 35-68, set. 1984/abr. 1985.

- FOE, Edgard A. - "O Homem das Multidões", in: Foesia e Prosa. Vol. 2. Porto Alegre, Editora Livraria Globo, 1944.
- (6) MORSE, Richard M. - op. cit., pp. 148, 235-236 e 239.
PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. - A Classe Operária no Brasil - 1889-1930. Vol. II. São Paulo, Brasiliense/FUNCAMP, 1981, pp. 28-32.
- (7) Entre outros:
CUNHA, Maria Clementina P. - O Espelho do Mundo: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, pp. 35-36.
STEPAN, Nancy - Gênese e Evolução da Ciência Brasileira - Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica. São Paulo, Ed. Art Nova, 1976, p. 48.
Veja ainda as propostas de análise apresentadas por SANTOS, Luiz A. de Castro - "Estado e Saúde Pública no Brasil (1889-1930)". DADOS. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 23(2): 237-49, 1980.
- (8) LEI nº 12, de 28 de outubro de 1891. "Organiza o Serviço Sanitário do Estado". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. 1898, p. 14.
LEI nº 43, de 18 de julho de 1892. "Organiza o Serviço Sanitário do Estado". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo II, 1929, pp. 24-27.
DECRETO nº 87, de 29 de julho de 1892. "Regulamenta a lei n. 43 de 18 de julho do corrente anno, que organiza o serviço sanitario do Estado". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo II, 1929, pp. 166-183.
- (9) STERN, Bernhard J. - "A Saúde das Cidades e o Primeiro Movimento de Saúde Pública", in: Nunes, Everaldo Duarte (org.) Medicina Social, aspectos históricos e teóricos. 1ª ed. S. Paulo, Global Editora, 1983, pp. 91-92.
- (10) "A emergência da bacteriologia esclareceu o problema da causação biológica da doença e permitiu (...) que, a partir de fins do século XIX, os programas de saúde pública pudessem ser efetivados ignorando a relação entre doença e condições sociais. Consequentemente, evitando considerações e reflexões sobre política social.
COSTA, Nilson do Rosário - op. cit., p. 31.
- (11) Calcada na noção de que as doenças são resultado de emanações morbíficas, provenientes de substâncias orgânicas em decomposição, na necessidade de limpar, arejar e possibilitar livre circulação, a teoria dos miasmas dominou a ação para preservação da saúde na Europa até o século XIX.
Cf.: CORBIN, Alain - Saberes e Odores. São Paulo. Companhia das Letras, 1987.
FOUCAULT, Michel - Microfísica do Poder. 4ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984, pp. 79-98, 99-111 e 193-207.
- O Nascimento da Clínica. 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1980.

ROSEN, George - Da Polícia Médica À Medicina Social. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

- (12) Entre diversos textos confira:
BLOUNT, John A. - "A Administração da Saúde Pública no Estado de São Paulo: O Serviço Sanitário, 1892-1918". Revista de Administração de Empresas (F.G.V.), Rio de Janeiro, 12 (4): 40-48, out./dez. 1972.
BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 22º vol. Campinas, Ind. Gráfica Saraiva (SP), 1966, p. 131.
COSTA, Nilson do Rosário - op. cit., pp. 33-79.
MERHY, Emerson E. - op. cit., pp. 47-51.
STEPAN, Nancy - op. cit., pp. 65-66 e 103.
- (13) SANTOS, Francisco Martins dos - História de Santos, de 1532 a 1936. Vol. II. Santos, Empresa Graphica da Revista dos Tribunaes, 1937. Cap. XXIV, p. 70.
- (14) Idem Ibidem, pp. 69-73
- (15) BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 22º vol... pp. 43, 71-76, 126-171 e, 23º vol. Campinas, Ind. Gráfica Saraiva (SP), 1967, pp. 45 (entre outras) e 103-106.
- (16) BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 22º Vol... pp. 15, 40, 153, 156-157, entre várias.
MORSE, Richard M. - op. cit., p. 248.
- (17) BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 21º Vol. Campinas, Ind. Gráfica Saraiva (SP), 1966, pp. 73-81, 157-167; 22º vol...pp. 8-9, 13-15, 100, 127, 139, 152; e 23º Vol...pp. 43-50, 56-57, 62.
- (18) Problema anterior a 1889, a questão do abastecimento de água da cidade merecia atenção especial do campineiro há vários anos, o que se acentuará nesse período epidêmico, quando em poucos momentos a água não será diretamente responsabilizada pela febre amarela.
Cf.: BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 14º Vol. Campinas, Ind. Gráfica Saraiva (SP), 1962, pp. 57-136; 22º Vol...pp. 77-81, 86-98, 127, 146, 167, 169; e, 23º Vol...pp. 14-15, 40-42, 73-74, 77-78.
- (19) BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 22º Vol... pp. 128-137, 149-150, 152, 166; e 23º Vol...pp. 13-14, 48, 60-61, 65-66, 75-78.
- (20) BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 23º Vol... pp. 29, 81-89, 98, 102-106 e 111.
- (21) Idem Ibidem, pp. 95-101.
Sobre tentativas para acabar com a febre amarela, veja ainda:
Folha do Braz (SP) - Anno II, nº 76, 9-7-1899. "Várias Notícias", p. 2, col. 3.

- (22) BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 22ª Vol... pp. 152, 156-158.
- (23) BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 23ª Vol... p. 111.
- (24) Folha do Braz (SP) - Anno III, nº 87, 29-10-1899. "Esgarajando", p. 1, col. 5.
Veja o mesmo jornal, Anno III, nº 88, 5-11-1899. "Peste Bubonica", p. 1, col. 1 e 2 (Último Parágrafo).
- (25) Folha do Braz (SP) - Anno III, nº 87, 29-10-1899. "Peste Bubonica", p. 1, col. 1 e 2 (1ª e 4ª Parágrafos); nº 88, 5-11-1899, "Peste Bubonica", p. 1, col. 1 e 2 e, nº 90, 19-11-1899. "Cortiços em São Paulo", p. 1, col. 4 e 5 (1ª Parágrafo).
- (26) SANTOS, Francisco Martins dos - op. cit., pp. 70-71.
- (27) BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 23ª Vol... p. 111.
- (28) BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 22ª Vol... pp. 46, 78, 134, 142-143, 151, 165-166; e, 23ª Vol... pp. 14, 28 e 88.
- (29) Folha do Braz (SP) - Anno III, nº 87, 29-10-1899. "Peste Bubonica", p.1, col.1 e 2 e, "Hygiene do Braz", p. 1, col. 2 e 3.
- (30) Folha do Braz (SP) - Anno III, nº 88, 5-11-1899. "Alta de Preços de Desinfectantes", p. 2, col. 1. Os grifos são meus.
- (31) Folha do Braz (SP) - Anno IV, nº 94, 23-12-1900. "Folha do Braz", p. 1, col. 1 e 2 e, "Em Prol do Braz", p.1 col.2. Cf.: PINHEIRO, P. S e HALL, M.M. -Vol.II, op.cit., pp 23-28
- (32) Folha do Braz (SP) - Anno III, nº 86, 22-10-1899. "Peste Bubonica", p.1, col. 5.
Cf.: MORSE, Richard M. - op. cit., p. 264.
- (33) Folha do Braz (SP) - Anno III, nº 86, 22-10-1899. "Com a Camara", p.1, col. 2; nº 87, 29-10-1899. "Remoção do Lixo", p.1, col. 4 e 5; nº 88, 5-11-1899. "Peste Bubonica", p.1, col. 4, "Remoção do Lixo", p. 1, col. 3 e 4 e p. 2, col. 2; nº 89, 12-11-1899. "Chamamos a atenção do sr. dr. Prefeito municipal para a carta abaixo", p.1, col. 2 e 3; nº 90, 19-11-1899. "Pela Hygiene", p. 2, col. 2 e "(...) Remoção do Lixo", p., col. 2 e 3 e, Anno IV, nº 96, 6-1-1901. "Pelo Fovo", p. 2, col. 3.
- (34) Folha do Braz (SP) - Anno III, nº 88, 5-11-1899, p. 2, col. 2 e, nº 90, 19-11-1899. "A Camara", p. 2, col. 2 (2ª Parágrafo), entre outros.

- A Lanterna (SP) - Anno II, nº 30, 23-12-1903. "Ultima Hora - O Prefeito e a Light", p. 3, col. 4 e, nº 33, 28-12-1903, p. 1, col. 4.
- SANT'ANNA, Nuto - São Paulo Histórico - aspectos, lendas e costumes. Vol. IV. São Paulo. Composto e Impresso na Gráfica da Prefeitura, 1944. O Prefeito Antônio Prado, pp. 195-198.
- (35) Folha do Braz (SP) - Anno III, nº 86, 22-10-1899. "Peste Bubonica". p. 1, col.5.
- (36) Folha do Braz (SP) - Anno III, nº 88, 5-11-1899. "A Remoção do Lixo", p. 1, col. 3 e 4.
Ver também: o mesmo jornal, Anno III, nº 85, 15-10-1899, p. 2, col. 1; nº 87, 29-10-1899, p. 1, col. 2 e 3; nº 89, 12-11-1899, p. 2, col. 2 e, nº 90, 19-11-1899, p. 1, col. 2 e 3 (1ª e 2ª Parágrafos), entre vários, muitos deles visitando também a Câmara Municipal de forma especial.
- (37) Folha do Braz (SP) - Anno III, nº 88, 5-11-1899. "Peste Bubonica", p. 2, col. 2 e, nº 90, 19-11-1899. "Cortiços em São Paulo", p. 1, col. 4 e 5 (o artigo havia sido publicado truncado no nº 89).
Confira ainda, o mesmo jornal, Anno III, nº 90, 19-11-1899, p.1, col. 2 e 3 (Item 7ª); Anno IV, nº 96, 6-1-1901, p. 2, col. 1 e, nº 101, 10-2-1901, p. 2, col. 1.
- (38) Cf.: Entre os vários textos que apontam as epidemias como uma catástrofe para as cidades, o estado de São Paulo e o próprio país:
Folha do Braz (SP) - Anno III, nº 87, 29-10-1899. "Hygiene do Braz", p. 1, col. 2 e 3.
BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 22ª Vol... pp. 79-131 e, 23ª Vol...pp. 67-70.
Merece destaque o episódio ocorrido na cidade de Campinas em 1890, quando os moradores se revoltaram contra a aventada possibilidade de uma nova epidemia de febre amarela, o que seria desastroso para a cidade (os alvos principais foram os drs. Antenor Guimarães, Inspetor de Higiene e Eduardo Guimarães).
BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 23ª Vol... pp. 51-65.
- (39) O Rebate (SP) - Anno Terceiro, nº 67, 16-12-1899. "Camara Municipal", p. 2, col. 1 e 2.
Folha do Braz (SP) - Anno III, nº 89, 12-11-1899. "Chamamos a atenção...", p. 2, col. 1; nº 90, 19-11-1899. "A Camara", p. 2, col. 2 e, nº 91, 26-11-1899. "A camara..." p. 1, col. 2.
Veja, sobre os problemas das cidades, soluções tomadas e a posição popular:
BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 12ª Vol. Campinas, Ind. Gráfica Saraiva (SP), 1961, pp. 87-97.
SANT'ANNA, Nuto - op. cit., pp. 233-236.
O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 149, 17-6-1919. "Araraquara -- A hydrofobia do Prefeito Mata-Cão".

Sobre os limites da ação governamental e seus caminhos:
STORCH, Robert D. - "O Policiamento do Cotidiano na Cidade de Vitoriana". Revista Brasileira de História. São Paulo. Marco Zero, 5 (8/9): 7-33, set. 1984/abr. 1985.

- (40) Cf.: Folha do Braz (SP) - Anno II, nº 75, 2-7-1899. "Faiscas", p. 1, col. 2 e 3; Anno III, nº 84, 8-10-1899. "Pró-Braz", p. 1, col. 1 e, nº 85, 15-10-1899. "Pró-Braz", p. 2, col. 1.
Para ficarmos somente em alguns artigos que precederam, de forma imediata, a epidemia de peste bubônica.
- (41) Cf.: Folha do Braz (SP) - Anno IV, nº 94, 23-12-1900. "A Prefeitura", p. 1, col. 4; nº 95, 30-12-1900. "Pelo Povo" p. 2, col. 1; nº 96, 6-1-1901. "Pelo Braz", p. 2, col. 4, entre outros.
A Lanterna (SP) - Anno IV, nº 31, 14-5-1910. "A Lanterna em S. Vicente", p. 4, col. 2.
O Parafuso. São Paulo. Anno VI, nº 184, 26-2-1920. "Rat-NIP", p. 5; junho de 1920 (mês provável), desenho com o título "O Comercio Honesto", p. 4 (?) -- revista danificada; nº 200, 16-6-1920. "Uma Vergonha no Coração da Cidade", p. 7.
- (42) Edificações, fornecimento de luz, água, transporte etc., atestam esse crescimento:
Folha do Braz (SP) - Anno II, nº 76, 9-7-1899. "Com o Sr. Prefeito", p. 2, col. 3 e 4; Anno IV, nº 94, 23-12-1900. "Em prol do Braz", p. 1 col. 2, "Ao Inspector de Veiculos", p. 1, col. 2, "A Prefeitura" (parte final), p. 1, col. 4, "Bondes Electricos", p. 1, col. 5, "Pelo Povo", p. 2, col. 4; nº 95, 30-12-1900. "Bondes Electricos", p. 1, col. 4, "Pelo Povo", p. 2, col. 1; nº 96, 6-1-1901. "Em prol do Braz", p. 2, col. 1; "Bondes Electricos", p. 2, col. 2; nº 97, 13-1-1901. "O nosso bairro", p. 1, col. 1; nº 99, 27-01-1901, p. 2, col. 2; nº 101, 10-2-1901, p. 2, col. 3 (sobre a estação da Luz), "Pelo Povo", p. 2, col. 1.
A Lanterna (SP) - Anno II, nº 24, 16-12-1903, p. 2; nº 28 21-12-1903. "Ultima Hora - Agua para S. Paulo", p. 2, col. 4; nº 29, 22-12-1903. "Ultima Hora - Secretaria do Interior - Prefeitura Municipal", p. 2, col. 3".
- (43) Folha do Braz (SP) - Anno IV, nº 94, 23-12-1900. "Até que Enfim!!!", p. 2, col. 3.
- (44) Folha do Braz (SP) - Anno IV, nº 97, 13-1-1901. "O nosso bairro", p. 1, col. 1. Veja ainda o artigo "Em prol do Braz", p. 1, col. 4.
- (45) Folha do Braz (SP) - Anno IV, nº 99, 27-1-1901, p. 1, col. 5. Veja a caricatura na p. 1.
Ver também: o mesmo jornal, Anno IV, nº 95, 30-12-1900. "A Semana", p. 1, col. 2, 3 e 4; nº 98, 20-1-1901. "Em prol do Braz", p. 1, col. 4. "A Semana", p. 1, col. 5 e caricatura na p. 1; nº 100, 3-2-1901. "O Braz...", p. 1,

- col. 1 e 2 e, nº 101, 10-2-1901. "Pelo Povo" (comentário final), p. 2, col. 1.
PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. - Vol. II, op. cit., pp. 245-246.
- (46) Folha do Braz (SP) - Anno III, nº 88, 5-11-1899, "Peste Bubonica", p. 1, col. 4. Os grifos são meus.
Cf.: o mesmo periódico, Anno IV, nº 97, 13-1-1901. "Com a Hygiene", p. 2, col. 1.
- (47) Folha do Braz (SP) - Anno IV, nº 95, 30-12-1900. "Pelo Povo", p. 2, col. 1. Os grifos são meus.
Veja ainda, o mesmo jornal, Anno III, nº 90, 12-11-1899. "A Camara", p. 2, col. 2.
GREENFIELD, Gerald M. - "The Development of the Underdeveloped City: Public Sanitation in São Paulo, Brazil, 1885-1913". Luso-Brazilian Review. Published by The University of Wisconsin Press, 17(1): 107-118, 1980, pp. 112-113.
PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. - Vol. II, op. cit., p.24.
Divergências e resistências quanto a peste bubônica e seu tratamento podem também ser sentidas:
Folha do Braz (SP) - Anno III, nº 87, 29-10-1899. "Peste Bubonica", p. 1, col. 1 e 2 e, nº 88, 5-11-1899. "Peste Bubonica", p. 1, col. 1 e 2. Ao falarem de Santos
MENDES, R. Teixeira - Ainda pela Organização Republicana da Higiene. IAPB. Rio de Janeiro. Tipografia Jornal do Comércio, de Rodrigues & C., 1915, nº 384, pp. 13-16.
Ainda as Cruéis e Absurdas Monstruosidades do Despotismo Sanitário. IAPB. Rio de Janeiro. Tipografia Jornal do Comércio, de Rodrigues & C., 1917, nº 252, 8 p.
- (48) MORSE, Richard M. - op. cit., p. 246.
- (49) PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. - Vol. II, op. cit., p.26.
- (50) MORSE, Richard M. - op. cit., p. 153.
ANT'ANNA, Nuto - op. cit., pp. 19-22.
- (51) LEI nº 43, de 18 de julho de 1892. "Organiza o Serviço Sanitário do Estado". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo II, 1929, pp. 24-27, especialmente p. 26.
DECRETO nº 87, de 29 de julho de 1892. "Regulamenta a lei nº 43, de 18 de Julho do corrente anno, que organiza o serviço sanitario do Estado". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo II, 1929, pp. 166-183, especialmente, p. 169.
DECRETO nº 233, de 2 de março de 1894. "Estabelece o Código Sanitario". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo IV, 1918. Cap. XXVII, pp. 108-109.
- (52) DECRETO nº 233, pp. 108-109.
- (53) DECRETO nº 2.918, de 9 de abril de 1918. "Dá execução ao Código Sanitario do Estado de São Paulo". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo XXVII, 1919, pp. 112 - 121.

O Instituto Vacinogênico, criado em 1892, passa a funcionar de forma dependente do Instituto Bacteriológico em 1917 (LEI nº 1.596, de 29 de dezembro de 1917. "Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo XXVI, 1918, p. 162).

- (54) DECRETO nº 2.918, pp. 120-121. Os grifos são meus. Cf.: DECRETO nº 394, de 7 de outubro de 1896. "Approva o regulamento do Serviço Sanitário". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo VI, 1896, p. 426. DECRETO nº 2.141, de 14 de novembro de 1911. "Reorganiza o Serviço Sanitário do Estado". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo, pp. 186-188. DECRETO nº 2.918, pp. 113, 120-127.
- (55) Entre vários:
LOPES, Myriam Bahia - Práticas Médico-Sanitárias e Remodelação Urbana na Cidade do Rio de Janeiro — 1890/1920. Campinas, 1988 (Tese apresentada junto ao Departamento de História/IFCH/UNICAMP).
SEVCENKO, Nicolau - A Revolta da Vacina — Mentres Insanas em Corpos Rebeldes. São Paulo, Brasiliense, 1984.
STEPAN, Nancy - op. cit.
Ver também: CARONE, Edgard - Movimento Operário no Brasil (1877-1944). São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1979, pp. 183-186.
- (56) O Farafuso. São Paulo. Anno V, nº 142, 29-4-1919. "Vaccina A Muque? Não Póde Ser!", p. 6. O grifo é meu. Medicastro é, segundo o dicionário Aurélio, sinônimo de médico incapaz e, também, de curandeiro. Veja a mesma revista, Anno V, nº 141, 22-4-1919, p. 6: "(...) São Paulo, a capital, está também cheia dessa gente [charlatães e curandeiros]. O próprio secretário do Interior é um "charlatão" diplomado..." e, nº 146, 27-5-1919. "Vaccina a muque. A falta de um bom cacete certas pustulas medicas abusam", p. 14: "Isso que tem acontecido [violação de domicílio, vacinação à força etc.], é necessário dizer, se tem passado nos bairros operários". A revista O Farafuso havia sido censurado no ano anterior devido a postura "esquerdista" que assumia. Veja também:
A Plebe (SP) - Anno III, nº 28, 9-10-1919. "Coisas da Famigerada Cia Antarctica", p. 3, col. 6.
MENDES, R. Teixeira - Uma Decisão do Poder Judiciário contra o Despotismo Higiênico. IAPB. Rio de Janeiro. Tipografia Jornal do Comércio, de Rodrigues & Cia, 1906, nº 272, 4 p.
- (57) "Salubridade não é a mesma coisa que saúde, e sim, o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível. Salubridade é a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são susce-

- tíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde".
FOUCAULT, Michel - Microfísica do Poder. 4ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984. Cap. V - O Nascimento da Medicina Social, p. 93.
- (58) Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 3, 29-3-1908. "Carta do Rio", p. 1, col. 4 e 5 e, nº 19, 26-7-1908. "Carta do Rio", p. 2, col. 2 e 3.
Cf.: STEPAN, Nancy - op. cit., pp. 89-90.
- (59) Cf.: artigo publicado pelo O Amigo do Povo (SP) - Anno III, nº 56, 25-6-1904. "A Proposito do Testamento Científico de H. Spencer (Conclusão) - III", p. 3, col. 3 e 4 e p. 4, col. 1.
- (60) Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 22, 16-8-1908. "A Varíola", p. 1, col. 4.
- (61) Sobre a atuação dos positivistas: LOPES, Myriam Bahia - op. cit., pp. 42-83.
- (62) MENDES, R. Teixeira - Ainda a Questão da Varíola e da Vacina. IAPB. Rio de Janeiro. Tipografia Jornal do Comércio, de Rodrigues & Cia, 1908, nº 264, p. 3.
- (63) MENDES, R. Teixeira - Ainda a Vacinação Obrigatória e a Política Republicana. IAPB. Rio de Janeiro. Tipografia Jornal do Comércio, de Rodrigues & Cia, 1908, nº 259, 16p.
- Ainda em Defesa da Política Republicana Atraiçoada pela Higiene Oficial. IAPB. Rio de Janeiro. Tipografia Jornal do Comércio, de Rodrigues & Cia., 1908, nº 266, 16 p.
- (64) MENDES, R. Teixeira - Ainda em Defesa da Política Republicana Atraiçoada pela Higiene Oficial. pp. 15-16. Veja ainda: do mesmo autor, Ainda o Despotismo Sanitário e a Política Republicana. IAPB. Rio de Janeiro. Tipografia Jornal do Comércio, de Rodrigues & Cia., 1910, nº 295, 4 p.
- (65) Cf.: O Amigo do Povo (SP) - Anno III, nº 60, 20-8-1904. "Biografia", p. 4, col. 1 e 2.
Aurora. São Paulo. Anno I, nº 1, 1º-2-1905. "Bibliografia", p. 13.
Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 29, 6-10-1908. "Publicações Recebidas", p. 2, col. 4; nº 32, 29-10-1908. "Publicações Recebidas", p. 3, col. 1 e 2 e, Anno II, nº 93, 26-7-1909. "Publicações Recebidas - Livros e Folhetos", p. 2, col. 7.
- (66) Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 29, 6-10-1908. "Publicações Recebidas", p. 2, col. 4.
- (67) Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 22, 16-8-1908, "Sobre a Vaccina", p. 3, col. 1.
- (68) Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 29, 6-10-1908. "Echos &

Notas — Sobre a Vaccina", p.1, col. 2 e 3.

- (69) Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 29, 6-10-1908. "Echos & Notas — Sobre a Vaccina", p. 1, col. 2 e 3 e, nº 24, 30-8-1908, "Ecos & Notas — Vaccinar, é a ordem", p. 1, col. 3.
- (70) Folha do Povo, (SP) - Anno I, nº 24, 30-8-1908. "Ecos & Notas — Vaccinar, é a ordem", p. 1, col. 3.
Veja também: o mesmo jornal, Anno I, nº 29, 6-10-1908. - "É ordem..." (desenho e comentário), p. 3, col. 1.
- (71) Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 29, 6-10-1908. "Ecos & Notas", p. 1, col. 2 e 3 e nº 30, 15-10-1908. "Ecos & Notas", p. 1, col. 2 a 4.
Veja ainda: o mesmo jornal, Anno I, nº 32, 29-10-1908. - "Ecos & Notas — A Tyrannia Sanitaria", p. 1, col. 3.
- (72) Apenas como exemplo:
MENDES, R. Teixeira - Ainda a Questão da Varióla e da Vaccina", pp. 1 e 2.
- Ainda em Defesa da Política Republicana na Atraiçoada pela Higiene Oficial, p. 15.
- (73) LOPES, Myriam Bahia - op. cit., pp. 42-54.
Folha do Povo (SP) - Anno III, nº 46, 4-5-1909. "Publicações Recebidas — Livros e Folhetos: "A Verdade em Medicina" do Dr. Alberto Seabra", p. 3, col. 4.
- (74) Para ficarmos apenas em alguns números de um periódico utilizado no item "Varióla - 1908", números esses que precederam a epidemia em São Paulo:
Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 1, 15-3-1908. "Pelo Mundo" p. 2, col. 1. "Vida Associativa", p. 3, col. 3, anúncios: "As bases do Sindicalismo" de Emílio Pouget e "Infanticídio" de Motta Assunção, p. 3, col. 4; publicam o folhetim: "Os Amassadores" de Máximo Gorki, p. 3, col. 1 a 4; Nº 5, 12-4-1908. "Vida Associativa", p. 2, col. 4 (noticiam a fundação do grupo "Aurora" — propaganda libertária); nº 6, 19-4-1908. "Resenha Telegraphica", p. 2, col. 1. "2º Congresso Operario Estadual", p. 2, col. 3, notícias de jornais recebidos (como Avanti!, p.2, col. 3, e Aurora Social, p. 3, col. 1); nº 7, 30-4-1908. "2º Congresso Operario Estadual", p. 2, col. 3; nº 16, 2-7-1908, p. 1, col. 4, e p. 2, col. 1; nº 19, 26-7-1908. Folhetim: "Bandido, sim!", "Greve dos Tecelões", p. 2, col. 3 e, nº 21, 9-8-1908. "Movimento Operario", p. 3, col. 3 e 4, "Charutaria Lealdade" (obras libertárias), p. 4.
Os anúncios, publicações, seções e notícias isoladas de greves, jornais etc., que se repetem na Folha do Povo (SP) existem em vários outros periódicos.
- (75) Entre outros:
PINHEIRO, P. S. - "O Proletariado Industrial na 1ª República", in: Fausto, Boris (org.) História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, Tomo III (9): 135-173, 1975.

- (76) Cf.: Folha do Povo (SP) - Anno II, nº 47, 6-5-1909. "Informações Úteis", p. 3, col. 3 e 4; nº 59, 20/21-5-1909. "Notícias Diversas — Demographia", p. 2, col. 5; nº 70, 2/3-6-1909. "Noticias Diversas — O Estado Sanitario", p. 2, col. 5; nº 71, 3/4-6-1909. "Noticias Diversas — o estado sanitario", p. 1, col. 2; nº 72, 4/5-6-1909. "Noticias Diversas — O estado sanitario", p. 2, col. 2; nº 75, 8/9-6-1909. "O Estado Sanitario", p. 1, col. 4 e, nº 82, 17/18-6-1909. "Noticias Diversas — Demographia Sanitaria" p. 2, col. 1 a 4.

Exemplo de busca de alternativa a essa aceitação da vacina é a propaganda, significativamente, de 1904 e 1908, de um medicamento que preveniria e combateria a variola:

"Jornaes norte americanos occupam-se da recente descoberta de um seguro remedio contra a variola: o cremor de tartaro.

" "The General Presbiteriam", assim se exprime: "Que mais terriveis casos de variola podem ser efetivamente curados em tres dias simplismente, pelo cremor de tartaro.

"Uma onça de cremor de tartaro dissolvida em meio litro de agua quente e tomado aos poucos com curtos intervallos, tal é o seguro e infallivel remedio.

"Pode ser tomado ao mesmo tempo como preservativo e como curativo.

"Sabe-se ter este remedio, curado a mais de cem mil pessoas sem um unico caso fatal.

"Não deixa marca, não causa cegueira e previne outras conseqüencias". "

O Livre Pensador (SP) - Anno II, nº 52, 16-10-1904, p. 4, col. 3.

Veja: Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 6, 19-4-1908. "Miscellanea — Um Conselho", p. 2, col. 4.

- (77) Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 1, 15-3-1908. "Os Pernilongos", p. 2, col. 2.
- (78) Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 21, 9-8-1908. "Ecos & Notas — Autonomia do Braz", p. 1, col. 2 e 3.
- (79) Folha do Povo (SP) - Anno II, nº 65, 27/28-5-1909. "Noticias Diversas — Troça", p. 3, col. 2.
Veja ainda, entre outros: o mesmo jornal, Anno I, nº 1, 15-3-1908. "O Braz e o Imperio", p.1, col. 4, "O pó no bairro do Braz", p. 3, col. 2; nº 2, 22-3-1908. "Deus os fez...", p. 1, col. 1 e 2, "Consta no bairro", p. 3, col. 2 e 3; nº 3, 29-3-1908. "Ainda a Central - O estado do pateo da E. do Norte — Uma Carta", p. 2, col. 2; nº 4, 5-4-1908. "Cartas e reclamações — Ainda a Poeira", p. 3, col. 2; nº 6, 19-4-1908. "Ecos & Notas — O Braz na Baila e Arborização no Braz", p. 1, col. 2 e 3; nº 7, 30-4-1908. "Ecos & Notas — Continuamos a Registrar", p. 1, col. 3, e nº 25, 6-9-1908. "Observando", p. 2, col. 4.
- (80) Essa objeção aparecerá também, algumas vezes, em jornais, não ligados diretamente aos operários. Veja as transcri-

ções e/ou comentários:

Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 6, 19-4-1908. "Ecos & Notas — O Braz na Baila", p. 1, col. 2 e 3; nº 7, 30-4-1908 "Ecos & Notas — Continuamos a Registrar", p. 1, col. 3 e nº 16, 2-7-1908. "Ecos & Notas — Um bom artigo", p. 1, col. 2 e 3.

- (81) Como exemplos de obras realizadas no interior do Estado veja:
Folha do Povo (SP) - Anno II, nº 46, 4-5-1909. "Varias Noticias — Melhoramentos Uteis", p. 2, col. 2; nº 47, 6-5-1909. "Varias Noticias — Abastecimento de aguas", p. 2, col. 3; nº 50, 9-5-1909. "Varias Noticias — Emprestimo", p. 2, col. 4; nº 57, 18/19-5-1909. "Noticias Diversas — Melhoramentos em Palmeiras e Melhoramentos em Mogy Mirim", p. 3, col. 4; nº 60, 21/22-5-1909. "Pelo Estado — Bragança", p. 2, col. 5 e nº 71, 3/4-6-1909. "Noticias Diversas — Em Mogymirim", p. 2, col. 2.
- (82) Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 16, 2-7-1908. "Ecos & Notas — Um bom artigo", p.1, col. 2 e 3.
- (83) Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 4, 5-4-1908. "A mania das grandezas", p. 1, col. 1 a 3.
Veja também: o mesmo jornal, Anno I, nº 7, 30-4-1908. "Ecos & Notas — Continuamos a Registrar" (comentário da "Folha"), p. 1, col. 3; nº 8, 7-5-1908. "Cartas e Reclamações — A rua Coimbra", p. 2, col. 4 e, nº 18, 19-7-1908. "Observando", p. 1, col. 4 e p. 2, col. 1.
Confira ainda: GREENFIELD, Gerald M. - op. cit., pp. 107-118.
- (84) Veja sobre esse pensador, cuja utilização pelos periódicos não representa exceção, a nota nº 59 desse Capítulo.
- (85) Folha do Braz (SP) - Anno IV, nº 102, 19-2-1901. "Em Pro do Braz" p. 1, col. 2 e 3.
Cf.: além dos artigos citados na nota nº 83, entre outros, Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 6, 19-4-1908. "Ecos & Notas — O Braz na Baila", p. 1, col. 2 e "Cartas e reclamações — A rua Santa Rosa", p. 3, col. 1; nº 6, 2-7-1908. "Ecos & Notas — Um bom artigo", p. 1, col. 2 e 3 e, nº 24, 30-8-1908. "Observando", p. 1, col. 4, e Anno II, nº 48, 7-5-1909. "Parole", p. 1, col. 1 e 2.
- (86) Cf.: Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 4, 5-4-1908. "Ecos & Notas — A Avenida Rangel Pestana", p. 1, col. 4; nº 6, 19-4-1908. "Ecos & Notas — O Braz na Baila", p. 1, col. 2 e 3, e, nº 7, 30-4-1908. "Ecos & Notas — Continuamos a Registrar", p. 1, col. 3.
- (87) Cf.: Folha do Braz (SP) - Anno III, nº 84, 8-10-1899. "Pró-Braz", p. 1, col. 1; nº 94, 23-12-1900. "Em prol do Braz", p. 1, col. 2. Entre várias, além das referências respeitadas (em geral elogiosas) principalmente ao prefeito de S. Paulo.

- Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 6, 19-4-1908, "Ecos & Notas — A Arborização do Braz", p. 1, col. 2 e 3; nº 9, 14-5-1908. "Cartas e reclamações — Os boeiros da Ladeira do Carmo", p. 3, col. 1; nº 25, 6-7-1908. "Observando", p. 2, col. 4; entre outros.
- (88) Folha do Braz (SP) - Anno IV, nº 97, 13-1-1901. "Em prol do Braz", p. 1, col. 4.
Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 21, 9-8-1908. "Ecos & Notas — Autonomia do Braz", p. 1, col. 2 e 3.
- (89) Cf.: Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 4, 5-4-1908. "Cartas e reclamações — O Beco do Luccas", p. 3, col. 2, e nº 7, 30-4-1908. "Cartas e reclamações — A rua 21 de Abril", p. 3, col. 1 e 2.
- (90) Cf.: páginas 36, 37, 38 e 46.
- (91) Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 21, 9-8-1908. "Ecos & Notas — Autonomia do Braz", p.1, col. 2 e 3; nº 22, 16-8-1908. "Ecos & Notas — Pelo Braz e Belemzinho", p. 1, col. 4; nº 23, 23-8-1908. "Pelo Braz", p. 1, col. 4, e p. 2, col. 1, "Ecos & Notas — Pelo Braz e Belemzinho", p. 2, col. 1 e 2 e, nº 24, 30-8-1908, "Observando", p. 1, col. 4.
- (92) Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 23, 23-8-1908. "Ecos & Notas — Pelo Braz e Belemzinho", p. 2, col. 1 e 2, e, nº 24, 30-8-1908. "Ecos & Notas — Pelo Braz e Belemzinho", p. 1, col. 2.
- (93) Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 7, 30-4-1908. "Ecos & Notas — Continuamos a Registrar", p.1, col. 3.
- (94) BEGUIN, François - "Les Machineries Anglaises du Confort," Recherches, Fontenay Sous Bois, 29: 155-186, 1978, p. 174.
- (95) Folha do Povo (SP) - Anno II, nº 44, 2-5-1909. "Hoje e amanhã", p. 1, col. 1 e 2. O grifo é meu.
 Veja também: o mesmo periódico, Anno II, nº 43, 1º-5-1909 (data provável - jornal danificado). "Mundo operário", p. 3, col. 1 e 2, e, nº 48, 7-5-1909. "Parole", p. 1, col.1 e 2.
- (96) BEGUIN, François - op. cit., pp. 172-176 (notadamente pp. 175-176).
- (97) A Lanterna (SP) - Anno IV, nº 34, 4-6-1910. "A Lanterna em Atibaia", p. 2, col. 6.
- (98) Cf.: item "Varíola - 1908", desse Capítulo.
- (99) STEPAN, Nancy - op. cit., p. 68.
 Data desse período da peste bubônica a requisição da fazenda Butantã para organização de um laboratório para fabricação de soros e vacinas. O Instituto Seruntherápico

criado em 1901 ficará sob a direção de Vital Brasil (auxiliar direto de Adolfo Lutz em Santos).

- (100) Idem Ibidem, Capítulo 4.
MERRY, Emerson E. - op. cit., pp. 78-79, 82.
- (101) AMERICANO, Jorge - São Paulo Neste Tempo (1915-1935). São Paulo, Melhoramentos, 1960, p. 20.
- (102) MARCONDES DE SOUZA, T. Oscar - O Estado de São Paulo - Físico, Político, Econômico e Administrativo. São Paulo, Estabelecimento Graphico Universal, 1915, pp. 210-215.
- (103) A Lanterna (SP) Ano XI, nº 149, 27-7-1912. "Capital e Trabalho" (cont.), p. 3, col. 2 e 3.
- (104) A Lanterna (SP) - Ano XI, nº 150, 3-8-1912. "Capital e Trabalho" (cont.), p. 3, col. 2 e 3.
- (105) Uma das principais lutas dos trabalhadores, a batalha pela conquista e manutenção das 8 horas de trabalho esteve muito unida a campanha pelo descanso semanal e, principalmente, pelo fim das horas extras. Com várias vitórias e muitos reveses essa luta pode ser acompanhada, desde o final do século XIX, na Capital e no interior de S. Paulo. Associando 8 horas de trabalho a maior possibilidade de manutenção da saúde, a instrução e, de forma especial, a oportunidade de emprego para mais homens, essa luta aparecerá em vários jornais operários que muito contribuíram para sua propaganda, tais como: O Socialista (SP), O Rebate (SP), A Lanterna (SP), O Chapeleiro (SP), A Terra Livre (SP/RJ), O Livre Pensador (SP), A Voz Operaria (Campinas), A Luta Proletaria (SP), Folha do Povo (SP), Aurora Social (Santos), O Proletario (Santos), A Plebe (SP), O Grito Operario (SP), A Patuleia (SP), O Jornal do Subiroff (SP), O Syndicalista (Bauru), A Voz da União (SP), O Solidario (Santos) e O Internacional (SP).
Nesses mesmos periódicos torna-se possível acompanhar, no tadamente a partir de meados da 1ª década do século XX, a mobilização dos trabalhadores, a maioria com idéias libertárias, sua luta pela organização de sindicatos, bem como, suas ações na sociedade. Entre as várias obras (com diferentes interpretações) que tematizam a presença e atuação do proletariado estão as de: Boris Fausto, Edgard Carone, Edgard De Decca, John W. F. Dulles, Kazumi Munakata, Lígia M^a Osório Silva, Michael M. Hall, Paulo S. Pinheiro, Sheldon L. Maran, entre outras.
Outro problema renitente na vida do trabalhador, a carestia será constantemente denunciada em jornais como A Lanterna (SP) e A Plebe (SP), inclusive com vários artigos sobre a organização da Liga Popular Contra a Carestia da Vida em 1912, de ação e vida irregulares durante os anos seguintes mas que demonstra a gravidade do problema para os operários e sua luta para debelá-lo.
Veja também: ROLNIK, Raquel - op. cit., pp. 130-133.

- (106) Annaes Sanitarios. São Paulo. Anno I, nº1 (2 manuscrito), out. 1918. "O que é a "Influenza Hespanhola"", pp. 16-17.
- (107) COSTA, Nilson Rosário - op. cit., pp. 86-93.
- (108) Idem Ibidem, p. 93.
Cf.: MERHY, Emerson E. - op. cit., pp. 83-84.
- (109) Annaes Sanitarios. São Paulo. Anno I, nº1 (2 manuscrito), out. 1918. "O Mez Sanitario", pp. 68-69.
A Rolha. São Paulo. Anno I, nº 38, 3-12-1918. "Uma demissão injusta", p. 16.
- (110) COSTA, Nilson do Rosário - op. cit., pp. 86-93.
RIBEIRO, Maria Alice Rosa - Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930). Campinas, 1980 (Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas), p. 130.
A Vanguarda (SP) - Anno I, nº 3, 28-2-1921. "A morte ronda...", p. 3, col. 5.
- (111) A Rolha. São Paulo. Anno I, nº 38, 3-12-1918. "Ecos da "hespanhola" — Os escandalos da Cruz Vermelha no Braz", p. 13.
Veja ainda: A Rolha. São Paulo. Anno I, nº 38... "A Cruz Vermelha de Itú", p. 15
O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 136, 18-3-1919. "O relatório da Cruz Vermelha", p. 6, e, nº 158, 19-8-1919. "Os colonos das Fazendas Cada Vez Mais Explorados", p. 11.
- (112) A Rolha. São Paulo. Anno I, nº 38, "Um quasi enterrado vivo...", pp. 3, 4 e 5.
Cf.: DEFOE, Daniel - Um Diário do Ano da Peste. Porto Alegre, L. & PM Editores, 1987, pp. 91-92.
- (113) AMERICANO, Jorge - op. cit., pp. 316-317.
BOSI, Ecléa - Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. São Paulo. T.A. Queiroz Editor, 1979, pp. 55-56, 111-112, 176-177, 248-249 e 310-311.
- (114) AMERICANO, Jorge - op. cit., p. 316.
- (115) Entre outros:
AMERICANO, Jorge - op. cit., pp. 155-156 e 161.
BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas, 20º vol. Campinas, Ind. Gráfica Saraiva (SP), 1965. pp. 89-93 e, 23º vol. pp. 16-22.
LOPES, Myriam Bahia - op. cit., pp. 65-67.
O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 127, 14-1-1919. "Os Curandeiros — Mais Um", p. 11.
SANTOS FILHO, Lycurgo - "Medicina no Período Imperial", in: Holanda, Sérgio Buarque de (org.) - História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, Tomo II (3): 467-486, 1967, pp. 483-484.
SINGER, Paul; CAMPOS, Oswaldo e, OLIVEIRA, Elizabet M. de Prevenir e Curar: o controle social através dos serviços

de saúde. 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense/Universitária; - 1981. 1ª Parte — 2.3 Os Serviços de Saúde e o Poder Médico e 2ª Parte — A Evolução da Situação de Saúde (notadamente o "1º Período").
STEPAN, Nancy - op. cit., pp. 36-59.

- (116) BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 20ª Vol... p. 91.
- (117) Cf.: BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 21ª Vol..., pp. 38-39, entre outras (inclusive de outros Volumes da mesma obra).
LEPES, Myriam Bahia - op. cit., p. 68.
- (118) Veja um enfoque da questão hoje:
LOYOLA, Maria Andréa - "Medicina Popular", in: Guimarães, Reinaldo (org.) - Saúde e Medicina no Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984, pp. 225-237.
- (119) BOSI, Ecléa - op. cit., pp. 81, 112, 225 e 248.
- (120) DEFOE, Daniel - op. cit., p. 36, e ss.
- (121) O Parafuso. São Paulo. Anno III, nº 71, 27-10-1917, "Mais Um Processo Contra O Parafuso", p. 13.
Veja ainda: AMERICANO, Jorge - op. cit., p. 157.
- (122) O Parafuso. São Paulo. Anno III, nº 71, p. 13 e, nº 72, 3-11-1917. "Mais Um Processo — Até os Curandeiros processam "O Parafuso"", pp. 8, 9 e 10.
- (123) O Parafuso. São Paulo. Anno III, nº 72, 3-11-1917, p. 11. Anno V, nº 132, 18-2-1919, p. 11 e 12; nº 141, 22-4-1919, p. 6; nº 143, 6-5-1919, p. 16 e, nº 170, 11-11-1919, "Em Mogi das Cruzes".
A Rolha. São Paulo. Anno I, nº 5, 9-4-1918, p. 11; nº 9, 7-5-1918, p. 6; nº 11, 21-5-1918, p. 10; nº 12, 28-5-1918, p. 12; nº 13, 4-6-1918, p. 11; nº 18, 9-7-1918, p. 14 e nº 41, 24-12-1918, p. 10.
- (124) O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 132, 18-2-1919. "A impunidade de um curandeiro...", p. 11 e 12.
- (125) A Rolha. São Paulo. Anno I, nº 6, 16-4-1918. "Cortando..." p. 6.
- (126) O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 143, 6-5-1919. "No Reino dos Curandeiros", p. 16.
Veja ainda: a mesma revista, Anno III, nº 72, 3-11-1917, p. 11; nº 170, 11-11-1919, "Em Mogi das Cruzes" e, nº 260, 11-8-1921, p. 11.
A Rolha. São Paulo. Anno I, nº 4, 2-4-1918, p. 16; nº 5, 9-4-1918, p. 2, e p. 11; nº 6, 16-4-1918, capa e p. 14; nº 9, 7-5-1918, p. 6 (comentário final); nº 11, 21-5-1918 p. 10; nº 12, 28-5-1918, p. 12; nº 13, 4-6-1918, p. 11 e, nº 157, 12-8-1918, p. 7 (charge).

- A Plebe. (SP) - Anno III, nº 3, 10-9-1919, p. 2, col. 3.
- (127) Cf.: A Plebe (SP) - Anno III, nº 3, 10-9-1919. "Acabemos com os charlatães... mas com todos!". p. 2, col. 3.
A Vanguarda (SP) - Anno I, nº 19, 19-3-1921. "Actualidades — Em Mogy-Mirim", p. 1, col. 3 e 4.
O Parafuso. São Paulo. Anno VII, nº 260, 11-8-1921. "No reino das piratagens...", p. 11 (parte final).
- (128) O que não significa o fim de denúncias ligadas a salubridade, a infra-estrutura. Veja:
A Rolha. São Paulo. Anno I, nº 1, 12-3-1918. "As pulgas do Royal", p. 8; nº 4, 2-4-1918. "As frequentadoras do Royal", p. 2; "O calçamento da rua 15", p. 8 e "Serviço Sanitário", p.16; nº 5, 9-4-1918. "Diz-se...", p. 2; nº 7, 23-4-1918. "As arvores do Largo de S. Bento", p. 6; nº 8, 30-4-1918. "Annuncio do "Diario Popular"", p. 11; nº 11, 21-5-1918. "As arvores do Largo de S. Bento" e "O calçamento da Rua Boa Vista", p. 6; nº 16, 25-6-1918. "O calçamento da Rua Conselheiro Furtado", p. 15; e, nº 38, 3-12-1918. "A repartição de Poeira Pública...", p. 15.
O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 133, 25-2-1919. "Cousas de Araras...", p. 14; nº 48, 10-6-1919. "A Portaria do Correio Geral", p. 4; nº 158, 19-8-1919. "O Descaso da Prefeitura pelas ruas da Capital", p. 13; nº 160, 2-9-1919. "Anomalias do Serviço de Limpeza Publica", p. 2; nº 169, 4-11-1919. "Pelo embelezamento da cidade", p.15; nº 171, 18-11-1919. "Um médico do Serviço Sanitário...", p. 10; e "A Repartição de Águas...", p. 12; nº 204, 14-7-1920, p. 10 (desenho); nº 239, 17-3-1921. "No Cemiterio do Araçá...", p. 9; nº 240, 24-3-1921. "Ainda o Circo Firmino Pinto", p. 9.
O Garoto. São Paulo, Anno I, nº 2, 3-4-1919. "O Estadista da rua Libero", p. 8.
O Operario. (Taubaté) - Anno I, nº 21, 16-8-1919. "Vários — Os Victorios", p. 2, col. 4.
A Plebe (SP) - Anno III, nº 22, 2-10-1919, "Água! A Seca no Alto da Mooca", p. 1, col. 5, e, nº 26, 7-10-1919 "O Forte Temporal de Ante-Montem", p. 1, col. 4.
O Jornal do Subiroff (SP) - Anno I, nº IIII (sic), 16-12-1920. "Coisas de Campinas", pp. 5-6.
A Vanguarda (SP) - Anno I, nº 2, 26-2-1921. "A Light faz o que quer", p. 1, col. 2.
O Syndicalista (Bauru) - Anno II, nº 22, 23-3-1921. "Mul-ta", p. 2, col. 4, e p. 3, col. 1.
- (129) A Rolha. São Paulo. Anno I, nº 9, 7-5-1918. "Os Charlatães e os Curandeiros" (comentário final), p. 6.
- (130) A Rolha. São Paulo. Anno I, nº 13, 4-6-1918. "Os especuladores victoriosos", p. 11.
- (131) A Plebe (SP) - Anno III, nº 2, 9-9-1919. "Através da Cidade — Uma mulher fugindo à vida", p. 2, col. 4 e 5.
 Veja ainda: A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 5, p. 11, (co

mentário sobre o povo); nº 6, p. 1, e, nº 12, p. 12 (início e final).

O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 132, p. 11 e 12 (final) e, nº 260, p. 11.

Confira também: ENGELS, Friedrich - A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo. Global Editora, 1986, pp. 123-124.

(132) Cf.: nota nº 97 desse Capítulo.

CAPÍTULO II

A AMEAÇA PERMANENTE: O ALCOOLISMO

"Eu sou a causa de toda a crueldade, transtorno os matrimonios, faço nascer no coração os sentimentos criminosos, mando nos lares, enveneno a raça, trago o envilecimento, a depravação, os suicídios, a loucura, o crime em todas as fórmãs imaginaveis. (...)
Eu sou... O ALCOOL."

"Assim como as tempestades derrubam arvores e afundam navios, o alcool, na sua marcha devastadora, aniquilla consciencias e afunda vidas inteiras. É, pois, o alcool um mal que nós, por todas as formas devemos combater e exterminar para que assim a evolução da humanidade se opere duma forma regular". (1)

Indivíduo/coletividade, a questão ao alcoolismo aparece em vários artigos da pequena imprensa como uma catástrofe, paralelamente pessoal e da comunidade. Problema cuja solução implica na necessidade de alteração do dia-a-dia das pessoas e, com esta, em mudanças na configuração geral da sociedade. A questão do alcoolismo coloca-se, pois, como emblema de uma vida arruinada, gerada por um tecido social doente — aquele em que se desenvolve a cidade industrial do início do século XX.

A eleição do problema do alcoolismo como uma questão primordial para os trabalhadores em jornais, acontece em um período em que toda a conformação social do estado de São Paulo passa por mudanças profundas com a concentração crescente das pessoas no espaço urbano, principalmente no da Capital. Período de reestruturação que incidirá sobre os novos habitantes das cidades e sobre seu espaço de vida e atividade enquanto, pouco a pouco, o mundo da fábrica se efetiva.

Organizados em sindicatos, grande parte destes operários que em sua maioria partilhavam idéias libertárias, tem no

alcoolismo alvo certo a combater. Problema presente no cotidiano individual, ele será denunciado por trabalhadores como um dos frutos da sociedade fabril, que não possibilita aos trabalhadores que nela atuam condições de vida satisfatórias: "A sede do álcool não é causa mas consequência da miséria", ensina A Plebe, em 1919, usando frase do químico alemão Liebig; enquanto A Vanguarda em 1921, alerta:

(...) "Viciados por este líquido mortal [o álcool], os operários desviam-se dos sindicatos, das bibliotecas e das escolas, para irem para a taverna jogar cartas e discutir banalidades. "É preciso modificar o meio social em que vivemos, mas para que esta transformação se realize necessário se torna que cada qual se modifique e aperfeiçoe". (2)

Problema motivado pela sociedade mas também algo individual no diagnóstico dos próprios trabalhadores, o alcoolismo será constantemente combatido sob múltiplos aspectos, através da imprensa operária. Em 1898 Benjamin Motta, em artigo intitulado "Mais Um?!", escrevia:

"O alcoolismo, fonte de muitíssimos males (...) existe porque os burgueses, sempre sedentos de ouro, aumentaram sempre a produção das bebidas alcoólicas, afim de ganharem dinheiro. Temos o exemplo em S. Paulo. Antes da criação da Antártica o consumo da cerveja era diminuto, mas o chop barato veio facilitar a todos o consumo da cerveja, e um pouco mais fundava-se a Bavaria. A consequência disto sabem todos foi o aumento do consumo e, fatalmente, o desenvolvimento do alcoolismo.

"Ao dinheiro, a sede de dinheiro unicamente deve-se attribuir a degradação moral das sociedades modernas". (3)

Mais de vinte anos depois, em 1920, o jornalista Ne-reu Rangel Pestana, ex-secretário da Diretoria do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, publica O Jornal do Subiroff,

periódico simpático a Revolução Russa de 1917 (como aliás era a maioria dos trabalhadores politizados naquele momento) onde atacava, sarcasticamente, Asdrubal Nascimento, proprietário da Antártica, que havia recebido do Papa o título de conde pois, sendo rico, não havia encontrado padre que condenasse o álcool. (4)

Ao fazer o combate ao alcoolismo atacando a sociedade e os capitalistas, jornais de diferentes matizes ideológicos acabarão entretanto, por evidenciar que o uso de bebidas alcoólicas era prática social disseminada, inclusive entre aqueles diretamente ligados a associações operárias. A organização dos empregados em hotéis, restaurantes, bares e afins, intitulada A Internacional, deveria ter como órgão impresso representativo O Internacional, mas os comunistas influenciavam o jornal enquanto A Internacional teve em vários períodos uma diretoria anarquista(5) o que gerava atritos que acabavam expondo uma realidade operária diversa daquela pregada nos discursos políticos "moralistas" dos militantes de diferentes tendências políticas. Antonio Canda Otero, em longo artigo, no O Internacional de 1925, reclamava:

"Sendo os sindicatos operarios a centralização de energias para a transformação desta corrompida sociedade, é necessario que, em seu seio não permittam immoralidades como actualmente se vêm em nossa associação, que mais parece uma taverna de pescadores das costas da Noruega. Os directores da nossa associação em vez de procurarem fazer do sindicato um meio purificador de consciencias para que amanhã possamos ter individuos capazes de se apoderarem das redes de um governo proletario, transformaram o local social em uma taverna em que se cultiva toda a especie de vicios.

"Se algum associado tiver necessidade de pedir alguma informação ao Comitê perderá o seu tempo, porque o Comitê é unicamente o sr. secreta-

rio geral, e este se não estiver com as cartas nas mãos, saboreando um "tute", está divorciado em cima de uma mesa roncando como um pai de leitões e quando está nessas condições isto é, perturbado pelo fluido da garrafa, não quer ser incomodado com amolações de socios.

"Futuros directores! Appello para as vossas esclarecidas consciencias: o primeiro acto que tendes a fazer é reclamar a nossa bibliotheca, já que os nossos antecessores nenhum passo deram para tal fim.

"Transformae o "bar" em sala de leitura, para que a collectividade se possa desenvolver mentalmente". (6)

Entre outros enunciados deste teor, as palavras de Otero, nas quais não pode deixar de ser sentida a intenção de desmoralizar adversários políticos, abrem uma significativa fresta para sentirmos quanto a bebida era apreciada, não apenas entre os habitantes da cidade de maneira geral, mas particularmente entre os trabalhadores, aspecto que impeliu militantes operários a concorrerem, decisivamente, para a construção do alcoolismo como um mal permanente a ser constantemente combatido, se se quisesse mudar a sociedade. Tarefa com muitos obstáculos, cujas dificuldades aumentavam ainda mais quando até mesmo um ativo militante anarquista como Orestes Ristori, que chegou a fazer conferências combatendo o alcoolismo (7), é apontado como falsificador de vinhos do Rio Grande do Sul. (8)

No discurso pedagógico da imprensa ligada aos trabalhadores o alcoólatra será uma vítima social, que muitas vezes se entrega ao vício para esquecer a realidade em que vive, baseada na "exploração do homem pelo homem". (9) O ser humano alcoolizado, fruto do novo quadro urbano, será aquele homem que se desviou, por culpa da sociedade e que pode e deve ser recuperado; mas, principalmente, aquele cujo exemplo não deve ser seguido. Fonte de preocupação constante, a incidência sig-

nificativa do álcool na sociedade paulista (10) objeto de ataque perene de libertários e outros grupos pode ser sentida, assim, no esforço para associar os trabalhadores e fazê-los, com suas ações coletivas, alterar radicalmente os rumos da sociedade. Exemplo disso é a convocação, em 1921, da assembléia da União dos Operários em Fábrica de Tecidos, que, ao solicitar de forma exaltada a presença dos tecelões no sindicato, condena como prática comum, que os afasta das reuniões, a frequência ao botequim. (11) Dezoito anos antes, enfatizando a necessidade da propaganda entre os operários e indicando procedimentos que, afirmava, poderiam auxiliar nessa tarefa (como o diálogo informal), assinalava O Amigo do Povo:

"Entre outras coisas perniciosas, existe muito arraigado na maioria do povo o péssimo costume de aproveitar os domingos e dias feriados — essa curta trégua cedida ao pária pelo vampirismo burguês — para fazer frequentes libações de álcool. Em muitas pessoas, o costume, desgraçadamente, vai até uma bebedeira cada domingo. Lamentável na verdade! (12)

O discurso diário dos jornais revelará também, de maneira sutil e contraditoriamente incisiva, a relação do operariado com o álcool, formando tanto um concerto com a oratória exaltada da condenação das bebidas, quanto retratando aspectos da vida dos trabalhadores urbanos.

"Martinho, machinista da estrada de ferro, tinha explicado à sua filhinha que a bandeira vermelha significava alarme:

"— Então, papae, quando vedes esse signal para es a locomotiva?

"— Certamente, do contrario haveria um desastre.

"— No dia seguinte, a criança viu sua mãe chorar, o que de algum tempo para cá não era raro.

"— Mamãe, porque está chorando?

"— Ah! filhinha teu pae começou a beber, e com

esse vicio elle perderá certamente o emprego. "Na manhã seguinte, quando o marido abriu o seu armario, para tirar a garrafa de aguardente, encontrou uma bandeirinha vermelha: Comprehendeu o artificio de sua filhinha, abraçou a, recolheu a garrafa em seu logar e de lá nunca mais a retirou". (13)

Com uma forma simples, direta, utilizando o sentimento familiar, o amor paternal, procura-se relacionar o uso de bebida com a miséria e possível desagregação do lar, que a perda certa do emprego detonaria.

Longe de considerações científicas, a pequena história com sua forma coloquial e infantil, aproxima o leitor e a "família" retratada numa empatia realizada graças à colocação correta dos termos, através da economia de adjetivos. A situação parece "falar" por si mesma graças à utilização da criança, cuja intervenção singela chama a atenção pela honestidade e pela aura de verdade e inocência.

Sobrevivência versus aguardente. A visão da perda do emprego, terrível se considerarmos as dificuldades de sobrevivência para a classe trabalhadora (14) e a desestruturação pessoal e familiar, resumem, neste texto exemplar, uma preocupação diária concreta. Desemprego, dificuldade financeira que, com certeza, impeliriam mais ainda para o vício da bebida, desestruturando definitivamente a vida doméstica e levando o trabalhador em sentido inverso àquele buscado por militantes operários, ou seja, a união dos trabalhadores, representada para muitos deles pelos sindicatos.

"...o marido abriu o armario para tirar a garrafa de aguardente...", por que não de outra bebida? A questão pode parecer pueril, se não por outro motivo pelo fato da palavra

"aguardente" poder resumir vários tipos de líquidos alcoólicos (além de existirem vários tipos de aguardente). Se considerarmos que o autor, ao tentar ser conciso nomeou a bebida "aguardente", a questão ao invés de solucionar-se (como aliás poderia parecer já no caso da primeira resposta) justificar-se-ia de forma plena: por que "aguardente" seria expressão tão forte que enfeixaria todas as bebidas alcoólicas?

Constituindo maioria absoluta entre os trabalhadores dos grandes centros urbanos, em cidades como São Paulo e Santos, os operários imigrantes atingiram um total que ultrapassou a 70% dos moradores, no início do século.(15) Desse total, a maioria era de origem italiana, grupo que poucas vezes, nas primeiras décadas do século XX, teve seu número superado pelos de outras nacionalidades. O inquérito sobre as condições na indústria têxtil no estado de São Paulo, realizado pelo recém organizado Departamento Estadual de Trabalho em 1912, confirma a presença maciça de imigrantes, notadamente italianos, nas indústrias paulistas. (16)

Senhores de hábitos seculares, os estrangeiros amalgamaram pouco a pouco sua herança cultural com costumes aqui encontrados, criando um novo tipo de vida. Entre esses hábitos o da bebida não será desprezível. A marcante presença do vinho no cotidiano, a ponto da "Secção Didática" de O Internacional, ainda em 1924, arrolar vinho como a primeira entre as palavras escritas repetidamente em português, espanhol, italiano e francês(17) foi, certamente, reforçada pelo hábito italiano de tomar essa bebida nas festas, reuniões e refeições. Tal costume, se colaborou para construção do arquétipo de estrangeiro desordeiro e devasso forjado pela burguesia em sua

pretensa "intervenção saneadora" na sociedade (18), balizou também a ação dos próprios operários na sua luta contra o álcool.

"Há muitos operários |afirma o Jornal Operário de 1905| para os quaes o encarecimento do pão, da carne, do vinho e outros artigos de primeira necessidade, não os preocupa sequer, como si dito encarecimento não significasse uma diminuição na alimentação de si mesmo e de seus filhos." (19)

Alice relata: "Meu marido |de família italiana|, mais tarde, construiu uma casa num terreno que tinha na Rua Jerônimo de Albuquerque. (...) As pinturas ficaram lindas: na parede da sala de jantar havia painéis formando quadros, em frango, um queijo, maçãs, uma jarra de vinho." Amadeu, pais italianos: "Das crianças que eu conheci, os pais eram todos gente boa. Mas naquele tempo bebiam muito: o vinho italiano custava 200 réis o litro. (...) Depois de casado |1937| tomávamos um vinhozinho no almoço, um vinhozinho na janta, mas em casa, só um copo. Os que iam no bar saíam de lá embriagados. No Brás eram muito procuradas as cantinas que serviam queijos, azeitonas, atum estrangeiro, mas eu não tinha o hábito de frequentar essas cantinas." (20)

Assim, longe de ser descabida, a pergunta sobre o termo aguardente, aponta na direção do enraizamento de um hábito na cultura do trabalhador urbano, o de beber vinho e, mais, na sua propagação e mutação, contribuindo para o uso, na cidade, de outras bebidas alcoólicas, cujo alastramento será tomado como verdadeira epidemia permanente:

"Meus companheiros de trabalho bebiam |dizia Amadeu, sobre os anos 30 e 40|; saíam às seis horas do trabalho, se reuniam na venda da esquina e ficavam lá até meia-noite, sempre bebendo, discutindo. Bebiam pinga, o vinho para o operário era caro, por barato que fosse, não era para a aquisição do operário. No tempo do meu pai que vinha em cartolas, em barris, da Itália, era bem barato". (21)

O traço separando o ideal de abstinência e a realidade de operária na implementação dessa luta com o álcool, fará um contorno no qual poderão ser vislumbrados seus próprios limites e os caminhos tangenciais que ela percorreu. De pequenas histórias condenando a aguardente, com toques de "cumplicidade" com o leitor a relatos de "cruzadas anti-alcoólicas" em países da Europa, diante das quais se comenta que existiria maior eficiência nessa luta caso se pregasse o uso moderado do álcool (22), existe um caminho possível para combate a bebida alcoólica.

Denominados "breves lições" pelo autor, Dr. Alberico J. Roth (23), artigos chamados "Ressureição Physica", publicados pelo jornal A Obra em 1920 (24), procuram instruir sobre as características do álcool e de bebidas alcoólicas. Preocupam-se em denunciar formas de falsificação e maneiras de detectá-las, acusando sempre os perigos para a saúde que podem causar as imitações (enumerando, inclusive, as substâncias utilizadas nesse processo). (25) Nessas linhas didáticas, em que não há preocupação de fazer cessar o consumo de bebidas com álcool mas apenas alertar sobre as adulterações, percebe-se mais claramente do que em artigos ocupados com a condenação total das bebidas, como era difundido o hábito de beber (o que motivava a existência e a preocupação com as fraudes, educando a população para seu combate) e a ótica pela qual o vinho era enquadrado:

"O álcool extrae-se por distillação do vinho. Extrae-se também da canna de assucar, de beterraba, da batata, dos cereaes, da cidra, etc."
"(...) o cheiro exhalado pelos outros alcooes não faz de modo algum lembrar o cheiro do bom

vinho, e alguns delles (de beterraba, de fécula, etc) exhalam um cheiro bastante nauseabundo." "As genuinas aguas ardentes devem ser unicamente formadas de alcool de vinho...". "(...) muitos ignoram que este liquido [cerveja], que preferem ao vinho com medo das falsificações, apparece com frequencia no mercado profundamente falsificado." (26)

Esses são textos que, entre outros, espelham barreiras da luta contra o álcool que, no cotidiano, foi mais de uma vez redirecionada para o combate às falsificações e adulterações e só então centrada de maneira preferencial no vinho.

"É verdade que existe um meio facilimo de todos evitarem o envenenamento pelos vinhos e bebidas falsificadas — a abstinencia. O alcool é, na opinião de immensa maioria da classe medica, um veneno lento, quando producto de distillação, tanto assim que os hygienistas aconselham apenas o uso muito moderado dos vinhos, cervejas e cidras, prohibindo todavia que os menores de 14 annos os bebam." (27)

Essa afirmação é feita pela revista A Rolha (que por coincidência, para expressar a censura à imprensa naquele momento, não usa a figura de uma pessoa com uma mordaga na boca mas com uma rolha...) em meio a uma campanha contra fraudes e adulterações cujo período mais acirrado foi o primeiro semestre de 1918. (28) Empreitada centrada principalmente nos vinhos (29) ela teve como fio condutor o ataque a De Vecchi & Cia. e seu vinho "Progresso", fabricado em Jundiaí.

Denuncias relacionadas a bebidas precederam essa luta persistente de 1918 (30) que envolveu periódicos como O Estado de São Paulo, O Diário Popular e O Combate, movimentou as Câmaras do Comércio Portuguesa e Italiana, a Associação Commercial dos Varejistas, o Laboratório de Análises Químicas do Estado, o Instituto Agronômico de Campinas e o Laboratório Nacio

nal de Análises do Rio de Janeiro, e colocou no centro das atenções o Serviço Sanitário do Estado, seus inspetores e o diretor Arthur Neiva, cuja ação atribuem ao protesto internacional e da imprensa sobre o que estava ocorrendo. (31)

Iniciada como uma das muitas denúncias esparsas que sempre pontilharam a imprensa operária, (32) essa briga (insuflada por estatísticas apontando o grande número de óbitos por problemas, primeiro do aparelho digestivo e, de forma secundária, dos aparelhos respiratórios e circulários imputadas diretamente às falsificações e adulterações), ganhou proporções extravagantes, mesmo se considerarmos que o estado de sítio que vigorava no período barrava a exploração de outros assuntos polémicos. As denúncias tiveram como foco principal o produtor e comerciante Arthur De Vecchi que, em maio de 1918, teve seu depósito de vinhos no largo dos Guaianases, em São Paulo, interdito pelo Serviço Sanitário do Estado. Declarado falsificador devido aos resultados de análises feitas em amostras apreendidas no local — em visita realizada pelo Dr. Vieira Marcondes, inspetor do Serviço Sanitário, Seção dos gêneros alimentícios (33) — De Vecchi é processado. Contudo, menos de um mês depois A Rolha acusava morosidade nas investigações (são repetidas as denúncias de que as autoridades não foram imediatamente a fábrica de Jundiaí) e à falta de punição efetiva para o falsificador, que continuava ativo no comércio. Nos dias seguintes com maior ou menor intensidade, as críticas ao Serviço Sanitário se sucedem apesar dos muitos elogios que o Serviço recebeu quando tomou as primeiras medidas contra De Vecchi. (34)

A campanha sobrevive ainda algum tempo e, segundo a revista O Parafuso de março de 1919, só não foi vitoriosa devi

do a posição tomada pela imprensa paulista (a mesma que em muitos momentos, segundo A Rolha, engajou-se no movimento) que, "companhia mercantilizada", acabou não apoiando essa luta que beneficiaria a população. (35)

Arthur De Vecchi é absolvido em julgamento que, segundo a Revista dos Tribunaes, teve falhas e, portanto, deveria ser revisto, o que não ocorreu. Em dezembro de 1919, O Parafuso anuncia que irá reiniciar a grande campanha contra falsificações e adulterações... Fevereiro de 1922: uma revista, com o significativo nome de Saca-Rolha, afirma que "as bebidas estão em pleno apogeu das falsificações." (36)

"O DIABO, depois de vecchio fez-se ermitão. Não sabia que o Serviço Sanitário lhe arrancaria a máscara..." (37)

"Houvesse fiscalização por parte do Serviço Sanitário em todas as fabricas especialmente de bebidas e generos alimenticios, e certamente os De Vecchi, Pistones, Cerruti, Rutigliones Smitlaris et caterva, não abundariam como formiga, pelos bairros de São Paulo." (38)

Apenas trinta e seis dias separam essas afirmações opostas, originárias da exacerbada campanha de 1918, onde a abundância de nomes italianos entre os dos falsificadores e adulteradores reforça o apego ao vinho dos imigrantes da Itália. Dentro dessa luta que desencanta aqueles que prontamente apostaram na vitória, a participação popular que emerge do contexto, reporta-nos à presença corriqueira da bebida na vida da população proletária dos arredores que era, também, a que mais sofria com as adulterações e falsificações: "A droga [vinho de São Roque] ainda não está muito espalhada nas imediações do Centro. Ao que parece, os importadores dão a preferência pa

ra os negociantes dos arrabaldes, onde naturalmente a fiscalização é nenhuma." (39)

O povo, que em vários momentos aparece como entidade meio abstrata, desprovida de percepção crítica e atitudes reais, muitas vezes praticamente como um fantoche (40) despontará em intervenções pontuais e fragmentadas, mas decisivas nessa campanha:

"Estão recebendo os falsificadores a justa punição por parte do publico, que boicota os seus productos." (41)

"Os dias vão passando e o vinho "Progresso" que já é repellido no mercado..." (42)

Algumas denúncias e comentários apressados (43) em meio da grande quantidade de informações acumuladas ao longo da campanha, traduzem também um pouco do universo da população mais pobre ou operária, da cidade de São Paulo, que desconfia das ações do Estado (44) e se equilibra entre a aspiração de abstinência e a realidade do uso pouco moderado da bebida.

"O alarma que provocamos com as nossas revelações sobre os vinhos e bebidas alcoolicas fraudados e falsificados já levou ao espirito de muita gente a resolução de supprimir esses venenos dos seus habitots, tanto assim que, ha dias, dizia-nos um comerciante que esta vendendo apenas um quinto de vinho por mez, no seu botequim, quando, antes da nossa campanha, vendia mensalmente quatro ou cinco." (45)

O sr. O. Bonfanti afirma, revelando o enorme consumo local: "Qual será o fabricante de vinho que terá a honestidade de só colorir os vinhos com bagas de sabugueiro? Ha quem faça peor: são os que usam e abusam da anilina, sem duvida nociva à saúde." (46)

A luta pelo fim do alcoolismo será, antes de tudo, contra um costume amplamente difundido e pela construção de um ideal político (caminho e esboço de uma nova sociedade). O seu desenrolar indicará um trajeto acidentado não isento de posições dúbias que repetidas vezes condenam efetivamente o uso da bebida apenas na forma adulterada, falsificada, com que ela se apresenta ao público. Raros serão os artigos que, denunciando falsificadores, afirmam que esses tornam as bebidas mais nocivas (47), trazendo uma crítica explícita a toda e qualquer bebida alcoólica, como escassos são discursos que apontam claramente, no dia-a-dia, o vinho como único ou primordial causador dos males do alcoolismo (48). A revista Annaes Sanitérios publicada por Nereu Rangel Pestana, chega ao extremo de, em outubro de 1918, defender a vitivinicultura como forma de combater o mal do alcoolismo propiciado pela aguardente ou cachaça. (49) O artigo, louvando a produção de uva em Jundiaí, cita com destaque o vinho "Progresso", o mesmo que foi alvo, no mesmo ano, da obstinada luta contra adulterações e falsificações, da revista A Rolha.

Entre a meta do fim do consumo de bebidas alcoólicas e a vida cotidiana na cidade, com suas práticas e tradições, gravitam teorias e implementam-se ações muitas vezes contraditórias, (50) que se pautarão por limites dados pela própria sociedade, numa composição em que idéias político-sociais terão que se moldar a usos e costumes locais.

O uso acentuado de bebidas com álcool, surgido como questão relevante juntamente com a nova realidade das cidades fabris composta de seres humanos de origens e hábitos variados (do campo para a cidade ou de um país para outro), moradores de locais insalubres, com péssimas condições higiênicas e de

saúde, não é contudo privilégio dessas cidades. Ao analisar as condições de existência dos trabalhadores na Inglaterra, em obra publicada em 1845, Friedrich Engels, por exemplo, aponta os irlandeses como tradicionais bebedores. (51) Mas será com a grande concentração de pessoas no meio urbano que o alcoolismo despontará como um problema central na perspectiva de muitos patrões e de inúmeros trabalhadores.

Príncipe de todas as alegrias, companheiro de todos os gozos, mensageiro da morte, príncipe que governa o mundo. (52) Presença constante nas comemorações, festas, reuniões, associado a desgraças individuais, familiares e sociais, o álcool será nomeado fator de desorganização das ações do homem — algo demoníaco. Como um mal soturno, à espreita, pronto a desgraçar os seres humanos, seu maior perigo é sua presença constante na sociedade, sua associação fácil à alegria, ao prazer, fazendo sem demora com que seja rompido o limite entre o aceitável e o condenável, o desregrado.

"Já não nos é lícito manter indiferença deante do grave problema do alcoolismo, que, desde meiado do seculo XIX, se impoz desoladoramente, em todos os paizes civilizados. Por isso mesmo, que o Brasil é um delles, tem de pagar tributo a esse factor de degeneração da especie humana." Continuando, Evaristo de Moraes adverte que não se pode confundir o alcoolismo moderno, uma moléstia social, com a antiga embriaguês. "O alcoolismo é, antes de tudo, producto da atual desorganisação social-economica e da immoralidade individual, esta resultante dos defeitos da educação e da dissolução da familia. Cumpre, portanto, agir sobre as condições existenciaes da sociedade e sobre o espirito dos individuos." (53)

A sociedade como matriz e o alcoolismo como moléstia social, algo desestruturador que coloca em risco a família, com prometendo a descendência, degenerando a espécie; as considerações de Moraes não serão incompatíveis com a postura de periódicos preocupados com a situação dos trabalhadores das cidades.

O jornal A Lanterna, através da coluna de variedades "Ecos", declara:

"O alcool na epoca actual faz mais destroços do que os tres flagellos historicos: a fome, a peste e a guerra. Elle dezima mais do que a fome e a peste; mata mais que a guerra, e faz mais do que matar — deshonra" (54)

O álcool no imaginário desenhado pelos artigos da imprensa operária, compõe um quadro capaz de aliar catástrofes anteriores, vivas na lembrança popular com maior ou menor intensidade, e o presente de mudanças e dificuldades. O alcoolismo seria o flagelo perene, ameaçando diariamente a sobrevivência não só física, mas moral dessas pessoas. A bebida "deshonra", como assinala A Lanterna, sendo assim entrave poderoso à ação proba e consciente das pessoas. Seres humanos que, vivendo em comunidade, tendo para ela projetos que se definem socialmente, terão a necessidade de decifrar e combater questões guindadas a condição de cataclisma social.

Mas, o alcoolismo, sinônimo de penúria, cúmplice de doenças e desregramento moral desvenda mais ao ser combatido: revela o universo fervilhante e tenso da vida da sociedade paulista das primeiras décadas do século XX. Tradutor cruel da urbanidade, através de relatos de acontecimentos trágicos imputados ao excesso de bebida, o alcoolismo espelha nas páginas

dos jornais que o condenam, a composição, as ocupações e aspectos da vida de pessoas que habitavam São Paulo nessa época. (55)

O jornal Folha do Povo, periódico do Brás incorporado pelo jornal A Lanterna, publica em 1909 notas denunciando os maléficos resultados da ingestão de bebidas alcoólicas. Além do impacto que esses escritos curtos possivelmente causavam, pôde-se detectar a difusão do uso do álcool entre trabalhadores e as dificuldades e angústias que a vida em São Paulo gerou em seres humanos que vivenciavam as mudanças e a expansão da cidade: um acidente causado por um condutor de carroça que, nas primeiras horas do dia, guiava embriagado; um homem que se fere na cabeça, ao cair bêbado na rua, às 11 horas da manhã. Seres humanos reais, atropelados pelo crescimento e transformações de São Paulo — homens com 40 e 60 anos, respectivamente, com domicílio e estado civil conhecidos, o segundo identificado como imigrante (espanhol), situação provável do primeiro devido ao seu sobrenome (Fratelli). Profissão declarada do espanhol Manuel R. Gazon, solteiro: hortelão. Ambos atendidos na Central de polícia, por médicos legistas, e presos em seguida. (56)

A presença da polícia encaminhando para atendimento médico e prendendo, será componente decisivo na definição dos limites da cidade que se vão traduzindo claramente para seus próprios habitantes em movimento muitas vezes sincronizado com o resultado de atitudes desses mesmos moradores urbanos, esses homens impactados com a possibilidade de mudanças ainda pouco definidas. A função policial de "sanar" o social que transparece nos casos transcritos é exemplo do que afirma Robert D. Storch, ao estudar a polícia inglesa: "quaisquer que tenham sido as realizações da polícia do século dezenove em matéria de

combate ao crime grave (e ao que parece foram consideráveis), a vigilância, a autorização oficial e a regulamentação do cotidiano, o combate aos pequenos crimes e a grande quantidade de transgressões tecnicamente não-criminosas estiveram no centro mesmo do projeto de ordem pública do século dezenove." (57)

Será repetidamente o homem com vida pessoal e profissional conhecidas, aquele sobre o qual a ação policial incidirá ao punir o uso exagerado de bebidas alcoólicas, indicando um caminho — o fardado — da construção da idéia do uso de bebidas com álcool como algo a ameaçar a estrutura da sociedade, justificando a segregação de pessoas que bebiam descontroladamente. É essa concepção explicitada de forma acabada na década de 20, por Evaristo de Moraes, ao falar da diferença entre a antiga embriaguês e o moderno alcoolismo — agora doença social e, portanto, com possibilidade de se expandir. Será essa a noção que aparecerá também na imprensa operária: se, para os burgueses, o sinal dessa enfermidade se traduzia em algum tipo de choque com o mundo do trabalho fabril, nas falas de militantes operários era sinônimo de alienação dos proletários de sua própria condição de explorados. Unindo essas posições (por compor ambos os propósitos) o desejo da não propagação do alcoolismo, a luta pela sua erradicação.

Em um mundo que se transforma, acarretando indefinições de função, papel social e espaço, também a imagem da mulher ideal é reforçada quando são relatadas agressões contra mulheres feitas por seus maridos alcoolizados. Na maioria das vezes, mesmo sendo o esposo condenado, é a mulher que, com sua atitude "anormal" (não satisfazer imediatamente a vontade do

marido ou reclamar de sua condição de embriagado), inicia as discussões que acarretam os ataques corporais que ela própria sofre, o que se torna mais explícito, quando, em um ato de desencanto e rebeldia, é a esposa que se embriaga e ataca o cônjuge. (58) Será a atitude feminina, de uma forma ou de outra o estopim da desavença e do ataque físico, ao falhar em seu papel de dona-de-casa prestativa e eficiente mãe e esposa. (59)

O relato sobre um casal "de pretos" de Vila Clementina, que gostava de beber e acaba espancando, até a morte, a filha de 4 meses, retrata uma situação familiar extrema, onde o alerta para os sinais de desvio, articulados de modo a causar indignação e repugnância, reforçam como normal e desejável a noção de família oposta à apresentada. A menção da cor dos agentes envolvidos firma, para os leitores do jornal, os aspectos desviantes esboçados na indefinição das atividades sociais do casal e da inexistência aparente do amor maternal e paternal, idéia solidificada com o comentário sobre a criança: "(...) anêmica pelos maus tratos que recebe de seus pais e pelas condições de miséria do lar", comentário usado, certamente, para demonstrar os efeitos devastadores do alcoolismo no lar — miséria, que compromete a sanidade dos pais e a saúde e vida dos filhos. (60)

Serão, entretanto, as notas sobre brigas publicadas pela Folha do Fovo que retratarão com um pouco mais de nitidez o universo da cidade, com as linhas divisórias que separam seus habitantes, demarcando seus locais de moradia e trabalho e ditando suas normas de comportamento, derrubadas sem esforço pela bebida usada cotidianamente. Discussões de ébrios em "ven

da" (à rua do Gazômetro nº 4, dia 2 de maio de 1909, às 19 horas), com o dono do estabelecimento dando tiros para o alto em vã tentativa de por fim a um tumulto (que assim só aumenta) que termina com todos indo parar no posto policial do Brás, ou a notícia de uma prostituta morta a facadas pelo amante bêbado, "em uma das inúmeras e imundas farras que ha no bairro do Braz", (61) são testemunhas desse mundo ainda não totalmente esquadrinhado pela ordem fabril burguesa.

Um artigo publicado em 14 de maio de 1909, é, talvez, o que com maior fidelidade traduz esta mistura de tipos humanos existente na cidade, cujas formas de comportamento escapavam de padronizações rígidas. O jornal descreve uma briga entre dois oleiros, companheiros de trabalho, que saíram juntos e beberam muito. De madrugada, quando voltavam para casa, começaram a discutir "por questões de capoeiragem", resultando daí o ataque de Agostinho Zaccarias Filho a Felício Sant'Anna com uma navalha, o que causou no último ferimento profundo do lado esquerdo do ventre. O ferido, que chamou por socorro, foi encaminhado ao subdelegado do distrito (Brás) por seu patrão, que prendeu o agressor e, em seguida removido para a Santa Casa de Misericórdia, em estado grave. O criminoso, interrogado pela polícia, afirmou que tudo não passava de uma brincadeira. "Agostinho Zaccarias Filho hoje mesmo passou pelo gabinete antropométrico e depois será recolhido à cadeia publica," conclue o artigo, que avisa que o inquérito terá prosseguimento. (62)

A organização policial, instrumento interventor e regulador das ações dos homens e do espaço da cidade, firmar-se-á como meio de consolidação do Estado, como ordenadora social,

combinando suas ações com a de grupos cujo saber tem sobre a sociedade efeito paralelo e, muitas vezes, complementar ao seu. Entre esses segmentos, aquele formado pelos médicos de várias especialidades merece menção distinta. A incorporação do gabinete antropométrico entre as práticas de utilização corriqueira de uma delegacia, é retrato seguro não apenas da interpenetração existente entre agentes sociais forjadores da ordem pública, mas também do conhecimento e difusão de teses e métodos científicos diversos e sua combinação e aplicação à realidade paulista, contribuindo para que daí resulte saber e prática originais (o caminho singular desta sociedade).

A discussão científica presente nas formulações e intervenções da classe dominante, para lapidar e legitimar sua posição e poder, fará parte também dos debates e preocupações da parte da sociedade que, de maneira mais aguda, vivencia as mudanças ocorridas com o crescimento das fábricas e do uso de máquinas: os trabalhadores.

Na luta política cotidiana pelo rumo a ser dado à formação social que se implanta, uma das armas fundamentais dos anarquistas em geral será a instrução, pois sem ela não haveriam trabalhadores conscientes e não existiria, por consequência, luta. Instrução e luta, termos interligados dos quais dependerá a concretização da meta pretendida pelos libertários, ou seja, o fim da sociedade burguesa.

Para a educação do trabalhador, no que diz respeito ao problema do alcoolismo, o recurso ao exterior não será excepcional. Diagnosticado como mal do mundo hodierno, a busca de lições e teses em outros países, constituirá reforço subs-

tancial ao aparato de combate ao álcool. Em sua coluna "O que Vai Pelo Mundo", o jornal A Lanterna, de 14 de julho de 1914, traz notícia sobre o alcoolismo no Japão, afirmando que "O álcool entra em toda a parte com a civilização moderna para comprometer e matar. Breve morrerá a lenda do pequeno japonês comedor de arroz e bebedor de água que por isso venceu o Golias russo, grande bebedor de álcool. O sakê, aguardente de arroz, começa a envenenar os japoneses". (Segue reproduzindo estatística sobre problemas causados pelo álcool, não só no Japão mas, também, na Itália, Inglaterra, Suíça e Espanha). (63)

Entretanto, não será só através de reportagens rápidas nos seus jornais, que o contato dos trabalhadores com o exterior é utilizado. Publicações externas não raro foram comentadas e usadas para tal fim. Já no início do século O Amigo do Povo acusando recebimento do nº 27 da revista L'Ere Nouvelle, enfatizava a reportagem intitulada "L'alcoolisme et les Reven-dications ouvrières". Pouco tempo depois, o mesmo jornal anunciava "Pro-Saude" — órgão da Liga de propaganda contra o Tabaco e Alcoolismo. Numero programa. Endereço: Poço do Borraten, 313, 1ª, Lisboa". (64) A revista Aurora em seu segundo número comentava, em 1905, o artigo "L'alcoolismo Ed I Rivoluzio nari", de Augusto Giardini, escrito no Il Pensiero e, o jornal A Lanterna de 14 de janeiro de 1904, com o título "O Alcoolismo — Conselho A Seguir", transcreve artigo do El Obrero de Buenos Aires, dizendo ser o álcool o grande inimigo da humanidade, sobretudo dos trabalhadores, aconselhando-os a não beberem se quisessem liberdade e bem estar, pois: "o álcool é veneno da inteligência, como denominou o "grande physiologo" Char-

les Richet." (65)

Na vida diária da sociedade paulista, o problema do alcoolismo ganhará contornos próprios, com características particulares. Nesse processo transcrito nas páginas de imprensa operária no início do século estará presente a luta dos trabalhadores pela rejeição do estereótipo do imigrante bêbado, que de várias maneiras a burguesia impingia aos operários como uma forma de justificar a repressão às ações proletárias. (66) Presente estará também a maneira dos militantes operários, que se diziam abstêmios, aparecerem para o resto do proletariado como exemplos onde ele deveria mirar-se, pois livres do "vício" estavam ligados aos problemas da classe, tornando possível a revolução: modelo a copiar, pelo ideal que representavam.

Assim, a amplitude do alcoolismo e a luta que envolvia a questão, aparecerão na tentativa sistemática de instrução da classe trabalhadora pelos jornais quanto ao problema e suas graves conseqüências, num esforço para livrar o operariado daquele que era, para os militantes, um dos maiores obstáculos à constituição de um homem forte física e moralmente, um ser atuante, segundo os próprios libertários e outros grupos organizados. (67)

A conferência que a livre-pensadora mineira Maria Lacerda de Moura, crítica da sociedade capitalista, discípula de Han Ryner, professora, poetisa e escritora realizou no salão Lyra em comemoração ao 10º aniversário da A Internacional, responde a esta ânsia por entender as causas e enfrentar um problema assustador classificado mesmo como epidêmico entre os trabalhadores, segundo os periódicos operários, devido a sua

imagem de calamidade e contaminação. (68) Sendo o costume do "mata-bicho" revelador, para os militantes ligados aos trabalhadores, da extensão do problema e da dificuldade em vencê-lo:

"Entre o operariado e (sic) inveterado o mata bicho mata-se o bicho para refrescar no quente (...) para alegrar os tristes; para contentar mais aos contentes. Pergunta-se a todos nenhum bebe por vício (...) bebem para distrair, para agradar, para ser da moda que diabo si não fosse o classico vamos matar o bicho que faria o homem? E, que graça pode ter um homem que não bebe... que nunca apanhou uma carraspana é um maricas um tolo?!

"Assim fallam esses infelizes homens escravos, esses entes degenerados que não tendo em sua vida um momento de lucidez de raciocínio vivem morrendo na mais infame das escravidões recorrendo a bebida como meio da vitalidade do vigor da alegria de viver! Pobre humanidade assim caminhas para o tumulto que abrem tuas proprias mã os! (...) (69)

Mesclando problema pessoal e social, a retórica operária constrói um discurso educativo que aparecerá legitimado pelo saber científico cujo percurso será, entretanto, pontilha do pela sobrevivência de práticas populares que resistem à massificação do conhecimento, rompendo o quadro homogeneizante que paulatinamente é elaborado. A Folha do Foyo em 1909, publica a seguinte nota:

"A agua de fubá cura instantaneamente a embriaguez. O ebrio pôde estar cahindo, mas basta tomar um ou dois calices de agua de fubá para levantar immediatamente e curar-se de seu vício tão deprimente". (70)

Introduzida com o comentário: "De um jornal do interior tiramos a seguinte receita para combater o alcoolismo...", o que induz a noções como provincianismo e atraso, essa fala será facilmente abafada pela presença repetida de outra voz,

mais potente, a da "ciência". Traduzindo atualização com o que acontecia no universo intelectual e a habilidade dos militantes proletários no manejo dos recursos apresentados como científicos, o uso desses conhecimentos significará a desqualificação ou o enquadramento de uma gama variada de saberes do povo, elaborados e armazenados durante séculos. Nesse nivelamento do conhecimento, os periódicos que em geral expressavam e ditavam as ações politizadas dos operários, terão função de destaque.

Tecendo sua fala educativa, os jornais operários têm nas estatísticas matéria primordial na construção de seus argumentos. Algo neutro e didático, a estatística permitirá tanto um distanciamento providencial daqueles que a produziram, quanto uma elaboração de palavras que, por sua inspiração em dados com a aparência de exatidão e honestidade, atingirão com facilidade os indivíduos.

A associação à decomposição, pessoal e coletiva, que é utilizada nas argumentações de condenação do uso de bebidas, desenha um perfil de deterioração física e mental condenando o homem, através de sua conduta (mesmo que induzida pela sociedade) (71), a gerar uma "sub-raça" cuja expressão maior serão os tuberculosos (deterioração física irreversível, retrato sombrio da própria sociedade capitalista), além dos seres com "conduta perturbada". A associação alcoolismo-doenças mentais (com toda sua tipologia), alcoolismo-desregramento sexual-prostituição, alcoolismo-crime, alcoolismo-agressão, (72) permitirá o "entendimento" dos problemas sociais reforçando, para os operários, a condenação da organização da sociedade, enquanto ma-

triz desses desvios, pela existência miserável que proporciona
va ao trabalhador: serviço repetitivo e estafante, moradia e
alimentação de péssima qualidade, cotidiano com pouco lazer,
instrução ou atendimento e orientação médica. (73)

Apontado como "uma das perniciosas chagas da classe
operaria", (74) causador de várias enfermidades o alcoolismo se
rá atacado por um discurso ancorado no enunciado técnico-cien-
tífico que tem por vezes, seu conteúdo repetido em vários jor-
nais operários, mesmo que de tendências políticas diferentes.

O Carpinteiro, simpático aos anarquistas, que defen-
dia a instrução e educação moral dos operários e a neutralida-
de das Ligas e outras associações de trabalhadores, em 1905
reproduzirá do socialista Avanti! :

(...)

"Um medico fez investigações estatísticas mui-
to interessantes, sobre a influencia do alcoo-
lismo dos pais sobre a saude dos filhos.

"Em 659 familias pôde classificar os genitores
deste modo:

- a) 183 não bebem;
- b) 240 bebem moderadamente, menos dum litro de
vinho por dia;
- c) 133 bebem immoderadamente, mais dum litro;
- d) 103 são bebados

"Ora, os casos de tuberculose ou de perturbaçõ-
es nervosas nos pais e nos filhos repartem se
da seguinte maneira em relação a 100:

	"Tuberculose			
	a	b	c	d
"No pai	4,3	5,8	10,1	13,6
"Nos filhos	14,8	14,0	22,2	29,3
	"Perturbações Nervosas			
	a	b	c	d
"No pai	1,1	2,5	2,3	2,7
"Nos filhos	7,9	13,6	17,2	24,2

"Vê-se claramente que se accentuam as taras de um grupo para outro.

"É pois rigorosamente exato dizer que combater o alcoolismo é combater a tuberculose.

"Por vossa saúde e pela de vossos filhos, trabalhadores, não bebeiis alcool!

"Todo homem que bebe é um desgraçado inconsciente, é um misero que se colloca à mesma altura que os irracionaes, é um homem perdido para a revolução.

"Incapaz dum gesto de revolta, está disposto a desempenhar todos os baixos papeis de traidor e de espia. "Abaixo o alcool!"

Aglutinando na mesma fala perigo para o presente e para o futuro, tanto para o indivíduo como para a coletividade, o artigo traduz de maneira eficiente a visão sobre o álcool enquanto mal social, ameaça diária à vida saudável e consciente do trabalhador, utilizando dados abalizados pela sua procedencia na construção de um texto persuasivo.

O mesmo artigo estará, *ipsis verbis*, no jornal anarquista A Lucta Proletaria de 21 de março de 1908. Vinte anos depois de O Carpinteiro, o jornal O Trabalhador Grafico refará o escrito com linguagem pouco mais elaborada e menos "panfletária" (fruto, talvez, do ideário comunista do jornal no periodo, que aposta no partido como impulsionador revolucionário e não em indivíduos isolados ou outros tipos de associações), assinalando a necessidade de propaganda para o combate de um mal para a saúde do trabalhador e de seus filhos, numa indicação da persistência do problema como questão central ainda a ser solucionada, e da circulação de informações dentro da classe operária. (75)

A reutilização de informações, contudo, é indício seguro que a base educativa construída principalmente pelos libertários, era calcada na formulação de uma verdadeira "cren-

ça" contra as bebidas alcoólicas que deveria ser enraizada em pais e filhos, algo que extrapolava a mera popularização de novos informes estatísticos-científicos. (76)

Esse procedimento não se limitará a artigos baseados exclusivamente em dados de outros países. Verdadeiras lições serão repetidas, com forma pouco variada, em vários números de jornais e em textos de estilos e temas variados.

Objetivando penetrar mais profundamente no dia-a-dia do trabalhador através de uma tática de convencimento repetitiva, o discurso muitas vezes utilizado pelos militantes operários mesclará didatismo, apelo emocional e político e conhecimento científico: " — O álcool é um digestivo?" pergunta A Lanterna em 1902, no seu Suplemento Ilustrado Extraordinário de Natal. E responde:

" — Não porque produz tão somente excitação passageira; contraria o funcionamento do estômago, adormecendo este órgão e irritando as suas mucosas; atrai o sangue à pelle e impede a acção do succo gastrico."

Seguindo em forma de perguntas e respostas, desqualifica a bebida como aperitivo, alimento, como geradora de calor, estimulante e como algo indispensável a vida, também questionando:

" — Preserva dos contagios morbidos?

" — Não, ao contrario predispõe o organismo a recebê-los.

(...)

" — Faz bem as crianças?

" — Não, é mais venenoso para ellas do que para os adultos.

" — Prolonga a vida?

" — Diminue, e é o que está provado por toda a classe de estatísticas. Em conclusão: o álcool só deve ser usado como medicamento e só devia

ser vendido nas farmácias, com receita do médico.

" — Chegará esse dia?

" — Sim!" (77)

Vinculando entretanto, constantemente, o uso do álcool ao sistema capitalista de forma sutil ou direta, o discurso pedagógico militante não se furtará a apontar o alcoolismo como um mal global, presente onde quer que houvesse exploração burguesa.

Lemos na Action, de Paris, assinala A Lanterna em 1903, que "existem em França 80.000 loucos nos hospícios, uma quarta parte deve a sua loucura ao álcool". Segue o arrolamento estatístico (que acusa incompleto) e o cálculo em francos dos gastos e perdas proporcionados pelo álcool, incluindo, além dos loucos, repressão e crimes, moléstias e dias de trabalho perdidos em consequência de embriaguês.

Nessa mesma perspectiva, artigos associando álcool a mortes, assassinatos, suicídios, doenças e degeneração, além de problemas familiares nos EUA, Inglaterra, Escócia e outros países europeus, (78) tornam possível a elaboração de uma fala que, paralela à demonstração de amplo conhecimento sobre alcoolismo e dos estudos referentes à questão, assinala a degradação da sociedade capitalista moderna, mesmo em suas experiências mais desenvolvidas e aparentemente bem sucedidas, que continuariam produzindo alcoólatras e tendo despesas com o mal que elas próprias geraram. Em 1920, o "maximalista" O Jornal do Subiroff cita Afrânio Peixoto:

"(...) não ha fugir, a conclusão é que a protecção indirecta que o Estado da ao alcoolismo (com a permissão que lhe concéde) é que nos

obriga a manter policia, magistratura criminal, prisões... Consentindo o uso das bebidas, armamos o braço aos assassinos, incitamos os ladrões, e fazemos os perversos, que tentam e alcançam todas as degradações..." (79)

Efeito da organização da sociedade, o alcoolismo torna possível a configuração tanto da imagem do patrão explorador, inescrupuloso e sedento de lucro, quanto do operário indesejado porque apático e traidor da classe. O alcoolismo conseguirá resumir em si, a imagem do indivíduo imprestável e por extensão do operariado, da sociedade, permanentemente, ameaçada em seu desejo de mudança.

Manuel Perdigão ao escrever (de Santos) para o jornal anticlerical A Lanterna em 1916, denuncia a sociedade burguesa, a exploração dos trabalhadores, o Estado e suas leis que nada valem como causas que levam o proletariado à prostituição, à taverna, à bebida. Apontando em seguida o povo como co-responsável por essa situação quando não reage, afirmava que só a revolução social poria termo a este estado. A organização operária em sindicatos seria o caminho para o fim dessa situação, capaz de degenerar a vasta "família mundial". Concluindo: deve-se pôr um freio à corrupção que hoje esfacela a espécie humana, cujos frutos degenerados estão em toda parte. (80)

Sinônimo de desvio pessoal, diagnosticado e tratado como doença social, o alcoolismo possibilitará uma ação política abrangente já que incidirá diretamente sobre o cotidiano do trabalhador. No discurso dos operários, essa possibilidade será revolucionária-pessoal (deixar de beber) para com ela atingir outra, ampla, social. (81) O alcoolismo se presterá assim brilhantemente, para a configuração tanto de uma debilitação

do operariado, causada pela sociedade capitalista, quanto para o ataque a essa sociedade geradora do alcoólatra e estimuladora do alcoolismo.

Mas o alcoólatra denunciado por periódicos operários como alguém manipulável pelo patrão, (82) comporá o clichê do trabalhador indesejável também na ótica patronal, justificando a implementação de ações burguesas contra o uso "exagerado" de bebidas. (83) Apontado no 2º Congresso Operário Brasileiro (1913) como um dos maiores flagelos da humanidade, especialmente da classe trabalhadora (84), o álcool motivará uma luta cujo caminho cruzará posições de militantes operários com práticas da classe dominante, que os jornais dos trabalhadores denominavam falsa ao afirmarem que a burguesia "fingia condoer-se" pelas vítimas do álcool fazendo filantropia e propaganda anti-alcoólica, enquanto permitia a fabricação e venda de bebidas. (85) Por outro ângulo, isto aponta para a existência da ação efetiva de um outro combate contra o alcoólatra que, no seu dia-a-dia, com certeza não será totalmente antagônico ao do próprio operariado.

Libertários, socialistas e comunistas tinham suas práticas definidas e refeitas em contato com os vários agentes sociais que participavam da realidade urbana, marcada indelévelmente pela dicotomia destruição/construção, cujo sinal mais visível estava na arquitetura da própria cidade, com redefinições do espaço e da ocupação de prédios.

Será na busca e construção de sua aspiração de perfeição humana — objetivo político —, que militantes operários não somente entrarão em choque com o cotidiano da sociedade

burguesa mas, paradoxalmente ao viverem e agirem nela, colaborarão para idealização de um tipo de ser humano que comporá também o desejo daquela que sonhava com a implantação da "utopia da cidade disciplinar" (plagiando Margareth Rago): a classe capitalista. Se entre o operariado a excelência do homem levaria à transformação radical da sociedade, para os burgueses a mesma noção de aperfeiçoamento constante traria maior possibilidade de planejamento, eficiência e controle social. O alcoolismo seria obstáculo diário para os projetos de dominantes e dominados, mesmo que esses fossem díspares.

Dessa maneira, a luta social cotidiana fará convergir em vários momentos, ações de opositores. A recorrência a noções frequentes no discurso burguês, como remodelação e aperfeiçoamento pessoal e social, ligadas a idéia de progresso, e a expressões como "evolução da humanidade", "degeneração" e "crancro social" repetidas pelos jornais operários, (86) corroboram a existência de uma permeabilidade causada pela vivência diária. Essas noções serão apropriadas e utilizadas pelos militantes operários na luta contra a mesma sociedade que as forjou, ao denunciarem problemas e pregarem transformações com os próprios argumentos burgueses, o que, todavia, os tornava amplamente aceitos.

O combate ao alcoolismo, enquanto um dos principais agentes sociais de mudanças desencadeado pelos trabalhadores em suas campanhas políticas diárias colabora assim em parte, para a estruturação da cidade moderna, ao ajudar a regular pessoas e espaços, contribuindo para desfazer na prática a mistura social, algo amedrontador e imobilizante para as aspirações li

bertárias de parcela do proletariado, mas também para as metas sociais burguesas. Será pouco provável que denúncias iguais a publicada no jornal O Rebate, de 1898, possam ser encontradas quinze ou vinte anos depois:

"Ao conhecimento do sr. mordomo da Santa Casa levamos o seguinte facto, de que tivemos comunicação: "Ha na Santa Casa um botequeim, que vende bebidas alcoholicas aos enfermos, com grande damno da saude dos mesmos, durante a enfermidade, ou na convalesça.

"Soubemos mais que, por occasião de uma operação, os medicos do hospital perceberam que o paciente exalava fortes baforadas de aniz. Isto irritou-os sobremodo, mas nem assim o abuso cessou.

"O botequim, segundo nos informam, ainda lá está, como uma ameaça a saude dos doentes e uma ameaça a boa ordem do estabelecimento." (87)

Parceiro da degeneração física e moral, hereditária ou adquirida, o álcool produz um ser indesejado quer para patrões (apesar de todas as acusações em contrário dos trabalhadores (88)) quer para os operários, pois ineficaz para os propósitos de ambos — um trabalhador cordato, eficiente, por um lado, um operário atuante, combativo, de outro.

Nomeadas, já no princípio do século, como fonte de incapacidade das mulheres para amamentarem, constantemente ligadas a manifestação de tuberculose, bem como da sífilis e de outros problemas de saúde que podiam resultar em morte, (89) as bebidas alcoólicas, alvo renitente da atenção dos trabalhadores, nos deixam entrever por meio de seu combate, a amplitude dos agentes envolvidos na batalha contra o alcoolismo.

"Informações Uteis"

"(Cura gratuita de alcoolistas, syfiliticos e venereos pobres)

"Darão consultas hoje, à rua São Bento nº 21,

do meio dia à 1 hora da tarde, dr. J. Domingos Lopes; de 1 hora às 2 da tarde, dr. Feixoto Gomide; das 3 (sic) às 3 horas da tarde, dr. Claudio de Souza." (90)

Ligas, associações, dispensários que, muitas vezes, compuseram o quadro das realizações denominadas hipócritas pelos operários, serão componentes da tentativa burguesa para tornar a sociedade um espaço ordenado, um meio asséptico cuja expressão primordial será o Juquery. Opção concreta, também para o problema do alcoolismo, (91) essa vocação do hospício se acentuará a partir da década de 20 quando, com transformações do saber psiquiátrico, será a classe operária o alvo privilegiado das intervenções, com objetivos claramente eugênicos, que a nomeiam como o espaço da transgressão ou como o grupo propenso, por excelência, ao desvio social (os movimentos grevistas de 1917 e 1919 não podem ser desprezados nesse processo). Mais e mais o Juquery será espaço de "depósito do detrito" social. (92)

Mesmo tematizado como um mal amplo, de toda a sociedade do qual nem a classe dominante estava preservada, a obordagem feita do alcoolismo enfatizando-o como parceiro da miséria — tema da predileção dos trabalhadores — facilitará a circunscrição do combate aos alcoólatras em torno da classe operária, desde o princípio do século XX, o que se acentuará com o passar dos anos. (93)

Nesse processo há a "criação" e a separação do "bom trabalhador" de tipos cancelados como marginais, proporcionadas tanto por realizações de associações educativas e assistenciais, (94) implementadas por leigos e profissionais da área de

saúde (em contato direto com a população e maior ou menor acesso aos aparelhos do Estado, dependendo de sua constituição e objetivos), quanto pelo discurso militante dos trabalhadores, marcado de forma nítida pelo apreço à ciência, da mesma forma que estas citadas associações que a imprensa operária criticava por seus nexos com a classe dominante.

"Que se fabrique caninha para bebados esta bem, mas para operários é que não!" (95)

A tentativa de realizar um corte profundo, separando a classe trabalhadora dos alcoólatras, reflete este esforço de segregação feito ao longo do tempo para definição por parte significativa do próprio operariado, de quais eram os que podiam ser chamados trabalhadores e quais aqueles que não mereciam esse título e deveriam ser expurgados. A eleição do álcool como "(...) o maior obstáculo criado pelos nossos inimigos para obstar o nosso caminho", no início do mesmo texto que separou de forma tão incisiva "proletário" de "alcoólatra" (96) traduz como a cristalização de idéias políticas (a autora do texto é a libertária Isabel Cerruti, que assina Isa Ruti) dão-se de forma simbiótica com a definição da auto imagem esculpida, através dos anos, pelos operários: homens sóbrios, conscientes e vigorosos lutadores.

Mas, entre a idealização pura e simples da bebida como instrumento burguês e do operário como um ser oposto ao bêbado, outra informação aparece, sutilmente, traíndo a autora desse artigo eminentemente político: se trabalhador e álcool são incompatíveis, por que ele seria "(...) o maior obstáculo criado pelos nossos inimigos para obstar o nosso caminho"? A

incompatibilidade não garantiria a distância?

A fragilidade da separação do operariado destes indivíduos "marginais" no interior da ordem urbana industrial, está em ambos serem filhos despossuídos do capitalismo, assediados pela penúria. O alcoólatra seria o irmão indesejado que militantes trabalhadores queriam fazer desaparecer mas, também, a prole malquista que saberes e intervenções burguesas procurariam eliminar. Em meio a idealizações e práticas, insistindo em denunciar esta fragilidade, irrompe o social onde até mesmo o número de remédios, como depurativos ou revigorantes quetêm a palavra vinho como parte de seu nome e essa bebida (ou a aguardente) entre os seus ingredientes, é extremamente significativo. (97)

Contudo, se a configuração humana e dos lugares sofreu alterações, delineou-se de forma mais marcante com o concurso de operários e a acusação da miséria e da ganância da sociedade fabril como matriz do alcoolismo foi sistematicamente repetida pelos periódicos ligados aos trabalhadores, serão estes próprios jornais que apontarão o uso da bebida não apenas como um costume da sociedade como um todo (como indica o caso dos remédios), mas como hábito de uma classe -- a operária. Se as pregações e instituições burguesas foram denominadas simulacro de preocupação com o alcoolismo, o que dizer daqueles que combatendo esse vício fazem reclame de bebidas alcoólicas? (98)

A resposta pode ser dada pelos próprios operários que, em 1903, nos primórdios de uma luta que se revelaria longa, traduzem de maneira simples e direta a dimensão política e o aspecto de sucesso parcial que essa luta, à parte as mudanças de comporta

mento obtidas na sociedade, conseguirá concretizar até meados dos anos 20:

"Nós, nesse macabro concerto, formamos uma exceção — a maioria dos anarquistas são anti-alcoólicos. Ao menos entre os militantes e os simpatizantes mais chegados não se poderá encontrar um bêbado." (99)

NOTAS

- (1) A Vanguarda (SP) - Anno I, nº 7, 4-3-1921. "Um Vício a Combater - O Perigo do Alcool", p. 2, col. 1 e 2.
- (2) A Plebe (SP) - Anno II, nº 14, 24-5-1919, p. 3, col. 2.
A Vanguarda (SP) - Anno I, nº 7, 4-3-1921. "Um Vício a Combater - O Perigo do Alcool", p. 2, col. 1 e 2.
- (3) O Rebate (SP) - Anno Terceiro, nº 60, 16-7-1898. "Mais Um?" p. 2, col. 3, 4 e 5.
- (4) O Jornal do Subiroff (SP) - Anno I, nº IIII (sic), 16-12-1920, p. 13, col. 1, 2 e 3.
Cf.: Sobre o redator proprietário Nereu Rangel Pestana, A Plebe (SP) - Ano IV, nº 93, 11-12-1920, p. 2, col. 6.
O Jornal do Subiroff era na realidade uma revista, segundo FERREIRA, Maria Nazareth - A Imprensa Operária no Brasil - 1880-1920. Petrópolis, Vozes, 1978, p. 96.
- (5) Cf.: DULLES, John W. F. - Anarquistas e Comunistas no Brasil: 1900-1935. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, p.153.
- (6) O Internacional (SP) - Anno V, nº 93, 11-7-1925, "Saneamento moral", p. 1, col. 1 e 2. Veja também o nº 95, 1ª quinzena-8-1925. "A Internacional", p. 1, col. 1 e 2.
Cf.: O Livre Pensador (SP) - Anno II, nº 51, 9-10-1904, "Écos da Semana", p. 3, col. 1.
A Plebe (SP) - Anno V, nº 112, 9-4-1921, "Modos de ver... Alcool", p. 2, col. 5.
- (7) A Terra Livre (SP) - Anno IV, nº 65, 1º-1-1910, p. 4, col. 3.
A Lanterna (SP) - Anno IV, nº 11, dez.-1909, p. a, col. 6.
A Terra Livre (SP) - Anno IV, nº 73, 15-6-1910, p. 4, col. 2.
- (8) Cf.: A Rolha, São Paulo. Anno I, nº 7, 23-4-1918. "Fraudes e Falsificações - Os vinhos do Rio Grande São Drogas": "Os celeberrimos vinhos do Rio Grande do Sul, cuja falsificação havia sido iniciada ha annos pelo ex-anarchista Orestes Ristori, quando ficou com inveja da prosperidade de todos os Matarazzo desta terra..." p. 5.
- (9) A Lanterna (SP) - Ano XII, nº 208, 13-9-1913. "Deportados", p. 2, col. 5.
- (10) MORSE, Richard M. Formação Histórica de São Paulo. São Paulo, DIFEL, 1970. Boletim demográfico-sanitário especificando a mortalidade da cidade de São Paulo em 1887, p. 246.
- (11) A Vanguarda (SP) - Anno I, nº 13, 12-3-1921, p. 2, col. 5.
Ver também: Jornal Operário (SP) - Anno I, nº 11, de 26-11-1905. "Repto", p. 3, col. 3 e 4.

- (12) O Amigo do Povo (SP) - Anno II, nº 40, 6-12-1903. "Da Propaganda", p. 4, col. 2 e 3.
- (13) A Flebe (SP) - Anno VI, nº 225, 22-12-1923, p. 3, col. 5.
- (14) Sobre a luta contra a carestia veja a nota nº 105 (3º parágrafo) do Capítulo I - A Ameaça Iminente: As Epidemias - Três Momentos.
- (15) MARAM, Sheldon L. Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro - 1890/1920. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp. 15-17.
- (16) MARCONDES DE SOUZA, T. Oscar. O Estado de São Paulo - Phisico, Politico, Economico e Administrativo. São Paulo, Estabelecimento Graphico Universal, 1915, pp. 196-197. Atenção para o número de italianos.
PINHEIRO, P. S. HALL, M. M. A Classe Operária no Brasil - 1889/1930, Vol. I, São Paulo, Alfa-Ômega, 1979, pp. 59-91.
- (17) O Internacioal (SP) - Anno IV, nº 75, 1-6-1924. "Secção Didática", p. 3, col. 2 e 3.
Cf.: PERROT, Michelle - "Les classes populaires urbaines". Histoire Économique et Sociale de la France. Presses Universitaires de France. Tome IV (1): 454-534, p. 498.
- (18) RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- (19) Jornal Operario (SP) - Anno I, nº 9, 12-11-1905. "Tactica das Sociedades de Resistencia - VII", p. 1, col. 1 e 2. Os grifos são meus.
- (20) BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. São Paulo, T. A. Queiroz Editor, 1979, p. 67 e pp. 98-99.
- (21) BOSI, Ecléa - op. cit., p. 98.
Cf.: Annaes Sanitarios - São Paulo. Anno I, nº 1 (2 manus crito.), out. 1918. "A Luta contra o Alcoolismo": A cachaça "(...) no dizer do dr. Belizario Penna, é o peor inimigo da lavoura brasileira, mais prejudicial que as formigas, e sómente comparavel à ankylostomiase e à politicalha". p. 60.
- (22) A Lanterna (SP) - Anno III, nº 5, 9-1-1904. "A Cruzada Anti-Alcoolica", p. 2, col. 1.
Ver também: Folha do Povo (SP) - Anno I, nº 8, 7-5-1908. "Anti-alcoolismo", p. 3, col. 2 e, Anno II, nº 73, 5/6-6-1909. "Alcoolismo", p. 2, col. 1.
- (23) A Obra (SP) - Anno I, nº 11, 15-8-1920, p. 10.
- (24) Publicação libertária, cujo redator era Florentino de Carvalho, na qual colaboraram: Octávio Brandão, Mário Brasil,

- a.p.c. (Américo Pedro Cerruti), Isa Ruti (Isabel Cerruti), Paulo Araújo, Alexandre Montenegro, Fábio Luz etc. Publica Ferrer, Malatesta e Neno Vasco, entre outros.
- (25) A Obra (SP) - Anno I, nº VI, 10-6-1920, p. 11; nº 8, 1-7-1920, p. 11; nº 9, 14-7-1920, p. 10 e nº 11, 15-8-1920, p. 10.
- (26) A Obra (SP) - Anno I, nº VI, 10-6-1920, p. 11; nº 9, 14-7-1920, p. 10 e, nº 11, 15-8-1920, p. 10. Os grifos são meus.
- (27) A Rolha. São Paulo. Anno I, nº 10, 14-5-1918. Fraudes e Falsificações, p. 8. O grifo é meu.
A Rolha (SP) - Anno I, nº 18, 9-7-1918. Fraudes e Falsificações: "O remedio para cortar o mal [do Whisky] pela raiz é os poderes competentes prohibirem a venda de Whisky, por se tratar de uma bebida nociva e prejudicial a saude, principalmente quando falsificada como está". p. 11.
- (28) Neste período, duas vezes a capa da revista foi alusiva ao problema das adulterações e falsificações e suas consequências.
 Cf.: A Rolha. São Paulo. Anno I, nºs. 7 e 11, 23-4-1918 e 21-5-1918.
- (29) As denúncias dirigem-se, por todo o período da campanha, contra gêneros alimentícios adulterados ou falsificados e, também, contra outras bebidas sendo, entretanto, diminuto o espaço da aguardente cujo consumo, todavia, aumentara com o crescimento da população.
 Cf.: A Rolha. São Paulo. Anno I, nº 14, 11-6-1918. Fraudes e Falsificações, p. 11.
O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 156, 5-8-1919. "Como se fabrica a Pinga. A receita do sr. Constantino de Mathesus", p. 10.
- (30) Cf.: A Plebe (SP) Ano I, nº 1, 9-6-1917. "O pobre é um vadio?", p. 1, col. 5 e 6.
O Parafuso. São Paulo. Anno III, nº 71, 27-10-1917. "A Exposição Industrial", p. 2.
 Para ficarmos apenas em exemplos cotidianos que precederam a grande campanha da A Rolha de 1918.
- (31) A Rolha. São Paulo. Anno I, nº 7, 23-4-1918, p. 5, e, nº 10, 14-5-1918, p. 8.
 Na organização do Serviço Sanitário do Estado sua regulamentação em 1892 (LEI nº 43 e DECRETO nº 87) já existiam referências específicas a fabricação e comercialização de bebidas, referências que aumentarão com o passar dos anos (para comparação consulte o DECRETO nº 3876, de 11 de julho de 1925).
 Cf.: LEI nº 43, de 18 de julho de 1892. "Organiza o Serviço Sanitario do Estado", Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo II, 1929, pp. 24-27.
 DECRETO nº 87, de 29 de julho de 1892. "Regulamenta a Lei

nº 43 de 18 de julho do corrente anno, que organiza o serviço sanitario do Estado". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo, Tomo II, 1929, pp. 166-183.

DECRETO nº 3.876, de 11 de julho de 1925 "Reorganiza o Serviço Sanitario e repartições dependentes". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo - Tomo XXXV, 2ª ed., 1934, pp. 398-474.

LEI nº 2121, de 30 de dezembro de 1925. "Approva o decreto nº 3.876, de 11 de julho de 1925, que reorganizou o Serviço Sanitario e repartições dependentes." - Tomo XXXV, 2ª ed., 1934, pp. 59-71.

- (32) A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 1, 12-3-1918, p. 11; nº 5, 9-4-1918, pp. 1 e 7 e, nº 6, 16-4-1918, pp. 2, 7, 8 e 16.
- (33) A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 11, 21-5-1918, p. 1; nº 12, 28-5-1918, p. 11 e, nº 13, 4-6-1918, p. 8.
- (34) A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 14, 11-6-1918, p. 9. As críticas que aparecem ainda um pouco tímidas nesse número, se repetirão pelos seguintes, variando não só de intensidade mas, também, de alvo específico.
- (35) O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 135, 12-3-1919. "Ecos da nossa campanha - Fraudes e Falsificações".
A revista O Parafuso foi a publicação substituída pela "independente" A Rolha em 1918 devido ao estado de sítio que vigorava. Tinha linha editorial semelhante.
- (36) O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 145, 20-5-1919, "Fraudes e Falsificações - O processo do Sr. De Vecchi, p. 12 (cita Revista dos Tribunaes, vol. XIX, pág. 29) e, nº 149, 7-6-1919. "Os vinhos De Vecchi - A defesa do celebre falsificador".
O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 176, 23-12-1919. "Fraudes e Falsificações", p. 13.
Saca-Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 1, 2-2-1922. "O vermouth "Gancia" é uma droga purgativa", p. 16.
A revista autodenominava-se "de combate".
- (37) A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 14, 11-6-1918, p. 2.
- (38) A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 19, 17-7-1918, p. 9.
- (39) A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 18, 9-7-1918, p. 10.
- (40) A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 1, 12-3-1918, p. 11; nº 8, 30-4-1918, p. 12 e, nº 11, 21-5-1918, pp. 8 e 8.
- (41) A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 13, 4-6-1918, p. 10. O grifo é meu.
- (42) A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 15, 18-6-1918, p. 4. O grifo é meu.

- (43) A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 19, 17-7-1918, p. 11: "(...) na vizinhança da Distillaria" (Destilaria Paulista de G. Comparato & Cia.) murmura-se que os vermouths que de lá saem, passam por franceses mas são fabricados no próprio local. O grifo é meu.
A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 14, 11-6-1918, p. 10: "Ao Serviço Sanitário compete fazer uma apreensão no depósito de vinhos da rua Boa Vista, afim de se certificar se existe apenas face de reclamações que temos recebido".
- (44) A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 15, 18-6-1918, pp. 4 e 5 - e, nº 18, 9-7-1918, p. 9.
- (45) A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 12, 28-5-1918, p. 9. Os grifos são meus.
- (46) A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 17, 2-7-1918, p. 9. O grifo é meu.
 Ver também: nº 8, 30-4-1918, p. 13 e o nº 17, 2-7-1918.
- (47) A Lanterna (SP) Anno II, nº 26, 18-12-1903, p. 1, col. 3 e 4.
- (48) Cf.: o artigo repetido pelos jornais O Carpinteiro (SP), A Lucta Proletaria (SP) e O Trabalhador Grafico (SP), respectivamente Anno I, nº 1, p. 2, col. 3; anno III (Segunda época), nº 10, p. 4, col. 1 e 2 e, Ano VI, nº 57, p. 2, col. 3. Significativamente o artigo foi feito no princípio do século e no exterior.
- (49) Annaes Sanitarios - São Paulo - Anno I, nº 1, (2 manuscrito) out.1918. "A Luta contra o Alcoolismo", pp. 60-65.
- (50) Cf.: O Parafuso: São Paulo. Anno V, nº 136, 18-3-1919. A champanhe Mousseaux, denunciada como falsificada na página 11 é anunciada (reclame) na página 13 sem qualquer alerta ao possível consumidor.
O Jornal do Subiroff (SP) Anno I, nº II, nov.1920. Faz reclame da champanhe Mousseaux na pag. 9, col. 2 e 3, e na Capa ao falar do "Guaraná Espumante" afirma que ele, como manda "a Constituição de I. Subiroff" não contém álcool.
- (51) ENGELS, Friedrich. A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo, Global Editora, 1986, p. 109.
- (52) Folha do Fovo (SP) Anno I, nº 19, 26-7-1908. "Quem Sou Eu?" p. 3, col. 4 (1º Parágrafo).
- (53) MORAES, Evaristo de. Ensaio de Pathologia Social -- Vagabundagem - Alcoolismo - Prostituição - Lenocínio. Rio de Janeiro, Livraria Editora de Leite Ribeiro & Maurillo, 1921, pp. 71, 73 e 87.
- (54) A Lanterna (SP) Anno III, nº 11, 16-1-1904. "O Alcool", p. 1, col. 3.

- (55) Cf.: O Proletario (Santos) Anno 1, nº 1, 1º-6-1911. "O Proletario. No Campo da luta pelo Ideal. Ao povo": "Proletario é todo aquele que não é proprietário, que não possui propriedade suficiente para viver sem trabalhar ou o que é o mesmo, não tem capital suficiente para fazer que os outros trabalhem por ele e para ele. "Proletarios são, pois, todos os trabalhadores todos os operarios, todos os assalariados seja qual fôr de sua ocupação, emprego, ou elevado cargo que desempenhem". p. 1, col. 1.
- (56) Folha do Povo (SP) Anno II, nº 55, 15/16-5-1919. "Noticias Diversas: Carroceiro Caipora!" p. 2, col. 3 e, nº 54, 14-5-1909. "Noticias Diversas: Queda e fermento", p. 2, col. 5. Ver também: o mesmo jornal, Anno II, nº 72, 4/5-6-1909. "Noticias Diversas: Enforcado -- as victimas do alcool", p. 2, col. 5. Cf.: A Lanterna (SP) Anno IV, nº 2, 23-10-1909, p. 4, col. 6.
- (57) STORCH, Robert D. "O Policiamento do Cotidiano na Cidade Vitoriana", in: Revista Brasileira de História. São Paulo. Marco Zero, 5(8/9: 7-33, set. 1984 / abr. 1985, p. 30. Cf.: Folha do Braz (SP) Anno II, nº 71, 4-6-1899, p. 1, col. 5. Folha do Povo (SP) Anno II, nº 46, 4-5-1909, "Chronica. Sempre o alcool!", p. 3, col. 1 e 3 e, 53, 13-5-1909. "Noticias Diversas. Efeitos do alcoolismo", p.2, col. 6.
- (58) Folha do Povo (SP) Anno II, nº 77, 11/12-6-1909. "Noticias Diversas: Sempre o alcool", p. 2, col. 6; nº 82, 17/18-6-1909, "Noticias Diversas: Consequencias do alcool", p. 2, col. 1 e 2; nº 84, 19/20-6-1909, "Noticias Diversas: Sempre o alcool", p. 2, col. 5. Exceção entre os casos é o relatado no mesmo jornal, nº 82, 17/18-6-1909. "Noticias Diversas: Os efeitos do alcool", p. 2, col. 2, onde o motivo da tentativa de agressão do italiano Antonio Turizam a sua esposa Maria, além da embriaguez, não aparece.
- (59) Sobre a construção do papel da mulher e sua posição no mundo do trabalho, veja o Capítulo III - A Ameaça do Futuro: A Sífilis e a Descendência.
- (60) Folha do Povo (SP) Anno II, nº 72, 4/5-6-1909. "Noticias Diversas: O alcool assassino", p. 2, col. 4. Sobre a relação alcoolismo/degeneração pessoal/agressão familiar: A Plebe (SP) Anno III, nº 2, 9-9-1919. "Através da Cidade, p. 2, col. 4.
- (61) Folha do Povo (SP) Anno II, nº 45, 4-5-1909. "Chronica: Consequencias do alcoolismo", p. 2, col. 6 e, nº 68, 1º-6-1909. "Noticias Diversas: Mulher assassinada. Os crimes do alcool - Scenas de Bordes", p. 2, col. 4 e 5.

- (62) Folha do Povo (SP) Anno II, nº 54, 14-5-1909. "Noticias Diversas: Entre Oleiros", p. 2, col. 4 e 5.
- (63) A Lanterna (SP) Anno XIII, nº 250, 4-7-1914. "O que vai Pelo Mundo", p. 2, col. 6.
- (64) O Amigo do Povo (SP) Anno II, nº 45, 6-3-1904, p. 3, col. 4 e, nº 50, 16-4-1904, p. 3, col. 4.
- (65) Aurora. São Paulo. Anno 1, nº 2, 1-3-1905. "Folhando a imprensa", pp. 12-13: "Il Pensiero", Roma, anno II, nº 24. A Lanterna (SP) Anno III, nº 9, 14-1-1904. "O Alcoolismo-Conselho à Seguir", p. 1, col. 4 e 5 e, nº 14, 22-1-1904, "Écos - O alcoolismo", p. 1, col. 5.
- (66) RAGO, Margareth - op. cit., pp. 115-116.
- (67) Cf.: O uso de bebidas alcoólicas na ótica de organização ligada a Igreja Católica: CARONE, Edgard. Movimento Operário no Brasil (1877-1844). São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1979. "Os males do alcoolismo (católico) (1913)", pp. 270-75. Palestra de P. Prado proferida no "Centro dos Operários Católicos do Braz" e publicada no O Operário, órgão desse Centro.
Veja também: FERROT, Michelle - op. cit. pp. 481-482 e 498-499.
- (68) O Internacional (SP) Anno IV, nº 72, 15-4-1924, p. 1, col. 3, e, nº 73, 1º-5-1924. "O Alcoolismo e a Questão Social", pp. 3 e 4 (texto incompleto).
MOREIRA LEITE, Miriam. "A Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura". São Paulo. Ática, 1985, apud Rago, Margareth - op. cit., pp. 61-116.
Expressões como "flagelo" e "praga", usadas para nomear a questão do alcoolismo, ilustram a perspectiva de doença epidêmica sob a qual ele era enfocado:
A Lanterna (SP) Anno IV, nº 11, dez.1909, p. 2, col. 6.
O Trabalhador Grafico (SP) Anno VI, nº 57, 13-12-1925.
"O álcool e seus efeitos", p. 2, col. 3, (1º Parágrafo).
- (69) O Proletario (Santos) Ano I, nº 5, 1º-10-1911. "O alcoolismo", p. 2, col. 1 e 2 (10º e 11º Parágrafos).
Confira ainda:
O Amigo do Povo (SP) Anno II, nº 40, 6-12-1913. "Da Propaganda", p. 4, col. 2 e 3 (diálogo).
Folha do Povo (SP) Anno I, nº 22, 16-8-1908. "Daqui e dali - Alcoolismo" p. 3, col. 1, (13º Parágrafo).
A Voz da União (SP) Anno I, nº 5, 1º-9-1922. "Movimento Associativo - Café S. Paulo", p. 3, col. 3.
- (70) Folha do Povo (SP) Anno II, nº 92, 22-7-1909. "Contra o alcoolismo", p. 2, col. 1.
- (71) A Plebe (SP) Anno VII, nº 240, 14-6-1924, p. 1, col.4 e 5.

- (72) Cf.: Folha do Povo (SP) Anno I, nº 19, 26-7-1908. "Quem Sou Eu?", p. 3, col. 4 e, nº 22, 16-8-1908. "Daqui e dali - Alcoolismo", p. 3, col. 1.
- (73) Cf.: Jornal Operario (SP) Anno I, nº 6, 22-10-1905. "O alcoolismo", p. 3, col. 3 e 4.
Ver sobre os benefícios das 8 horas de trabalho:
A Lucta Proletaria (SP) Anno III (Segunda época), nº 10, 21-3-1908. "Folhetim — O Dia de 8 horas. Tradução da brochura editada pela Confederação Geral do Trabalho de França", segundo o qual trabalhar no máximo 8 horas e, entre outras coisas, reduzir o alcoolismo. p. 4, col. 1, 2 e 3. Reclame e comentários desse folhetim aparecem em outros números do jornal.
Verifique ainda:
A Plebe (SP) Anno VII, nº 243, 5-7-1924, "Para a orientação do operariado": resoluções dos Congressos Operários de 1906, 1913 e 1920 que relacionam diminuição de horas de trabalho com combate ao alcoolismo, p. 4, col. 1.
- (74) O Carpinteiro (SP) Anno I, nº 1, 1-6-1905. "Abaixo o alcool!", p. 2, col. 3.
- (75) O Carpinteiro (SP) Anno I, nº 1, 1-6-1905. "Abaixo o alcool!", p. 2, col. 3.
A Lucta Proletaria (SP) Anno III, (Segunda época), nº 10, 21-3-1908. "Abaixo o alcool!", p. 4, col. 1 e 2.
O Trabalhador Grafico (SP) Ano VI, nº 57, 13-12-1925. "Poligrafia — O álcool e os seus efeitos", p. 2, col. 3.
- (76) O pressuposto da falta de informações fica sem consistência ao acompanharmos a grande quantidade de publicações e informes recebidos de todo o Brasil e do estrangeiro e comentados em vários jornais. Por exemplo:
O Socialista (SP) Anno II, nº 48, 1º-5-1897, p. 1, col. 1 a 5 e p. 3, col. 5.
O Rebate (SP) Anno Terceiro, nº 60, 16-7-1898, p. 2, col. 5.
O Amigo do Povo (SP) Anno II, nº 45, 6-3-1904, p. 3 e 4.
Aurora. São Paulo. Anno I, nº 1, 1º-2-1905, p. 12 e 13.
A Lucta Proletaria (SP) Anno I, nº 2, 1º-9-1906, p. 1, col. 2 e 3, p. 2, col. 1, p. 3, col. 3 e 4 e p. 4, col. 4 e, Anno III (Segunda Época), nº 6, 22-3-1908, p. 3, col. 3 e 4, p. 3, col. 4 e p. 4, col. 1.
Folha do Povo (SP) Anno I, nº 26, 15-9-1908, p. 3, col. 4.
O Proletario (Santos) Anno 1, nº 1, 1-6-1911, p. 3, col. 1 a 4.
A Lanterna (SP) Anno XIII, nº 226, 17-1-1914, p. 3, col. 4 e 5 e p. 4, col. 1 a 3.
A Plebe (SP) Ano IV, nº 49, 24-1-1920, p. 1, col. 4, p. 2, col. 6 e, nº 56, 21-2-1920, p. 1, col. 3 e 4 e p. 3, col. 3 e 4.
A Vanguarda (SP) Anno I, nº 2, 26-2-1921, p. 2, 3 e 4.
O Internacional (SP) Anno IV, nº 77, 1º-7-1924, p. 3, col. 5.
Muitos dos periódicos eram enviados ao exterior firmando

a busca de contato regular com publicações de outros países. For exemplo:

O Rebate (SP) Anno Terceiro, nº 68, 18-1-1899. O jornal é mandado para a folha Freedem, de Londres, de quem recebem o nº 133 (p. 2, col. 6).

o União dos Operarios (Santos) Anno I, nº 9, 15-9-1905. Enviado para Les Temps Nouveaux, Paris.

A Lucta Proletaria (SP) Anno III (segunda epoca), nº I, 17-1-1908, p. 1, col. 1. "Aux journaux (sic) de l'extérior. Nous prions tous les journaux ouvres de nous faire le service d'échange de leurs publications. Adresses tout ce qui concerne ce journal à Luta (sic) Proletaria. Caixa Postal, 580, S. Paulo - Brésil".

O Liberal (Guaratinguetá) Anno I, nº 1, 14-7-1912. Remetido para a redação da Bataille Sindicaliste, Paris.

(77) A Lanterna (SP) "Natal! - Supplemento Illustrado Extraordinario", 25-12-1902. "O Alcool", p. 4.

Ver, entre vários:

O Livre Pensador (SP) Anno II, nº 38, 3-7-1904. "Bibliographia. O Perigo Alcoolico - pelo dr. Alberto Seabra", p. 3, col. 4 e 5 (especialmente a partir do 5º Parágrafo).

O Internacional (SP) Anno IV, nº 73, 1º-5-1924. "O Alcolismo e a Questão Social", p. 3 e 4 (texto incompleto), notadamente p. 3, col. 3, 4 e 5.

(78) A Lanterna (SP) Anno II, nº 20, 24/25-10-1903. "O Custo do Alcool", p. 2, col. 3.

O Amigo do Povo (SP) Anno II, nº 39, 22-11-1903. "Alcool e Tabaco", p. 3, col. 2 (parte final).

(79) O Jornal do Subiroff (SP) Anno I, nº II, nov. 1920. "No Tribunal Revolucionario. Os Benemeritos. O Senhor Conde Francisco Matarazzo de 1920", p. 7, col. 1 a 3 e p. 8, col. 1.

Cf.: Artigo com idéias muito próximas as de Peixoto: A Plebe (SP) Ano IV, nº 53, 21-2-1920. "O flagelo do alcool - Hipocrisia dos Governos", p. 4, col. 4 e 5.

Veja, sobre a expressão "maximalista": BRANDÃO, Octavio. Combates e Batalhas: Memórias, Vol. I, São Paulo, Alfa-Ômega, 1978. "Maximalista", era a denominação, dada por muitos, aos simpáticos aos bolchevistas e, consequentemente a Revolução Russa de 1917 e as idéias que concretizou. pp. 113, 124 e 165.

(80) A Lanterna (SP) Ano XV, nº 284, 29-1-1916. "Evitemos o alcool", p. 3, col. 1 e 2.

(81) O Amigo do Povo (SP) Anno II, nº 39, 22-11-1903. "Alcool e Tabaco", p. 3, col. 1 e 2.

(82) Cf.: Tribuna Operaria (Santos) Numero Especial, 1º-5-1909. "O alcool e sua acção": "(...) A burguesia tem o alcool como um seu auxiliar, porque sabe que o operario enquanto está nas tavernas e nos bordeis se embriagando, elle não está procurando no meio de seus companheiros a forma me-

lhor de combater a exploração que elle sofre; como tambem dá motivos à policia de os prender e espancar, dando assim prejuizo às associações, 1ª por que elle sendo associado, a mesma tem que fazer despezas com asua liberdade, e além disso traz sempre rivalidades de uns contra os outros, 2ª que os mesmos individuos não sendo associados, en tretendo-se nas tavernas vão cada vez mais se corrompendo e a burguezia aproveita estes individuos para que em occa sões de greve os mesmos se sujeitam, "embora imprestave- is", para aquelles poucos dias que elles necessitam dos mesmos. E depois correm-os a ponta-pés, pois até de graça não os querem no trabalho", p. 2, col. 2.

- (83) O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 148, 10-6-1919. "O Alco ol Mata! Uma representação da Liga Paulista Contra A Tu berculose". p. 2.
CUNHA, Maria Clementina P. - O Espelho do Mundo: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, pp. 166-167, 193-198.
DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. - A Vida Fora das Fábri- cas: Cotidiano Operário em São Paulo - 1927-1934. Campi- nas, 1983 (Dissertação de Mestrado, IFCH, UNICAMP), pp. 64-65.
- (84) A Lanterna (SP) Ano XIII, nº 221, 13-12-1913, p. 3, col.3. O alcoolismo já havia sido tema do I Congresso Operário Brasileiro, realizado entre os dias 15 e 20 de abril de 1906.
- (85) A Plebe (SP) Anno V, nº 201, 27-1-1923. "Contra o Alcool" p. 3, col. 2.
Cf.: O Socialista (SP) Anno II, nº 48, 1ª-5-1897. Pro- grama do Partido, p. 4, col. 3 a 6: "Impostos progressi- vos sobre as tavernas e fabricas de bebidas alcoolicas até sua extinção".
Veja também, o mesmo jornal, Ano III, nº 56, 22-5-1898. "Programa do Partido Socialista", p. 1, col. 1 a 4. "Re- forma Política e Economica, Ferante os Poderes Federais", Artigo 4ª.
- (86) A Vanguarda (SP) Anno I, nº 7, 4-3-1921. "Um vicio a com- batar -- O Perigo do Alcool", p. 2, col. 1 e 2.
A Lanterna (SP) Anno XV, nº 284, 29-1-1916. "Evitemos o alcool", p. 3, col. 1 e 2.
O Internacional (SP) Anno V, nº 93, 11-7-1925. "Saneamen- to moral", p. 1, col. 1 e 2.
Para ficarmos apenas em alguns dos periódicos já citados.
- (87) O Rebate (SP) Anno Terceiro, nº 62, 23-8-1898, "Echos", p. 2, col. 2.
- (88) Cf.: ROSEN, George. Da Polícia Médica à Medicina Social. Rio de Janeiro, Graal, 1980. XII - Aspectos médicos do de bate sobre as condições fabris na Nova Inglaterra, 1840- -1850, p. 321.

A Voz da União (SP) Anno I, nº 5, 12-9-1922. "Movimento Associativo - Café S. Paulo", p. 3, col. 3.

- (89) O Amigo do Povo (SP) Anno III, nº 60, 20-8-1904. "Bibliografia: A Crescente Incapacidade das mulheres para Amamentarem os Filhos: Causas desse incapacidade e meios de preveni-la; por G. von Burge, professor da Universidade de Basileia, Publicação da "Revista Médica de São Paulo. Opúsculo de 16 pág.", p. 4, col. 1 e 2.
Folha do Povo (SP) Provavelmente: Ano II, nº 43, maio de 1909 (jornal danificado): "Informações Úteis. Dispensário do dr. Claudio de Souza", p. 4, col. 2 e, Anno II, nº 64, 26/27-5-1909. "Noticias Diversas: As victimas do alcool", p. 2, col. 5.
- (90) Folha do Povo (SP) Provavelmente: Ano II, nº 43, maio de 1909 (jornal danificado). "Informações Úteis: Dispensario do dr. Claudio de Souza", p. 4, col. 2.
- (91) Folha do Povo (SP) Anno II, nº 54, 14-5-1909. "Noticias Diversas: as victimas do alcool":
"Atirou-se hontem, às 6 horas da tarde, do Viaduto, Ernesto Grossiglio, solteiro, 42 annos e que foi gerente de uma pharmacia no bairro Ipiranga.
"Ernesto enlouquecera ha cerca de seis mezes, devido ao abuso de bebidas alcoolicas.
"Recolhido ao hospicio de Juquery, de lá saiu inteiramente são, entregando-se novamente ao vicio da embriaguez.
"Reduzido a viver dos socorros dos últimos amigos, passava amargurados dias de miseria.
"Actualmente achava-se em tratamento no hospital Humberto I, donde evadiu-se para pôr termo a existência", p. 2, col. 5.
Cf.: BOSI, Ecléa - op. cit., p. 109.
- (92) CUNHA, Maria Clementina P. - op. cit., pp. 165-210.
Cf.: Sobre a posição de periódicos quanto a existência de irrecuperáveis vítimas do álcool:
O Amigo do Povo (SP) Anno II, nº 39, 22-11-1903. "Alcool e Tabaco", p. 3, col. 1 e 2 (8º Parágrafo).
Ver também, sobre proposta (hospitalar) de solução para o problema do tratamento de alcoólatras:
O Parafuso. São Paulo. Anno IV, nº 192, 21-4-1920. "A Vol d'Oiseau...", p. 11.
MORAES, Evaristo de - op. cit., pp. 109-136.
- (93) MORAES, Evaristo de - op. cit. p. 125: "Nos palacetes como nos casebres, o pernicioso effeito da alcoolisação se faz sentir pela mesma forma".
Cf.: O Internacional (SP) Anno V, nº 96, 1ª Quinzena -9-1925. "Alcool, Jogo e Farra! p.1, col. 6 e p. 2, col.1.
- (94) Cf.: Uma instituição desse tipo (de âmbito nacional) é analisada por LUZ, Madel T. - Medicina e Ordem Política Brasileira. Rio de Janeiro, Graal, 1982, pp. 173-188.

- (95) A Flebe (S.P.) Anno III, nº 22, 19-7-1919. "Irmãos Trabalhadores!", p. 2, col. 5.
- (96) Idem. Os grifos são meus.
- (97) Confira, entre muitos:
Folha do Braz (SP) Anno IV, nº 94, 23-12-1900. "Pharmacia Cosmopolita", p. 3.
A Lanterna (SP) Anno II, nº 20, 24/25-10-1903. "Vinho de Cajú" e "Despesia", p. 4, col. 3 e, Anno III, nº 8, 13-1-1904. "Grande Farmacia e Drogaria Italiana" p. 2, col. 6 e, "Byrrh", p. 4, col. 6.
Folha do Povo (SP) Anno II, nº 71, 3/4-6-1909. "Vinho Aroud", p. 3.
O Parafuso. São Paulo. Ano VI, nº 189, 31-3-1920. "Licor de Tayuyá de S. João da Barra", p. 10.
- (98) Cf.: entre vários,
O Rebate (SP) Anno Terceiro, nº 48, 11-11-1897, p. 4; nº 50, 1º-1-1898, p. 3 e 4; nº 52, 19-2-1898, p. 3; nº 58, 3-6-1898, p. 3, col. 3 e 4, p. 4, col. 1 e 2 e, nº 67, 16-12-1898, p. 3.
A Lanterna (SP) Anno III, nº 8, 13-1-1904, p. 4, col. 6.
O Livre Pensador (SP) Anno IV, nº 156, 23-12-1906, p. 4, col. 3 e 4.
A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 38, 3-12-1918, p.6 e Capa.
O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 167, 21-10-1919, p. 16, e, nº 175, 16-12-1919, p. 11. Anno VI, nº 183, 19-2-1920, p. 13; nº 184, 26-2-1920, Capa; nº 191, 14-4-1920, Capa; nº 196, 19-5-1920, Capa; nº 213, 16-9-1920, p. 4, 6 e 13 e, nº 226, 15-12-1920, Capa. Anno VII, nº 243, 14-4-1921, p. 16.
O Internacional (SP) Anno II, nº 9, 16-2-1921, p. 2, col 2 e 3 e, nº 15, 15-8-1921, p. 6.
A Voz da União (SP) Anno I, nº 4, 1-8-1922, p. 3 e 6 e, nº 12, 7-3-1923, p. 3, col. 4 e 5.
O Internacional (SP) Anno IV, nº 71, 1º-4-1924, p. 3.
O Solidario (Santos) Anno II, nº 33, 28-2-1925, p. 4 e anteriores.
Os reclames, em geral, repetem-se em vários números dos periódicos.
- (99) O Amigo do Povo (SP) Anno II, nº 40, 6-12-1903. "Da Propaganda", p. 4, col. 2 e 3. Os grifos são meus.

C A P Í T U L O I I I

A AMEAÇA DO FUTURO: A SÍFILIS E A DESCENDÊNCIA

"... Hoje a higiene recebe da ciência os mais sacrosantos direitos para dizer ao tuberculoso, ao epileptico, ao idiota, ao sífilítico: Amai, mas não procrieis. E a economia política que não passa afinal duma higiene da sociedade, deve dizer ao pobre que só a fome ou o asilo dos expostos pôde oferecer aos filhos: Amai, mas não procrieis. (...)"

O AMIGO DO POVO — 3-9-1904

"Um dos mais serios" problemas nacionais, segundo Octávio Brandão (1), a sífilis capitaneará uma questão ampla nas publicações operárias paulistas: aquela ligada a reprodução e com ela a sexualidade, a maternidade e a infância.

Apontada, por vezes, como causadora de mudanças e benefícios diversos para São Paulo e sua população, a grande concentração de homens, fruto da imigração (2), motivará todavia nos periódicos operários uma preocupação quanto ao futuro dos indivíduos diante das novas condições da vida urbana multiplicando problemas que envolviam não só a conduta pessoal mas que repercutiam nas páginas de jornais e revistas como questões pertinentes à discussão de todo o proletariado.

Questão delicada e complexa, a da reprodução humana unirá nestas publicações aspectos físicos e morais de uma preocupação que abrangia do comportamento sexual das pessoas à saúde e educação dos filhos que esses indivíduos poderiam ter, em um período em que a quantidade de anúncios de médicos especialistas, principalmente no tratamento da sífilis, bem como de remédios destinados ao seu combate, multiplicam-se pela imprensa ligada aos trabalhadores indicando a magnitude do problema e a busca intensiva de seu combate:

"Dr Synesio Rangel Pestana
Medico Operador

Molestias internas, venereas e syphiliticas
Consultorio
Rua de S. Bento, 34 - Sobrado
Das 2 às 4 (sala da frente)
Residencia
Rua da Consolação, 64
Telephone, 980" (3)

"A cura da syphilis
Interna ou externa, adquirida ou hereditaria,
de 1ª ou 2ª geração, em todas as manifestações
e periodos se consegue infallivelmente com o es-
pecifico "Luetyl". Peçam gratis: "O Perigo da
Syphilis, meios de saber se tem ou não a syphi-
lis"
Caixa do Correio, 1.686 - Rio" (4)

Nessa luta da imprensa operaria contra a sífilis, o
temor da doença apontará insistentemente para o jovem, indica-
do a educação como arma eficaz para livrá-lo desse perigo: o
jornal A Lanterna agradecerá, em julho de 1912, o convite para
uma conferência do "especialista" José de Vasconcelos no salão
Celso Garcia, cujo tema incluia a sífilis e o cancro. (5)

Será o moço — homem solteiro —, categoria pouco
precisa no que diz respeito à faixa etaria, o alvo dessa campa-
nha que com alertas sobre os perigos da doença e conselhos hi-
giênicos que preveniriam de um possível contágio (chegando até
a insinuação de abstinência sexual antes do casamento' (6)),
lembra o jovem das desgraças que poderiam advir com a moléstia:

"(...) os estragos e a avaria cae sobre a fami-
lia, sobre a descendencia: os abortos, os alei-
jões, os desgraçados surdo-mudos, os cegos, os
cretinos, os insanos... Os rapazes, devem a fun-
do meditar estas graves verdades e uma instruc-
ção elemental é mais do que uma necessidade.
(...)" (7)

Problema classificado pelo dr. Belisário Fenna como
endêmico (8), a sífilis motivará em São Paulo ações de várias

categorias atuantes nessa sociedade industrial burguesa — como a dos médicos-higienistas (a atividade de dispensários é exemplar nesse caso (9)), e estará entre as preocupações que de maneira mais intensa mobilizavam os militantes operários. Através de suas publicações esses ativistas insistirão em uma campanha que, alertando para o perigo representado pela doença para o futuro de todo o operariado, indicará a saúde como arma decisiva contra um inimigo: a burguesia, apontada como debilitada e depravada pela ociosidade e pelos vícios (10).

Em oposição será desenhada a figura do trabalhador que com todas as dificuldades que encontrava desde seu nascimento (de moradia, alimentação e vestuário, a incidência de acidentes e mortes prematuras) (11) teria uma possibilidade, através de sua instrução, de lutar por uma existência saudável.

Atentos às transformações que aconteciam, militantes operários buscarão traduzir para os trabalhadores os problemas que a industrialização exacerbava, construindo pouco a pouco um modelo de operário em que o esboço de um ser humano sadio e ativo será desenhado em uma empreitada feita de ações pontuais que incluíam o debate e o posicionamento quanto a questões relevantes para amplos setores sociais, como o combate a sífilis e outras doenças venéreas, associado em diversos momentos ao ataque ao jogo (apesar de alguns anúncios de casas especializadas nessa atividade e de loterias, feitos em jornais como o "independente" O Rebate) (12), a vadiagem e, principalmente, a prostituição (Octávio Brandão chegou a sugerir que as "hetairas" — prostitutas de luxo — fossem enviadas para as fábricas, o que nos remete a formulações como "regeneração pelo

trabalho", às práticas de Franco da Rocha (13)) e a tudo o que a ela induzisse. (14) Alvos recorrentes que refletiam a preocupação abrangente e cotidiana dos jornais com a formação dos trabalhadores em uma organização social apontada como corrompida e corruptora:

"(...) se frequentasse a sede social [afirma O Internacional, em 1925] em vez de frequentar tabernas e prostibulos, se fossemos comeditos, educados, amigos dos nossos companheiros, defensores de nossas famílias e das prerrogativas associativas, a sociedade burguesa que nos espezinha já o teria cessado de existir há muito tempo. A exploração do homem pelo homem não poderia conservar-se de pé e este "jardim de suplícios" que é a sociedade presente cheia de mase-las, de avarias, de syphilis já teria desaparecido para dar lugar a uma forma de convivência social, onde ninguém sentisse a falta de pão e de trabalho para o adquirir." (15)

Nesse processo a preocupação com o moço acabará por unir-se a atenção dispensada à criança e ao adolescente, reduzindo fronteiras que a própria sífilis desafiava ao contaminar seres humanos de diferentes faixas etárias, de diversas formas. Como escrevia o médico Alberto Seabra: "Si a syphilis é uma molestia de origem sexual, ella não é sexual em variadissimas formas de sua transmissão" (16), reforçando a atenção que deveria ser dada aos menores de idade. Questão premente, já em 1891 o dr. Clemente Ferreira havia editado em Paris um trabalho intitulado "Du traitement de la syphilis infantile par les injections sous-cutanées de sels mercuriels" (17) e, em 1908 artigo do jornal A Terra Livre apontava a sífilis (como o sarampo ou a catapora), entre as moléstias mais frequentes entre as crianças pobres, filhas de uma classe "esgotada no trabalho". (18)

Preocupação central no universo urbano do início do século XX, o temor sífilítico contribuirá para fortalecer a idéia de cuidado com todo o processo de desenvolvimento infantil na imprensa operária. Preocupação essa traduzida pela A Plebe, em 1920, com as seguintes palavras:

"(...) é preciso que modifiquemos, por completo, os nossos detestáveis hábitos de vida nos locais de trabalho e que dão lugar, a cada momento, ao aumento de depravação a que chegam as crianças e os adolescentes que vivem em contato conosco.

(...)

o saneamento moral da fábrica, da officina, dos locais de trabalho em geral, deverá ser feito por nós, tornando-nos, como é preciso, aptos a exercer influencia benéfica naquelles que o (sic) nosso lado crescem e a quem devemos os melhores exemplos, as provas mais robustas de carinho e assistência, forçando, com isso, aos que mandam, a se humanizarem também." (19)

Enfocada como instrumento de transformação, a "boa educação" poderá ser denúncia e pressão contra o "patrão desumano" em uma sociedade que aponta repetidamente o operário como "o bárbaro" devido seu modo de vida (20), mas traduzirá a preocupação dos jornais operários com a formação das futuras gerações, dentro de uma perspectiva do que seria correto para a luta pela mudança social.

Artigos de "R" publicados pelo jornal A Lanterna, abordando problemas do cotidiano operário, indicam esse temor, diante do futuro que poderia estar sendo traçado para essas crianças e adolescentes: obrigados a trabalhar nas oficinas (onde assistem "à torpe escravidão do trabalho") onde ouvem "impropérios e palavras imorais", recebem uma "educação viciada" arrematada em casa quando o menor defronta-se com o pai em

briagado. Tudo "favorece a perversão e a degenerescencia dos sentidos" — devido ao míngua do salário o operário é obrigado a morar quase sempre em um só cômodo, com 5, 6 ou mais filhos, de ambos os sexos e, as vezes, alguns cunhados e irmãos. Só por milagre a criança não se perverterá, conclue o texto que se iniciara com a frase "O homem nada mais é do que um produto do meio e das circunstâncias em que cresceu". (21)

Exaltando a instrução como meio para reverter o quadro no qual a classe trabalhadora estava inserida, as atenções das publicações do operariado privilegiarão o jovem e a criança nessa campanha educativa fundamental para a libertação dos trabalhadores. Classificada por "R" como tendo por fim único "reprimir soffrear as tendências más, inatas no homem, e estimular as boas qualidades, fazendo desenvolver-se os sentimentos nobres e generosos" (22), a educação será prioritária nas falas e programas de militantes operários que mesmo podendo divergir nas formas de implementá-la, viam na instrução (institucional ou não) um poderoso instrumento de formação do menor e transformação social. (23)

Verdadeiro escudo contra a vadiagem, o alcoolismo, o crime, a prostituição, segundo Guerra Junqueira (24), o saber será extremamente valorizado no combate a sífilis, notadamente para aqueles que desde muito cedo eram compelidos a fazer parte do mundo do trabalho fabril. Aparecendo no discurso patronal como local de formação de menores, garantia do "elemento fabril do futuro" (25) através dos hábitos saudáveis de trabalho que inculcia, a fábrica (apresentada várias vezes pela burguesia como defesa contra os "vícios" que poderiam ser adquiri

dos por crianças e adolescentes caso ficassem ociosos (26)), será, entretanto, repetidamente repelida nos artigos publicados pelos militantes operários, que a definiam muito mais como um meio deformador para esses menores, obrigados a trabalharem prejuízo do seu pleno desenvolvimento físico e mental, devido a dificuldades financeiras familiares. (27)

Presente na produção industrial paulista desde o final do século XIX, o trabalhador menor será alvo da atenção de médicos e legisladores e estará constantemente nas páginas dos periódicos operários como retrato da mais cruel e desumana exploração capitalista (28). Esses jornais noticiarão acidentes infantís de forma repetitiva, como se tentassem fazer a classe operária memorizar como de suma gravidade o emprego de crianças e adolescentes nas indústrias. A repercussão do caso do menor atacado e morto por cães na fábrica Penteado em 1922 fornecerá elemento valioso para essa educação perene do operariado, ao materializar a perspectiva apavorante de um ser humano "devorado" por seu trabalho. (29)

"Na Officina

"A tortura brutal da maquinaria
sob os rijos grilhões da dôr dos ferros
recompõe-se em melodia funeraria
— melodia fatal dos tristes erros —

E a dôr a curvar sob a riqueza
essas lindas cabeças operárias,
obrigadas a lidar co'a pobreza,
e quaes flores, murchar, por sedentarias

No cantico de angustia e de agonia do
machinismo rumorante aflicto
— o drama bethoviano da harmonia —

Libero gesto qual cachoeira explode:
a lyrica revolta do infinito na
sciencia que a Belleza morrer pôde!"

Arsenio Palacios (30)

Luta multifacetada, no combate ao trabalho dos menores estará viva a disputa pelo emprego usurpado pelos "aprendizes", que ganhavam pouco e faziam o mesmo trabalho do adulto, induzindo pais, em detrimento da educação dos filhos e correndo o risco de fazê-los perecer física e moralmente em uma fábrica ou oficina (muitas "mal localizadas, sem ar, sem luz e sem nenhuma prescrição higienica" (30)), deles se utilizarem para o sustento familiar, o que será sistematicamente condenado pelos militantes operários:

"A admissão sem limites dos aprendizes, [nas oficinas tipográficas em Campinas] muito contribue para a desvalorização dos salarios, já exiguos, dos officiaes, havendo casas que mais parecem uma escola do que uma officina, e onde dão entrada até aprendizes que nem sequer sabem ler.

(...)

"O operario ganha o insufficiente para a sua manutenção e dos seus; vê-se à mingua de recursos, comprehende que o unico meio é lançar mão do trabalho de seus filhos; pegam numa criança de 10 ou 12 annos e levam-na a uma officina. O capitalismo recebe-o de braços abertos, porque vê nessa criança uma boa especulação, pagando-lhe ordenados que nem dão para sua alimentação!

(...)

"Os culpados são os próprios operarios, e o unico meio de resolver estas anomalias é fundar sociedades de resistencia congregando todos, em prol de uma mesma idéia, pois que a União faz a força e contra a força não ha resistencia." (32)

Desde o final do século passado a discussão e a luta pela limitação e regularização do trabalho dos menores marcará a imprensa operária. O jornal O Socialista em 1897 e 1898 publica o programa do Partido Socialista que determinava a "proibição do trabalho às crianças menores de 15 anos, sem distinção de sexo" e as resoluções do Congresso Socialista de Paris, realizado em 21 de julho de 1889, que propunha a "proibição do

trabalho das crianças menores de 14 anos, e redução do dia de trabalho a 6 horas para jovens de um e de outro sexo de 14 a 18 annos", bem como a abolição do trabalho noturno para aqueles com menos de 14 anos. (33)

Em 1908 o 2º Congresso Operário Estadual, marcado por idéias libertárias, discute o seguinte tema proposto pelo Sindicato dos Carpinteiros de Santos: "Será conveniente propagar nas organizações operárias a não admissão dos menores de 14 anos no trabalho?". Expressão da contínua preocupação do operariado quanto ao emprego de crianças e adolescentes, independente da opção ideológica do periódico em questão, essa proposta apresentada por Luis Bento, ressaltava a importância do assunto e a necessidade de iniciar-se "(...) um trabalho sério e eficaz para conseguir a abolição desta odiosa exploração à qual estão subjugadas as nossas crianças em prejuizo da sua saude e da sua inteliencia".

O tema suscitará longa discussão onde transparecerá o receio pela privação entre os menores "do espirito necessario para a luta" devido ao esgotamento precoce que o trabalho traria e a acusação aos pais, que muitas vezes pelo "miseravel auxilio financeiro que a creança pode trazer à familia, permitem conciente o inconcientemente que a mesma seja sacrificada à ganancia de um explorador assassino". Concluindo "(...) uma vez que [ao burguês] negassemos os nossos filhos êle ver-se-ia obrigado a empregar na sua fabrica outrotantos operarios e a questão seria resolvida. Procuramos, portanto, iniciar cada um por meio de publicações adequadas um trabalho incensavel com o fito de convencer os pais de familia a não permitir a esplo-

ração dos menores". (34)

Ao longo dos anos lutando pela conscientização dos pais para que livrassem "os pequenos da atmosfera assassina da fábrica," os militantes operários alertarão sobre os maus tratos que as crianças sofriam nos locais de trabalho (35) e demonstrarão a perenidade de um problema que motivará ações específicas entre o operariado, como o "Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores Operários" existente em 1917 (36), além de uma atenção renovada diante de tudo o que na sociedade paulista, incidia sobre a questão do menor, do jornal libertário A Plebe ao comunista O Internacional, cada qual com sua posição peculiar frente a sociedade burguesa, o Estado e suas leis:

"De há muito que os militantes proletários protestam contra a exploração infamíssima a que estão sujeitos nos ergastulos industriaes os filhos do povo," afirma A Plebe

"A essa campanha altamente humanitaria respondem as autoridades com violencias de toda a sorte e a grande imprensa com torpes insinuações e calunnias.

"Agora, porém, com o horrivel caso do menor es-traçalhado pelos cães da fabrica Penteado, a diretoria do Serviço Sanitario lembrou-se de que ha leis prohibitivas do emprego de crianças na industria e multou em 1.000\$ a Companhia Paulista de Aniagens.

"Que irrisão! Esse mísero conto de reis, multiplicado por muitas centenas será reconquistado pela empresa no roubo ao esforço dos menores." (37)

"O decreto nº 2918, de 18 de Abril de 1918, que deu execução ao Codigo Sanitario do Estado de S. Paulo, estabelecendo as condições de funcionamento das fabricas e officinas em geral, como era de esperar, continúa letra morta..."

Sobre o artigo 210 que proibia o trabalho de menores

de 12 anos comentava esse texto publicado pelo O Internacional:

"(...) essa disposição constantemente é burlada. Não é preciso penetrar nas profundas masmorras das fabricas para se averiguar a exploração do braço infantil não apto ainda para as labutas do trabalho. Nas proprias ruas — máo grado a myopia dos inspectores incumbidos da fiscalizaçãõ do trabalho — vemos constantemente, creanças menores de 12 annos com enormissimos fardos às costas, fazendo em longos trajectos, o transporte de mercadorias das casas de 2ª ordem onde são empregados servindo horas a fio como bestas de carga na mais torpe e deshumana das explorações, cujos patrões violam duma forma tão acciñtosa o que adverte o § 3º do art. 213, do referidoCodigo, o que diz não poderem "executar trabalhos que produzam fadigas demasiadas, taes como transportes de materiaes, fardos e volumes de peso superior às suas forças," os menores de 12 annos."

Quanto ao artigo 211 que afirmava poder o menor entre 12 e 15 annos, mediante consentimento de seus representantes legais, trabalhar por período que não excedesse a cinco horas diárias, em serviços moderados, que não lhe prejudicassem a saúde ou embaraçassem a instrução escolar, dizia a mesma publicação:

"verifica-se tudo ao contrario. Quasi todos os trabalhadores mesmo menores da idade requerida não apresentam certificados ou consentimentos dos seus paes. Os proprios industriaes nada exigem, senão braços para o trabalho...
"Ademais, o operario de menor idade é ainda mais explorado do que o adulto, pela obediencia e receio que tem dos mestres, solertes e vigilantes aos interesses do industrial. Fabricas existem em que o braça infantil é o equilibrio do estabelecimento, fazendo longas horas de extraordinario nocturno."

Continuã, recordando o pequeno que depois de trabalhar, fora procurar um recanto para descansar, adormeceu e foi atacado por cães e escrevendo sobre o artigo 212, que esta

belecia que o menor só poderia ser admitido no trabalho exibindo atestado médico de capacidade física e certificado de frequência anterior em escola primária ou mediante a condição de permanência na escola até o fim do curso (essa disposição sendo aplicável ao menor analfabeto que da data da lei nº 1.596, de 29 de Dezembro de 1917 que "Reorganisa o Serviço Sanitario do Estado", já estivesse empregado em qualquer trabalho):

"Duvido que haja nas fabricas creanças, não digo com o curso primario feito, mas que saibam, mais ou menos, lêr, isto é, simplesmente soletrar...

"Pois, nas typografias onde, para aprender a profissão, o principal attributo no aprendiz, é justamente que saiba lêr são admittidos analphabets, completamente alheios ao "a, b, c"..."

Concluindo a matéria J. Carlos Boscolo abordava o § 4º do artigo 213, que proibia os menores entre 12 e 15 anos de compor ou imprimir trabalhos tipográficos, litográficos e outros, que ofendessem a moral:

"E todavia, às barbas dos srs. inspectores, vemos esse crime monstruoso de inocular no espirito infantil, através de composições immorales e figurinhas peçonhentas, confeccionadas pelos proprios menores, o germen da depravação nas leituras impudicas de linguajar de carroceiros, e que a nobre classe dos industriaes acceitam a troco de qualquer nickel, pouco se importando com a lei em vigor ou das innocentes mãosinhas que taes immundicies confeccionam.

"Os inspectores |afirma o autor do longo artigo, lembrando a força dos trabalhadores organizados| seremos nós mesmos, vigilantes e activos, para o cumprimento duma lei que nos coloca a coberto da miserabilidade exploradora do capitalismo-industrializado." (38)

Tratado enquanto ser cuja potencialidade poderia ou não reverter para o incremento da luta por uma sociedade igua-

litária, o menor pouco aparecerá nos periódicos enquanto mais um trabalhador (a notícia da greve desencadeada por meninos na fábrica Jafet, no Ipiranga, em 1913 é exceção na forma como as notas e artigos se referiam ao trabalho infantil (39)), mas de maneira recorrente como alguém que precisava ser tutelado e formado para que a classe como um todo não degenerasse.

Vivendo uma realidade com taxas de mortalidade infantil elevada (40), os militantes operários não apenas denunciaram a exploração e morte de crianças no trabalho, mas se esforçaram para vulgarizar meios que julgavam convenientes para diminuir as mortes entre os filhos menores de trabalhadores longe das fábricas e oficinas (como as dos filhos de Edgard Leuenroth e Neno Vasco) (41), na tentativa de preservá-los para o mundo que cedo enfrentariam e deveriam tentar transformar. O grande número de anúncios de médicos especialistas em moléstias infantís e de remédios destinados não apenas a curar doenças, mas a fortalecer e contribuir para o desenvolvimento das crianças, são as testemunhas mais eloquentes dessa preocupação, que se expressa nos jornais operários:

"dr. Assis Monteiro
(.....)s, Molestias, e operações de crianças
Consultas das 8 as 10 horas em sua residencia (sic)
— Avenida Rangel Pestana, 240
Chamadas a qualquer hora"
"Dr Mario Grachho
especialista em molestias de creanças
Consultorio: Av. Rangel Pestana, 381
Do meio dia às 2 da tarde. Telephone 43, Braz.
Residencia: Ruá Bresser, 269. Telephone 909,
Braz." (42)

"Dentição das Creanças
Matricaria de F. Dutra
Os distinctos e conceituados clinicos de S.Pau-
lo |lista de 50 médicos entre os quais os drs.

Galvão Bueno e Américo Brasiliense | Receitam a Matricaria, de F. Dutra, nos sofrimentos da dentição das creanças attestam sua efficacia. Inventor e fabricante F. Dutra, rua do Rosario, n. 3-A."

"Xarope Das Creanças

O especifico das Bronchites Tosses e catharros das creanças

Preço: 1\$500

Preparado por L. Queiroz & Comp."

Sob o retrato de um rosto saudável de menina:

"(...)

Como o mais necessário para a vida é a saúde, cada qual deve procurar os meios de adquiri-la. Os melhores symptomas de uma saúde perfeita são: boa semblante, robustez e forças. Com a Emulsão de Scott se consegue todo isto, pois é um alimento importantissimo e uma medicina heroica re genera os organismos debilitados, purificando e enriquecendo o sangue.

"(...)" (43)

Desde o século XVIII, a partir do qual emerge como figura fundamental da redefinição pela qual passa a família, a criança será objeto de cuidados especiais que envolviam muitos profissionais (como médicos e educadores) para os quais as casas estarão cada vez mais franqueadas.(44) No Brasil a preocupação com a infância se acentuará com a formação do mercado de trabalho livre, que mobilizando a atenção de muitos profissionais e motivando a criação de instituições especializadas (45), será várias vezes apontada na imprensa operária paulista como uma tentativa de reparação da situação de exploração a que estava sujeito o operariado nessa sociedade:

"(...)

Todos os operarios, todos os anônimos deserdados, todos os que sofrem as agruras de uma vida sem confortos, levados por uma cegueira que não é senão o fruto de uma grande ignorancia, vêm na Associação de Proteção à Infancia a instituição salvadora da saúde e do bem estar dos seus pequenos — e vêm atravez do erro, defalsa compreensão do que os cerca.

"É tempo já de fazer sentir aos que trabalham

que taes associações são vasadas na exploração das consciências simples e que, se os ricos atiram aos pobres e aos filhos destes algumas migalhas de dinheiro, remedios e roupas, nada mais fazem com isso do que procurar calar a revolta que nelle póde sugerir a miseria moral e material da vida. O que os ricos dão, póde-se dizer é uma parte infima do que roubam aos trabalhadores e dão com o fim de sustentar o estado de coisas que lhes proporciona o gozo e o bem estar.

"(...)". (46)

Os artigos denunciando a difícil situação a que estavam expostas as crianças se repetirão nos periódicos em acusações sistemáticas à ordem burguesa. Em 1919 textos sobre as dificuldades financeiras por que passavam a Associação Beneficente e Instrutiva D. Analia Franco e o Asilo dos Expostos; sobre o péssimo tratamento dado as crianças carentes no Hospital de Isolamento (o que motiva a suspensão do seu diretor dr. Victor Godinho, em meio a acusações contra o diretor do Serviço Sanitário do Estado de S. Paulo, dr. Arthur Neiva) e que se referiam a tortura e morte de menores no Instituto Correcional de Taubaté (47), buscarão alertar os trabalhadores para o grave problema infantil e mobilizá-los para uma luta efetiva contra a sociedade capitalista, enquadrada como origem dos males sociais que vitimavam a classe pobre desde seu nascimento.

Preocupados em preservar o futuro do operariado muitos militantes operários, usando estudos técnico-científicos com dados do exterior sobre a mortalidade infantil entre os trabalhadores e sobre o desenvolvimento da criança, empreenderão um verdadeiro processo educacional entre os operários em relação ao menor e esboçarão as formas de conduta e de constituição física que deveriam ser buscadas pelo operariado se es-

se quisesse uma prole sadia. (48) Nos textos dos jornais operários essa apropriação de saberes forjados na sociedade burguesa será duplamente útil, pois além de proporcionar subsídios que indicavam caminhos que fortaleceriam a prole operária, fornecerá argumentos poderosos — científicos — para o ataque a uma organização social responsabilizada pela debilidade das crianças pobres. (49) Partindo dessa perspectiva é possível entender como um "periodico anarquista" como A Terra Livre publica em julho de 1907 o citado artigo criticando a Associação de Proteção à Infância e, dois meses depois, não apenas usa o trabalho mas tece elogios ao dr. Moncorvo Filho, "mentor" de associações desse tipo em todo o país:

"(...) pelo irrecuzável e insuspeito inquerito do dr. Moncorvo Filho, (...) a futura população brasileira esta condenada a uma dejeneração certa e fatal. A essas lejiões de crianças que o capitalismo (incluindo o capitalista Estado) explora sem piedade, todos os dias, de manhã à noite, — falta o pão, falta o repouzo, falta o abrigo.

"É o insuspeito inquerito que o afirma: setenta e cinco por cento dessas crianças estão tuberculozas. Essas crianças são brasileiras. Essas crianças são o legítimo povo brasileiro de amanhã, a verdadeira nação brasileira de aqui a dez, vinte anos.

E que fazem por elas o govêrno e os patrioteiros, tão empenhados em criar um imperio nacional? Nada. Nada por elas, mas tudo contra elas (...)." (50)

Com uma visão aguçada da realidade industrial em que viviam, os militantes operários diagnosticarão a persistência da ordem burguesa como resultado da debilidade física e intelectual do operariado, que esgotado pelas condições de vida a que estava submetido (com trabalho excessivo, sem possibilidade de dar uma vida saudável a seus filhos, entregando-se muitas ve-

zes aos vícios, como do álcool e vitimado por doenças como a sífilis ou a tuberculose) não conseguia lutar efetivamente para sua derrocada, fazendo desse tipo de existência a única herança para seus descendentes. Nessa perspectiva de baixos salários e muitos encargos, a chance de romper com o círculo vicioso que concorria para permanência do status quo apontará, com insistência, para o menor e o jovem e não apenas para a necessidade de sua boa formação mas para a urgência do trabalhador controlar seu número, isto é, decidir a quantidade de filhos que gostaria e poderia ter frente às suas condições reais de vida, exigência primeira para que os pais pudessem proporcionar à sua prole uma existência sadia e uma educação satisfatória (longe das fábricas o período mais longo possível) e mais, pudessem, livres das preocupações com os cuidados de um grande número de filhos, participar efetivamente do movimento pela emancipação da classe operária.

Em 1904 o jornal anarquista O Amigo do Povo em alguns de seus números reproduz a conferência "Maternidade Voluntária" de Sebastião Faure, anarquista membro da Liga de Regeneração Humana fundada na França em 1896 que veiculava idéias neo-malthusianas, pregando a limitação do número de filhos como forma de insubmissão à ordem vigente, para a qual propunha novas formas de organização. (51)

Nesta conferência de Faure, os problemas gerados com o crescimento populacional são reforçados pelo tipo de sociedade existente, que privilegia a poucos homens improdutivos e não organiza racionalmente a produção (ao lado de países cultivados e com excesso de população ve-se territórios incultos e

desertos).(52) Discutindo a maternidade voluntária e o proveito que dela fazem os ricos que só têm os filhos que desejam, o conferencista em seguida aborda o tema revolucionário. (53) Tecendo considerações sobre pessoas velhas (sem condições para evolução) e maduras (com interesses estabelecidos), conclue que há "(...) tudo a fazer com as gerações novas; tudo a esperar delas, a basear nelas, contanto que sejam sãs de corpo e espirito", afirmando:

"Os revolucionários formam o escol. Em todas as carreiras, em todas as corporações de ofícios, o melhor é revolucionário. Pode dizer-se sem falsa modéstia: o mundo revolucionário forma a fina flor da humanidade. Não é entre os degenerados, entre os avariados, entre os fracos de corpo e de cérebro que se recruta o exército revolucionário, é na parte sã, esclarecida de pensamento claro de vontade firme da população. Para que esta propaganda se exerça com (sic) fruto, é preciso, pois, que a mocidade possua as qualidades que acabo de citar, que essa juventude seja bem disposta, robusta, sã, iluminada, e tais qualidades dependem de duas condições: Com (sic) nascimento, boa educação.
"(...)". (54)

Idéias semelhantes as de Faure, desacreditando noções que relacionavam miséria e revolução, pois com a primeira perderia o trabalhador, pouco a pouco, não só a saúde mas a dignidade e a energia, aceitando as mais aviltantes condições de trabalho e salário (disputando com os próprios filhos um emprego) (55) e apontando para a necessidade de bem formar a criança e o jovem, estarão presentes mais de 15 anos depois no jornal A.Obra, editado por Florentino de Carvalho, no artigo "O Pauperismo e a Revolta", cópia do texto "Miseria e Revolução" publicado pelo jornal Terra Livre em 1906:

"Os órgãos influen-se mutuamente. As condições do pensamento dependem das condições gerais do organismo. A miséria enfraquece ao mesmo tempo o braço e a intelligencia do homem. O homem pensa como come.

"todo o soffrimento provoca a principio uma reacção; mas prolongando-o, o homem acaba por habi-tuar-se. A acção duradoura e gradual da miséria faz a depressão mental, o desanimo, a abdicação da dignidade. (Dr. Pierrot)

"(...)." (56)

Causa primeira de males, doenças — entre elas a sí-filis e demais moléstias venéreas — e vícios, a miséria ani-quilaria dessa maneira a chance de constituição de autênticos revolucionários, destruindo a possibilidade da propaganda (com palavras e exemplos — como as greves bem ou mal sucedidas) en-tre os trabalhadores: "(...) para que brote o espirito revolu-cionário, é necessario que haja a sensação viva a consciencia da situação. Esta consciencia é dada pela propaganda, que na miseria encontra o maior obstaculo." (57) Miséria que nascida da exploração capitalista seria exacerbada entre o operariado pelo grande número de filhos que esses gerariam de forma "ir-responsável":

"Nos todos temos interesse em não fazer nascer filhos não desejados, que os recursos de que disponhamos nos impediriam de alimentar e edu-car bem.

"Os propagandistas resistirão melhor aos golpes da burguesia possuidora, se os encargos familia-res lhes fôrem leves; e a batalha será dada ma-is audaciosamente.

"Não sendo já esmagado por numerosos nascimen-tos seguidos de numerosas doenças muitas vezes mortais, o proletariado terá mais meios para fa-zer face à propaganda e à organização." (58)

O trabalhador sujeito de uma verdadeira estratégia "bio-política" (59) que subverte seu controle sobre o corpo,

objeto de estudos que devassam sua casa e sua família, discute seus hábitos e suas crenças, poderá reverter essa dominação que se impõe em nome da ciência e a favor da melhoria das condições de vida, através da possibilidade que tem de controlar sua descendência por meio do número de filhos que poderia gerar. Valendo-se de idéias correntes na Europa (como o neo-malthusianismo) e em muitos princípios que embazavam as ações de médicos e legisladores na sociedade paulista (60), os militantes operários apontarão para este poder inalienável do ser humano — a reprodução — como arma para emancipação proletária.

Partindo do princípio de que filhos em menor número seriam melhor criados e instruídos, periódicos operários transcreverão conferências, publicarão artigos e comentários sobre a necessidade do controle da natalidade, onde noções de degenerescência e possibilidade de melhoria racial serão objetos de debate. (61) Nessa polêmica impressa, as posições contrárias à limitação do número de filhos entre os trabalhadores, considerada de menor importância frente à necessidade de realizar a revolução social e reorganizar a produção, serão minoria diante da quantidade de proposições publicadas que apelavam para esse "auto-controle" do operário como um meio que colaboraria na empreitada de transformação radical da sociedade — apesar da "tendência da maioria dos homens revolucionários para exaltar a fecundidade natural", segundo a revista libertária Auro-ra. (62)

Associando prole numerosa, miséria, doenças, exploração e submissão, o discurso que aparece nos jornais e revistas com ligações com o operariado, se identificará em inúmeros mo-

mentos com o que presidia as campanhas intervencionistas patrocinadas pela classe dominante, quando essas apontavam as condições de insalubridade e promiscuidade doentia em que o proletariado vivia, mas deixará transparecer como os homens que escreviam nessas publicações de trabalhadores enquadravam as ações e manipulavam os saberes burgueses utilizando-os para formular um discurso singular de alerta aos operários:

"O proletariado [afirma artigo da A Terra Livre de 1907] que tiver muitos filhos condena-se a si e à sua companheira a uma miséria e escravidão certa e, não podendo alimentar nem cuidar bem a sua prole, só pode lançar ao mundo seres de degenerados, estúpidos, sem força física nem moral, destinados somente à vida mais abjeta e mais vil. E é para prevenir este insanável mal que o Instituto de Protecção a Infancia devia juntar à sua ação humanista a obra mais positiva e eficaz das ligas neomalthusianas.

"Era isso que ele devia fazer mas estou certo que não fará porque embora o dr. Moncorvo Filho seja, como é, homem de sentimentos verdadeiramente humanitários, a instituição a que ele preside é fundamentalmente uma instituição burguesa — e a burguesia quer operários em abundância, embora brutos e emfezados: uns para a servirem como soldados, outros como artezãos e lacaios. Entretanto, já os proletários sabem o que lhes resta fazer.

"E temos dito". (63)

"(...)

"O descuido genético a que se abandona a sofridora humanidade, aportam inúmeras malificências que peçam sobre o indivíduo e sobre a colectividade (...)"

Escreve L. Pahisa, em 1923, no O Chapeleiro (orgão da União dos Chapeleiros em Geral). Depois de relatar o dia-a-dia do trabalhador, marcado pelo excesso de tarefas repetitivas, por doenças e vícios, acusa:

"Após de tragar-se um indecente prato de sopa, deita se sobre um miserável enxergão, em anti-higienico e incestuoso montão com a su(a) mulher e a sua prole, e n'estas condições entregam-se suarentos e fatigados a canalhesca tarefa de fabricar carniça humana. O semen introduzido é a essência de um ser degenerado, por um trabalho de besta e pelos vícios que recolhe a ignorancia no terrível ajuntamento com as necessidades sexuaes, satisfeitas na mocidade sem hygiene n'algun lupanar, o mal satisfeito com a masturbação, microbios de sífilis, e o alcoolismo se assenhoreiam triunphante para a degeneração".

Continua então descrevendo a vida da mulher contagiada "pelos vícios do marido extenuada pelo trabalho da fabrica ou os que fazeres do lar", abordando os problemas da gravidez (doenças, alimentação insuficiente, abortos) e as dificuldades para criar os filhos em um ambiente de penúria. Concluindo:

"O néo-malthusianismo com o seu lema da procriação consciente e limitada aplica a tão grave mal, um infalível remédio e a organização dos trabalhadores no seio do syndicato a escola para a emancipação humana, onde os individuos trocaram idéias para em conjuncto reclamarem ao direito que temos a mais liberdade, e occupar o logar no banquete da vida para ruir por terra o problema da miseria". (64)

Enfocando de maneira crítica tanto a situação da classe operária quanto a forma como os conhecimentos oriundos da sociedade burguesa eram transformados em prática, os jornais proletários, preocupados com o futuro trabalhador, se esforçarão para, com base em estudos científicos, educar os operários quanto aos problemas que filhos numerosos poderiam acarretar para quem quisesse uma descendência sadia. Assim, empenhados em voltar as atenções do operariado para a constituição

de suas famílias os periódicos farão um alerta sobre a necessidade de ser observada a formação dos próprios indivíduos interessados em ter filhos. Em 1904 o folheto "A Crescente Incapacidade das Mulheres para Amamentarem os Filhos", publicado pela Revista Medica de São Paulo e de autoria do professor G. von Bunge da Universidade de Basileia, merece comentário do jornal O Amigo do Povo ao defender a proposta do enraizamento na consciência popular da "simples verdade de constituir a procriação de filhos doentes e degenerados o crime mais grave que o homem possa cometer" (dando inclusive conselhos para a escolha da(o) companheira(o) correta(o)). Lembrando, em seguida, o jornal, a conveniência da instrução das pessoas para que as doentes pudessem evitar filhos mas não o amor. (65)

"Os eugenistas consideram de maneira especial a realização dos casamentos [segundo artigo de A Elebe de 1920], fugindo de atenderem este facto pela questão dos interesses familiares para se incorporarem na legião dos trabalhadores da criação patria, apoiando tambem as suas intenções no preceito de que do equilibrio da familia advem a expressão real da comunidade pela garantia de um tipo racional: os individuos casando pela obediencia das suas relações nervosas, os pais cunhaes gestariam filhos cunhaes, e os pais medulares — aqui existe um exagero de qualificação — compreender-se-iam mais ou menos. A vida do casamento é, antes do que pareça, mais uma duvida suspensa da responsabilidade de quem partilha, e, si o moralista póde falar com expressão a respeito da relação conjugal, os homens que são possuidores de algum pouco de sciencia olham os sentimentos da sociedade como a derivação da natureza que os permite. Verdade que para alguém tornar-se moralista é necessario tambem a cultura da sciencia, de abstracção cujo ato concreto seria com certeza a pratica da eugenia.

(...)

"Somente a afeição sincera do homem para a mulher apagaria um pouco as verdades da sciencia; porem o raciocinio empalidece o sentimento da

subjetividade, e o homem, — sinão a mulher, — torna-se a criatura que delibera para esperar que a felicidade sua creça." (66)

Informados sobre teorias de degenerescência, comentando idéias de Lombroso (que se "fosse mais consciencioso e justo para com os anarquistas, estes não teriam grandes motivos para o atacar." (67)) e conhecimentos que poderiam preservar e melhorar a espécie (ideal eugênico), os militantes operários se preocuparão com a reprodução sem controle que poderia levar a deterioração da raça, na medida em que isso afetaria as chances de mudança social pelas quais lutavam. Dessa maneira, combatem a procriação de sífilíticos e alcoólatras, pedem atenção na realização de casamentos e apontam a miséria como fator de decaência humana, enfeixando tudo na condenação à organização social existente — responsável por essa situação em que proliferavam doenças e vícios junto com a exploração de seres humanos. (68)

"(...)

"Nós, que fazemos alarde de um consciente brasileiro |afirma O Internacional, em 1925|, que desejamos ardentemente o nosso typo perfeito, physica e intellectualmente, não nos escondemos estes males |miséria física, moral e intelectual| que trazem prejuízos pavorosos para a nossa especie, porque o mal é geral, e para o nosso povo, porque é local.

"Enterrados os operarios dentre desses verdadeiros ergastulos industriaes e sustentados a "pão, queijo e banana", fatalmente que degenerarão e se extinguirão por consumpção lenta ou por contagiosas doenças que são terriveis flagellos para a humanidade.

"Podemos assim ter um lidimo representante do nosso typo, de força e intelligencia?

Impossível!

"(...)." (69)

Nesta busca da boa formação o papel da mulher se-

rá decisivo enquanto geratriz e mantenedora do lar operário.

Alçada da condição de simples componente a elemento vital na organização e direção do lar, a mulher terá participação decisiva na constituição da família nuclear moderna. Sobre ela proliferará uma literatura especializada, concorrendo para essa ordenação familiar na qual a mulher — mãe — dona-de-casa aparece como figura central da instituição que triunfará na sociedade capitalista: a família. (70)

Cúmplice do saber médico que lhe garante poder revalorizando suas funções domésticas em troca da franquia de seu lar, a mulher terá seu papel definido na sociedade contemporânea através de caminhos diversos, traduzidos pela normatização da família burguesa que, enquanto instituição — privatizada, higienizada, moralizada — da classe dominante tentará se impor como modelo para todo o social. (71) Entretanto neste período em que as indústrias crescem em número no Estado e no Brasil as motivações e percursos que conduzirão a fixação deste modelo familiar não obedecerão a uma lógica linear, partindo da classe dominante em direção ao operariado, mas se pautarão por procedimentos variados que concorrerão para forjar a imagem da "rainha do lar". (72)

Mesmo presente, muitas vezes de maneira predominante, no processo produtivo e sendo alvo de apelos constantes para que fosse instruída politicamente (73), a mulher operária paulista será enfocada de maneira primordial como a legítima guardiã do lar, aquela que primeiro e mais intimamente sentia os problemas que atingiam a família, a responsável maior pelo futuro de sua prole. Consequentemente será a mulher alvo impor-

tante da campanha operária visando garantir a redução do número de filhos entre os trabalhadores e a urgência de sua boa constituição física e moral, longe de vícios e doenças -- como a sífilis. Nessa campanha a propaganda de folhetos como o "Greve de Ventres", de Luís Bulffi ou do "Mulheres, não procrieis!", de José Teixeira Júnior, bem como do preparado farmacêutico "Philagina", buscarão a instrução feminina sobre o controle da natalidade (indicando inclusive meios para isso) (74), a favor do que os periódicos operários faziam reiterados reclames: a propaganda do órgão mensal da seção espanhola da Liga de Regeneração Humana chamado Salud Y Fuerza é um exemplo desse caso. (75) Liga de Regeneração Humana cujo fundador, o francês Paul Robin, tem artigo publicado na revista Aurora em 1905, onde afirma:

"(...) Toda mulher conciente reclama o seu direito natural de ser mãe unicamente após consentimento seu. Nos ensinamos-lhe os meios.

e adverte

"(...) As três quartas partes, pelo menos, dos actuais seres humanos recebem hereditaria ou directamente uma ou mais taras, tuberculose, sífilis, alcoolismo, nicotinismo, cuja aliança se expande em milhares de anormais, idiotas, microcefalos ou hidrocefalos que o "Providencia" cria para fazer a felicidade dos médicos alienistas, mas em nosso detrimento. Será preciso suprimir a sua fabricação, embora com isso soffresse a teratologia. A força material e moral duma nação depende menos do número de seus membros que da sua qualidade e do seu valor individual. (76)

Dócil, tímida, receiosa, segundo modelo construído com a sociedade moderna, a mulher, em vários momentos equipara

da nos periódicos operários a criança (com quem inclusive compartilha muitos clínicos, como os drs. Alfredo Zuquim — também especialista no tratamento da sífilis — e Faria Tavares (77)), será poderosa nesta luta pela descendência operária sã. Sua figura, cercada por um tipo de atenção que dilui sua participação efetiva nas lutas do mundo fabril de que fazia parte (como nas graves (78)), terá ressaltada a imagem da mãe — meio de garantir um futuro sadio para a classe trabalhadora.

Compartilhando idéias de preservação e melhora da espécie muitos militantes operários, tendo por objetivo maior formar bons revolucionários ficarão assim atentos a saúde da mulher e a sua influência decisiva para constituição saudável da criança, o que se traduzirá, ao longo dos anos, em diferentes formas de alerta para as mães, tais como: a importância da amamentação (a Folha do Povo, em junho de 1909, noticia: "Serviço de inspecção de amas de leite e consultorio para lactantes gratuito. Rua Florencio de Abreu, 21-A, das 8 às 10 e meia horas da manhã" (79)), os cuidados com a criança no período da dentição ou com a higiene familiar, essa reforçada pelos reclames de sabões, sabonetes, desinfetantes, dentifrícios e com o incentivo para a frequência ao dentista, expressa em propagandas desse profissional. (80) Maria Lacerda de Moura, em 1924, ensina sobre a higiene:

"Higiene — Do grego — salubre, derivado de saúde.

"É um conjunto de preceitos, buscados em todos os conhecimentos humanos, mesmo fora e além da medicina, e tendentes a cuidar da saúde e a poupar a vida." (A. Peixoto)

Há 73 anos (1847-1920) o professor Charles Londe da Academia Real de Medicina (França) defini-

nia a higiene: "Science qui a pour objet de diriger les organes dans l'exercice de leurs fonctions."

Colocava a higiene no papel de ciência.

A importância da higiene como base das especulações pedagógicas resalta das seguintes observações do mesmo autor na introdução do seu compendio de Higiene: "Observada sob um ponto de vista menos restrito, a higiene não limita suas vantagens a afastar as moléstias, ela tem também por objetivo aperfeiçoar o homem; podemos mesmo avançar: muitas vezes ela oferece meios os mais eficazes e únicos de remediar os desarranjos dos seus órgãos."

Coloca-a quase no papel da ética e acrescenta: "Esta ciência, aplicada aos indivíduos aplicados em massa, quer tenha por objeto seu aperfeiçoamento, sua conservação ou seus gozos, faz do médico o guia do legislador e a providência das nações durante a paz como durante a guerra." (...)." (81)

Enquanto A Lanterna, em artigo assinado pelo dr. R. Fred. Geyer, treze anos antes do texto daquela livre-pensadora, diz:

"(...) a proporção que, sob o influxo de higiene, todos os esforços setornarem convergente [o que na massa proletária corresponde a agitação para se organizar], atenuando a pobreza e, com ela, diminuindo progressivamente as moléstias irá surgindo e predominando o tipo ideal do homem sociável, e irá realizando-se a sociedade perfeita de homens sãos de corpo e sãos de espírito." (82)

Desta maneira, se palestras abordando causas que corriam para a degeneração eram periodicamente realizadas (83), será no seu dia-a-dia que a imprensa operária indicará sua preocupação com os problemas relacionados a preservação dos homens, espelhando a penetração desse discurso no cotidiano de muitos trabalhadores, que preocupados com a saúde da mulher enquanto matriz e sustentáculo primeiro da vida (os reclames de medicamentos femininos são um dos indicadores dessa atenção (84)) buscarão definir para ela um espaço e uma posição singulares

que estariam diretamente ligados a possibilidade de criação de filhos sadios.

"Metade da mortalidade geral em S. Paulo é construída por crianças de menores de dois annos, — informa impressionado, um vespertino conservador. Mais verdadeiro seria ainda o alludido quotidiano se acrescentasse: a absoluta maioria dessa mortalidade infantil é representada pelos filhos do pobre, do operario.

"Porque? Acaso, a mãe proletaria não terá pelo fructo do seu amor o carinho dispensado aos seus pinpolhos pela mulher abastada?

"Certamente que não. A infancia plebea perece ao desabrochar da vida, victimada tyrannica organização burguesa, que rouba ao lar a mulher operaria e a escraviza à fabrica, mesmo no periodo extremo da gravidez e logo após o parto.

"Sem a assistencia materna, alimentando-se mal e sem regularidade, a criança do trabalhador ou succumbe antes de poder odiar esta sociedade infame, ou se desenvolve tanto quanto é necessario para soffrer uns tantos annos de exploração patronal". (85)

Retratada como vítima da organização social que a impele para o trabalho fabril, a mulher proletária segundo jornais e revistas encontraria sua real vocação no lar, na maternidade. Lembrada e fazendo-se lembrar através de artigos, associações, palestras etc. como um ser inteligente e atuante (86), a imagem feminina que se esboça nos periódicos operários, a partir das muitas posturas que pleiteavam sua emancipação, valorizará, entretanto, de forma exacerbada esse aspecto domestico, maternal da mulher:

"(...)

"A maior virtude da mulher é a maternidade. Ignorante e feia ou intelligente e linda, que importa? Basta que seja mãe. Ella amará, defenderá a sua prole com as unhas, com os dentes, com as mãos, com o coração.

* * *

"— Que é que tu queres? a aristocracia da lin-

qua, das fôrmas e dos vestidos?

"— Não. A pureza no sentimento e a grandeza na alma.

"— Como?

"— Amando criando

"(...)"

Arsenio Palacios (87)

O discurso militante operário construirá então, a partir da condenação da exploração que o capitalismo fazia do trabalho feminino, o espectro sombrio do futuro a que se condenaria a classe trabalhadora caso não fosse rompido esse elo feito pela miséria que unia (como fazia com o menor) mulher e fábrica. Traduzida em poesias (88) e constantemente lembrada em artigos relacionados aos mais variados temas, a presença da mulher no mercado de trabalho, será associada a sua ruína física e moral é, em consequência, a da sua família e de seus filhos. Locais insalubres, propícios a contatos perniciosos que favoreciam a propagação do alcoolismo, sífilis e tuberculose, a fábrica será condenada enquanto ambiente prejudicial à mulher — inclusive como ante-sala do prostíbulo — que para ela se dirigia, segundo os jornais, devido a penúria que vitimava sua família, sacrificando assim seu lar com sua ausência tanto quanto com sua falta de preparo (resultante inclusive do pouco tempo para se instruir) para dar a necessária assistência física, moral e mesmo intelectual a seus familiares. (89)

Em um período em que novas possibilidades e solicitações são colocadas para o universo feminino com as transformações urbanas e culturais impulsionadas pela industrialização (90), os jornais operários construirão dessa maneira uma figura de mulher com idéias em relação a sua posição e atribuições sociais muito semelhantes ao ideal burguês transcrito especial

mente no discurso médico-sanitário, que valorizava como próprias do elemento feminino as funções ligadas aos cuidados com a casa e a família, especialmente os filhos. (91) O perfil almejado de mulher que militantes proletários esculpirão terá toda via como contraponto tanto o da prostituta — frequentemente uma vítima da sociedade (92), quanto o da burguesa — estereotipada como uma ociosa que fazia de seus filhos (gerados em uniões mediadas pelo interesse econômico) crianças "(...) orphãs do carinho materno, extranhas no proprio lar, bonecas mais ou menos enfeitadas." e resultará em um modelo em que o comedimento na maneira de ser se tornará um traço revolucionário ao se combinar com proposições "liberalizantes" para o comportamento feminino, nessa sociedade que fazia da mulher uma escrava de interesses financeiros. Ana Fisher em artigo na A Plebe de 1º de janeiro de 1921 escreve

"(...)

"Só a mulher sem educação, de baixa condição e escassa cultura intelectual se enfeita, se arrebuca, ostenta em todos os dedos anéis extravagantes e cheios de pedras e usa brincos ou outras joias vistosas e de preços.

"Pelo contrario, a senhora ilustrada, a verdadeira senhora, mostra sempre um exterior severo e respeitavel; evita trazer qualquer objeto que chame a atenção e dê na vista, a não serem uns brincos ou uns anéis simples, preocupando-se unicamente em conceder ao corpo "os cuidados que a higiene aconselha e que constituem o melhor e o mais positivo meio de ser e parecer formosa"

"— É uma senhora "sem artificio algum"

"Eis quanto desejariamos nós que dissessem de todas as senhoras!

"O unico cuidado de uma senhora, deve ser conservar a saude e com ela todos os encantos físicos com que a natureza, prodigamente dotou o sexo feminino.

"(...)". (94)

e A Voz da União, de 5 de dezembro de 1922, publica artigo de Francisco Aroca em que ele esclarece:

"(...)

"Nós, como libertarios, somos energicos irreconciliaveis de todos os vicios, de todas as preocupações e coerentes com os nossos principios, propagamos o Amor Livre, e combatemos essa outra forma de escravizar a mulher, que é o casamento civil e religioso.

(...)

"Pensam os nossos adversarios que o Amor Livre, será uma forma bestial de degeneração e de requintado espirito cannibalesco? Os que assim falam ignoram que, numa sociedade livre e igualitaria, os individuos serão mais cultos que presentemente e não de ter uma noção da vida muito mais elevada e mais digna. Por consequencia, sendo mais cultos, tendo o sentimento evoluído para um plano mais superior de cordialidade não de considerar a mulher como a companheira de sua vida, e nunca como escrava, como acontece hoje.

"A mulher sendo tambem mais livre, amando a quem muito bem entender sem pensar no dia de amanhã, redimida de todas as peias sociais será a companheira amante e carinhosa e não a "coqueta" e a "melindrosa", da sociedade actual.

"Nesta emergencia as nossas baterias devem ser dirigidas, não sómente contra a burguesia, porque nós, os trabalhadores, não casaremos com nenhuma burguesa, e seria inutil querer educal-mas, sim, contra nós mesmos, contra a muralha de preconceitos, da falsa moral do "que dirão", de todo esse emaranhado de perfidias e de mentiras que nos colloca ao nivel de qualquer pacato burguez.

"Devemos comprehender e pensar que a verdadeira justiça é aquella que começa em casa, isto é, que as nossas convicções tem o valor moral que nos lhes damos com o nosso exemplo.

"Há que ser coerentes em tudo se queremos ser alguma cousa. Assim como combatemos o Governo que é a imagem da tyrannia, o burguez que é o synonimo da exploração, o Padre que é symbolo de embrutecimento, devemos, tambem combater sem treguas e descanso às preocupações sociais, pois são estas influencias mais tyrannas que o proprio regimen que as origina, porque annulla o mais grande e digno que existe em nós: a Vontade e a Conciencia" (95)

Em sua busca pela constituição de um trabalhador revolucionário, que concretizaria a nova sociedade onde não haveria exploração humana, jornais e revistas operários, independentes de seu matiz ideológico, atacarão os entraves que surgiram em sua jornada — como a sífilis, o alcoolismo ou a tuberculose, e, partindo dos conhecimentos que adquiriam no seu cotidiano e de seu ideal de organização social, procurarão sensibilizar todos os trabalhadores levando até eles opções de caminhos que poderiam conduzir a renovação da vida de toda a classe operária.

Apropriando-se de noções que combinadas entre si compunham o discurso sobre a degenerescência e a eugenia, proclamando seu poder sobre a reprodução e demarcando para a mulher um espaço primordial — o doméstico, ao mesmo tempo que pregando o Amor Livre ("(...) por emancipação da mulher não entendemos (...) a liberdade gozada pela mulher que desgraçadamente caiu, vítima ainda da injustiça social, do privilégio burguês, ao longo do caminho que conduz à corrupção dos sentimentos e das mais nobres paixões".(96)), os periódicos proletários buscarão como caminho para subverter a ordem reinante aquela possibilitado pela criação de pessoas saudáveis: apenas dessa maneira poderiam se engajar na luta pela revolta social. Da denúncia do casamento burguês baseado em interesses monetários à preocupação com a forma física e moral do menor e do jovem — função essencialmente materna, a pregação militante entre o operariado procurará chamar a atenção para a boa formação do homem. Ideal de boa constituição orgânica e aperfeiçoamento humano, que estabelecendo atitudes e definindo valores será revolu

cionário na imprensa ligada ao trabalhador no início do século XX (mesmo tendo muitas das idéias que usava implementadas pela burguesia em rota inversa à da "revolução", notadamente, no pós-30 (97)), ele pode ser sintetizado em suas proposições no comentário, feito pelo jornal A Lanterna em 1909, sobre um folheto (fruto de conferência pronunciada em Campinas) de autoria de Adelino de Pinho:

"É um trabalho ligeiro, modesto, mas de muita edificação. Não trata de exhibir e ostentar erudições pedagogicas; não versa systemas, methodos e processos didaticos; mas simples e essencialmente examina o character das crianças; a missão sublime das mãis na educação dos seus filhinhos; a sua influencia salutarissima no lar domestico e na regeneração da humanidade; mas lamenta a ignorancia das mais e excita os maridos, todos os homens de intelligencia e coração a instruir e educar a mulher convenientemente, para ella poder bem desempenhar o seu transcendente papel nos destinos de humanidade.

"O autor occupa-se da hygiene da criança, e deseja-a forte, energica, bella, ingenua, sincera, apta para bem pensar bem produzir, pela vida adiante. O amor, que eleva e dignifica é tudo na educação das crianças. É um folheto de valor real; a sua lição convém a todos — professores, pais e mãis especialmente. Recommenda-se por si mesmo. (...)" 98).

NOTAS

- (1) A Obra (S.P.) Anno I, nº VI, 10-6-1920. "Os problemas nacionais", p. 6.
Veja como exemplo os dados sobre o número de mortes atribuídos a sífilis e outras doenças venéreas no jornal Folha do Povo (S.P.) (nota nº 40 desse Capítulo).
Cf.: Annaes Sanitarios. São Paulo. Anno I, nº 1 (2 manuscrito), out. 1918. "O VIII Congresso Brasileiro de Medicina" (1º Congresso Sul-Americano de Dermatologia e Syphi lografia), pp. 52-60 e "O Mez Sanitario", p. 68 e 69.
- (2) Cf.: A Flebe (S.P.) - Anno IV, nº 50 (provável), 31-1-1920. "Imigração e civilização", p. 4, col. 5 e 6.
- (3) O Livre Pensador (SP) Anno I, nº 15, 24-1-1904, p.3, col.1. Veja ainda outros reclames de clínicos especialistas no tratamento da sífilis:
Folha do Braz (S.P.) Anno II, nº 71, 4-6-1899, p. 2, col. 5; Anno III, nº 82, 3-9-1899, p. 3 e nº 84, 8-10-1899, p. 3, col. 5.
Folha do Povo (S.P.) Anno II, nº 45, 4-5-1909, p. 3, col. 5, 6 e 7 e Anno III, nº 86, 26/27-6-1909, p. 3.
A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 9, 8-3-1921, p. 4.
A Palavra. São Paulo. Anno VI, nº 61, 1-9-1925, p. 14. Os anúncios, existentes em vários periódicos, se repetem.
- (4) A Flebe (S.P.) Anno I, nº 14, 8-9-1917, p. 4, col. 5. Veja ainda o nº 17, 14-10-1917, p. 4, col. 2.

Confira outras propagandas de medicamentos contra a sífilis e demais doenças venéreas:

Folha do Braz (S.P.) Anno III, nº 82, 3-9-1899, p. 3.
Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 1, 15-3-1908, p. 4, provavelmente: Ano II, nº 43, maio de 1909 (Jornal danificado), p. 4, col. 7 e nº 65, 27/28-5-1909, p. 3, col. 7.
A Lanterna (S.P.) Anno III, nº 8, 13-1-1904, p. 4, col.6, e, Ano X, nº 79, 24-3-1911.
O Livre Pensador (S.P.) Anno III, nº 101, 24-9-1905, p. 2, col.6; nº 125, 18-4-1906, p.3; Anno V, nº 175, 3-11-1907, p. 3, col. 5; Anno V, nº 180, 29-12-1907, p. 4, col. 5 e 6; Anno VI, nº 193, 20-1-1909, p. 3, col. 4.
O Jornal do Subiroff (S.P.) Anno I, nº II, nov. 1920, "capa".
O Parafuso. São Paulo. Anno VI, nº 213, 16-9-1920, p. 10, e, nº 228, 30-12-1920, p. 2.
A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 1, 25-2-1921, p. 4.
A Voz Operaria (Jacareí) Anno I, nº 24, 15-11-1925, p. 2, col. 1.
A Palavra. São Paulo. Anno VI, nº 63, 24-12-1925, capa.

As propagandas multiplicam-se pelos jornais e revistas.

- (5) A Lanterna (S.P.) Anno XI, nº 148, 20-7-1912. "Pequenos Ecos", p. 3, col. 5.
Confira também: Folha do Braz (S.P.) Anno IV, nº 98, 20-1-1901. "O Dr. Rossas Torres...".
- (6) O Solidario (Santos) Anno II, nº 24, 25-6-1924. "Conselhos Medicos", p. 3, col. 2.
- (7) O Solidario (Santos) Anno II, nº 23, 10-6-1924. "Conselhos Medicos", p. 2, col. 3 e 4.
Cf.: A Lanterna (S.P.) Anno XIII, nº 225, 8-8-1914. "Biblioteca da "Lanterna" - La education sexual". p. 4, col. 1, 2 e 3.
- (8) Confira declaração de Belisário Penna em COSTA, Nilson do Rosário: Lutas Urbanas e Controle Sanitario - Origens das Políticas de Saúde no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1985, p. 98.
- (9) Cf.: Folha do Povo (SP) Provavelmente: Ano II, nº 43, maio de 1909 (jornal danificado). "Informações Uteis - Dispensario do dr. Claudio de Souza - (Cura gratuita de alcoolistas, syphiliticos e venereos pobres)...", p. 4, col. 2. Veja, o mesmo jornal, Anno II, nº 44, 2-5-1909, p. 3, col. 1 e 2, e o nº 47, 6-5-1909, p. 3 col. 3 e 4, entre outros. O Solidario (Santos) Anno II, nº 30, 11-1-1925. "A luta contra as enfermidades venerias na Russia", p. 1, col. 3 e 4. Veja também:
RAGO, Luzia Margareth - Os Prazeres da Noite - Prostitutas e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930) Vol. I e II. Campinas, 1990 (Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História do IFCH da Universidade Estadual de Campinas), pp. 205-214.
- (10) Cf.: A Plebe (S.P.) Ano IV, nº 69, 19-6-1920. "Corrupção da Juventude", p. 2 col. 3 e 4 e, Ano V, nº 194, 4-11-1922. "Flagrante", p. 3, col. 1.
- (11) Sobre cotidiano operário, entre outros:
O Rebate (S.P.) Anno Terceiro, nº 52, 19-2-1898. "Aos Moços!", p. 1, col. 2 e 4.
A Plebe (S.P.) Ano VI, nº 227, 19-1-1924. "O moço pobre", p. 1, col. 3.
O Solidario (Santos) Anno II, nº 24, 25-6-1924. "Até quando?!...". p. 3, col. 3.
Confira, acidentes e mortes de jovens entre, aproximadamente, 18 e 25 anos, entre vários:
Folha do Povo (S.P.) Anno II, nº 66, 28/29-2-1909, p. 2, col. 5 e nº 93, 26-7-1909, p. 2, col. 2.
A Plebe (S.P.) Ano IV, nº 67, 5-6-1920, p. 2, col. 4.
A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 7, 4-3-1921, p. 2, col. 5 ; nº 9, 8-3-1921, p. 2, col. 5; nº 11, 10-3-1921, p. 3, col. 6, e nº 30, 1º-4-1921, p. 2, col. 6.
Veja também: ENGELS, Friedrich - A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo, Global Editora, 1986.
- (12) Veja, entre outros:

O Rebate (S.P.) Anno Terceiro, nº 58, 3-6-1898, p.1, col. 1, 2 e 3, p.3, col. 5 e 6 e p. 4, col.5 e 6; nº 59, 24-6-1898, p.1 col.1 e 2 (atenção para os reclames de loterias); nº 60, 16-7-1898, p.1 col.1; nº 62, 23-8-1898, p. 1, col. 1; nº 64, 7-10-1898, p.2, col. 3 e 4; nº 67, 16-12-1898, p. 2 col.2 e, nº 68, 18-1-1899, p. 1, col.6 e p.2, col. 1.
Folha do Braz (S.P.) Anno IV, nº 95, 30-12-1900. "Recebemos o numero 7 d' "O Campeão do Estado", que em vibrante artigo combate heroicamente o jogo...".
O Parafuso. São Paulo. Anno VII, nº 260, 11-8-1921, p.14. Há vários artigos condenando o jogo em outros números da revista.

- (13) A Obra (S.P.) Anno I, nº VI, 10-6-1920. "Os problemas nacionais", p. 6.
Cf.: CUNHA, Maria Clementina F. - O Espelho do Mundo: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- (14) Confira, entre vários:
O Rebate (S.P.) Anno Terceiro, nº 67, 16-12-1898, p. 1, col. 5 e 6 e, nº 68, 18-1-1899, p. 1, col. 5 e 6 e p. 2, col. 2 e 3.
Folha do Braz (S.P.) Anno II, nº 71, 4-6-1899, p.1, col. 5; Anno III, nº 85, 15-10-1899, p. 2, col. 2 e 3, e Anno IV, nº 94, 23-12-1900, p. 1, col. 5.
Folha do Fovo (S.P.) Anno I, nº 41, 31-1-1909, p.1, col. 1 e 2.
A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 4, 2-4-1918, p. 2.
O Parafuso. São Paulo. Anno VI, nº 192, 21-4-1920, p. 10; nº 196, 19-5-1920, p. 8; junho de 1920, p. 4 (?) - revista danificada; nº 204, 14-7-1920, p. 12 e nº 223, 24-11-1920, p. 5.
A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 6, 3-3-1921, p. 1, col. 4.
Veja também:
MORAES, Evaristo - Ensaio de Pathologia Social-Vagabundagem - Alcoolismo - Prostituição - Lenocínio. Rio de Janeiro, Livraria Editora de Leite Ribeiro & Maurillo, 1921, pp. 5-67, 137-366.
MOURA, Esmeralda B.B. de - Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: Os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis, Vozes, 1982, pp. 84-90 (atenção para o Quadro XII)
RAGO, Luzia Margareth - op. cit. Vol. I e II.
RAGO, Margareth - Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar. 1890-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, pp 85-95.
- (15) O Internacional (S.P.) Anno V, nº 89, 1^a-5-1925. "Defendendo a organização", p. 3, col. 3 e 5.
- (16) O Livre Pensador (S.P.) Anno II, nº 34, 6-6-1904. "Hygiene anti-clerical", p. 1, col. 4 e 5.
Veja também: Aurora. São Paulo. Anno I, nº 1, 1^a-2-1905, p. 13.

- (17) BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 22ª Vol. Campinas, Ind. Gráfica Saraiva (S.P.), 1966. "Dr. Clemente Ferreira", p. 119.
- (18) A Terra Livre (R.J.) Anno III, nº 60, 17-5-1908. "Um Profeta Moderno", p. 2, col. 3 e 4, e p. 3, col. 1 (atenção col. 4).
- (19) A Plebe (S.P.) Anno V, nº 190, 9-9-1920. "A Educação moral dos trabalhadores", p. 1, col. 5, e p. 3, col. 1. Cf.: sobre preocupação com o desenvolvimento infantil, O Internacional (S.P.) Anno V, nº 81, 5-11-1924. "Crescimento physico", p. 2, col. 1 e 2.
- (20) RAGO, Margareth - op. cit., pp. 11-12.
- (21) A Lanterna (S.P.) Ano XI, nº 143, 15-6-1912. "Capital e Trabalho", p. 3, col. 4.
- (22) Idem.
- (23) Cf.: A Questão Social (Santos) Ano II, nº 19, 15-9-1896. "Grande Crime", p. 3.
O Socialista (S.P.) Anno III, nº 56, 22-5-1898. "O Socialista" (final), p. 1, col. 3 e 4, e p. 2, col. 1 e 2. "1º de maio" (item 4º), p. 3, col. 3 e 4, e "Armas Sociais", p. 3, col. 5.
Folha do Braz (S.P.) Anno III, nº 91, 26-11-1899. "Corrente Calamo", p. 1, col. 3.
A Lanterna (S.P.) Ano XI, nº 142, 9-6-1912. "Capital e Trabalho - Instrução dos filhos do proletariado", p. 2, col. 4.
 Sobre as Escolas Modernas - libertárias - das quais há reclamares em vários periódicos veja, entre outros:
 RAGO, Margareth - op. cit., p. 146 e ss.
 FAUSTO, Boris - O Trabalho Urbano e o Conflito Social na República Oligárquica (1890-1920). São Paulo. (Tese de Livre Docência apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), p. 98 e ss.
- (24) Jornal Operário (S.P.) Anno I, nº 6, 22-10-1905. "Instruí" p. 2, col. 3, 4 e 5.
- (25) PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. - A Classe Operaria no Brasil - 1889-1930. Vol. II. São Paulo, Brasiliense/FUNCAMP, 1981, p. 31 (reprodução de texto de Antônio Francisco Bandeira Júnior).
- (26) Idem.
 MOURA, Esmeraldo B. B. de - op. cit., pp. 121-126.
- (27) Entre outros:
O Socialista (S.P.) Anno III, nº 63, 10-7-1898. "Crianças Exploradas", p. 2, col. 3, 4 e 5.
A Lucta Proletaria (S.P.) Anno III, (Segunda época) nº 7,

29-2-1908, p. 4, col. 3, 3 nº 14, 10-5-1908, p. 5, col. 2 e 3. Fala de Rossi, Durão e Grassini sobre emprego de menores, emprego de adultos e salários.

O Internacional (S.P.) Anno IV, nº 76, 15-6-1924. "Pela Classe - Brandão d'um Café etc e tal". p. 3 col. 1 e 2.

(28) Confira, entre muitos:

O Socialista (S.P.) Ano III, nº 64, 17-7-1898. "Crianças Exploradas", p. 2, col. 3, 4 e 5, e nº 65, 24-7-1898. "Crianças Exploradas", p. 4, col. 1 e 2.

A Lucta Proletaria (S.P.) Anno III (Segunda época), nº 6, 22-2-1908. "Os prezídios industriais", p. 3, col. 1 e 2.

Folha do Fovo (S.P.) Anno I, nº 38, 3-1-1909. "Movimento Operario - Na fabrica de tecidos "Ypiranga" ", p. 2, col. 5.

A Lanterna (S.P.) Ano X, nº 103, 9-9-1911. "A Vida Operaria - Jundiaí", p. 3, col. 2. e, Ano XII, nº 176, 1º-2-1913. "Vida Operaria - Menores Explorados", p. 3, col. 5.

A Rolha. São Paulo. Anno I, nº 11, 21-5-1918. "Os Escravos Brancos...", p. 7.

O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 149, 17-6-1919. "O Victoriano da "Pinga" ", p. 10.

A Plebe (S.P.) Anno II, nº 6, 29-3-1919, p. 3; nº 7, 5-4-1919. Artigo sobre infância proletária; Anno III, nº 3, 10-9-1919. Denúncias de exploração de crianças, e, Anno IV, nº 55, 6-3-1920. "Mundo Operario - União dos Operários em Fábricas de Tecidos", p. 3, col. 3, 4 e 5.

A Voz da União (S.P.) Anno I, nº 3, 1º-7-1922. "Café Americano", p. 4, col. 1, e nº 13, 1-4-1923. "Aos Companheiros das Fabricas de Vidros", p. 2, col. 1 e 2.

(29) Cf.: A Terra Livre (R.J.) Anno II, nº 43, 4-8-1907. "Do Brasil Proletario - Salto de Itu", p. 3, col. 3 e 4.

Folha do Fovo (S.P.) Anno I, nº 14, 18-6-1908. "Horriavel desastre", p. 3, col. 1; Anno II, nº 51, 11-5-1909. "Chronica", p. 2, col. 4, e, nº 62, 24/25-5-1909. "Noticias Diversas", p. 3, col. 2.

O Proletario (Santos) Ano 1, nº 6, 13-10-1911. "Linhas de Combate - Pobre Criança", p. 2, col. 4, e p. 3, col. 1, e nº 7, 1-1-1912. "Desastres - Assassinatos", p. 1, col. 1 e 2.

A Plebe (S.P.) Anno II, nº 4, 15-3-1919. "Farpas de Fogo", p. 1, col. 3 e 4; Anno V, nº 124, 30-7-1921. "Martyrologio Proletario", p. 2, col. 1 e 2; nº 178, 1º-4-1922, p. 2 col. 3 a 5 (sobre criança devorada por cães, transcrevem "O Estado de S. Paulo") e nº 194, 4-11-1922, p. 2, col. 1 e 2 (nova vítima de cães na fabrica Penteado).

O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 149, 17-6-1919. "O Victoriano da "Pinga" ", p. 10.

A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 19, 19-3-1921. "Martyriologio proletario", p. 2, col. 1 e 2; nº 27, 29-3-1921. "O conto do vigario das leis - Operaria de oito annos victima de um desastre!", p. 1, col. 4 e 5, e nº 46, 2-7-1921. "Mais Um Crime do Capitalismo", p. 3, col. 6.

O Internacional (S.P.) Anno III, nº 41, 13-11-1922, p. 3, col. 4 (sobre criança devorada por cães).

O Trabalhador Grafico (S.P.) Anno 3, nº 10, nov. 1922.

- "Mais Um...", p. 2, col. 2, 3 e 4 (acidente com os cães e a criança na fábrica Penteado).
A Voz da União (S.P.) Anno I, nº 8, 4-11-1922. "Cães", p. 2, col. 5, e "Devorado pelos Cães", p. 3, col. 4.
 Muitos trabalhavam no mesmo local dos pais, confira:
Folha do Povo (S.P.) Anno II, nº 62, 24/25-5-1909, p. 3, col. 2.
O Trabalhador Grafico (S.P.) Anno IV (publicado como VI), nº 56, 24-11-1925. "Necrologia", p. 3, col. 1 e 2.
- (30) A Voz da União (S.P.) Anno I, nº 12, 7-3-1923. "Na Oficina", p. 2, col. 4 e 5.
- (31) Jornal Operario (S.P.) Anno I, nº 9, 12-11-1905. "O Operariado Em Campinas", p. 3, col. 2 e 3 (atenção col. 2).
 Veja Também:
A Terra Livre (R.J.) Anno II, nº 43, 4-8-1907. "Do Brasil proletario - Salto de Itu [comentário final]. Sorocaba", p. 3, col. 3 e 4.
- (32) Jornal Operario (S.P.) Anno I, nº 9, 12-11-1905. "O Operariado Em Campinas", p. 3, col. 2 e 3.
 Veja também:
Folha do Povo (S.P.) Anno II, nº 88, 4-7-1909. "Medidas Necessárias, p. 1, col. 5, 6 e 7.
A Plebe (S.P.) Anno IV, nº 67, 5-6-1920. "Venham a mim as criancinhas", p. 4, col. 6, e Anno V, nº 198, 19-12-1922 "Contra a exploração das crianças", p. 1, col. 1 e 2.
A Voz da União (S.P.) Anno I, nº 9, 5-12-1922. "Anotações" p. 1, col. 1 e 2.
A Voz Operaria (Jacareí) Anno I, nº 24, 15-11-1925. "Doloroso!" (a oficina como solução extrema) p. 1, col. 3 e 4.
- (33) O Socialista (S.P.) Anno II, nº 48, 1º-5-1897. Programa do partido, p. 4, col. 3 a 6, e "Reclamação Internacional Operaria Votada no Congresso Socialista de Paris, Realizado em 21 de julho de 1889", p. 1, col. 1 a 5, e Anno III, nº 56, 22-5-1898. "Programa do Partido Socialista", p. 1, col. 1 a 4. Veja ainda o artigo "1º de Maio", p. 3, col. 3 e 4.
- (34) A Lucta Proletaria (S.P.) Anno III (Segunda época), nº 14, 10-5-1908. Tema nº 11, Terceira Sessão, p. 5, col. 2 e 3. Veja ainda: o mesmo jornal, Anno III (Segunda época), nº 11, 28-3-1908, p. 1, col. 1 e 2, e nº 13, 11-4-1908, p. 3 col. 1 e 2.
 A questão do trabalho do menor foi tema dos Congressos Operários Brasileiros de 1906, 1913 e 1920. Confira sinopse feita pela A Plebe (SP) Ano VI, nº 235, 10-5-1924.
- (35) A Lucta Proletaria (S.P.) Anno III (Segunda época), nº 14, 10-5-1908. Tema nº 11, Terceira Sessão, p. 5, col. 2 e 3. Falas de Grassini, Ambrogi e Sorelli (final).
 Cf.: A Lanterna (S.P.) Anno XI, nº 139, 18-5-1912. Fábrica Mariângela, p. 3, col. 6.

- (36) A Plebe (S.P.) Ano 1, nº 1, 9-6-1917. "Acção Obreira", p. 3, col. 2 e 3.
Cf.: MOURA, Esmeralda B. B. de - op. cit., pp. 104-111.
- (37) A Plebe (S.P.) Anno V, nº 196, 18-11-1922. "A exploração dos menores", p. 4, col. 3.
Sobre posição libertária, veja ainda A Lanterna (S.P.), Ano XI, nº 152, 17-8-1912. "Capital e Trabalho - As crianças nas fabricas", p. 3, col. 3 e 4 (artigo e comentário). Outra lei discutida pela A Plebe (S.P.) (e outras publicações operárias) é a sobre acidentes no trabalho, que vitimavam crianças e adultos, sendo entretanto algumas de suas denúncias desmentidas pelos próprios trabalhadores. Confira:
A Plebe (S.P.) Anno II, nº 5, 22-3-1919, p. 2, col. 3; nº 10, 26-4-1919, p. 3, col. 2 (o reclame se repete em outros números); Anno III, nº 20, 30-9-1919, p. 1, col. 5 e 6; nº 37, 19-10-1919, p. 1, col. 2 (denúncia desmentida) e, Anno IV, nº 88, 6-11-1920, p. 4, col. 1 e 2.
- (38) O Internacional (S.P.) Anno V, nº 78, 27-9-1924. "Em torno de uma lei - A higiene nas fabricas e officinas", p. 1, col. 4 e 5, e p. 2, col. 1 e 2.
Cf.: DECRETO nº 2918, de 9 de abril de 1918. "Dá execução ao Código Sanitario do Estado de São Paulo". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo XXVII, pp. 73-76.
Sobre o trabalho de menores veja ainda:
DECRETO nº 233, de 2 de março de 1894. "Estabelece o Código Sanitario". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo IV, 1918, p. 87.
DECRETO nº 2141, de 14 de novembro de 1911. "Reorganiza o Serviço Sanitario do Estado". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo XXI, 1912, p. 407.
LEI nº 1596, de 29 de dezembro de 1917. "Reorganiza o Serviço Sanitario do Estado". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo, Tomo XXVI, 1918, pp. 171-172 e 201.
- (39) A Lanterna (S.P.) Anno XII, nº 188, 26-4-1913. "Vida Operária", p. 3, col. 4.
Confira ainda sobre trabalho infantil:
O Metallurgico (S.P.) Anno I, nº 3, 14-4-1920. "O incidente na Metal Graphica Aliberti", p. 3, col. 2 e 3 (motivo do incidente).
CARONE, Edgard - Movimento Operário no Brasil (1877-1944) São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1979, pp. 53-57.
MOURA, Esmeralda B. B. de - op. cit.
RODRIGUES, Edgar - Trabalho e Conflito - Pesquisa, 1906-1937. Impressão: Rio de Janeiro, Arte Nova, s.d. pp. 227-233.
- (40) Cf.: Folha do Povo (S.P.) Anno II, nº 47, 6-5-1909. "Informações Úteis", p. 3, col. 3 e 4; nº 59, 20/21-5-1909. "Notícias Diversas - Demographia", p. 2, col. 5; nº 71, 3/4-6-1909. "Noticias Diversas - O estado sanitario", p. 1, col. 2, e nº 82, 17/18-6-1909. "Noticias Diversas - Demographia Sanitaria", p. 2, col. 1 e 4.

MOURA, Esmeralda B. B. de - op. cit., Quadros XIII, XIV e XV.

- (41) Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 31, 22-10-1908, p. 2, col. 2, e nº 35, 6-12-1908, p. 2, col. 5.
Veja ainda, entre outros:
O Livre Pensador (S.P.) Anno III, nº 92, 22-7-1905, p. 3, col. 4, e Anno V, nº 180, 29-12-1907, p. 3, col. 2.
Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 7, 30-4-1908, p. 2, col. 4; nº 24, 30-8-1908, p. 3, col. 3, e Anno II, nº 44, 2-5-1909, p. 3, col. 2.
A Plebe (S.P.) Anno IV, nº 78, 21-8-1920, p. 2, col. 3.
O Internacional (SP) Anno V, nº 84, 6-1-1925, p. 2, col. 5.
O Trabalhador Grafico (S.P.) Anno IV, nº 50, 1º-5-1925, p. 6, col. 1 a 4; nº 55, 11-10-1925, p. 4, col. 1, e nº 56 24-11-1925, p. 3, col. 1 e 2.
O Operario (Tatuí) Anno I, nº 8, 21-6-1925, p. 2, col. 5.
- (42) Folha do Braz (S.P.) Anno III, nº 86, 22-10-1899, p. 2, col. 4.
A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 1, 25-2-1921, p. 4.
Entre outros anúncios de especialistas em moléstias infantís, que se repetem:
O Rebate (S.P.) Anno Terceiro, nº 62, 23-8-1898, p. 2, col. 6.
Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 8, 7-5-1908, p. 3, col. 3; nº 17, 12-7-1908, p. 4, e nº 26, 15-9-1908, p. 4.
- (43) A Lanterna (S.P.) Anno II, nº 1, 6/7-6-1903, p. 3, col. 1 e 2, e p. 4.
Folha do Povo (S.P.) Anno II, nº 52, 12-5-1909, p. 4.
Entre outros reclames de medicamentos para crianças, que se repetem, veja:
O Rebate (S.P.) Anno Terceiro, nº 62, 23-8-1898, p. 3, col. 1 a 3.
Folha do Braz (S.P.) Anno III, nº 89, 12-11-1899, p. 3.
O Liberal (Guaratinguetá) Anno I, nº 1, 14-7-1912, p. 4.
A Lanterna (S.P.) Anno XIII, nº 225, 8-8-1914, p. 4.
A Rolha, São Paulo. Anno I, nº 38, 3-12-1918, capa.
O Jornal do Subiroff (SP) Anno I, nº II, nov. 1920, "capa".
- (44) Cf.: ARIÈS, Philippe - História Social da Criança e da Família, 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
DONZELOT, Jacques - A Polícia das Famílias. 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1986.
- (45) Cf.: MOURA, Esmeralda B. B. de - op. cit. pp. 98-103.
RAGO, Margareth - op. cit., pp. 118-120.
- (46) A Terra Livre (R.J.) Anno II, nº 41, 14-7-1907. "Salada de frutas", p. 3, col. 3.
Como exemplo de outras instituições veja:
Folha do Povo (S.P.) Anno II, nº 63, 25/26-5-1909, "Notícias Diversas. O Familisterio S. Paulo", p. 2, col. 5 e 6; nº 69, 1/2-6-1909, p. 2, col. 4, e nº 75, 8/9-6-1909, p. 2 col. 3.

AMERICANO, Jorge - São Paulo Neste Tempo (1915-1935). São Paulo, Melhoramentos, 1960, p. 318.

- (47) A Plebe (S.P.) Anno III, nº 18, 21-6-1919, p. 3, col. 4 e 5, e nº 25, 9-8-1919, p. 3, col. 2 e 3.
O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 135, 12-3-1919. "As Crianças...", p. 10; nº 137, 25-3-1919. "As Crianças...", p. 6; nº 138, 2-4-1919. "As bandalheiras do Hospital do Isolamento", p. 13; nº 166, 14-10-1919. "Ainda o Instituto Correccional de Taubaté", p. 6, e nº 167, 21-10-1919. "No Instituto...", p. 6.
Veja também, entre outros:
A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 30, 1º-4-1921. "Até onde se infiltrou a desorganização!", p. 2, col. 2.
O Parafuso. São Paulo. Anno VII, nº 244, 21-4-1921. O sr. Bandalheira de Mello...", p. 7, e nº 252, 17-6-1921. "No Instituto Disciplinar", p. 10.
Confira ainda o "caso Idalina", sobre menor desaparecida no Organato Cristovão Colombo que teve grande repercursão na imprensa. O jornal A Lanterna abordou o caso e seus desdobramentos entre, aproximadamente, meados de 1910 e final de 1912.
Veja também: AMERICANO, Jorge - op. cit., p. 226.
- (48) Cf.: A Terra Livre (R.J.) Anno III, nº 63, 20-8-1908. "Em "sociedade" capitalista", p. 4, col. 3.
Folha do Fovo (S.P.) Anno I, nº 23, 23-8-1908. "Daqui e Dali - A Mortalidade nas Crianças", p. 3, col. 3, e nº 27 20-9-1908. "Um inquerito interessante", p. 3, col. 2. (igual ao da A Terra Livre (R.J.) nº 63)
A Lucta Proletaria (S.P.) Anno III, (Segunda epoca) nº 10, 21-3-1908. "La Mortalité Dei Bambini e La Causa del Proletariato", p. 3, col. 2.
Movimento Comunista. São Paulo. Anno II, nº 18/19, 10/25-3-1923. "A Infancia Proletaria Em Perigo", p. 96 e 97.
- (49) Veja crítica sobre o adiamento do Congresso de Protecção à Infância em A Vanguarda (SP) Anno I, nº 14, 13-3-1921. "A protecção à infância", p. 2, col. 3.
Sobre a situação da infância pobre na sociedade burguesa: A Voz da União (S.P.) Anno I, nº 10, 1º-1-1923. "Ano Novo", p. 1, col. 2 e 3.
- (50) A Terra Livre (R.J.) Anno II, nº 46, 15-9-1907, p. 3, col. 3.
Veja também, o mesmo periódico, Anno II, nº 44, 18-8-1907. Artigos das páginas 1 e 2.
- (51) Confira sobre o neo-malthusianismo, suas propostas, práticas e desdobramentos: DONZELOT, Jacques - op. cit., p. 158 e ss.
Veja também: PERROT, Michelle - "Les classes populaires urbaines". Histoire Économique et Sociale de la France. Presses Universitaires de France. Tome IV(1): 454-534, pp. 511-514.

- (52) O Amigo do Povo (S.P.) Anno III, nº 58, 23-7-1904, p. 2 col. 1 e 2, e nº 59, 6-8-1904, p. 3, col. 1, 2 e 3.
- (53) O Amigo do Povo (S.P.) Anno III, nº 60, 20-8-1904, p. 2, col. 2, 3 e 4.
Veja ainda:
Folha do Povo (S.P.) Anno II, nº 70, 2/3-6-1909. "Neo-Malthusianismo", p. 1, col. 3, 4 e 5.
- (54) O Amigo do Povo (S.P.) Anno III, nº 62, 17-9-1904, p. 1, col. 4, e p. 2, col. 1.
Veja ainda, o mesmo jornal, Anno III, nº 61, 3-9-1904, p. 2, col. 1 e 2.
- (55) O Amigo do Povo (S.P.) Anno III, nº 62, p. 1, col. 4, e p. 2, col. 1.
- (56) A Obra (S.P.) Anno I, nº 14, 1º-10-1920, p. 7.
Cf.: A Terra Livre (S.P.) Anno I, nº 8, 1º-5-1906, p. 4, col. 1 e 2.
Sobre circulação de informações veja nota nº 75 do Capítulo II A Ameaça Permanente: O Alcoolismo.
- (57) A Obra (S.P.) Anno I, nº 14, p. 7.
Veja também:
A Lucta Proletaria (S.P.) Anno III (Segunda época), nº 10, 21-3-1908. "Nós e êle", p. 1, col. 2 e 3.
- (58) O Amigo do Povo (S.P.) Anno II, nº 27, 30-5-1903, p. 3, col. 1.
Veja também, o mesmo jornal, Anno III, nº 57, 9-7-1904, p. 1, col. 4, e p. 2, col. 1 e 2.
- (59) "Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; (...) [o capitalismo] socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política".
FOUCAULT, Michel - Microfísica do Poder. 4ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984. Cap. V - O Nascimento da Medicina Social, p. 80.
- (60) Exemplos dessas ações são enfocados, entre outros, nos estudos de:
BLOUNT, John A. - "A Administração da Saúde Pública no Estado de São Paulo: O Serviço Sanitário, 1892-1918". Revista de Administração de Empresas (F.G.V.) Rio de Janeiro, 12(4): 40-48, out./dez. 1972.
CUNHA, Maria Clementina P. - op. cit., p. 165 e ss.
LUZ, Madel T. - Medicina e Ordem Política Brasileira. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

- MERHY, Emerson E. - O Capitalismo e a Saúde Pública. Campinas, Papirus, 1985.
- Confira ainda, além da legislação relativa ao Serviço Sanitário do Estado de São Paulo e seu Código: Annaes Sanitarios. São Paulo. Anno I, nº 1 (2 manuscrito), out. 1918. "A Hygiene e o Ensino em S. Paulo. - Curso de Hygiene Publica", pp. 9-41 e "Inspeção Medico Escolar", pp.72 e 73.
- (61) "(...) Se a noção de degenerescência fundara-se sobretudo no darwinismo (que acrescenta ao princípio da hereditariedade a idéia-força do século XIX -- o "progresso"), a eugenia prometia "vencer as incômodas incertezas da doutrina da "sobrevivência", segundo a qual era tão impossível prever quem viria a ser o mais apto, quanto proporcionar a uma nação os meios de desenvolver aptidão eterna. Basta va transformar o processo de seleção natural, que funcionava às ocultas do homem, em instrumento racional conscientemente pregado" ".
- CUNHA, Maria Clementina P. - op. cit., p. 166(cita, ARENDT, Hannah - As Origens do Totalitarismo. Imperialismo. A Expansão do Poder. Rio de Janeiro, Documentário, 1976, pp. 82, 85-6).
- (62) Aurora. São Paulo. Anno 1, nº 5, 1-6-1905. "A Greve dos Ventres", p. 1 e 2 (confira p. 2)
Como exemplos da polêmica e das idéias contrárias ao controle de natalidade, veja:
Aurora. São Paulo. Anno 1, nº 3, 1º-4-1905. "A Grande Mistificação", p. 1, 2 e 3; nº 4, 1º-5-1905. "Bibliografia-Generación..." p. 15; nº 6, julho-1905. "Logro prolongado", p. 1, 2 e 3, e nº 10, novembro-1905. "População e subsistencias", p. 65 a 68.
O Proletario (Santos) Anno 1, nº 3, 15-7-1911. "Publicação", p. 4, col. 2.
Veja também a avaliação de FAUSTO, Boris - op.cit.p. 97.
- (63) A Terra Livre (R.J.) Anno II, nº 47, 28-9-1907. "O Problema da População - III", p. 2, col. 1 e 2 (comentário final sobre inquérito feito no Rio de Janeiro).
Sobre a necessidade do operariado diminuir o número de filhos por serem esses explorados pelo capitalismo, veja:
A Plebe (S.P.) Anno V, nº 199, 30-12-1922. "Commentando - Protecção à infancia", p. 2, col. 2 e 3.
- (64) O Chapeleiro (S.P.) Anno I (Terceira epoca), nº 2, 20-10-1923. "O Problema da Miseria", p. 1, col. 2 e 5, e p. 2, col. 1 e 2.
- (65) O Amigo do Povo (S.P.) Anno III, nº 50, 20-8-1904. "Bibliografia -- A Crescente Incapacidade das Mulheres para Alimentarem...", p. 4, col. 1 e 2.
Veja também, o mesmo jornal, Anno III, nº 61, 3-9-1904. "Amai, mas não procrieis!". p. 4, col. 1.
- (66) A Plebe (S.P.) Anno IV, nº 74, 24-7-1920. "Um Problema Secular", p. 2, col. 6.

Veja ainda:

O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 146, 27-5-1919. - "Uma Immoralidade...", p. 5.

- (67) A Terra Livre (S.P.) Anno I, nº 17, 22-9-1906. "Lombroso e os Anarquistas", p. 1, col. 3 e 4.
- (68) Confira, entre outros:
O Amigo do Povo (SP) Anno III, nº 60, 20-8-1904. "Apontamentos - Mortalidade Infantil", p. 3, col. 3 e 4.
Jornal Operario (S.P.) Anno I, nº 5, 15-10-1905. "Escravos e Selvagens da Europa. — Reflexões melancolicas", p. 2, col. 5, p. 3, col. 1 e 2.
A Terra Livre (S.P.) Anno I, nº 17, 22-9-1906. "Lombroso e os Anarquistas", p. 1, col. 3 e 4; p. 2, col. 1 e 2 - (idem); nº 19, 23-10-1906, p. 2, col. 1 e 2 (idem); nº 20, 11-11-1906, p. 1, col. 1, 2 e 3 (idem); nº 21, 27-11-1906, p. 2, col. 1 e 2 (idem); Anno IV, nº 69, 1-3-1910. "Nascimentos & Mortes - Notas Neomaltuzianas", p. 2, col. 4 e 5, e nº 70, 22-3-1910, p. 2, col. 1 e 2 (idem).
Folha do Fovo (S.P.) Anno II, nº 42, 14-3-1909. "A Questão do Crime", p. 3, col. 1 e 2.
A Obra (S.P.) Anno I, nº III, 20-5-1920. "Medicina Social. Sob o Azorrague da Fome e do Inquilinato".
- (69) O Internacional (S.P.) Anno V, nº 95, 1ª Quinzena-8-1925. "Males Que Devem Ser Remediados", p. 2, col. 2.
Veja também:
Folha do Fovo (S.P.) Anno II, nº 54, 14-5-1909. "O Direito à Inteligencia", p. 1, col. 1 e 2.
- (70) ARIÈS, Philippe - op. cit., p. 274.
- (71) Cf.: COSTA, Jurandir Freire - Ordem Médica e Norma Familiar. 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
RAGO, Margareth - op. cit., 61-116.
- (72) Cf.: DONZELOT, Jacques - op. cit., pp. 15-152.
MOURA, Esmeralda B. B. de - op. cit., pp. 126-135.
PERROT, Michelle - op. cit., pp. 457-458, 514-516.
- Os Excluídos da História. Operários, Mulheres, Frisoneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, - 1988, pp. 167-231.
Episódio que evoca os textos de Michelle Perrot quando tratam do lavadouro enquanto local feminino de reunião, debate e ação e das tentativas para destruí-lo (pp. 202-204, 225-231), é transcrito por BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 22ª vol...p. 96:
"Durante o dia, quantidade enorme de lavadeiras em atitudes e composturas capazes de fazer córar um granadeiro, com uma linguagem própria daquela gente do Germinal, oferecia espetáculo pouco decoroso para uma cidade que desejava gosar dos foros de civilizada. (...) A sujeira da população manifesta-se ali em pleno dia, naquêles montes de roupas servidas, naquela orgia de trouxas imundas, naquela promiscuidade objeta onde a camisa de rendas da mais

puđica donzela se confundia com a ceroula suarente do burguês, onde o lenço de fina cambráia ainda perfumado do baile da véspera se misturava com as meias imundas da gente de cortiços! A roupa suja devia ter muito pouco pudor para se exhibir assim em plena praça pública!... Além disso essa lavanderia no centro da cidade era um atentado clamoroso aos principios rudimentares de limpeza..." (os comentários de Alberto Sarmiento terminam sugerindo como medida higiênica, a proibição da lavagem de roupa no local, a vedação desses córregos — que atravessavam a parte baixa da rua Barão de Jaguará, no centro — "não se consentindo que se façam despejos" e o plantio de árvores na área).

- (73) MOURA, Esmeralda B. B. de — op. cit., pp. 30-36.
RIBEIRO, Maria Alice Rosa — op. cit., p. 136 e ss.
Sobre instrução feminina, confira entre vários:
O Amigo do Povo (S.P.) Anno III, nº 61, 3-9-1904. Artigos sobre emancipação da mulher, feita inferior pela organização social e, nº 62, 17-9-1904. "Emancipação da mulher (conclusão)", p. 1, col. 1 e 2.
O Chapeleiro (S.P.) Anno II, nº 4, 1º-5-1904. "L'organizzazione della donna operaia", p. 2, col. 1, 2 e 3, e "Emancipatevi", p. 3, col. 4 e 5.
A Lucta Proletaria (S.P.) Anno I, nº 2, 1º-9-1906. "Actos officiaes", p. 1, col. 2 e 3, e p. 2, col. 1, e "Felas Operarias", p. 2, col. 2 e 3, Anno III (Segunda epoca) nº 9, 14-3-1908. "Alle madri operaie", p. 3, col. 3 e 4, e nº 10, 21-3-1908. "Spettabile Redazione della "Lucta Proletaria" p. 3, col. 3.
A Lanterna (S.P.) Ano XII, nº 206, 20-8-1913. "Concurso Indispensável", p. 1, col. 3 e 4; Ano XIII, nº 230, 14-2-1914. "Contra os Reacionarios da Argentina — No Rio", p. 2, col. 3 e 4; nº 258, 29-8-1914. "Males da Guerra...", p. 2, col. 2 a 5 (parte "Comício realizado pelo Comite.." col. 3); Anno XIV, nº 281, 10-7-1915. "Centro Feminino Jovens Idealistas", p. 4, col. 3.
A Flebe (S.P.) Ano IV, nº 63, 8-5-1920. "3º Congresso Operario do Brazil", p. 4, col. 1 a 6 ("As operarias", col. 1).
O Alfaiate (S.P.) Anno I, nº 1 (número especial), 17-7-1920. Em vários artigos pedem participação feminina na luta operária.
O Trabalhador Grafico (S.P.) Ano VI, nº 57, 13-12-1925. "A Mulher Proletária Brasileira e a Exploração Capitalista", p. 3, col. 2 e 3.
- (74) Cf.: A Terra Livre (S.P.) Anno I, nº 11, 28-6-1906. "Greve de ventres", p. 2, col. 4.
Folha do Fovo (S.P.) Anno I, nº 22, 16-8-1908. "Propaganda Libertaria... Greve de Ventre", p. 4.
Aurora Social (Santos) Numero especial, 1910 (manuscrito). "Mulheres, não procrieis!", p. 8, col. 2.
O Proletario (Santos) Anno 1, nº 3, 15-7-1911. "Publicações", p. 4, col. 2.
A Lanterna (S.P.) Ano XI, nº 154, 31-8-1912. "Greve dos

- Ventres...", p. 3, col. 4, e Ano XV, nº 284, 29-1-1916.
 "Gravidez. Philagina", p. 4, col. 6.
A Plebe (S.P.) Anno I, nº 1, 9-6-1917. "Gravidez... Phi-
 lagina", p. 4.
 Os reclames, em geral, se repetem.
 Veja ainda:
O Amigo do Povo (S.P.) Anno I, nº 20, 14-2-1903. "Livre
 Maternidade", p. 3, col. 2.
Aurora. São Paulo. Anno I, nº 2, 1-4-1905. "Folheando a im-
 prensa - Ligue Malthusienne Internationale de Femmes", p.
 15, e nº 5, 1º-6-1905, "A Greve dos Ventres", p. 1 e 2.
A Plebe (S.P.) Anno V, nº 194, 4-11-1922. "Procriação Cons-
 ciente", p. 4, col. 2.
- (75) Aurora. São Paulo. Anno I, nº 1, 1-2-1905. "Registro d'en-
 trada", p. 16.
A Terra Livre (S.P.) Anno I, nº 14, 15-8-1906. "Comunica-
 dos - Salud Y Fuerza", p. 4, col. 3.
 Como exemplo da publicidade de outras publicações:
O Amigo do Povo (S.P.) Anno II, nº 27, 30-5-1903, p. 3,
 col. 1 (parte final: "A Administração...")
Aurora. São Paulo. Anno I, nº 1, p. 16.
- (76) Aurora. São Paulo. Anno I, nº 7, agosto de 1905. "Neo-
 malthusianismo", p. 19 e 20.
- (77) Folha do Braz (S.P.) Anno II, nº 70, 28-5-1899, p. 2,
 col. 5.
Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 17, 12-7-1908, p. 4.
 Entre os vários médicos que faziam propaganda nos periód-
 icos e que se dedicavam exclusivamente ao tratamento de
 moléstias femininas ou com essa e outras especialidades,
 veja:
O Rebate (S.P.) Anno Segundo, nº 48, 11-11-1897, p. 3, col.
 1 e 2, e nº 64, 7-10-1898, p. 3, col. 2.
Folha do Braz (S.P.) Anno II, nº 70, 28-5-1899, p. 2, col. 5.
Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 1, 15-3-1908, p. 3, col. 4.
O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 156, 5-8-1919, capa.
- (78) Como exemplo:
A Lanterna (S.P.) Ano XI, nº 141, 1-6-1912. "Capital e
 trabalho - A exploração de mulheres e crianças nas fabri-
 cas", p. 3, col. 1 e 2; Ano XII, nº 189, 1º-5-1913, "Vida
 Operária - Greve dos Tecelões", p. 3, col. 3 e 4, e Ano
 XIII, nº 232, 28-2-1914. "Mundo Operário - São Paulo, Uma
 grande greve de tecelões", p. 3, col. 1, 2 e 3.
 Cf.: RODRIGUES, Edgar - op. cit., pp. 291-298.
- (79) Folha do Povo (S.P.) Anno II, nº 82, 17/18-6-1909. "Noti-
 cias Diversas - Directoria do Serviço Sanitario", p.
 2, col. 2.
 Veja ainda: o mesmo jornal, Anno II, nº 65, 27/28-5-1909.
 "Anúncios - Ama de Leite", p. 3, col. 3.
 Veja também:
Annaes Sanitarios. São Paulo. Anno I, nº 1 (2 manuscri-
 to) out.-1918. "Protecção A Infancia", p. 70.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo - A Vida Fora das Fábricas: Cotidiano Operário em São Paulo — 1927-1934. Campinas, 1983 (Dissertação de Mestrado, IFCH, UNICAMP), p. 67.

MARCONDES DE SOUZA, T. Oscar - O Estado de São Paulo — Physico, Politico, Economico e Administrativo. São Paulo, Estabelecimento Graphico Universal, 1915, p. 215.

RAGO, Margareth - op. cit., pp. 74 e ss.

Cf.: DECRETO nº 1343, de 27 de janeiro de 1906. "Divide o território do Estado em distritos sanitarios e dispõe a respeito da policia sanitaria". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo XVI, 1907, p. 8.

DECRETO nº 2141, de 14 de novembro de 1911. "Reorganiza o Serviço Sanitario do Estado". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo XXI, 1912, pp. 380 e 393.

LEI nº 1310, de 30 de dezembro de 1911. "Aprova o decreto nº 2141, de 14 de novembro de 1911, expedido pelo Poder Executivo do Estado, reorganizando o Serviço Sanitário e o regulamento que acompanha, com modificações". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo XXI, 1912, pp. 147-148.

LEI nº 1596, de 29 de dezembro de 1917. "Reorganisa o Serviço Sanitário do Estado". Col. das Leis e Decretos do Estado de S. Paulo. Tomo XXVI, 1918, pp. 158-159 e 163-164.

DECRETO nº 2918, de 9 de abril de 1918. "Dá execução ao Código Sanitario do Estado de São Paulo". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo XXVII, 1919, pp. 36-37 e 56-57.

DECRETO nº 3876, de 11 de julho de 1925. "Reorganiza o Serviço Sanitario e repartições dependentes". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo XXXV, 2ª ed. 1934, pp. 405-409 e 467.

LEI nº 2121, de 30 de dezembro de 1925. "Approva o decreto nº 3876, de 11 de julho de 1925, que reorganizou o Serviço Sanitario e repartições dependentes". Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo XXXV, 2ª ed. 1934, pp. 59-71.

(80) Entre muitos:

O Rebate (S.P.) Anno Terceiro, nº 58, 3-6-1898, p. 3, col. 3 e 4, e p. 4, col. 1 e 2, e nº 62, 23-8-1898, p. 3, col. 1, 2 e 3.

Folha do Braz (S.P.) Anno III, nº 83, 1º-10-1899, p. 2, col. 4 e 5 ("Carteira") e p. 4, e nº 82, 3-9-1899, p. 3.

A Lanterna (S.P.) Ano 1, nº 9, 14/15-11-1901, p. 2, col. 5, e p. 3, col. 2, e p. 4; nº 8, 13-1-1904, p. 4, col. 1; Ano XIII, nº 221, 13-12-1913 (Em Votorantim - Greve na Fabrica de Tecidos... — amamentação), p. 3, col. 5 e 6 e nº 261, 19-9-1914, p. 4, col. 3 e 4.

Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 3, 29-3-1908, p. 4 (dentista); nº 28, 29-9-1908, p. 3, col. 3 e 4, nº 33, 8-11-1908, p. 3 (dentistas); Anno II, nº 65, 27/28-5-1909, p. 4 (Carmine) e Anno III, nº 86, 26/27-6-1909 ("Nos jornaes e nos livros - Os anjinhos" — leite) p. 1, col. 6 e 7.

A Rolha. São Paulo. Anno I, nº 6, 16-4-1918, p. 7, 11, 13 (dentista) e p. 14 (dentifricio); nº 18, 9-7-1918, capa (sabonete); nº 19, 17-7-1918, capa (sabonete e Benzopol).

O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 128, 21-1-1919, capa (Creolisol); nº 145, 20-5-1919, p.4 (Benzopol-2) e p. 14, (O Lactifero); nº 158, 19-8-1919, p. 5 (Aristolino); nº 170, 11-11-1919, p. 1 (Rita); Anno VI, nº 191, 14-4-1920, p. 10 (IOD-EAL) e, nº 213, 16-9-1920, p. 11 (Amyris)

O Jornal do Subiroff (S.P.) Anno I, nº II, nov.-1920, p. 5, col. 1.

A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 5, 2-3-1921, p. 4 (protese dentária e dentista).

O Trabalhador Grafico (S.P.) Anno III, nº 12, 14-2-1923, p. 4, col. 3 e 4.

O Ferroviario (Jundiaí) Anno I, nº I, 25-11-1923, p. 2, col. 3, e p. 3, col. 5.

A Plebe (S.P.) Anno II, nº 2, 1º-3-1919, p. 4, col. 6, (dentista) e Ano VI, nº 227, 19-1-1924, p. 1, col. 3 ("O moço pobre" — amamentação).

O Solidario (Santos) Anno II, nº 33, 28-2-1925, p. 1, col. 3 e 4.

A Voz Operaria (Jacareí) Anno I, nº 24, 15-11-1925, p.2, col. 4 (Olivan)

Os anúncios e reclames se repetem.

- (81) A Plebe (S.P.) Ano VI, nº 236, 17-5-1924. "Ciências básicas...", p. 3, col. 1 e 2. Os grifos são meus.
Veja ainda:

O Amigo do Povo (SP) Anno II, nº 50, 16-4-1904. "Pequenas notas — Les Temps Nouveaux...", p. 3, col. 4.

- (82) A Lanterna (S.P.) Ano X, nº 86, 13-5-1911. "O Problema Social — O mal da pobreza". Os grifos são meus.

- (83) Como exemplo:

A Plebe (S.P.) Anno V, nº 200, 13-1-1923. "Conferencia educativa", p. 4, col. 4.

- (84) Entre outras:

O Livre Pensador (S.P.) Anno III, nº 101, 24-9-1905. "Mulher Doente", p. 3, col. 4.

Folha do Povo (S.P.) Anno II, nº 55, 15/16-5-1909, p. 4 (Emulsão Scott)

O Internacional (S.P.) Anno IV, nº 75, 1-6-1924, p. 4 - (produtos Sant'Anna).

A Palavra. São Paulo. Anno VI, nº 63, 24-12-1925, capa (Vigogenio).

- (85) A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 17, 17-3-1921 - "Actualidades — A mortalidade infantil", p. 1, col. 3.

Veja ainda:

Jornal Operario (S.P.) Anno I, nº 4, 8-10-1905. "Barbaridade", p. 1, col. 5.

Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 2, 22-3-1908. "Daqui e dali — O Trabalho Feminino", p. 1, col. 3.

A Lucta Proletaria (S.P.) Anno III, (Segunda epoca), nº 5, 15-2-1908. "As desgraças infantis e a imprensa burgueza", p. 1, col. 4.

- (86) Confirma, entre vários:
O Amigo do Povo (S.P.) Anno III, nº 61, 3-9-1904. "Bibliografia — As Mulheres", p. 4, col. 2.
Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 6, 19-4-1908. "A Mulher", p. 2, col. 4, e nº 20, 2-8-1908. "Feminismo", p. 1, col. 1 e 2.
A Lanterna (S.P.) Ano XIII, nº 227, 24-1-1914. Sessão de propaganda racionalista na Escola Moderna nº 2, p. 2, col. 4.
O Parafuso. São Paulo, Anno V, nº 178, 7-1-1920. "O Perigo Feminino", p. 14.
A Voz da União (S.P.) Anno I, nº 5, 1º-9-1922. "Conferência Social", p. 1, col. 5; nº 6, 1-10-1922. "A mulher e a sociedade", p. 1, col. 4 e 5; nº 7, 13-10-1922. Notícias do Centro Feminino de Educação, p. 2, col. 2, e p. 3, col. 3; nº 10, 1º-1-1923. "A mulher e a educação", p. 2, col. 1 e nº 12, 7-3-1923. "Liberdade!" p. 1, col. 5, e p. 2, col. 1.
CAMARGO, M. de Arruda — Amparo aos Lázaros, O Livre Pensamento, O Descanso Hebdomadário. Rio Claro, Conrado, 1911, pp. 19-28.
- (87) A Voz da União (S.P.) Anno I, nº 4, 1º-8-1922. "Retalhos avulsos - III Mãe", p. 3, col. 1.
Veja também:
Folha do Braz (S.P.) Anno III, nº 84, 8-10-1899. "Esgaratuçando". p. 1, col. 2 e 3.
A Voz Operaria (Jacareí) Anno I, nº 24, 15-11-1925. "Pela Mulher", p. 2, col. 1 e 2.
- (88) Entre várias:
A Terra Livre (S.P.) Anno IV, nº 73, 15-6-1910. "A Operaria", p. 2, col. 2 e 3 (a mesma poesia está na A Lanterna (S.P.) nº 248, de 1914 e na A Plebe (S.P.) nº 118, de 1921).
O Trabalhador Grafico (S.P.) Ano III, nº 44, 7-2-1924. "Tecelã", p. 6.
- (89) Entre outros:
O Socialista (S.P.) Ano III, nº 57, 29-5-1898. "A moral e a questão social", p. 3, col. 1 e 2.
A Lanterna (S.P.) Anno I, nº 7, 5-7-1902. "A mulher operaria", p. 2, col. 1 e 2, e Ano XI, nº 148, 20-7-1912. "Capital e Trabalho", p. 3, col. 4 e 5.
A Plebe (S.P.) Ano IV, nº 50 (provável), 31-1-1920. "De Salto de Itu", p. 4, col. 2 e 3.
A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 39, 12-5-1921. "Nos Ergastulos do Trabalho", p. 3, col. 5 e 6, e nº 43, 9-6-1921. "As filhas do povo", p. 2, col. 2 e 3.
A Voz da União (S.P.) Anno I, nº 3, 1º-7-1922. "Em Nome da Lei...", p. 4, col. 2 e 3.
O Trabalhador Grafico (S.P.) Ano VI, nº 57, 13-12-1925. "A Mulher Proletária...", p. 3, col. 2 e 3.
Cf.: ENGELS, Friedrich - op. cit., pp. 157-213.
SEIXAS, Jacy Alves de — Anarchisme, Syndicalisme Revolutionnaire et Participation Politique au Bresil: Mythe et Histoire. Vol. I e II. Decembre, 1989 (Thèse de Doctorat de l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales), p. 397 e ss.

- (90) Cf.: MORSE, Richard M. - Formação Histórica de São Paulo. São Paulo. DIFEL, 1970, p. 291.
RAGO, Luzia Margareth - op. cit., Vol. I.
- (91) Cf.: CUNHA, Maria Clementina P. - op. cit., p. 143 e ss.
RAGO, Margareth - op. cit., pp. 62-70, 74-84.
- (92) Cf.: O Internacional (S.P.) Anno IV, nº 73, 1º-5-1924, "O Alcoolismo e a Questão Social", p. 3 e 4 (jornal danificado) - início do texto.
- (93) O Parafuso. São Paulo. Anno VII, nº244, 21-4-1921. "Illmo. Sr. Director Geral da Instrução Publica de S. Paulo", p. 11 e 12.
Veja ainda:
O Amigo do Povo (SP) Anno III, nº 62, 17-9-1924. "A Emancipação da mulher", p. 1, col. 1 e 2.
- (94) A Plebe (S.P.) Ano IV, nº 99, 1º-1-1921. "Assuntos Femininos — Porque Se Pinta a Mulher?", p. 2, col. 4 e 5.
Veja como incativo de padrão de beleza:
Folha do Povo (S.P.) Anno II, nº 80, 15/16-6-1909. "Emulsão de Scott", p. 2, col. 7.
A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 18, 9-7-1918. "Creme Pompeian para massagens", p. 8.
O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 157, 12-8-1919. "Porque não fazeis...", p. 3.
- (95) A Voz da União (S.P.) Anno I, nº 9, 5-12-1922, p. 1, col. 3 e 4.
Veja ainda, o mesmo jornal, Anno I, nº 6, 1º-10-1922. "O amor e o appetite sexual (continuação)", p.2, col. 4 e 5.
A Lanterna (S.P.) Anno XIII, nº 225, 8-8-1914. "Biblioteca da "Lanterna" — Il divorzio", p.4, col. 1, 2 e 3.
- (96) Aurora. São Paulo, Anno 1, nº 2, 1º-3-1905. "A caminho do fim", p. 1 e 2.
- (97) Cf.: MUNAKATA, Kazumi - A Legislação Trabalhista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1981, pp. 71 e ss.
- (98) A Lanterna (S.P.) Anno IV, nº 1, 17-10-1909. "Através das publicações — Pela educação e pelo trabalho", p. 4 col. 5.

CAPÍTULO IV

O RETRATO DO PERIGO: A TUBERCULOSE

"(...) não é só a tuberculose que deve merecer (...) cuidados como moléstia social. Nessa classificação também devem ser incluídas a syphilis e o alcoolismo."

O INTERNACIONAL — 1-7-1924

"Às quintas-feiras ella aparece no noticiario dos vespertinos, é sombria, às sextas encabeça nos écos dos jornales de manhã, é lugrube. Sombria e lugrube, sim, porque nós sabemos que as parcellas mais tristes do obituario são constituídas por aquelles que habitam casas infectas, trabalham em fornas (sic) e comem alimentos deteriorados... somos nós... os plebeus". (1)

O comentário feito pelo jornal A Plebe de 1919 sobre os dados fornecidos pela demografia sanitária do estado de S. Paulo faz para o leitor um retrato instantâneo da situação da classe trabalhadora na sociedade industrial paulista e do destino que para ella parecia reservado caso não houvessem mudanças concretas em suas condições de vida. Casa, trabalho, comida, garantias de existência do homem e de sua família apparecem como determinantes para sua morte. Elementos propícios para o aparecimento e o desenvolvimento de enfermidades como a temida tuberculose.

Desde o final do século XIX, com o crescimento das cidades e, concomitantemente, das edificações destinadas a moradia, a questão da habitação dos trabalhadores urbanos terá destaque nos artigos publicados na imprensa ligada aos operários. São repetidos os textos que apontam a situação aviltante

a que o trabalhador era obrigado a se sujeitar para ter um teto onde se abrigar. Muitos desses escritos, compondo apelo político para que o operariado lutasse por melhores condições de existência e pela transformação social, denunciavam junto com as condições de moradia, outros elementos (como alimentação, vestuário e horário de trabalho) que, constituindo parte do dia-a-dia do pobre, careciam de alteração para que esse indivíduo desfrutasse de uma existência saudável.(2)

Assim, presentes em inúmeros textos feitos pela imprensa, essas denúncias procurarão fixar a disparidade das condições de habitação entre proletários e burgueses, alertando os trabalhadores para a necessidade de combater a ordem vigente. Observações como: "um desastre que não se daria nos Campos Elyseos" ou "o ar respirado por D. Veridiana Prado, em Santa Cecilia, não é o mesmo que absorvem 20 pessoas que compõem 4 famílias, que moram num cortiço..."(3), estão nos artigos que cotejam a vida de capitalistas e trabalhadores.

Ao longo dos anos, protestos esparsos e organizações específicas surgirão e desaparecerão em São Paulo com o intuito de minorar as agruras porque passavam os trabalhadores no que diz respeito à habitação, deixando como saldo principalmente a demonstração da viabilidade de uma efetiva mobilização popular. A Liga dos Inquilinos de 1920 (4), herdeira de movimentos anteriores, é um exemplo da luta específica dos paulistanos contra os altos preços das moradias e da consequente impossibilidade de um indivíduo habitar casas salubres devido a seu alto custo, durante as primeiras décadas do século XX:

"(...) aluguel desmedido, esmagador e abusivo, por verdadeiros casebres, por pardieiros, insalubres, escuros, antihigienicos." (5)

A questão da moradia do proletariado nos florescentes centros urbanos de S. Paulo, ocupará também as atenções de outras camadas da população, preocupadas com a configuração que o espaço das cidades estava apresentando com a chegada e fixação crescente de pessoas e com as consequências que esse acontecimento estava acarretando. Richard M. Morse transcreve artigo do jornal Diário Popular de 1893 em que um visitante declara:

"São Paulo caminha para uma perdição moral. Para qualquer parte que se vire o visitante encontra o vício a desenvolver-se com um desbragamento tal, que preciso se faz a intervenção dos poderes públicos para impedi-lo (...)" (6)

Apontado como local de geração e propagação de vícios e outros males, os grandes aglomerados que aproximam categorias sociais díspares de maneira até então inusitada, terão nos cortiços — a moradia do pobre por excelência nesse período — sua tradução mais alarmante e o alvo de apreensões de muitos elementos ligados à classe dominante, devido aos problemas que poderiam acarretar para a sobrevivência de toda a sociedade, enquanto focos de doenças (como a tuberculose) e desordens. O interesse originado pelos cortiços se constituirá em parte fundamental de uma estratégia de ação que objetivava sua organização não só higienizada mas controlável. Assentada sobre princípios científicos relacionados a bacteriologia e em idéias que valorizavam a livre circulação do ar, a limpeza dos ambientes e a boa iluminação dos espaços, essa ação terá como objetivo

destruir uma forma de vida perigosa para a organização burguesa: o perigo residia nas enfermidades que poderia fazer proliferar, mas no contato efetivo e permanente entre pessoas que, sacrificadas pela sociedade existente, poderiam unidas insurgir-se contra ela. (7)

Tema de legisladores paulistas desde pelo menos final do século XIX, a questão habitacional será pautada pela atenção que a higiene e a salubridade estavam despertando em uma época marcada por surtos das mais variadas doenças. A questão merecerá diversas formas de estudos e propostas de solução que, partindo notadamente de médicos higienistas e de inquéritos realizados por órgãos governamentais, resultarão em variadas propostas de ingerência na moradia do proletariado.(8) Essa atuação não passará despercebida pelos militantes operários. Socialistas ou anarquistas, "independentes" ou comunistas, durante vários anos tematizarão em seus artigos a atuação governamental nessa área. A concessão (e seus desdobramentos) feita pelo Congresso do Estado a Guilherme Rudge para edificação de uma vila operária na várzea do Carmo (contra a qual alguns vereadores paulistanos interpuseram recurso), será, por exemplo, noticiada e comentada pelos jornais O Socialista e O Rebate ainda antes do início do século XX. (9)

A ação governamental será alvo de uma atenção que ao longo dos anos se multiplicará, quer através da denúncia da ganância de proprietários que mesmo recebendo favorecimentos do Estado cobravam aluguéis exorbitantes dos operários quer pela acusação direta ao governo de priorizar construções luxuosas como teatros e avenidas e de desconsiderar as condições finan-

ceiras reais do proletariado, ao tentar implementar medidas para edificação de casas para a classe trabalhadora: "(...) casas de 70\$000 por mez não podem ser casas destinadas, aos que, não raro, ganham mensalmente essa mesma quantia", constata a Folha do Povo em 1908. (10) Assim, a postura do governo será utilizada na imprensa operária como alerta para os próprios trabalhadores sobre a situação degradante em que vivia a imensa maioria do povo e da ineficácia da ordem estatal burguesa para solucionar os problemas que mais afligiam essa população.

Da acusação da Folha do Povo de 1908, chamando os proprietários que alugavam casas, de uma "(...) sucia de bandidos que vivem sugando os magros salários dos que trabalham, a troco de imundos buracos, que elles intitulam habitações", à denúncia da A Plebe em 1920, de que em S. Paulo "fazem-se, constroem-se (sic) palacios mirabolantes, vistosos, enquanto o operario não tem onde se abrigue das intemperies, onde viva com a mulher e os filhos numa sã e racional higiene, e por um preço em conformidade com os seus ganhos", está o espectro de um problema que acompanhará os trabalhadores ao longo dos anos, frequentemente associado a discussões sobre sua saúde. (11)

Questão de ordem política, a da habitação que cabia ao trabalhador, merecerá vários protestos dos periódicos, que vão abranger do material usado nessas construções aos tipos de solução que a burguesia paulista apresentava para o problema da moradia. Nesse contexto a construção das vilas operárias pelas empresas, merecerá uma abordagem especial de jornais e revistas, onde serão, em geral, apontadas como locais erigidos com alardeados propósitos de possibilitar uma existência digna

e sadia ao operário e sua família mas que, na realidade, ceifavam a liberdade dos indivíduos, algemando-os ao mundo da fábrica e a sua disciplina de maneira integral. O tema dessas vilas, como o da presença pontual de particulares e do Estado na construção de moradias para os trabalhadores, ocupará e dividirá opiniões ao longo do tempo, como transparece no artigo de 1921 do jornal A Vanguarda:

"A Companhia Paulista está tratando da construção de uma villa operaria em Jundiahy e outra em Campinas.

Esta iniciativa é por muitos recebida com entusiasmo, sem se lembrarem de que o seu fim é a maior escravização dos trabalhadores.

As grandes empresas constroem essas villas-feudo para trazerem os trabalhadores à sua disposição, impondo-lhes tudo quanto lhes apraz, sob a ameaça de serem despejados em 24 horas.

Ahi está o exemplo da Villa Maria Zelia, onde infeliz trabalhador que lá habita é obrigado a ouvir sem pestanejar todos os arreganhos de um coroinha malcriado. E-ai delle se protestar! Quem manda ali é a policia e o padre..." (12)

Mas, independente da aprovação ou não da atuação destes setores na edificação de habitações, diversos princípios que norteavam a ação dos defensores e construtores das vilas operárias e de outros homens que se debruçaram sobre essa questão, poderão ser detectados em várias publicações ligadas ao operariado. Jornais chamando os cortiços de locais antihigienicos e de "antros" de infecções e de promiscuidade valer-se-ão de argumentos correntes entre parcela significativa da classe dominante, utilizando-os para denunciar as precárias condições de vida dos trabalhadores e seu receio quanto a possibilidade do futuro dessa classe: "Dão-lhe para moradia pocilgas infectas, para alimentação pão negro e como salario o que baste pa

ra retardar, de alguns poucos annos, a morte pela inanição ou pela tísica". (13) Publicações que, primeiro sutilmente e com o passar dos annos de forma mais acentuada, atacarão a organização do Estado, denunciarão:

"Fazendo hoje alguns leves reparos relativamente a hygiene do nosso populoso arrabalde de Brás não podemos deixar de nos referir ao pouco escrupulo que os medicos-hygienistas votam a esse indispensavel melhoramento. Não é so em intimar os proprietarios a cimentar o solo em que se acham as casas construidas, que consiste a mais salutar medida higienica. Não. Os competentes medicos encarregados disso devem examinar as arias (sic) e quintaes das innumeras casinholas que existem em todas as ruas; devem, principalmente, contribuir para a extinção dessa quantidade pernicioso e avultada de cortiços, cuja insalubridade, não só é motivada pelo agrupamento de moradores em quartos acanhadissimos, como tambem pela falta absoluta de limpeza que, entre elles, reina. E é, pois, sobre esses verdadeiros inconvenientes que, imprescindivelmente, é mister que a illustre Junta de Hygiene tome as mais beneficas e salutaes providencias para que elles não sejam a causa da intensidade de quaisquer epidemias que, de um momento para outro possam surgir neste bairro". (14)

"Nascida em berços dourados e rodeada de fausto, de fartura e de todas as comodidades imaginaveis a burguesia pareceu sempre ignorar a rude vida do produtor, do operario, do pobre servo que a troco de sopas e de migalhas era obrigado a sofrer a suar e a remover fardos pesados demais para a sua força, a troco dum mísero salario que o obrigava a andar andrajoso, com o estomago vazio e a habitar casas, verdadeiras alfurjas, sem sol, sem ar, sem luz, humidas e escuras, em completa promiscuidade, sujeito a todas as degradações, a todas as epidemias, a todos os vis contactos que lhe transformam a vida num continuo, pesado e ingreme calvario que só findará quando a morte bemfeitora se apiedar dele". (15)

Sidney Chalhoub, ao analisar as idéias calcadas na "neutralidade científica" que permeavam a destruição dos cor-

tiços no Rio de Janeiro entre 1850 e 1906 afirma: "O que se declara, literalmente, é o desejo de fazer a civilização européia nos trópicos, o que se procura, na prática, é expulsar a política da história".(16) Ou seja, através da ciência justificar-se-iam todos os atos do Estado burguês, mesmo que desrespeitassem e destruíssem a memória da classe trabalhadora, representada nesse caso por seu local e forma de moradia. Seguindo o raciocínio do autor podemos concluir pela total impossibilidade do proletariado ver legitimada alguma reação contra o que acontecia, visto tudo ser feito com o aval de um conhecimento "superior". Desta maneira o saber científico contribuiria não apenas para destruição das marcas de combates dos trabalhadores mas poderia ser usado para tornar impotente sua luta presente. A ciência seria elemento importante para tolher a atuação cotidiana do operariado em uma sociedade cada vez mais marcada pela valorização da ciência.

Entretanto, em sua atuação diária os militantes operários poderão reverter em parte esse quadro, a medida em que, se apropriando de noções técnico-científicas em seu combate por melhores condições de saúde as transformarão em instrumento imprescindível de denúncia da ordem burguesa e na instigação para luta contra ela. A utilização da ciência, mesmo contribuindo para vulgarização de valores e modelo de vida forjado em setores da classe dominante, fornecerá assim aos militantes operários meios eficazes para o combate que empreendiam contra a ordem existente e para esboçar o mundo que pretendiam concretizar. (17)

Incorporado aos artigos publicados pelos periódicos

ligados aos trabalhadores o saber cancelado como científico será persistentemente usado como meio legítimo de luta do proletariado, revelando quanto esse saber estava presente no dia-dia desses homens, na sua maneira de vida e visão de mundo:

"De que valem as "caridosíssimas" instituições para combater o assustador flagello da tuberculose [alerta O Livre Pensador em 1907] quando não se pensa em prevenir suas causas? E é precisamente uma das causas do pavoroso desenvolvimento da tuberculosa o excesso do trabalho, quer pelos horarios demasiado prolongado, quer pela tenra idade em que os filhos dos modernos operarios industriaes dão entrada nas fabricas. (...)" (18)

"(...) Há profissões tão nocivas à saúde que põem em perigo a vida da criança mesmo no seio materno [lembra artigo da Folha do Fovo de 1909]. Refiro-me as industrias em que se empregam o mercurio, o chumbo e o phosphoro; refiro-me ao officio de costureira e a tantos outros, todos cheios de perigos para a mulher grávida e de seu filho em gestação. (...) Em cada dois morre um proletario tuberculoso [continua o artigo, usando dados sobre a Alemanha], isto não depois de uma longa vida de prazeres, mas na flor da idade, após uma breve vida de trabalho extenuante.

As estatísticas da comissão imperial allemã de seguros mostraram que a tísica mata a maior parte das suas victimas ou as torna invalidas dos 20 aos 30 annos e que, mesmo antes que a doença chegue a este estado, o operario está já extenuado, debilitado e vive a custo. A vida do proletario em confronto com as outras classes sociais, é 20 annos mais curta, e esta cifra não é ditada por demagogos politicantes, mas verificada por homens de sciencia, e a sua exactidão é incontestavel.

(...)" (19)

Será também na ciência que grupos de diferentes tendências ideológicas buscarão a base para muitas de suas formulações programáticas e reivindicatórias, elaborando princípios que passavam a ser acertos e almejados por parte do prole-

tariado. Já no final do século passado os socialistas defendiam a formação de comissões de vigilância para inspecionar fábricas e habitações operárias, eleitas pelos próprios trabalhadores, bem como a proibição do uso nas indústrias de produtos nocivos ou tóxicos, que pudessem ser facilmente substituídos por outros que não fossem prejudiciais a saúde dos proletários. (20)

Denunciando as condições de trabalho a que o operário era obrigado a se submeter comprometendo sua saúde, inúmeros artigos serão publicados pela imprensa, muitos deles em forma de inquéritos que se estendiam por vários números dos jornais com sugestivos títulos como "Os presidios industriaes" ou "Pelos ergastulos industriaes". (21) Desses periódicos emerge então um cotidiano em que o labor diário parece concorrer para o progressivo aniquilamento da existência humana. Será nesses textos, muitos e repetitivos (22), que o funesto comentário feito em 1919 sobre os dados de óbitos fornecidos pela demografia sanitária (23) ganha uma versão nítida, detalhada, trazendo uma realidade em que o homem é extremamente explorado e sacrificado, como tão bem sintetizavam várias poesias e pequenos textos publicados pela imprensa na busca de fazer o trabalhador refletir sobre sua vida e seu futuro:

"Crepita o carvão na fornalha; ferve buliçosa a
água na caldeira; oprime o vapor, o embolo; o
embolo empurra a biella; a biella move o eixo;
o eixo faz girar o poderoso volante, e em quan-
to a máquina ruga como monstro fatigado, a cor-
reia sem fim põe em movimento outros eixos e ou-
tras rodas, outras correias e outras máquinas.
A industria marcha, a produção augmenta, o ope-
rario trabalha.
Que bello poder o da intelligencia humana! A

sua ordem! A sua ordem multiplica-se o movimento e surgem o calor (sic) e a luz.

Mas, ai! ainda púde a maquina dizer ao operario:

— Não te orgulhes. Em nada te diferencias de mim. Instrumento de trabalho como eu, o teu estomago, como a minha fornalha o carvão indispensavel, só recebe o alimento estritamente sufficiente para que continues desempenhando a tua função mecanica. Sou em instrumento mais apreciado que tú, porque como tu ha muitos, e custas menos. Quando me gasto, tiram-me; quando te gastas, abandonam-te. É o mesmo; o mesmo não, peor; porque a tua unica vantagem, a intelligencia, converte-se então em desvantagem para tí; a consciencia do teu valor passado será teu tormento. Tu produzes, como eu; como eu, produzes para os outros, não para ti. Ambos erguemos riquezas que te pertencem e que nunca desfrutas. Operario: apodera-te de mim; arranca-me dos braços do velho capital; o teu casamento commigo é tua unica salvação. Deixa de ser instrumento (...) que o instrumento te pertença..

Quer (...) amo, não companheiro, o capital explora-me, só tu me fecundas. Só a ti quero pertencer". (24)

Retratando a existência degradante do homem na sociedade industrial, mas apontando um caminho para a superação dessa situação, o pequeno artigo cumpre função dupla, ataca a ordem capitalista e, ao mesmo tempo, valoriza o fruto do conhecimento humano — a máquina, resumindo a postura adotada por militantes operários frente ao saber tecno-científico: algo em princípio neutro e que não só poderia como deveria ser usado pelos trabalhadores em benefício próprio. (25)

Combatendo credices populares, dentre as quais incluíam a religião, jornais e revistas valorizarão a ciência em quanto expressão e instrumento de um progressivo aperfeiçoamento do homem (26), o que será perfeitamente compatível com idéias políticas veiculadas por publicações operárias que associavam melhora e transformação. A Voz Operaria, de Campinas, em

1907, já afirma: "A sciencia caminha passo a passo, de modo lento, mas seguro, e nada, absolutamente nada, a deterá no por vir, assim como tampouco pôde dete-la o passado". E Florentino de° Carvalho em artigo de 1920, que versava sobre o fim da visão social pelo prisma do livre arbítrio (algo individual) e a instauração de uma visão global da sociedade, declara: "Existe uma doutrina que enuncia estes principios scientificos, esta doutrina é o Anarchismo"; demonstrando como a ciência podia ser argumento valioso nas mãos hábeis dos escritores dos textos da imprensa proletária. (27)

Diversas serão as notas impressas que anunciarão e farão comentários de conferências, livros (autores), revistas e reuniões as mais diversas, relacionadas com a produção, divulgação e aplicação do saber da ciência, notadamente daquele ligado a saúde. De descobertas questionáveis, como a noticiada por uma revista de Berlim que dizia ser possível repôr a cabeça dos degolados (quando a decapitação tivesse sido feita em condições especiais), ao anúncio do recebimento da Revista Médica e comentário sobre os experimentos do dr. Vital Brasil, o conhecimento científico incorporado ao cotidiano operário até mesmo por meio de reclames de alimento (28), representará o caminho mais valorizado para o combate a tuberculose, problema que atormentava militantes operários por significar a existência de homens frágeis, abatidos e precocemente falecidos: perdidos para a revolução. Susan Santag afirma "a tuberculose era representada como protótipo da morte passiva. Muitas vezes, era uma espécie de suicídio". (29) A Voz da União publica em 1923 o longo texto "Krumiro", onde a doença aparece como casti

go para os que não lutavam contra a exploração burguesa:

"Plena rua central. A um canto, muito acolhido
(sic), um homem tuberculoso, olha com tristeza
o movimentar da rua.
(com um acesso de tosse)
Sempre a tosse maldicta a confranger-me o
peito...
Abandonado e só, sem ter que me console;
A rua por moradia, a calçada por leito,
O escarneo por amor...
Não me amole
Diz-me o ricaço quando estendo a mão ossada.
E vergosamente imploro a caridade...
E assim, neste viver, ha annos, sem ajuda
Passando fome e frio, e sentindo saudade
Dos entes que deixei, ao coração tão gratos!...
Tudo perdido... o doce affago de uma esposa;
O amor dos meus filhos; expostos aos máus tra-
tos,
Os meus bons companheiros, a quem na tormentosa
Jornada de trabalho algumas vezes trahi...
Que vergonha meu Deus!...
E para ver-me aqui
Apodrecendo aos poucos... de rastros, como um
cão,
Eu farejava a hora de poder subir'.
Chegara-me ao burguez, e lambendo-lhe a mão,
Quasi sem comer e quasi sem dormir,
E sempre trabalhando...
O que ganhei? o mal
Que em lenta evolução ha annos consome
O ser...
Expulso até do misero hospital...
A chafurdar no lôdo, quasi morrendo à fome,
Tenho vivido assim, causando nojo à gente
E cahindo aos pedaços!...
Ah! mas um dia...
(Vendo passar o seu ex-patrão)
Não me conhece já...passou por mim tão rente.
E não me viu aqui, ou fez que me não via!...
(Ouvindo fóra as vozes dos grevistas)
São elles... Os rebeldes de quem eu zombava an-
tes... Aí! mas como eu lhes tenho inveja agora!
E não pode aliar a minha alma escrava
À ancia (sic) dessas almas, que saudando a au-
rora
De um risonho porvir à lucta se arremessam!
Como elles vão contentes!... Dá me vontade de ir
Supplicar o amor... pedir-lhe que se esqueçam
Do que foi...
Mas que penso?
A pensar no porvir,
Neste horrivel estado de miséria... Oh não!

Continuo a arrastar esta carcassa immunda
A esconder-me na sombra e fugir como um cão
À luz do sol brilhante, que a terra-mãe fecunda!
Avante, avante! Luctae por esse ideal
Luctae por esse ideal sublime!
Eu antes prefiro
Viver assim na sombra, escondendo o meu mal
A ouvir...
(com um acesso de tosse)
Já não posso...
ouvir... que sou Krumiro!
(Tossindo, cada vez mais vai se arrastando, ar-
rastando até que cae, morto por um acesso de
tosse)".

Souza Passos (30)

Motivando criações literárias tanto quanto a forma-
ção de ligas e dispensários ou a realização de palestras e a
ação legislativa (31), a tuberculose será denunciada como pe-
renemente insuflada pela deficiência alimentar, de moradia e
pelo local e ritmo de trabalho a que era submetido o trabalha-
dor, fornecendo um dos argumentos mais poderosos para o comba-
te que muitos operários faziam à sociedade capitalista:

"Hoje, no Instituto de Higiene desta capital, o
dr. Antonio Cardoso Fontes, chefe de serviço do
Instituto Oswaldo Cruz, do Rio, realizará uma
conferencia sobre "A infecção tuberculosa".
S.s. franqueou a entrada a todos aquelles que
desejarem ouvir-o, e nós desejaríamos que a po-
pulação inteira de São Paulo tivesse essa oportu-
nidade.

Mas desejaríamos, principalmente, que as pesso-
as tidas como autoridades locais lá estivessem,
para ouvir, da bocca de um homem que o estudo
tornou certamente insuspeito, a accusação col-
lectiva contra os que:

- a) pagando pouco aos seus trabalhadores, obri-
gam-nos a morar em pocilgas infectas, a privar-
se de qualquer conforto e a alimentar-se de ge-
neros deteriorados;
- b) fazendo o monopolio dos generos de primeira
necessidade, elevam de tal maneira o preço da
vida, que os trabalhadores só podem comprar
aquillo que os demais regeitavam;
- c) obrigando os seus operarios a fazerem largos
serões em officinas insalubres, collaboram para
que a peste branca dizime um exercito de traba-

lhadores todo o anno, e que a prole seja fraca e doentia, propensa ao mal". (32)

Componente constante das denúncias sobre as condições de vida proletária, a questão da qualidade da alimentação a que o trabalhador tinha acesso marcará as lutas operárias no correr dos anos de maneira constante, e será expressa geralmente por meio de denúncias de falsificações ou adulterações de alimentos ou como parte integrante de movimentos contra a carestia. Entre vários desses movimentos (que incluíam a denúncia de açambarcadores), o que ocorreu em 1912 e 1913, com repercussão nos anos seguintes, merece destaque pelo interesse que conseguiu despertar na população. As autoridades devem ter se enchido de temor quando seus comícios ameaçaram se expandir pelo centro da cidade, em demonstração inequívoca do grau de mobilização que havia conquistado. (33)

As denúncias de fraudes que terão como alvo primordial a questão alimentar, serão outro tipo de manifestação constante de militantes operários, no que diz respeito a alimentação popular. Na greve de 1917 que segundo artigo da revista O Parafuso, "(...) nasceu espontaneamente, da fome" (34), um dos itens apresentados pelo Comitê de Defesa Proletária, encarregado das reivindicações operárias, exigia, por exemplo, providências quanto alterações nos gêneros de primeira necessidade. (35) Questão capital devido a influência direta sobre a saúde, essas denúncias sobre falsificações e adulterações aparecerão na composição de artigos que visavam retratar os problemas gerais da vida proletária ou em textos que buscavam especificamente denunciar a situação dos alimentos oferecidos a população. (36)

A revista A Rolha em 1918 realiza uma das campanhas mais sistemáticas relacionadas a esta questão. Fazendo cobranças ao governo em geral e especificamente ao Serviço Sanitário (que possuía normas detalhadas sobre os gêneros alimentícios, sua composição, conservação e distribuição) (37) a campanha de denúncia da banha vendida ao exterior ao azeite e a massa de tomate consumidos internamente, alertando para um problema que nas páginas dessa revista ganha contornos mais extensos do que o traçado na maioria dos jornais operários, contribuindo decisivamente para alertar sobre uma questão pertinente a toda a sociedade e que atingia frontalmente a população mais pobre de São Paulo:

"(...) o governo de S. Paulo contempla indifferente a acção nefasta e deleteria dos especuladores e exploradores que, não contentes em explorar a bolsa do Povo, attentam contra a saúde publica". (38)

Em meio a essas denúncias, A Rolha sauda em 13 de junho de 1918 a criação, pelo governo federal, do Commissariado da Alimentação Pública, que teria por objetivo controlar o abastecimento nesse período crítico marcado pela Primeira Guerra Mundial em que as dificuldades de importação, o aumento das exportações e a ação dos açambarcadores, faziam os preços dispararem vertiginosamente. "Que não fiquem em decretos, regulamentos, papelórios e burocracias..." comenta a revista, como que antevendo as críticas dirigidas pela imprensa operária a esse e outros órgãos governamentais ligados ao abastecimento público. (39)

Outras ações ligadas ao governo, com o intuito de mi

norar as dificuldades que estavam vitimando principalmente os trabalhadores, ocorrerão em São Paulo nessa época e podem ser acompanhadas pelo noticiário da imprensa. Entre elas, a organização de grupos para percorrer os arrabaldes distribuindo gêneros de primeira necessidade e a criação de feiras livres, motivando nos militantes libertários desde críticas contumazes, por desdenharem a "caridade burguesa", até a organização do "Comitê Proletário de Defesa Popular" (em agosto de 1914) para agir diretamente em defesa dos interesses dos mais necessitados. Sua atuação passou inclusive pelo uso didático do modelo das feiras livres, que eliminando intermediários, reduzindo fretes e não pagando licenças ou impostos, faziam cair os preços: "(...) é o proprio Governo quem dá o exemplo de como pode a vida do povo melhorar. Saiba o povo seguir o exemplo e completar aquellas meias medidas, si quer a vida melhor!" (40) Lembrando a importância impar da atuação popular, mesmo em duvidosas iniciativas governamentais, O Parafuso comenta em 1919: "(...) a lei de Accidentes no Trabalho e o Comissariado da Alimentação, |são| fructos, não dos discursos descabellados do sr. Mauricio de Lacerda ou eleiçãoeiros do sr. Nicanor Nascimento, mas unicamente das greves de 1917. (...)" (41)

Exaltando a participação direta dos operários como aquela capaz de repercutir eficientemente em proveito da população, os homens preocupados em mobilizar as atenções e a ação da maior quantidade possível de trabalhadores, não se furtarão em lançar mão dos mais variados instrumentos para motivar essa união em torno de questões que, pertinentes à sociedade, repercutiam de maneira significativa entre o proletariado. A asso-

ciação feita entre alimentação e moradia deficientes com a incidência da tuberculose não será exceção em um discurso que busca compor o quadro social deteriorado da organização burguesa através do relacionamento de vários fatores. Assim, em meio à campanha contra adulterações e falsificações de 1918, a revista A Rolha publica estatística elaborada pelo dr. Mario Pinto Serva referente a taxa de mortalidade no estado de São Paulo nos últimos dez anos, comentando que, se aproximadamente 50% dos falecimentos eram causados por doenças do aparelho digestivo, só os "falsificados" haviam matado em São Paulo mais ou menos 325.821 pessoas. (42)

A atribuição genérica ao aparelho digestivo de número significativo de óbitos ocorridos em São Paulo presente em vários levantamentos referentes à população paulista, concorre para embasar a denuncia dos periódicos quanto ao tipo de alimentação a que o trabalhador tinha acesso, devido a sua situação financeira. "(...) No obituário, as affecções do aparelho digestivo continuam em maioria, com um total de 57 casos. Isso é devido à pessima alimentação que temos, principalmente nas classes trabalhadoras, onde a preocupação do preço obriga o consumo de generos podres, falsificados e da peor especie" (43). Comentários como esse serão constantes e reafirmados em muitos artigos que objetivavam traçar um perfil da existência operária com dados fornecidos, na maioria das vezes, pelo próprio governo. Associado a outros fatores, os problemas de saúde causados por uma alimentação deficiente serão permanentemente utilizados como argumento daqueles que repudiavam a forma como a saúde popular era tratada na ordem existente.

"A estatística demográfica da semana atrasada, nesta Capital, accusou, sobre 129 obitos, 12 do aparelho circulatório, 27 do respiratório e 31 do digestivo.

Diversas podem ser as causas productoras dessas molestias, mas em S. Paulo diante da estatística sempre crescente dos obitos por molestias do aparelho digestivo, devia investigar quaes essas causas. Pensamos que ellas pódem ser duas — a agua servida a população e a pessima qualidade dos generos alimenticios.

Quanto aos generos alimenticios era preciso uma vigorosa fiscalisação dos mesmos, pois abundam por ahí os falsificadores, ricos industriais que pouco se importam de envenenar uma população, com tanto que tirem proveito desses crimes. Tambem os obitos por molestias do aparelho circulatório e respiratório pódem ser causados pela ingestão de bebidas e vinhos falsificados, que, mais depressa, originam as arterios-scleroses e outras lesões agravissimas desses aparelhos. O alcool agrava a tuberculose sobretudo. a nota **official** da repartição sanitaria diz que os inspectores sanitarios vaccinaram e revaccinaram 136 pessoas, mas não nos diz si elles cumpriram com outros deveres que lhes impõem o **Código Sanitario do Estado**.

Onde as visitas as casas de pasto, aos mercantes de generos alimenticios, às tavernas, aos hotéis, aos restaurantes, às casas de pensão, às fabricas de licores, aguas mineraes e conservas alimenticias?

"No entanto o Código Sanitario dispõe, no § 11 do artigo 22 que lhes incumbe:

"Fiscalisar a alimentação publica, inspeccionando as fabricas, padarias, refinações, torrefações e as casas commerciaes que expõem à venda generos alimenticios e bebidas nacionaes e estrangeiras e fazendo as necessarias apprehensões" (...)" (44)

O número expressivo de medicamentos destinados a eradicar ou aliviar moléstias relacionadas a digestão e a favorecer uma boa circulação sinalizam a realidade desses problemas entre os operários, problemas que remetiam frequentemente para o medo da tuberculose (enquanto sinónimo de morte), o que se torna perceptível no comentário sobre o álcool (causador de problemas circulatórios e respiratórios) como agravante dessa

enfermidade e em muitas descrições sobre a existência do trabalhador onde, como fruto da miséria reinante, páira a tuberculose como a espreitar o momento oportuno para irromper em cena e ceifar os viventes. (45)

Artigo publicado em 1909 na Folha do Povo, protesto contra o monopólio da Companhia Light and Power nos transportes, afirma em dado momento:

"(...) Nas cidades grandes e modernas o transporte celere e barato é a preocupação dominante do povo! Em geral no amontoado anti-higienico de casas os alugueis são elevadissimos. E si as passagens de bondes tambem são caras é forço so a gente pobre privar-se de um pouco de alimento para poder satisfazer a taes exigências: aluguel caro bonde caro, alimentos caro e salario reduzido. Como viver? Decerto viver assim é soffrer privações, é preparar o organismo para a invasão das molestias, é suicidar-se para as grandes emprezas e os governantes com ellas, abarrotam seus cofres de dinheiro e distribuem gordos dividendos". (46)

A vida de exploração a que o trabalhador era submetido levando-o a franquear seu organismo às mais variadas doenças como se cometesse suicídio; visão dolorosa do cotidiano onde se mesclam espoliação e desistência de luta, parâmetros compatíveis com a tuberculose enquanto mal da pobreza e do abandono de si mesmo, da vontade de viver.

Junto com inúmeros relatos de suicídios publicados pela imprensa, a denúncia da sociedade como a primeira culpada pelo grande número de pessoas que se matavam ou tentavam fazê-lo como solução extrema para seus problemas será reiterada por artigos que se mostravam alarmados por esse tipo de morte que assustava pela imprevisibilidade e que, com certeza, colaborava para que médicos especializados em doenças nervosas ti-

vessem seus serviços divulgados na imprensa ligada ao proletariado. (47) Como afirma A. Lanterna, "o noticiário dos jornais registra quasi diariamente os suicídios de trabalhadores que buscam na morte o linitivo (sic) derradeiro para os seus males". (48)

A luta pela vida ressoará nas publicações por meio de preocupações com doenças que ameaçavam São Paulo a muitos anos, como a lepra, ou de enfermidades cujo temor crescera com a concentração das pessoas nas cidades, como o tifo (49), mas se justificará plenamente através do combate à tuberculose que entre militantes operários se traduzia no ataque às péssimas condições de habitação, alimentação, e trabalho do operariado e às várias manifestações doentias daí advindas (digestivas, circulatórias, respiratórias ou nervosas). O positivista R. Teixeira Mendes escrevia em 1908, ao comentar quadros de mortalidade do Rio de Janeiro (onde apareciam com destaque a tuberculose e doenças dos aparelhos digestivo, circulatório e respiratório) e condenar diagnósticos que apontavam a existências de doenças no plural:

"(...) é sabido que, para as diversas moléstias quaisquer, bem como para as mortes violentas e suicídios contribuem fatores cuja eliminação exige (sic) a regeneração prévia dos sentimentos, das convicções, e dos costumes, tanto nas camadas dominantes, como no público em geral. Assim, para não falar ainda das circunstâncias materiais, ninguém ignora que as bebidas alcoólicas, o fumo, o café, o chá, etc., os escéssos ou as deficiências alimentícias, a devassidão, as más condições de asseio, a escassês do repouzo, etc, contribuem para as moléstias que mais vítimas fazem, e incluzive para as epidemias. (...)" (50)

Tomando o lugar antes reservado às doenças epidêmi-

cas quanto ao sentimento de pavor que despertava, devido a sua imprevisibilidade, periculosidade e alastramento, a tísica mobilizará atenção permanente de toda a sociedade. Através do seu combate outras questões ligadas a saúde do homem — inclusive o alcoolismo e a sífilis (51) — serão atacadas enquanto cúmplices desse mal maior. Nesse ataque sem tréguas à tuberculose, feito pelos periódicos por meio da denúncia das condições gerais de vida e saúde proletária, será refletida também a procura desesperada de solução definitiva para essa doença, busca que em muitos momentos lembrará práticas de charlatães ou curandeiros devido ao exotismo das medidas que proponha:

"Uma folha do Rio transcreve de uma revista estrangeira estas interessantes linhas:

"Um explorador conhecido experimentou no Haiti uma flor, que merece a homenagem mais fervorosa da admiração humana.

Conhece-se com o nome de "siainteyr-flôr", e tem a virtude de curar a tuberculose no 1º e 2º graus. As curas alcançadas por esse meio são inúmeras, e facilmente se comprehende o interesse que desperta esta descoberta".

"A agua do mar applicada ao tratamento da tuberculose deu logar ha dias a uma interessante communicação à Academia de Medicina de Paris.

Trata-se dos resultados obtidos pelos drs. Robert Simon e René Quinton e do que o dr. Chauffard deu conta à Academia.

Em dezenove casos de tuberculose tratados por infecções subcutaneas d'agua de mar isotonica, em quinze casos obtiveram-se melhoras notabilissimas em tuberculosos de todos os graus.

O tratamento da tuberculose é de ha muito classica. Parece provavel que as injeções subcutaneas d'agua do mar são destinadas a tomar logar na therapeutica preventiva e curativa do terrivel mal".

"Um medico obscuro da Grecia, dr. Carali, tem applicado com exito maravilhoso, o alecrim ou rosmaninho para a cura da tuberculose pulmonar. Bastam dois ou tres ramos dessa planta aromatica, cosidos em vinho para vinte e quatro horas. Depois de 8 ou 10 dias de uso desse cosimento,

diariamente feito, cede a tuberculose mais adiantada.

A notícia desse tratamento vem inserida no jornal egípcio Le Progres du Caire." (52)

A revista O Parafuso, elogiada pelo jornal A Flebe em 1917 (53), em 19 de agosto de 1919 denuncia o anúncio de um remédio contra a tuberculose que custava 5\$000 o vidro, como prática de charlatanismo e exploração da economia popular. Lembrando, os charlatães vivem dos incautos e daqueles "(...) desanimados dos recursos da sciencia".(54) Saber científico, conhecimentos populares e aproveitadores da credence do povo (55) aparecerão misturados principalmente quando o problema em questão é de uma morbidade e permanência alarmantes como a tuberculose, cuja preocupação crescente também fará recrudescer a valorização de preceitos higiênicos informados pela teoria dos micróbios formulada por Pasteur no final do século XIX e que visavam afastar o perigo de contágio que os enfermos poderiam provocar. Uma série de artigos será publicada alertando sobre os males que rondavam o dia-a-dia das pessoas. De um aperto de mão ao uso da água benta nas igrejas (56), a luta para afastar os indivíduos de uma contaminação procurará informar sobre as maneiras pelas quais a tuberculose (e outras moléstias) era transmitida em uma tentativa de incutir práticas e modificar hábitos arraigados na população, como o de cuspir e escarrar indiscriminadamente.(57)

A Liga Contra A Tuberculose já publicava em 1901 nota no jornal A Lanterna afirmando ser a tuberculose uma doença contagiosa, evitável e curável, transmitida por escarros dissecados e reduzidos a poeira, pedindo então para que as pessoas

não escarrassem no assoalho das habitações, casas comerciais, igrejas, escolas, repartições públicas, bondes, estações, carros das estradas de ferro, pois além de ser um costume repugnante era sempre perigoso. (58) Nessa campanha permanente não faltarão críticas a leis que procuravam coibir meios de propagação da tuberculose. (59) Mesmo a perspectiva de que a doença poderia ser evitada apesar de sua gravidade, não afastará em momento algum a atenção dos periódicos das possíveis soluções aventadas para erradicar ou amenizar os efeitos dessa doença quase sempre fatal (60), mesmo que muitas delas beirassem o absurdo e o cômico:

"Vae ser feita, se é que não se está fazendo já, em Sidney (Australia) uma distribuição de ar respiravel. Do modo analogo ao serviço do gaz nas casas particulares, uma empresa promete fornecer ar respiravel, mediante uma pequena soma por metro cubico, devendo ser o ar tomado nas altas regiões atmosfericas, e isento, por isso, de microbios. Uma série de balões cativos, à altura de dois mil metros, dirigirá por meio de tubos de alumínio, o ar, para um vasto reservatorio, de onde partirão os tubos de distribuição às casas particulares. Será aproveitada essa instalação para conduzir oxigenio a quartos especiaes destinados ao tratamento de tísicos e anemicos" (61)

Variados e repetidos os reclames de remédios que correriam positivamente para o tratamento da tuberculose serão, entretanto, indicados para diversas doenças (62), sintoma das dificuldades de definir cuidados específicos para essa enfermidade que, excedendo a qualquer delimitação quanto a sua incidência, causas e formas de combate, se prestará de maneira brilhante como o retrato mais nítido da sociedade burguesa: uma organização social marcada pelo excesso -- da concentração

de pessoas, de máquinas para produção, de riquezas.

"(...) descubram-se sôros e tratamentos para a cura da tuberculose: a tuberculose zombará dos palliativos porque a sua causa é a miséria physiologia, é a fome, é a falta de hygiene, é o trabalho exhaustivo, é a ociosidade bohemia dos fartos e as noites de vigilia dos miseraveis, é o frio que retalha as carnes tenras das crianças e a cama fôfa das alcovas do vicio, é o luxo e o "cabaret" a causa da tuberculose das classes ricas, é o cortiço e a fabrica a razão da tuberculose nas classes proletarias.

O excesso, sempre o excesso!

Façam-se desaparecer esses motivos e a tuberculose se extinguirá naturalmente.

Será quando o ar, a luz, o pão do corpo e o pão do espirito penetrarem com os raios do sol e a alegria das crianças sadias por todos os recantos aonde respirem criaturas humanas.

(...)" (63)

Espelho de um cotidiano mal organizado, onde a maioria dos homens é explorada nas fábricas, a tuberculose, componente certo de artigos de denúncia da ordem burguesa (64), será tema de textos variados, extremamente elaborados e meticolosos que revelavam o conhecimento do assunto pelos seus redatores e a grandiosidade desse problema para o qual pregavam a educação como forma certa de combater essa moléstia de tratamento incerto. Como no caso de outros problemas de saúde que atacavam os operários, como o alcoolismo e a sífilis, o conhecimento representará uma arma especial na luta contra a tuberculose:

"(...) sua diffusão se deve, em grande parte, à incultura do povo. Nas classes médias e humildes e até nas classes elevadas, inspira ella ao mesmo tempo terror e piedade. Esta é, porém maior do que aquella e allia-se a ignorancia e à desidia para impedir uma prophylaxia facil e proveitosa.

O terror e a piedade fazem com que se occulte aos doentes seu estado, impossibilitando as medi

das preventivas que d'elles dependem em grande parte. A desidia e a ignorancia são causa de conductas que constituiriam verdadeiros crimes se fossem conscientes: os tuberculosos são conservados em completa promiscuidade com os filhos, os paes, os irmãos, todas as pessoas da casa e da vizinhança; escarram no assoalho e nas ruas, o que é além de um perigo, uma immundice; usam os mesmos pratos e os mesmos talheres, assim como as mesmas roupas de cama; dormem nos mesmos quartos, quasi sempre com a janella fechada, confidando-se e, portanto, infeccionando-se a atmosphera; um perfeito horror, que causa angustia aos que o contemplan (sic) sem poder dar um conselho porque o conselho seria tomado como uma affronta! O enfermo, na illusão que o embala, perguntaria melindrado: "Pensa que eu estou tu berculoso!?" E a familia acudiria: "Se tem medo, ou nojo não venha mais aqui!..."

O artigo continua afirmando que se o doente não se agarresse a esperanza de ter outra moléstia, preferindo ouvir a verdade e se a família não tivesse receio de magoá-lo, tomando precauções para evitar o contágio, seria dado "(...) o primeiro passo para a cura, pois que ninguem observa um regimen therapeutico e dietetico se não tiver consciencia de sua necessidade." (65)

Acusando médicos que não revelam ao tuberculoso ou a sua família o verdadeiro estado do enfermo e declarando ceticismo quanto a possíveis mudanças em usos e costumes compartilhados inclusive pela classe médica, o texto prossegue:

"(...) pode-se pôr em vigor o Codigo Sanitario, na parte em que colloca a tuberculose entre as molestias de notificação obrigatoria. Assim ficaria a cargo da hygiene official a adopção de medidas prophylaticas em torno de cada enfermo. O medico da familia, que é quasi sempre um amigo, poderia continuar a não cumprir os seus deveres, por um desvio da sua noção real. Ao medico do Serviço Sanitario é que incumbiria agir nesse sentido, ministrando conselhos e impondo medidas preventivas. Ao fim de certo tempo, tudo isso en-

traria nos hábitos do povo, que viria a ficar sabendo como conduzir-se mesmo que lhe faltasse um guia de anel no indicador e com theses defendidas para doutoramento.

* * *

Para a lucta contra o bacillo de Koch parece-me indispensavel levar ao povo a convicção de que a tuberculose é curavel. (...) Os medicos sabem que a molestia não é invencivel e pensam que to da a gente o sabe. A verdade é que esta formada a opinião em contrario e della participal 95% das massas populares. (...)

E dizer-se que o remedio não é mais do que repouso, boa alimentação e ar, muito ar." (66)

Articulista dedicado a combater o que considerava excessos nas atitudes dos médicos sanitaristas que só viam doenças pelo sertão nacional, depreciando seu povo e nosso país (67), João Ramalho autor deste artigo, arrola pontos fundamentais que passavam muitas vezes ao largo de textos de militantes operários preocupados apenas em denunciar as impossibilidades do trabalhador ter o "repouso, boa alimentação e ar, muito ar" que Ramalho chama de remédio contra a tuberculose. A questão dos costumes de um povo, suas crenças e temores, recebe neste texto uma menção destacada e importante, pois pouco lembrada por outros autores de publicações ligadas aos trabalhadores e que era, via de regra, apenas percebida em jornais e revistas através de notas sobre atitudes que passariam por "excêntricas" caso não considerassemos a existência desses valores populares. Como por exemplo a notícia sobre o "Dispensário Clemente Ferreira — para a prophylaxia social anti-tuberculosa", que relatando o movimento de enfermos do mês de abril de 1909, contava, além de 5 doentes que haviam pedido alta por estarem "bastante melhorados" e 2 com alta "apparentemente curados," 10 que tinham abandonado o tratamento. (68)

A forma explícita como o artigo publicado na A Rolha refere-se ao Serviço Sanitário e a necessidade de uma prática coercitiva para a educação "correta" da população é, também, digna de uma referência especial. Avessas à organização estatal e a tudo o que dela se originasse, a imprensa operária ligada a idéias libertárias evitava cobranças diretas quanto a execução de uma lei ou a forma de sua aplicação, sendo essa atitude difusa em muitos artigos de periódicos de tendência socialista ou comunista (como no O Internacional, em alguns textos que se referiam à inexistência de uma legislação trabalhista no Brasil (69)). Mas, do O Trabalhador Grafico que, de veículo de idéias anarquistas passa ao comunismo em meados da década de 20, ao jornal A Lanterna antecessor direto de A Plebe, segundo Edgard Leuenroth (70), referências à ação do governo e especificamente ao Serviço Sanitário poderão ser detectadas:

"(...)

O Serviço Sanitário do Estado deu agora para mandar affixar nas paredes dos estabelecimentos publicos e commerciaes grandes cartazes, cheios de salutaes conselhos sobre determinadas medidas hygienicas | afirma O Trabalhador Grafico |. Parece, porém, que a acção do Serviço Sanitário deveria ser mais amplamente exercida.

Assim, sem desprezar a literatura poderia agir "com a maxima energia" contra os proprietarios de fabricas e officinas, onde os respectivos operarios trabalham sem ar, sem luz, no meio da immundicie, durante prolongadas horas diariamente.

De passagem, poderia tambem proibir o trabalho de menores que, devido excessivo trabalho que são obrigados a produzir, estão expostos a pegar no somno e a serem victimas de accidentes (...)"

"A Directoria do Serviço Sanitário cumpriria obstar esse commercio de falsificações, esse envenenamento lento, mas seguro do povo do Estado de S. Paulo, mas o serviço sanitario anda sempre tão atarefado, incommodando-se com ta-

paventos assejados nas casas dos menos favorecidos da fortuna. (...) " | diz A Lanterna | (71)

Tais comentários apesar de esparsos, indicam a preocupação de militantes operários com a fixação de regras que garantissem o cuidado correto com a saúde da população, o que muitas vezes se traduzia no reconhecimento e cobrança da atuação de órgãos governamentais. Nesse contexto, várias serão as denúncias que alertarão para a precariedade do atendimento médico oferecido à população, expressa pela falta de hospitais e pela deficiência do tratamento dispensado por esses estabelecimentos, como atesta denúncia feita em Santos sobre a cogitada supressão de um posto médico da cidade ("(...) quando deveriam ser creados mais dois nos arrabaldes!") ou outra sobre o atendimento gratuito oferecido na Policlínica Paulista e na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, que, quando acontecia, era feito apressadamente e sem nenhuma consideração pelo paciente pobre que necessitava desse serviço de saúde. (72) Essa preocupação envolvendo serviços que podemos qualificar como "oficiais", terá na definição e valorização dos profissionais da saúde seu alvo primeiro e constante.

Resultado de um movimento longo e contínuo, retomado de forma permanente no correr dos anos e sedimentado pouco a pouco com o concurso decisivo de toda a população, a definição desses profissionais identificados como os depositários do saber que cura, será objeto de preocupação permanente da imprensa. Os jornais O Rebate e Folha do Braz no final do século XIX mostram em alguns artigos, quanto a necessidade de se controlar a formação e ação dos profissionais da área de saúde des-

pertava interesse de várias pessoas, que se mantinham atentas a tudo que se referisse a sua própria saúde. Confiante na ciência e na ordem que ela deveria impor, artigo do O Rebate alerta:

"(...)

Todas as profissões, sem excepção precisam de rigorosas provas de capacidade!

E, dada a ignorancia invencível das turbas o poder publico têm a obrigação de exercer sobre ellas uma especie de tutela e não consentir que os charlatães, de qualquer jaez, as explorem no seu particular interesse." (73)

Herdeiro de uma forma de pensamento que se iniciou de maneira mais efetiva no início do século passado, com as primeiras tentativas de institucionalização do ensino da medicina no Brasil e de aperfeiçoamento do controle sobre a compra e venda de produtos medicinais (74), o cuidado com a qualidade profissional das pessoas ligadas ao tratamento da saúde permeará denúncias, debates e reclames transcritos nos impressos ligados aos trabalhadores nas primeiras décadas do nosso século, quando o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo e seu Código regulamentaram e determinaram a fiscalização de médicos, farmacêuticos, dentistas e parteiras. (75)

Nestas publicações operárias, o alerta sobre irregularidades em farmácias (como a comprovada falta de cuidado no aviamento de receitas) e quanto à habilitação do pessoal que atuava no setor (e no de odontologia) (76), justificará os reclames que faziam questão de assinalar a competência do estabelecimento anunciado com frases como: "garante ao publico: excellencia de productos, preços vantajosos e escrupulosa manipulação", ou "aviam-se receitas com prontidão asseio e escrupulo" ou ainda, "o emblema da nova pharmacia vae ser: — rigor, as-

seio e maximo escrupulo". (77) Entretanto, será a diversidade de artigos ligados a cura de doenças que indicará o interesse que a qualificação e seriedade dos profissionais da saúde suscitava em considerável parcela do operariado, permitindo que se capte aspectos de uma realidade onde conhecimentos "alternativos" eram cotidianamente apresentados a população e constantemente discutidos. A homeopatia, tratamento conhecido em São Paulo desde meados do século XIX, tema de calorosas disputas, empregada no combate a febre amarela em Campinas quando a doença devastava a cidade (78), aparecerá nas páginas dos jornais em forma de propaganda de profissionais que usavam seus expedientes e de estabelecimentos (normatizados pelo Serviço Sanitário) que comercializavam produtos homeopáticos. (79) O dr. Alberto Seabra, médico cujos escritos apareciam com frequência na imprensa operária, terá um livro sobre o assunto comentado pela Folha do Povo em 1909. Segundo o jornal, "após ter revelado as excellencias das doses infinitesimales e as de alta dinamização e de ter ponderado que o medicamento homoeopathico previamente experimentado sobre o homem são é superior às drogas allopathicas, cujas formulas têm sempre base, adjuvante e correctivo, tudo feito mais ou menos arbitrariamente, sem nada de positivo, o dr. Seabra traz a questão ao terreno economico e affirma que, em homoeopathia não ha remedio secretos(sic) e, por isso, industrialismo não a póde explorar; estando pela sua barateza ao alcance dos proletarios, a ninguem arruinando o tratamento". (80)

Aspecto pouco usual quando o debate sobre medicina aparece em jornais e revistas, a questão da exploração capita-

lista que no livro surge intrinsecamente ligada a polêmica que envolvia aspectos internos da ciência médica, será associada na imprensa a reivindicações gerais por melhores salários, pois esses sim possibilitariam ao trabalhador condições para realizar um tratamento médico eficiente e desfrutar uma existência sadia, o que não significará o descuido com a divulgação de idéias que indicavam nova opção para manutenção da saúde, como as naturalistas ou vegetarianas. Apresentadas sob a forma de conferências e livros e difundidas através de anúncios de remédios e instituições que delas faziam uso prático, essas idéias marcarão presença entre as indicadas para obtenção de uma vida saudável:

"Sanatorio Physico Therapico

em

Rio Claro

Diaria Rs. 6\$000 a 8\$000 incluindo tractamento, alimentação, bons comodos, uso de aparelhos etc.

Endereço postal e Direção technica: Georg Zenc-ker

Rio Claro. Estado de S. Paulo

Hydrotherapia reformada, sem banhos frios. Exercícios gynasticos, Electricidade, Vegetarismo, Massagem, Educação physico.

As Exmas familias encontrarão comodos especiaa (sic), muito respeito e ordem.

O Sanatorio funciona desde 1895 e tem relações directas com os Centros phsiotherapicos de Berlin e Leitpzig.

É estrictamente excluido o uso de qualquer droga medicinal dentro do Estabelecimento." (81)

"Aos Asthmaticos

O Especifico do Doutor Reyngate, notavel Medico e Cientista Inglez, para a cura radical da Asthma, Dyspnéas, Influenza, Defluxos, Bronchites, Cansaço, Suffocações, é um medicamento de valor, composto exclusivamente de vegetaes, não é xarope, não contém ioduretos, nem morphina e outras substancias nocivas à saude dos Asthmaticos.

Vide os attestados e prospectos que acompanham

cada frasco.
encontra-se à venda nas principais Pharmacias e
Drogarias.
Deposito em S. Paulo: Drogaria Baruel". (82)

"Conferencia naturalista
O grupo de propagandistas do regimen vegetaria-
no, irá realizar hoje |4 de março de 1921|, às
20 horas, no salão do Centro Republicano Hespá-
nhol, uma conferencia sobre o thema "O carniyo-
rismo, causa de todos os vicios".
A entrada é franca a todos". (83)

O socialista Antonio Piccarolo, um dos principais co-
laboradores do jornal Avanti!, dizia em artigo publicado na re-
vista Aurora em 1905, que não se deve simplesmente desdenhar al-
go de que não se tenha certeza, "porque o cientista, ou pelo
menos o observador, o estudioso dos factos (...) não se arma
de scepticismo (...). A grande conquista do pensamento moder-
no e científico, mais do que nas descobertas feitas, mais do
que no progresso prático, consiste no metodo rigorosamente po-
sitivo adoptado geralmente.(...) Só depois que o pensamento
humano enveredou por este caminho positivo, e só depois de ter
confessado a sua ignorancia, o êrro passado, é que começou o
labor que nos deu as conquistas científicas modernas, glória e
momento imperecível da humanidade". (84)

Assim não será estranho o espaço dado pelos jor-
nais e revistas para a veiculação e a discussão de idéias e prá-
ticas, oficiais ou não, que suscitando polêmica entre leitores
e articulistas (85), poderiam resultar em contribuições para a
solução de problemas de saúde, notadamente daquele mais persis-
tente e letal: a tuberculose, causadora de desespero entre o
proletariado ao matar descontroladamente como as epidemias, o
retrato de uma organização social deteriorada, da qual resul

tavam também o alcoolismo e a sífilis, coadjuvantes desse temor principal e inspiradores entre o operariado de receios quanto seu presente e futuro.

NOTAS

- (1) A Plebe (S.P.) Anno III, nº 11, 19-9-1919. "A demographia sanitaria", p. 3, col. 5.
- (2) Confirma, entre outros:
O Socialista (S.P.) Anno II, nº 48, 12-5-1897. "Programa do partido", p. 4, col. 3 a 6, e "1º de Maio", p. 2, col. 2 e 3, e Anno III, nº 56, 22-5-1898. "Programa do Partido Socialista - Reformas Municipais", p. 1, col. 1 a 4 e "A moral e a questão social", p. 2, col. 2 e 3.
A Lanterna (S.P.) Anno III, nº 15, 24-1-1904. "Pela Miséria", p. 1, col. 6.
União dos Operários (Santos) Anno I, nº 9, 15-9-1905. "Olhando ao porvir - Um novo mundo - Aos operários de Santos", p. 1, col. 3 e 4.
A Plebe (S.P.) Anno IV, nº 51, 7-2-1920. "Ecos e Notas", p. 1, col. 5 e 6; nº 54, 28-2-1920. "Ecos e Notas - Que Tática!" e Anno VI, nº 224, 8-12-1922. "A jornada das 8 horas. Um projecto que a estabelece", p. 4, col. 3 e 4.
A Obra (S.P.) Anno I, nº II, 13-5-1920. "Espectros sociais", p. 3, col. 1, 2 e 3.
O Solidário (Santos) Anno I, nº 24, 25-6-1924. "Até quando?!", p. 3, col. 3.
- (3) A Plebe (S.P.) Anno III, nº 27, 8-10-1919. "Uma alforja que desaba. Um desastre que não se daria nos Campos Elyseos", p. 1, col. 6.
O Socialista (S.P.) Anno III, nº 58, 5-6-1898. "Doutrinando - Fortuna Acumulada II", p. 1, col. 3, 4 e 5.
Confirma ainda, entre outros:
A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 45, 23-6-1921. "O burguez e o proletario", p. 4, col. 1 e 2.
A Voz da União (S.P.) Anno I, nº 12, 7-3-1923. "União dos Empregados em Cafés - À Classe - Companheiros!", p. 1, col. 1 e 2.
- (4) O Parafuso. São Paulo. Anno VI, nº 205, 21-7-1920. "Uma Liga Benemerita - Inquilinos versos proprietarios", p. 2.
A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 21, 22-3-1921. "A Carestia da Vida - O preço dos aluguéis de casa attinge ao auge", p. 2, col. 5 e 6.
Confirma ainda, entre outros:
A Plebe (S.P.) Anno III, nº 23, 3-10-1919. "O problema da habitação", p. 1, col. 1 e 2; Anno IV, nº 50 (provável, jornal danificado), 31-1-1920. "A alta dos aluguéis é uma ladroeira", p. 4, col. 5 e 6; nº 75, 31-7-1920. "A Alta dos Aluguéis", p. 3, col. 1; nº 76, 7-8-1920. "Agitação dos Inquilinos", p. 1, col. 1 a 4; nº 77, 14-8-1920. Ação da Liga dos Inquilinos, p. 1, col. 4, 5 e 6 e Carestia, p. 3, col. 2; nº 78, 21-8-1920. Ação da Liga dos Inquilinos, p. 2 col. 4, 5 e 6 (repetido nos números seguintes); nº 81, 11-9-1920. Liga dos Inquilinos: ação prossegue apesar de ter

- comício proibido, p. 2, col. 2 e 3, e nº 86, 16-10-1920. - "O Problema do Inquilinato", p. 4, col. 1 e 2.
- O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 178, 7-1-1920. "A questão da alta dos aluguéis", p. 5; Anno VI, nº 200, 16-6-1920. "Contra a ganancia dos proprietários", p. 11; nº 210, 25-8-1920. "A Liga do Inquilinato", p. 15; nº 226, 15-12-1920. "Juiz de Paz— Justiça de Patas...", p. 10; nº 227, 22-12-1920. "Os Abutres Sobre a Carniça...", p. 11 e Anno VII, nº 240, 24-3-1921. "Uma boa ideia, si a martyrisada classe dos inquilinos não fosse tão desunida", p. 13.
- Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário - (S.P.) Anno I, nº 1, agosto-1920. "Pareceres e Conclusões — As ditições no meio associativo — Como combater o aumento dos alugueis das casas", p. 8.
- (5) A Plebe (S.P.) Ano VI, nº 238, 31-5-1924. "Miséria, Sempre Miséria...", p. 1, col. 1 a 3.
Veja ainda:
CARONE, Edgar - Movimento Operário no Brasil (1877-1944). São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1979, pp. 40-41.
- (6) MORSE, Richard M. - Formação Histórica de São Paulo. São Paulo, DIFEL, 1970, p. 267. Sobre mudanças na cidade a partir do final do século XIX, p. 248 e ss.
Veja também:
AMERICANO, Jorge - São Paulo Neste Tempo (1915-1935). São Paulo, Melhoramentos, 1960, pp. 30-32, 34, 48-50.
BONDUKI, Nabil G. - "Habitação Popular: Contribuição para o Estudo da Evolução Urbana de São Paulo", in: Valladares, Lícia P. (org.) Repensando a Habitação no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
ROLNIK, Raquel - "De Como São Paulo Virou A Capital do Capital", in: Valladares, Lícia P. (org.) Repensando a Habitação no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar
- (7) Cf.: O Socialista (S.P.) Anno II, nº 55, 28-6-1897. Artigos sobre família, p. 4, col. 1 e 2 (em italiano e espanhol).
PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. - A Classe Operária no Brasil — 1889-1930. Vol. II. São Paulo, Brasiliense/FUNCAMP, 1981, pp. 42-43, 96-99.
Veja ainda:
CHALHOUB, Sidney - A Guerra Contra Os Cortiços: Cidade do Rio, 1850-1906. Primeira Versão nº 19. Campinas. IFCH/UNICAMP, 1990.
PERROT, Michelle - Os Excluídos da História. Operários, Mulheres, Prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 101-125.
STEDMAN JONES, Garreth - "Le Londres des Reprouves. De la "Demoralisation" a la "Degenerescence" ". Recherches, Fontenay Sous Bois, 28: 37-77, 1978.
- (8) SANT'ANNA, Nuto - São Paulo Histórico — aspectos, lendas e costumes. Vol. IV, São Paulo, Gráfica da Prefeitura, 1944, pp. 121-126.
Presente entre os itens sobre os quais o Serviço Sanitário

do Estado e seu Código incidiam, a habitação será fiscalizada desde 1892 e em 1894 o Código Sanitário do Estado estabelecerá normas específicas para a moradia proletária que serão incorporadas (e modificadas) nas disposições gerais sobre habitação nos anos seguintes:

DECRETO nº 233, de 2 de março de 1894. "Estabelece o Código Sanitário", Col. das Leis e Decretos do Est. de S. Paulo. Tomo IV, 1918, p. 84.

Confira:

A Terra Livre (S.P.) Anno II, nº 41, 14-7-1907. "Talvez te escreva!", p. 4, col. 2 e 3.

O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 157, 12-8-1919. "A Falta de Casas em S. Paulo e a ganancia dos proprietários", p. 4, e Anno VI, nº 227, 22-12-1920. "Os Abutres sobre a Carne", p. 12 (comentários sobre projetos de lei).

O Trabalhador Grafico (S.P.) Anno 3, nº 10, nov.-1922. "Miscellanea", p. 4, col. 1 e 2 (notícia sobre o Rio de Janeiro).

A Construção em S. Paulo. São Paulo. Anno II, março-1925. "A Companhia Constructora de Santos e o Jardim Europa" (edital) e "Secção Casas Economicas",

Veja também:

CARPINTÉRO, Marisa V. T. - A Construção de um Sonho — Habitação Econômica — Projetos e Discussões (São Paulo — 1917/1940). Vol. I e II. Campinas, 1990 (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do IFCH/UNICAMP).

RAGO, Margareth - Do Cabaré Ao Lar — a utopia da cidade disciplinar. 1890-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, pp. 163 e ss.

(9) O Socialista (S.P.) Anno III, nº 63, 10-7-1898. "Pelo Brasil — Vilas Operarias", p. 3, col. 1 e 2.

O Rebate (S.P.) Anno Terceiro, nº 63, 22-9-1898. "Pequenas Noticias", p. 2, col. 6, e p. 3, col. 1.

(10) Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 18, 19-7-1908. "Observando" p. 1, col. 4 e p. 2, col. 1.

Confira:

Folha do Povo (S.P.) Anno II, nº 48, 7-5-1909. "Parole", p. 1, col. 1 e 2.

A Plebe (S.P.) Anno IV, nº 67, 5-6-1920. "Ecos & Notas — Mais edificios de fachada", p. 1, col. 4.

(11) Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 2, 22-3-1908. "Casas para a pobreza", p. 3, col. 3.

A Plebe (S.P.) Anno IV, nº 56, 13-3-1920. "Opulencia e miseria", p. 2, col. 5 e 6.

Veja também:

Annaes Sanitarios. São Paulo. Anno I, nº 1 (2 manuscrito), out.- 1918. "Albergues Nocturnos", p. 71.

A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 6, 3-3-1921. "Os que não têm casa", p. 2, col. 5, e nº 32, 3-4-1921. "Os que não moram", p. 1, col. 3.

(12) A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 2, 26-2-1921. "As Villas —

Feudo — Ninguém se illude a seu respeito", p. 1, col. 5.
Os grifos são meus.

Veja como exemplo:

A Lanterna (S.P.) Ano XI, nº 137, 6-5-1912. "O Progresso de S. Paulo - III", p. 4, col. 1, e nº 144, 22-6-1912. "O Progresso de S. Paulo", p. 3, col. 4 e 5.

Annaes Sanitarios. São Paulo. Anno I, nº 1 (2 manuscrito) out.-1918. "A Hygiene Industrial", pp. 50-52.

O Parafuso. São Paulo. Anno VI, nº 200, 16-6-1920. "Contra a ganancia dos proprietarios", p. 11.

A Plebe (S.P.) Ano III, nº 22, 2-10-1919. "Com dois mil contos...", p. 2, col. 5 e 6; nº 41, 30-10-1919, p. 1, col. 4 e 5; Ano IV, nº 56, 13-3-1920. "Casas Para Operarios — Desabamento de uma vila", p. 2, col. 4, e Ano VI, nº 230, 1º-3-1924. "Manejos atemorizadores" (vilas operarias), p. 4, col. 5.

A Obra (S.P.) Anno I, nº 5, 3-6-1920. "A Embaixada da Mor te", p. 7.

O Internacional (S.P.) Anno V, nº 96, 1ª Quinzena-9-1925. "Dinheiro e Fome", p. 3, col. 1 a 4.

AMERICANO, Jorge - op. cit., p. 291.

CARONE, Edgar - op. cit., pp. 37-40.

(13) Folha do Povo (S.P.) - Anno II, nº 86, 26/27-6-1909. "O que pensam", p. 1, col. 1 e 2.

(14) Folha do Braz (S.P.) Anno IV, nº 99, 27-1-1901. "Em Prol do Braz", p. 2, col. 3.

Veja também:

O Socialista (S.P.) Ano III, nº 58, 5-6-1898. "Doutrinando — Fortuna Acumulada II", p. 1, col. 3, 4 e 5.

Folha do Braz (S.P.) Anno III, nº 90, 19-11-1899. "Cortiços em S. Paulo", p. 1, col. 4 e 5, e Anno IV, nº 97, 13-1-1901. "Com a Hygiene", p. 2, col. 1.

A Lanterna (S.P.) Anno II, nº 35, 30-12-1903. "Ultima Hora — Prefeitura", p. 2, col. 3.

(15) A Plebe (S.P.) Ano IV, nº 66, 29-5-1920. "Leis Sceleradas", p. 1, col. 1 a 3.

Confira também:

A Lanterna (S.P.) Ano XIII, nº 258, 29-8-1914. "Males da Guerra — Sob o regimen da fome", p. 2, col. 2 a 5 (verifique col. 2 e 3).

A Plebe (S.P.) Anno IV, nº 121, 11-6-1921. "Um Depoimento", p. 4, col. 1 e 2.

(16) CHALHOUB, Sidney - op. cit., p. 25.

(17) O Amigo do Povo (S.P.) Anno II, nº 38, 8-11-1903. "Confrontos", p. 1, col. 3 e 4.

Jornal Operario (S.P.) Anno I, nº 9, 12-11-1905. "O syndicalismo e os Sindicatos", p. 2, col. 1 (item 1).

A Lanterna (S.P.) Anno XI, nº 139, 18-5-1912. "O Progresso de S. Paulo", p. 4, col. 1 e 2. Anno XIII, nº 219, 29-11-1912. "C.O.B. - 2º Congresso Operario Brasileiro", p.

- 3, col. 4 e 5 (14ª e 15ª Temas) e nº 220, 6-12-1913. "C. O. B. ...", p. 3, col. 2 e 3 (16ª Tema).
O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 175, 16-12-1919. "A Liga Nacionalista", p. 6.
A Plebe (S.P.) Anno IV, nº 58, 27-3-1920. "A Classe dos Trabalhadores em Fabricas de Tecidos À População de S. Paulo", p. 4, col. 2 a 6, e Anno IV, nº 66, 29-5-1920. "Leis Sceleradas", p. 1, col. 1 a 3 (final).
- (18) O Livre Pensador (S.P.) Anno IV, nº 161, 11-5-1907. "O Movimento Proletario — Em S. Paulo e no Interior", p. 1, col. 2 e 3. Os grifos são meus.
- (19) Folha do Povo (S.P.) Anno II, nº 88, 4-7-1909. "A incerteza da vida", p. 2, col. 2, 3 e 4. Os grifos são meus.
 Veja também:
A Terra Livre (S.P.) Anno II, nº 43, 4-8-1907. "Do Brasil proletario — Sorocaba", p. 3, col. 3.
O Proletario (Santos) Anno 1, nº 3, 15-7-1911. "Linhas de Combate — Os Desastres", p. 2, col. 1, 2 e 3.
A Lanterna (S.P.) Anno XI, nº 137, 6-5-1912. "Capital e Trabalho — Fábricas e Oficinas", p. 2, col. 6, e p.2,col.1
- (20) O Socialista (S.P.) Anno III, nº 56, 22-5-1898. "Programa do Partido Socialista — Reformas Municipais", Art. 5º, p. 1, col. 1 a 4 (o programa também está no nº 48 de 1ª-5-1897, ano II, p. 4, col. 3 a 6) e "1º de Maio" 10º item, p. 3, col. 3 e 4
 Confirma ainda, entre outros:
A Voz da União (S.P.) Anno I, nº 7, 13-10-1922. "Definição attitudes -V", p. 3, col. 1, e nº 14, 1-5-1923, p. 3, col. 5 (item 3º).
A Lanterna (S.P.) Anno XII, nº 181, 8-3-1912. "Bases de acordo do Sindicato Operário de Ofícios Varios — Principios Fundamentais", p. 4, col. 1, 2 e 3 (as finalidades).
- (21) A Terra Livre (S.P.) Anno I, nº 21, 27-11-1906. Um dos artigos publicados durante o ano com o título "Os presídios industriaes".
A Plebe (S.P.) Anno III, nº 14, 23-9-1919. "Pelos ergastulos industriaes", p. 4, col. 1, 2 e 3 (início de uma série).
 Veja ainda:
O Chapeleiro (S.P.) Anno II, nº 4, 1ª-5-1904. "L'igiene", p. 2, col. 3 e 4.
Jornal Operario (S.P.) Anno I, nº 8, 5-11-1905. "São Paulo", p. 1, col. 3 e 4.
A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 45, 23-6-1921. "O burguez e o proletario", p. 4, col. 1 e 2.
O Trabalhador Grafico (S.P.) Anno IV, nº 52, 5-7-1925. "O país e o governo dos trabalhadores", p. 6, col. 1 a 4.
- (22) Entre outros:
O Padeiro (S.P.) Anno 1, nº 1, 1ª-5-1907. "Escravidão moderna", p. 1, col. 3 e p. 2, col. 1 e "Falta de consciencia", p. 2, col. 2 e 3 e p. 3, col. 1.

- A Luta Proletaria (S.P.) Anno III, nº 6, 22-2-1908. "A Lⁱght oferece salários...", p. 3, col. 2.
- A Lanterna (S.P.) Ano XIV, nº 282, 14-8-1915. "O Futuro do Operariado", p. 4, col. 2 e 3.
- O Chapeleiro (S.P.) Epoca II, nº 7, 4-5-1918. - "Mãos à obra!", p. 2, col. 1.
- A Plebe (S.P.) Ano V, nº 101, 8-1-1921. "Movimento Operário — Liga Operaria da Construção Civil", p. 4, col. 1 e Ano VI, nº 237, 24-5-1924. "Caminho da Penha", p. 4, col. 3 e 4.
- A Voz da União (S.P.) Anno I, nº 4, 1º-8-1922. "Secção Trabalhista", p. 4, col. 4 (denúncias sobre cafés no Brás e, especialmente, o Café Miralido).
- (23) Cf.: nota nº 1 deste Capítulo: "(...) nós sabemos que as parcelas mais tristes do obituário são constituídas por aquelles que habitam casas infectas, trabalham em fornas (sic) e comem alimentos deteriorados... somos nós... os plebeus".
- (24) O Carpinteiro (S.P.) Anno I, nº 1, 1-6-1905. "O Que Dizem As Máquinas", p. 1, col. 3 (o mesmo texto está em outros jornais em português e espanhol).
Veja ainda:
A Lanterna (S.P.) Anno XIII, nº 240, 25-4-1914. "Contos do Ghetto", p. 2, col. 3 e 4 e nº 241, 1º-5-1914. "A Fábrica", p. 1, col. 4.
A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 34, 6-4-1921. "Os Proletários", p. 2, col. 3 e 4.
O Syndicalista (Bauru) Anno II, nº 29, 1-9-1921. "Tela Matinal", p. 1, col. 2 e 3.
A Plebe (S.P.) Anno V, nº 183, 10-6-1922. "Ao rumor dos teares", p. 1, col. 5.
A Voz da União (S.P.) Anno I, nº 8, 4-11-1922. "Em pós o Oriente social", p. 1, col. 2 e 3.
- (25) Sobre a máquina e seu uso capitalista, entre outros estudos:
MARGLIN, Stephen - "Origens e Funções do Parcelamento das Tarefas", in: Marglin, S. (org.) Divisão Social do Trabalho, Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista. Porto, Publicações Escorpião, 1974.
FERROT, Michelle - op. cit., pp. 17-80.
- (26) Confira:
A Lanterna (S.P.) Anno 1, nº 6, 9-5-1901. Artigos louvando a ciência e combatendo o fanatismo, principalmente religioso, nesse e em números anteriores, e Anno XIII, nº 245, 30-5-1914. "Bíblia Vermelha", p. 1, col. 4. Veja também outros números do jornal, a partir do nº 225.
O Chapeleiro (S.P.) Anno I, nº 9, 1º-5-1907. "Do Microbio ao Homem", p. 2, col. 1 a 4 e p. 3, col. 1 a 4.
A Obra (S.P.) Anno I, nº 7, 23-6-1920. "Espectros sociais" p. 2.
O Livre Pensador (S.P.) Anno VI, nº 192, 31-1-1909. "Factos & Notas. Em S. Petersburgo", p. 3, col. 1 e nº 197,

- 24-2-1909. "A Moral Scientífica", p. 1, col. 4.
 A Plebe (S.P.) Anno IV, nº 75, 31-7-1920. "Um problema secular", p. 2, col. 6 e p. 3, col. 1 e nº 76, 7-8-1920. "Um problema secular", p. 2, col. 5.
 Veja também o Capitulo I A Ameaça Iminente: As Epidemias — Três Momentos, parte Gripe Espanhola — 1918, os curandeiros e charlatões.
- (27) A Voz Operaria (Campinas) Anno II, nº 2, 1º-5-1907. "O Progresso", p. 3, col. 3.
A Obra (S.P.) Anno I, nº 8, 1º-7-1920. "Synthese doutrinaria", p. 4.
 Confira também:
A Terra Livre (S.P.) Anno II, nº 25, 22-1-1907. "Porque ha libertarios antisscientificos?", p. 2, col. 1.
Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operario (S.P.) Anno I, nº 1, agosto-1920. Emblema usado, onde se lê: "Instrucção e Sciencias — Arte e Trabalho".
- (28) O Livre Pensador (S.P.) Anno IV, nº 157, 31-12-1906. "Descoberta importante", p. 1, col. 2.
Folha do Braz (S.P.) - Anno II, nº 70, 28-5-1899. "Revista Medica", p. 1, col. 2.
A Lanterna (S.P.) Anno II, nº 10, 8/9-8-1903. "Serum Anti-Ophídico", p. 1, col. 2 e 3.
 Veja ainda, entre outros:
O Rebate (S.P.) Anno Terceiro, nº 61, 27-7-1898. "Pequenas Noticias", p. 2, col. 2.
Folha do Braz (S.P.) Anno IV, nº 97, 13-1-1901. "A Estatística...", p. 2, col. 3.
A Lanterna (S.P.) - Anno II, nº 23, 15-12-1903. "Ultima Hora", p. 2, col. 3; Anno III, nº 10, 15-1-1904. "Noticiario — Hontem", p. 2, col. 3; Anno IV, nº 16, 29-1-1910. "Bibliographia", p. 4, col. 1 e 2 e Ano XIII, nº 214, 25-10-1913. "Conferencias Cientificas", p. 3, col. 3.
O Amigo do Povo (S.P.) Anno II, nº 50, 16-4-1904. "A proposito do testamento científico de H. Spencer", p. 2, col. 2 e 3; nº 51, 23-4-1904. "A proposito...", p. 2, col. 4 e p. 3, col. 1 e, Anno III, nº 53, 14-5-1905. "A proposito...", p. 3, col. 1 e 2.
Aurora, São Paulo. Anno I, nº 8/9, set. out.-1905. "Bibliografia — Anuario Estatístico...", p. 62.
O Livre Pensador (S.P.) Anno III, nº 17, 16-2-1906. "Factos e Notas — Da humanitaria Sociedade Portuguesa de Beneficencia de Campinas...", p. 3, col. 3 e 4.
Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 41, 31-1-1909. "Daqui e dali — O coração durante a noite", p. 2, col. 2; Anno II, nº 58, 19/20-5-1909. "Noticias Diversas - Popular Medica", p. 2, col. 7; nº 62, 24/25-5-1909. "Noticias Diversas — Conferencia Scientifica", p. 3, col. 3; nº 66, 28/29-5-1909. "Noticias Diversas — As Ulceras de Bauru", p. 3, col. 1 e, nº 87, 1-7-1909 (jornal danificado). "Films — Uma posição perigosa", p. 2, col. 1 e 2.
 Cf.: O Parafuso, São Paulo. Anno VI, nº 204, 14-7-1920. Reclame de ostras da Confeitaria do Oeste, com o título "Bacteria do Mar", p. 11.

- (29) SONTAG, Susan - A Doença Como Metáfora. Rio de Janeiro, Graal, 1984, p. 33.
Veja também:
BERLINGUER, Giovanni - A Doença. São Paulo. HUCITEC/Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, 1988.
- (30) A Voz da União (S.P.) Anno I, nº 13, 1º-4-1923. "Krumiro", p. 2, col. 4 e 5.
- (31) Como exemplo:
Folha do Braz (S.P.) Anno IV, nº 94, 23-12-1900. "A Liga contra a tuberculose", p. 2, col. 2.
A Lanterna (S.P.) Ano 1, nº 9, 14/15-11-1901. "Liga contra a tuberculose", p. 3, col. 2 e, Ano XI, nº 69, 4-2-1911. "Conferencia... A cura da tuberculose", p.3, col.5.
Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 7, 30-4-1908. "Paginas Escolhidas - Tísico", p. 2, col. 1 e Anno II, nº 44, 2-5-1909. "Informações uteis - Dispensario Clemente Ferreird", p. 3, col. 2.
O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 148, 10-6-1919. "O Alcool Mata! Uma representação da Liga Paulista contra a Tuberculose", p. 2.
Confira, observando a evolução da preocupação com a doença:
DECRETO nº 233... p. 108 (a tuberculose aparece como molestia de notificação facultativa).
DECRETO nº 394, de 7 de outubro de 1896. "Approva o regulamento do Serviço Sanitario". Col. das Leis e Decretos do Est. de S.Paulo. Tomo VI, 1896, p. 426 (a tuberculose já aparece como doença transmissível de notificação compulsória).
DECRETO nº 2141, de 14 de novembro de 1911. "Reorganiza o Serviço Sanitario do Estado". Tomo XXI, 1912, pp. 422, 429-430, 436-437.
LEI nº 1596, de 29 de dezembro de 1917. "Reorganiza o Serviço Sanitario do Estado". Tomo XXVI, 1918, pp. 164, 185-186.
DECRETO nº 2918, de 9 de abril de 1918. "Dá execução ao Código Sanitario do Estado de São Paulo". Tomo XXVI, 1919, pp. 104, 112-113, 124-125.
DECRETO nº 3876, 11 de julho de 1925. "Reorganiza o Serviço Sanitario e repartições dependentes". Tomo XXXV, 2ª ed., 1934, p. 463 ("continuam em vigor as disposições do Código Sanitário que não forem contrárias a este decreto; nos casos omissos da legislação sanitária prevalecerão as disposições da legislação federal que forem vigentes e applicaveis", p. 466).
- (32) A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 13, 12-3-1921. "A Tuberculose", p. 2, col. 5.
- (33) Conferir sobre esse movimento os números do jornal A Lanterna (S.P.), de abril a julho de 1912 e de março ao início de junho de 1913. Atenção especial para o nº 188, ano XII, 26-4-1913. "O Povo Contra o Regime da Fome", p. 2, col. 4 e 5.

- (34) O Parafuso. São Paulo. Anno III, nº 67, 29-9-1917. "Quem foi o Judas?", pp. 1 e 2.
Veja também:
A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 41, 24-12-1918. "Carta Aberta...", p. 7.
- (35) Cf.: A Plebe (S.P.) Anno I, nº 6, 21-7-1917. "O que Reclamam os Operarios", p. 3, col. 5 e 6.
- (36) Entre outros:
O Socialista (S.P.) Anno III, nº 57, 29-5-1898. "Doutrinando — Fortuna Acumulada", p. 1, col. 2 a 5.
Folha do Braz (S.P.) Anno III, nº 91, 26-11-1899. "Hygiene", p. 1, col. 1.
A Terra Livre (S.P.) Anno II, nº 32, 18-5-1907, p. 2, col. 3 e 4.
Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 35, 6-12-1908. "Ecos & Notas — Cafes Falsificados", p. 1, col. 1 e 2; nº 36, 13-12-1908. "Comunicados — Cafes falsificados", p. 2, col. 5 e p. 3, col. 1; nº 37, 20-12-1908. "Ecos & Notas — Cafes Falsificados", p. 1, col. 3;
A Plebe (S.P.) Anno I, nº 1, 9-6-1917. "O pobre é um vadio?", p. 1, col. 5 e 6; Anno III, nº 28, 9-10-1919. "Isso precisa ter um fim", p. 1, col. 1 e 2; Anno IV, nº 58, 27-3-1920. "O que o proletariado reclama", p. 2, col. 3 a 5 e, nº 71, 3-7-1920, p. 4.
O Parafuso. São Paulo. Anno III, nº 71, 27-10-1917. "Temos sobre a mesa...", p. 13; Anno V, nº 135, 12-3-1919. "Onde está a Camara Portuguesa?", p. 11; nº 137, 25-3-1919. "Salame Feito com Carne de Cachorro!", p. 7; nº 146, 27-5-1919. "Como se leza o Fisco", p. 6; nº 157, 12-8-1919. "Na fabrica de conservas A Paulicéa", p. 4 e "Industriales Caloteiros...", p. 12; nº 176, 23-12-1919. "Fraudes e Falsificações", p. 13. Anno VI, nº 197, 26-5-1920. Capa; junho-1920. "O que o povo come", p. 4(?).
A Obra (S.P.) Anno 1, nº 14, 18-10-1920. "Pão nosso... Envenenadores e piratas", p. 12.
O Trabalhador Gráfico (S.P.) Anno III, nº 28, 10-3-1923. "Mosaico", p. 2, col. 1 e 2.
O Internacional (S.P.) Anno III, nº 47, 3-4-1923. "Os envenenadores do povo", p. 1, col. 1 a 3; Anno IV, nº 74, 15-5-1924. "Mazellas... Hygiene por um oculo", p. 7, col. 1 e Anno V, nº 91, 13-6-1925. "Os Miseraveis!", p. 2, col. 1 e 2 e artigo da p. 2, col. 4.
A Palavra. São Paulo. Anno VI, nº 63, 24-12-1925. "O que o povo ingere!" (desenho), p. 4.
Confira ainda, como exemplo de propaganda com a preocupação de atestar qualidade: O Rebate (S.P.) Anno Terceiro, nº 63, 22-9-1898. "Banha Pura", p. 3, col. 3 e 4.
- (37) Confira sobre essa campanha que envolveu vários órgãos da imprensa, laboratórios de análise, câmaras e associações comerciais:
A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 1, 12-3-1918, p. 11; nº 4, 2-4-1918, p. 7 e p. 13 (charge); nº 6, 16-4-1918, pp. 7,

8 e 16; nº 7, 23-4-1918, capa, pp. 1 e 6; nº 8, 30-4-1918, pp. 14 ("reclame") e 16; nº 9, 7-5-1918, pp. 8-11; nº 10, 14-5-1918, p. 2 (final) e parte do artigo pp. 8-10; nº 11, 21-5-1918, pp. 4 (reclame), 10 (massa de tomate) e 16 (nota); nº 12, 28-5-1918, pp. 5 (nota), 9 (azeite) e 11 (massa de tomate); nº 13, 4-6-1918, p. 10 (massa de tomate e nota sobre a banha); nº 14, 11-6-1918, p. 10 (massa de tomate); nº 15, 18-6-1918, p. 5 e 6 (massa de tomate, café, açúcar e leite); nº 16, 25-6-1918, p. 8 e 9 (massa de tomate e óleo); nº 17, 2-7-1918, pp. 2 (nota) e 11 (azeite); nº 18, 9-7-1918, pp. 11 e 12 (café e azeite) e, nº 38, 3-12-1918, pp. 1 (nota) e 2.

A preocupação governamental com os alimentos e sua comercialização, expressa em várias disposições do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo e no seu Código a partir de 1892, e presente nas alterações sofridas por esses dispositivos, se acentua com os anos. Veja como exemplo: DECRETO nº 87, de 29 de julho de 1892. "Regulamenta a lei nº 43 de 18 de julho do corrente anno, que organiza o serviço sanitario do Estado". Tomo II, 1929, pp. 167, 169 e 171-172.

DECRETO nº 2918... pp. 53-54, 76-90 e 136.

DECRETO nº 3876... pp. 402-404, 424-456. Veja ainda o art. 467, p. 466.

(38) A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 16, 25-6-1918, p. 9.

(39) A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 15, 18-6-1918, p. 3.

Veja:

O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 138, 2-4-1919. "Os Esfomeados do Povo", p. 16 e nº 157, 12-8-1919. "A Junta de Alimentação e a festa do Açambarcador Matarazzo", p. 13.

O Garoto. São Paulo. Anno I, nº 2, 3-4-1919. "Os Que Esfaimam E Envenenam o Povo", p. 12 e 13.

A Plebe (S.P.) Anno III, nº 4, 11-9-1919. "Trambolhos inúteis", p. 2, col. 6; nº 5, 12-9-1919. "Uma Junta reumatizada", p. 1, col. 6; nº 7, 14-9-1919. "A famosa Junta", p. 3 col. 4; nº 12, 20-9-1919. "A Banha Nacional vae para Constantinopla", p. 1, col. 1; nº 16, 25-9-1919. "Sinopismos e Canteiros", p. 1, col. 6 e Anno IV, nº 62, 24-4-1920, "A farça da superintendencia", p. 2, col. 2.

Entre as várias publicações cujos artigos se dedicam ao tema.

(40) A Plebe (S.P.) Ano V, nº 119, 28-5-1921, p. 1, col. 2.

Entre outros veja:

A Lanterna (S.P.) Ano XIII, nº 257, 22-8-1914. "Cartas aos Trabalhadores", p. 1, col. 5 e 6 e p. 2, col. 1 e "Males da Guerra — Sob o Regimen da Fome", p. 2, col. 5 e 6 e p. 3, col. 1 a 3; nº 259, 5-9-1914. "D. Caridade Trabalha...", p. 1, col. 1 e 2 e "Males da Guerra — Sob o Regimen da Fome", p. 2, col. 5 e 6; nº 261, 19-9-1914. "Sob o Regimen da Fome — Outros Comicios", p. 3, col. 1 e p. 2 col. 1 e 2 e nº 264, 10-10-1914. "Protesto de um Operario", p. 3, col. 4.

- A Plebe (S.P.) Anno I, nº 12, 1º-9-1917. "Farpas de Fogo — Feiras Livres", p. 1, col. 5 e 6 e p. 2, col. 1.
- A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 14, 11-6-1918. "As feiras Livres", p. 15.
- O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 17, 18-11-1919. "Sant' Anna. Não Tem Uma Feira Livre", p. 14.
- O Syndicalista (Bauru) Anno 1, nº 25, 21-4-1921. "Feiras Livres", p. 2, col. 4.
- (41) O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 158, 19-8-1919. "O voto e os Operarios", p. 9.
- (42) A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 9, 7-5-1918. "A mortalidade e os falsificadores", p. 10.
- (43) A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 7, 4-3-1921. "Os que vêm, os que ficam e os que vão...", p. 3, col. 4.
Veja também, entre outros:
A Plebe (S.P.) Anno III, nº 2, 9-9-1919. "O que denuncia o Boletim Demographo Sanitario", p. 2, col. 5.
A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 18, 18-3-1921. "Actualidades — Aquí d'El Rey!", p. 1, col. 3.
- (44) Folha do Povo (S.P.) Anno II, nº 56 (manuscrito), 17/18-5-1909. "A Mortalidade em S. Paulo", p. 2, col. 4 e 5.
- (45) Veja entre inúmeros reclames, que se repetem:
Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 10, 21-5-1908. Pílulas Reguladoras de Silva Araújo, p. 4; nº 41, 31-1-1909. Levogeno, p. 2; Anno II, nº 64, 26/27-5-1909. Reclame Emulsão de Scott e nº 69, 1/2-6-1909. Biosine e Pilulas Purgativas Le Roy, p. 3.
A Rolha. São Paulo, Anno I, nº 41, 24-12-1918. Xarope Pagliano (capa).
O Internacional (S.P.) Anno II, nº 12, 1º-5-1921. Vanadiol, p. 3, col. 3 e 4.
Cf.: O Rebate (S.P.) Anno Terceiro, nº 52, 19-2-1898. "Aos Moços", p. 1, col. 2 a 4.
- (46) Folha do Povo (S.P.) Anno II, nº 56 (manuscrito), 17/18-5-1909. "A Light and Power", p. 1, col. 3 e 4.
- (47) Como exemplo da existência de médicos especialistas em doenças nervosas já no final do século XIX e início do XX, confira:
O Rebate (S.P.) Anno Segundo, nº 48, 11-11-1897. "Indicador — Medicos", p. 3, col. 1 e 2 (dr. Miranda Azevedo) e Anno Terceiro, nº 52, 19-2-1898. Dr. Eduardo de Magalhães p. 3, col. 1.
Folha do Braz (S.P.) Anno III, nº 83, 1-10-1899. Dr Desiderio Stapler, p. 4.
Os anúncios são repetidos e frequentes em outros anos e em outros periódicos.
- (48) A Lanterna (S.P.) Anno XIII, nº 260, 12-9-1914. "Males da Guerra — Sob o Regimen da Fome", p. 3, col. 1, 2 e 3. Con

fira a col. 1.

Veja entre outros:

Folha do Braz (S.P.) Anno II, nº 73, 18-6-1899, p.2, col. 5.

O Amigo do Povo (S.P.) Anno I, nº 26, 16-5-1903, p.2, col. 2.

A Lanterna (S.P.) Anno III, nº 6, 10-1-1904, p. 2, col. 4 e nº 14, 22-1-1904, p. 2, col. 4 e 5.

Jornal Operario (S.P.) Anno I, nº 11, 26-11-1905, p.3, col.5.

Folha do Fovo (S.P.) Anno II, nº 53, 13-5-1909, p. 3, col.

2; nº 54, 14-5-1909, p. 2, col. 6 e 7; nº 64, 26/27-5-

-1909, p. 2, col. 4; nº 65, 27/28-5-1909, p. 1, col. 2;

nº 69, 1/2-6-1909, p. 2, col. 6; nº 72, 4/5-6-1909, p. 2,

col. 5 e nº 77, 11/12-6-1909, p. 2, col. 1 e 6.

A Flebe (S.P.) Anno III, nº 10, 18-9-1919, p. 3, col. 4,

(há notícias de suicídios em outros números do jornal).

A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 1, 25-2-1921, p. 2, col. 4;

nº 3, 28-2-1921, p. 2, col. 6; nº 14, 13-3-1921, p. 2, col.

3; nº 30, 1-4-1921, p. 1, col. 4, e nº 34, 6-4-1921, p.

1, col. 3.

O Libertario (S.P.) Anno I, nº 5, 11-3-1922, p. 4, col.

2, 3 e 4.

(49) Sobre a lepra, entre leis e decretos, artigos, conferências etc, veja:

SANT'ANNA, Nuto - op. cit., Vol. V, pp. 209-212.

BRITO, Joluná - História da Cidade de Campinas, 14º Vol.

Campinas, Ind. Gráfica Saraiva (S.P.), 1962, p. 75 e 21º

Vol. Campinas, Ind. Gráfica Saraiva (S.P.), 1966 pp. 23-

46 e 82-108.

CAMARGO, M. de Arruda - Amparo aos Lazaros, O Livre Pensa-

mento, O Descanso Hebdomadario. Rio Claro, Conrado, 1911,

pp. 5-15.

AMERICANO, Jorge - op. cit., p. 140.

O Livre Pensador (S.P.) Anno V, nº 162, 8-6-1907 (parte

manuscrita). "Protecção aos morpheticos", p. 3, col. 1.

A Lanterna (S.P.) Ano XI, nº 148, 20-7-1912. "Pequenos

Ecoss" - Conferencia - p. 3, col. 5.

O Parafuso. São Paulo, Anno III, nº 74, 17-11-1917 "A

Prophylaxia da Lepra É um Problema Social", p. 8; Anno V,

nº 143, 6-5-1919, p. 2; nº 145, 20-5-1919. "O Hospital do

Guapira(...)", p. 6; nº 166, 14-10-1919, p. 2 (pequena no

ta); Anno VI, nº 200, 16-6-1920. "Um caso grave! (...)",

p. 9; Anno VII, nº 240, 24-3-1921. "A nossa visita ao Hos

pital do Guapira(...)", p. 3; nº 243, 14-4-1921. "Para co

gitações de tal ordem...", p. 15 e nº 249, 26-5-1921, capa.

A Rolha. São Paulo, Anno 1, nº 4, 2-4-1918. "Em prol dos

morpheticos", p. 10; nº 7, 23-4-1918. "A Situação...", p.

7 e nº 11, 21-5-1918. "Mais uma campanha victoriosa", p.5.

Annaes Sanitarios. São Paulo, Anno 1, nº 1 (2 manuscrito),

out.-1918. "A Lepra no Estado de S. Paulo", pp. 42-47 e

reclames, pp. 17, 19, 29, 37, 39, 41, 43, 45 e 47.

Sobre o tifo confira como exemplo:

AMERICANO, Jorge - op. cit., p. 63.

O Rebate (S.P.) Anno Segundo, nº 48, 11-11-1897. "Indica-

dor - Medicos", p. 3, col. 1 e 2 (dr. Galvão Bueno).

- A Flebe (S.P.) Anno I, nº 14, 22-9-1917. "Febre Typhoide" p. 4, col. 3 e 4.
- Annaes Sanitarios. São Paulo. Anno 1, nº 1 (2 manuscrito) out.- 1918. Os reclames de medicamentos das páginas 3, 9, 23, 25 e 63. e o tifo como um dos temas do VIII Congresso Brasileiro de Medicina, pp. 52-60. Veja também estatística das páginas 68 e 69.
- O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 166, 14-10-1919, pp. 14 (pequena nota)
- O Internacional (S.P.) Anno V, nº 91, 13-6-1925, p. 2, col. 4 (artigo sem título no cabeçalho).
- (50) MENDES, R. Teixeira - A Higiene Oficial e a Verdadeira Higiene. IAPB. Rio de Janeiro. Tipografia Jornal do Comércio, de Rodrigues & Cia, 1908, nº 258, p. 12.
Confira sobre a relação positivistas/operários:
RODRIGUES, Edgar - Trabalho e Conflito - Pesquisa 1906 - 1937. Impressão: Rio de Janeiro, Arte Nova, s. d., pp. 183-188.
- (51) Como exemplo:
Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 17, 12-7-1908. "Daqui e dali - A Tuberculose", p. 3, col. 3.
O Internacional (S.P.) IV, nº 77, 1º-7-1924. "Hygiene", p. 1, col. 5.
- (52) A Lanterna (S.P.) Anno III, nº 2, 5-1-1904. "Noticiario -- Flor Anti-Tuberculosa", p. 2, col. 2.
O Livre Pensador (S.P.) Anno III, nº 94, 6-8-1905. "A Agua do Mar e a Tisica", p. 3, col. 2.
Folha do Povo (S.P.) Anno II, nº 47, 6-5-1909. "Films -- Remedio para a Tuberculose", p. 2, col. 6 e nº 95, 9-8-1909. "Descoberta importante", p. 2, col. 4.
- (53) Cf.: entre outros números do jornal, A Flebe (S.P.) Anno I, nº 16, 7-10-1917, p. 2, col. 6.
- (54) O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 158, 19-8-1919. "Mais Um Explorador - A Cura da Tuberculose", p. 15.
- (55) Veja como exemplo de práticas populares:
O Livre Pensador (S.P.) Anno III, nº 93, 29-7-1905. "Vene no das Cobras", p. 3, col. 4 e 5.
Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 5, 12-4-1908. "Miscellanea -- Um conselho para purificar o ar", p. 2, col. 3 ; nº 8, 7-5-1908. "Miscellanea -- Um conselho para as quemaduras", p. 2, col. 3 e, nº 41, 31-1-1909. "Daqui e dali -- As mangas", p. 2, col. 2 e 3.
Confira também a nota nº 26 deste Capítulo.
- (56) Sobre as denúncias e reclames de práticas motivadas pelo apressado a higiene, confira:
O Livre Pensador (S.P.) Anno II, nº 34, 6-6-1904 "Hygiene anti-clerical", p. 1, col. 4 e 5; Anno III, nº 101, 24-9-1905. "As Igrejas...", p. 4, col. 1, 2 e 3; nº 118, de

24-2-1906. "Hygiene e Igreja", p. 1, col. 1 e 2; Anno V, nº 164, 30-6-1907. "A hygiene e o Vaticano", p. 2, col. 3 e nº 175, 3-11-1907. "Pão Hygienico!...", p. 4, col. 5 e 6. Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 36, 13-12-1908. "Daqui e Dali - Os Microbios no Dinheiro", p. 2, col. 2 e 3; Anno II, nº 43, 12-5-1909 (data e número prováveis) "Films - A Agua Benta e a Hygiene", p. 3, col. 7; nº 47, 6-5-1909. "Films - O aperto de mão", p. 2, col. 5; nº 57, 18/19-5-1909. "Exposição Internacional de Hygiene", p. 1, col. 2. Aurora Social (Santos) Anno III, nº 17, 8-6-1910. "A agua benta...", p. 4, col. 2.

O Proletario (Santos) Anno I, nº 8, 15-1-1912. "O Baptismo", p. 1, col. 3 e p. 2, col. 1 e 2.

A Lanterna (S.P.) Anno XIII, nº 239, 18-4-1914. "As imundices da religião", p. 2, col. 1.

O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 160, 2-9-1919. "A Vida das Classes Pobres", p. 9; Anno VI, nº 231, 20-1-1921. "Agua molle...", p. 7.

O Internacional (S.P.) Anno V, nº 92, 27-6-1925. Nesse, como em outros números (como os números 31, 39 e 98), artigos apontam a falta de hygiene nos locais de trabalho. Entre os diferentes escritos que valorizam a hygiene em alguns trechos: Aurora. São Paulo. Anno I, nº 6, julho-1905. "As prisões e sua influencia moral sobre os detidos, Item III" de Pedro Kropotkine, p. 12 (parênteses feitos pelo autor).

(57) Como exemplo dessa prática:

Jornal Operario (S.P.) Anno I, nº 11, 26-11-1905, "Os Factos do "Estado"", p. 1 col. 3, 4 e 5 e p. 2 col. 1: "(...) na officina em questão nem cuspir se pode" (início do artigo).

A Lanterna (S.P.) Anno IV, nº 11, dez.-1909. "Pequenos Ecos", p. 4 col. 3.

(58) A Lanterna (S.P.) Ano 1, nº 9, 14/15-11-1901. "Liga contra a Tuberculose", p. 3 col. 2.

(59) O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 144, 13-5-1919. "É Prohibido Cuspir...Lei...?", p. 9; nº 146, 27-5-1919. "É prohibido cuspir... A Lei Marrey", p. 16 e, nº 148, 10-6-1919. "É prohibido cuspir! A Lei Marrey", p. 5.

(60) Além das próprias estatísticas oficiais que repetidamente apontam a tuberculose como a enfermidade causadora do maior número de óbitos, veja como exemplo:

Jornal Operario (S.P.) Anno I, nº 9, 12-11-1905. "Nossos mortos", p. 4 col. 2 e 3.

Annaes Sanitarios. São Paulo. Anno 1, nº 1 (2 manuscrito), out.-1918. Santa Casa de Misericórdia, pp. 69 e 70.

A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 20, 20-3-1921. "Um jornal..", p. 2 col. 6; nº 40, 18-5-1921. "Que lindo quadro...", p. 1 col. 4 e nº 43, 9-6-1921. "Companheiros fallecidos", p. 4 col. 4.

O Trabalhador Grafico (S.P.) Ano VI, nº 56, 24-11-1925. "Necrologia", p. 3 col. 1 e 2.

- (61) O Livre Pensador (S.P.) Anno III, nº 95, 13-8-1905. "Distribuição de ar", p. 3 col. 3.
 Veja também:
A Lanterna (S.P.) Anno III, nº 9, 14-1-1904. "Medicos Automaticos", p. 2 col. 2 e 3.
O Livre Pensador (S.P.) Anno VI, nº 200, 17-3-1909. "Machina para ler o pensamento", p. 3 col. 5 e 6.
- (62) Entre vários e repetidos reclames:
Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 28, 29-9-1908. "Capsulas Gelatinosas de Oleo de Capivara Compostas com Iodo e Glicero-Phosphato", p. 4 e Anno II, nº 42, 14-3-1909. Emulsão de Scott, p. 4 col. 5.
O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 145, 20-5-1919. "Vanadiol", p. 15 e, nº 158, 19-8-1919. "Xarope Peitoral", p. 12.
A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº. 1, 25-2-1921. "Biocytose Saretti" e "Biotonico Fontoura", p. 4.
- (63) O Internacional (S.P.) Anno IV, nº 73, 1º-5-1924. "O Alcolismo e a Questão Social", pp. 3 e 4 (incompleto), confira p. 3, col. 1.
 Veja também: o mesmo jornal, Anno III, nº 35, 2-8-1922. "As lavagens de casas", p. 2, col. 1 e 2.
- (64) Entre outros:
A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 42, 3-6-1921. "Nas Galés das Fabricas", p. 1 col. 1 e 2.
A Plebe (S.P.) Ano VI, nº 231, 15-3-1924. "Pela Conquista de Mais Pão e Liberdade", p. 3 col. 1 a 5. (Associação dos Padeiros e Confeiteiros de S. Paulo).
Jornal Operario (S.P.) Anno I, nº 6, 22-10-1905. "O sr. dr. Ulysses Paranhos...", p. 3 col. 5.
A Terra Livre (S.P.) Anno II, nº 26, 15-2-1907. "Do Brasil proletario - Salto de Itu", p. 4 col. 1 e 2.
A Lanterna (S.P.) Ano XI, nº 142, 9-6-1912. "Capital e Trabalho - Instrucção dos filhos do proletariado", p. 2, col. 4 e Ano XII, nº 179, 22-2-1913. "Cinismo!", p. 1, col. 1 e 2.
- (65) A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 8, 30-4-1918. "O Problema da Tuberculose", pp. 4 e 5.
- (66) Idem.
- (67) Cf.: A Rolha. São Paulo. Anno 1, nº 5, 9-4-1918, p. 8; nº 6, 16-4-1918, p. 4; nº 7, 23-4-1918, p. 9; nº 12, 28-5-1918, p. 5 e nº 14, 11-6-1918, p. 16 (não há assinatura do autor).
 Entre os vários artigos que trazem idéias semelhantes as combatidas por João Ramalho, veja:
A Plebe (S.P.) Ano IV, nº 56, 13-3-1920. "A palavra de um deportado", p. 4 col. 1 e 2; nº 87, 23-10-1920. "A Questão Social", p. 2 col. 4 e Ano V, nº 107, 19-2-1921, "A Situação do trabalhador do campo", p. 4 col. 2;
A Obra (S.P.) Anno I, nº II, 13-5-1920. "Os brasileiros do "Kaiser", p. 9 col. 1, 2 e 3; nº 13, 15-9-1920. "Clas

- se maldita: Os Almofadinhas", p. 6.
- O Syndicalista (Bauru) Anno 1, nº 19, 1-3-1921. "A situação do trabalhador do campo", p. 4 col. 1 e 2 (artigo igual ao de A Plebe nº 107).
- A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 16, 16-3-1921. "O Triunfo da nossa causa - O despertar do Géca...", p. 3 col.1 e 2. Confira também:
- SANTOS, Luiz A. de Castro - "O Pensamento Sanitarista na Primeira República: Uma Ideologia de Construção da Nacionalidade". DADOS. Rio de Janeiro, Campus, 28(2): 193-210, 1985.
- (68) Folha do Povo (S.P.) Anno II, nº 44, 2-5-1909. "Informações Úteis — Dispensário Clemente Ferreira", p.3, col.2. Sobre o Dispensário confira: Annaes Sanitarios. São Paulo. Anno 1, nº 1 (2manuscrito), out.-1918, pp. 71 e 72. Veja também:
- Folha do Povo (S.P.) Anno II, nº 74, 7/8-6-1909. "Notícias Diversas — Por um chapeo", p. 2 col. 3 e nº 76, 9/10-6-1909. "Noticias diversas — Serviço anti-rabico", p. 2 col. 6.
- O Internacional (S.P.) Anno IV, nº 76, 15-6-1924. "Movimento Associativo — Informes", p. 3 col. 2.
- Como mais um exemplo:
- BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 22º Vol., Campinas, Ind. Gráfica Sareiva (S.P.), 1966, pp. 134, 142-143, 151 e 165.
- (69) Cf.: O Internacional (S.P.) Anno IV, nº 71, 1º-4-1924. "Pela hygiene", p. 3 col. 1 (artigo repetido no nº 86, ano V, 15-2-1925, p. 2 col. 5) e Anno V, nº 93, 11-7-1925. "A Hygiene nos hotéis, restaurantes e similares", p. 2 col. 2 e 3. Veja também:
- A Rolha. São Paulo. Anno I, nº 38, 3-12-1918. "A repartição da Poeira Publica — O Braz torturado pelos varredores municipaes", p. 15
- O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 144, 13-5-1919. "A tuberculose triumpha nos escriptorios do Pary", p. 7; Anno VI, 179, 21-1-1920. "No Hospital Umberto I...", p. 14 (parte final) e Anno VII, nº 256, 15-7-1921. "Mais mentiras officiaes", pp. 8 e 9.
- (70) Cf.: A Plebe (S.P.) Anno 1, nº 1, 9-6-1917. "A Que Vimos. Rumo à Revolução Social", p. 1 col. 1, 2 e 3.
- (71) Cf.: O Trabalhador Grafico (S.P.) Anno 3, nº 10, nov.1922. "Miscellanea", p. 4 col. 1. Os grifos são meus.
- A Lanterna (S.P.) Anno II, nº 28, 21-12-1903. "Falsificadores", p. 1 col. 2. Os grifos são meus.
- (72) Cf.: Jornal Operario (S.P.) Anno I, nº 7, 29-10-1905. "Correspondencia — Santos", p. 3 col. 5.
- Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 15, 25-6-1908. "Observando", p. 1 col. 4 e p. 2 col. 1.

- (73) O Rebate (S.P.) Anno Terceiro, nº 67, 16-12-1898, "Projecto escandaloso", p. 1 col. 6 e p. 2 col. 1. Veja também: Anno Terceiro, nº 64, 7-10-1898, "Liberdade Profissional", p. 1 col. 2 e 3. Cf.: Folha do Braz (S.P.) Anno III, nº 88, 5-11-1899. "Pedido Consular — Medicos Italianos", p. 2 col. 1 e nº 90, 19-11-1899. "Caminho Errado", p. 1 col. 1 e 2.
- (74) Confirma, entre outros:
BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas, 20ª Vol., Campinas, Ind. Gráfica Saraiva (S.P.), 1965, pp. 79-88, 110-122 e 149-153 e 22ª Vol...pp. 7-8.
SANT'ANNA, Nuto - op. cit., Vol. V, pp. 19-22 e 81-84.
SANTOS FILHO, Lycurgo - "Medicina no Período Imperial", in: Holanda, Sérgio Buarque de (org.) - História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, Tomo II(3) : 467-489, 1967.
- (75) Cf.: LEI nº 43, de 18 de julho de 1892. "Organiza o Serviço sanitario do Estado". Tomo II, 1929, p. 25.
DECRETO nº 87...pp. 167, 174-181.
LEI nº 240, de 4 de setembro de 1893. "Reorganiza o Serviço Sanitario do Estado de S. Paulo". Tomo III, 1913, pp. 161, 163, 164-165, 168-175.
LEI nº 432, de 3 de agosto de 1896. "Sobre o Serviço Sanitario do Estado", Tomo VI, 1896, pp. 39, 41-42, 47-54.
DECRETO nº 394, de 7 de outubro de 1896. "Approva o regulamento do Serviço Sanitario". Tomo VI, 1896, pp. 396, 404, 406, 407-416.
DECRETO nº 2141... pp. 378, 382, 385, 387, 395-404.
LEI nº 1596...pp. 159, 166-170.
DECRETO nº 2918... pp. 37, 41, 44, 46, 48-49, 59-71.
DECRETO nº 3876... pp. 400-401, 415-419.
LEI nº 2121, de 30 de dezembro de 1925. "Approva o decreto nº 3876 de 11 de julho de 1925, que reorganizou o Serviço Sanitario e repartições dependentes". Tomo XXXV, 1934 (2ª ed.), p. 61-65.
- (76) Veja, como exemplo:
O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 145, 20-5-1919. "Até quando..." p. 14; nº 169, 4-11-1919. "Prodigios do Serviço Sanitario", p. 14; Anno VI, nº 179, 21-1-1920. "Em Taubaté — Uma prova de que os diplomas de pharmaceutico..." p. 14; nº 196, 19-5-1920. "O Jornal do Commercio... A Obra do Eloy — Thyrso", p. 4 e Anno VII, nº 244, 21-4-1921. "Refugio dos Afflictos e queixosos", p. 14.
A Rolha. São Paulo. Anno I, nº 13, 4-6-1918. "A venda franca de toxicos perigosissimos", p. 5 e 6 e nº 15, 18-6-1918. "A venda franca de toxicos perigosissimos", p. 7.
- (77) Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 6, 19-4-1908. "Pharmacia e Drogaria do Braz", p. 4.
O Operario (Taubaté) Anno I, nº 21, 16-8-1919. No suplemento O Riso reclame da "Pharmacia Leonardo", p. 2 (há em outros números).

- O Operario (Tatuí) Anno I, nº 8, 21-6-1925. "Noticiário—Pharmacia Central", p. 3 col. 1.
Entre vários outros.
- (78) Cf.: BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. 20º Vol. ... pp. 125-136 e 23º Vol. Campinas, Ind. Gráfica Saraiva (S.P.), 1967, pp. 79-80.
- (79) Como exemplo:
O Rebate (S.P.) Anno Terceiro, nº 62, 23-8-1898. Reclame, p. 3 col. 5 e 6.
O Syndicalista (Bauru) Anno I, nº 21, 16-3-1921. "Pharmacia e Drogaria "Noroceste"", p. 3 col. 3 e 4.
A Palavra. São Paulo. Anno VI, nº 61, 1-9-1925. "Medicos homeopathas", p. 15.
Veja ainda a nota 75 deste Capítulo.
- (80) Folha do Povo (S.P.) Anno VI, nº 46, 4-5-1909. "Publicações recebidas — Livros e Folhetos. "A Verdade em Medicina" do dr. Alberto Seabra", p. 3 col. 4.
Sobre a exploração capitalista de medicamentos e afins: BRAGA, J. C. de S. e GOES DE PAULA, S. - Saúde e Providência — estudos de política social. São Paulo, CEBES/HUCITEC 1981, pp. 147 e ss.
- (81) A Lanterna (S.P.) Anno II, nº 20, 24/25-10-1903, "Sanatorio Physico Therapio", p. 4 col. 1 e 2.
Veja ainda:
Folha do Povo (S.P.) Anno I, nº 15, 25-6-1908. "Fallecimentos", p. 3 col. 1
O Livre Pensador (S.P.) Anno III, nº 21, 15-7-1905. "Sanatorio Zenker", p. 4 col. 4.
- (82) O Parafuso. São Paulo. Anno V, nº 158, 19-8-1919. "Aos Astmaticos...", p. 1.
Confira também:
O Livre Pensador (S.P.) Anno IV, nº 156, 23-12-1906. "E. Montagna...", p. 3 col. 6 e Anno V, nº 180, 29-12-1907. "O Medico Natural do Povo", p. 4 col. 3.
- (83) A Vanguarda (S.P.) Anno I, nº 7, 4-3-1921. "Conferencia naturalista", p. 2 col. 2.
Veja também: o mesmo jornal, Anno I, nº 2, 26-2-1921, "Os naturalistas em propagandas", p. 1 col. 6 e nº 3, 28-2-1921. "Actualidades — Vegetarianismo" (atenção para crítica social feita pelo jornal), p. 1 col. 1 e 2.
AMERICANO, Jorge - op. cit., p. 141.
- (84) Aurora. São Paulo. Anno I, nº 1, 1-2-1905. "O Espiritismo", pp. 1, 2 e 3. A revista afirmava defender "no campo economico e moral, o socialismo" e no político "sob o ponto de vista da organização e do metodo (...) a ANARQUIA", p. 1.
Confira também o artigo "As Ciencias", pp. 3 e 4.
- (85) Confira algumas dessa idéias cujo debate muitas vezes se

desdobrou por vários jornais e revistas:

O Livre Pensador (S.P.) Anno I, nº 31, 15-5-1904. "Cuidado com o leite", p. 3 col. 5; Anno V, nº 162, 8-6-1907. "Livro das Influencias Maravilhosas — pelo Dr. Lawrence", p. 3 col. 6 e p. 4 e nº 175, 3-11-1907, p. 4 col. 3 e 4. A Terra Livre (R.J.) Anno III, nº 59, 9-4-1908. "Um Profeta moderno", p. 3 col. 1 e 2; nº 60, 17-5-1908. "Um profeta moderna - II", p. 2 col. 3 e 4 e p. 3 col. 1 e, nº 61, 13-6-1908. "Um profeta moderno - III", p. 3 col. 3 e 4 e p. 4 col. 1 e 2.

A Obra (S.P.) Anno I, nº 13, 15-9-1920. "Pagina scientifica — O espiritismo e a sciencia".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Se recebemos a acção do meio, podemos igualmente reagir contra ele; se a nossa vontade é determinada, pode também determinar. Nós próprios fazemos parte do meio social, composto de homens que reciprocamente se influenciam."

O AMICO DO FOVO — 22-11-1903

População concentrada e em número crescente, necessidade e temeridade, o medo de doenças epidêmicas que dizimam populações inteiras não distinguindo entre ricos e pobres, a todos apavora em São Paulo do final do século XIX início do XX (a própria organização do Serviço Sanitário do Estado responde ao medo da febre amarela) e motiva grande apreensão entre os trabalhadores, enquanto problema que concretiza uma ameaça de hecatombe social iminente. Como esse problema é enfocado, analisado e "resolvido" pelos jornais, representou parte inicial do meu estudo (Capítulo I).

A ocorrência das epidemias, colocando em xeque a salubridade, a organização da cidade e a própria validade dos conhecimentos científicos ligados a saúde, motivando críticas principalmente quanto a ordem sanitária, acabará justificando a implementação de projetos variados que incidiam diretamente sobre a vida dos trabalhadores urbanos, o que aparece retratado em vários momentos em jornais operários da época.

Privilegiando três desses momentos epidêmicos, o da Peste Bubônica, o da Varíola e o da Gripe Espanhola através das falas de militantes operários pude percorrer caminhos da arrumação que vai sendo dada a cidade e acompanhar quais as posturas desses periódicos diante de transformações que moldam homens e coisas a locais específicos, dando-lhes formas singu-

lares.

Nesse processo de intervenção no social motivado pelas epidemias, houve a possibilidade da recuperação dos pedidos dos operários pelo seu espaço sadio, do acompanhamento de sua participação na construção do conhecimento sobre o tema saúde (quer discutindo os vários aspectos da questão da vacinação anti-variólica, quer criticando os curandeiros — abundantes, segundo notícias da época, no final dos anos 10, período da Gripe Espanhola) e da percepção de mudanças que podemos denominar de idéias e atitudes sanitárias, com a ênfase crescente dada à educação, atestando dessa forma, a preocupação de trabalhadores em reforçar entre si hábitos de higiene pessoal e familiar.

O medo às epidemias transmitido pelos jornais deixa transparecer, além disso, a crescente politização do problema epidêmico e como alguns operários, ao lutarem por transformações sociais profundas (que possibilitariam, segundo eles, à sociedade realmente libertar-se dessas ameaças iminentes), têm seus caminhos cruzados com os da burguesia, do que resulta não apenas confrontos mas um tipo de contato em que noções e práticas dos dominantes relativas a saúde, serão apropriadas e usadas para o combate da própria sociedade capitalista, com reivindicações e críticas sociais feitas pelos jornais de trabalhadores com base nessas posições burguesas, contribuindo, paradoxalmente, para construção e implementação do caminho trilhado pela sociedade capitalista em São Paulo, no início do século.

A lembrança dessas epidemias como algo arrasador,

somada a idéia de endemia enquanto mal latente, potencial, são noções presentes no social no período estudado. Motivam militantes operários a proporem práticas cotidianas sobre a saúde que, com referência imediata às condições reais, urbanas, mais o ideal de sociedade pelo qual lutavam, os leva a privilegiarem problemas que de forma fácil materializam noções de perigo, de catástrofe pessoal e social.

O alcoolismo, a sífilis (e a descendência) e a tuberculose, usados pelos jornais para compor uma visão desfavorável sobre a sociedade burguesa e sua influência maléfica sobre as pessoas, tanto ou mais do que realmente causavam danos aos indivíduos, diluem e incorporam outros problemas ligados a saúde. Formarão os três, assim, um tripé em que se assentará a referência da "sociedade doente" impulsionando a meta de construção de uma nova organização social, sadia e progressista.

Metáforas de homem indesejável, imprestável (fruto do alcoolismo), de descendência comprometida (sífilis) e de sociedade doente (tuberculose), elas não são excludentes, mas complementares, compondo um quadro onde é desenvolvida a idéia de cura e "aperfeiçoamento" do homem e, assim, da sociedade. (respectivamente, Capítulos II, III e IV).

O alcoolismo, tema constante das preocupações de jornais do operariado traduz de forma precisa e visível, através de um problema cotidiano da sociedade fabril, o social doente que, segundo os periódicos, é engendrado pela organização burguesa.

Tradução desse "universo enfermo", que precisa ser mudado, o alcoólatra é para os trabalhadores politizados incom

patível com o bom revolucionário, cujo perfil é o de alguém sado e ativo, sendo o bêbado visto como uma ameaça a ação para a transformação social.

Combatido como inimigo interno na luta por um dia-a-dia saudável, o alcoólatra é usado como o estereótipo da ameaça diária entre os trabalhadores. Ameaça individual, pessoal (pois o álcool favorece acidentes pessoais, o aparecimento e desenvolvimento de moléstias), ameaça coletiva (pois o bebado causa acidentes e brigas que envolvem muitas pessoas, no trabalho, na rua, em casa), ameaça à família (causa discussões e separações, de casais, entre pais e filhos, entre irmãos), ameaça à descendência (provocando doenças físicas e mentais hereditárias) e ameaça no trabalho (o bêbado é servil ao patrão, "Krumiro" e, assim, ameaça cotidianamente as lutas operárias).

Na luta diária contra o alcoolismo a educação é para os militantes trabalhadores, o meio por excelência que fará o operariado deixar o álcool ou dele não se aproximar. Educação, baseada na ciência (algo autorizado pela sua aura de verdade) na qual constantemente os jornais operários buscam argumentos para sua luta, ela o será, também, na recorrência a histórias do dia-a-dia do trabalhador que devido a sensação de familiaridade, permitem identidade imediata entre o alvo da mensagem, o problema da bebida e sua possível solução.

O combate ao alcoolismo resulta todavia, na "aproximação" de operários e patrões pois, se o álcool é incompatível com o homem engajado nas causas dos explorados, sonhado pelos operários militantes, torna também inviável o trabalhador eficiente e cordato sonhado pelos burgueses e, mesmo que haja di-

ferenças na postura de ambos os grupos, a divergência básica entre eles está no comportamento que pretendiam para os operários das cidades modernas.

Resultando, como o alcoolismo, da vida nestas cidades que aglomeram muitas pessoas, a sífilis — e em menor grau as outras doenças venéreas — aparece como o esboço da imagem de um inimigo que proliferando em meio a miséria e falta de educação higiênica pessoal (higiene incentivada pelos jornais operários, enquanto preservadora da saúde pessoal como um todo), coloca em risco a própria raça.

Na luta contra esse mal e pela sobrevivência, os trabalhadores urbanos fazem da ciência sua grande aliada. Utilizando-se dos conhecimentos aprovados e de uso privilegiado da classe dominante, militantes operários reverterem assim a seu favor algo que poderia ser usado como arma contra eles, enquanto meio para apontá-los como "degenerados". A ciência é pois, usada como fonte na composição da empreitada educativa realizada pelos jornais ligados aos trabalhadores, que apontam repetidamente a sociedade burguesa como responsável pelo perigo vivido pela espécie humana. Nesse processo a preocupação com o controle da reprodução e com a saúde da mulher, enquanto geratriz e mantenedora, por excelência, da família física e moralmente sadia, ocupa lugar de destaque, tanto quanto crianças e jovens, promessas do futuro, alvos primordiais nessa luta de operários contra a sífilis, luta que envolve a sexualidade.

Para as crianças, a indicação de médicos especialistas, remédios específicos e cuidados especiais, acentua a esperança que nelas é depositada por trabalhadores que almejam mu-

danças sociais, colaborando para a criação desde a mais tenra idade, de hábitos considerados sadios que garantiriam uma raça forte, lúcida, combativa. A denúncia de mortes e a preocupação com acidentes infantís feitas por periódicos, reforça tais expectativas a medida que essas fatalidades podam de forma abrupta o sonho político de um homem melhor.

O jovem é privilegiado nessa empreitada educativa devido a sua posição singular na sociedade, podendo ou tornar-se um homem são, que garantiria boa e combativa descendência ou degenerar-se física e moralmente, colocando em perigo o futuro da espécie e, em decorrência, da possibilidade de mudança da sociedade.

Nesse processo educacional empreendido pelos jornais, ligado principalmente à questão da reprodução, o ideal revolucionário de melhora dos seres humanos veiculado por periódicos usa, em alguns momentos, idéias não muito diversas das que, notadamente a partir do final dos anos 10 e início dos anos 20, comporão princípios eugênicos que de forma rápida serão incorporados pela classe dominante em suas práticas sociais em São Paulo, que os usará de maneira acentuada na década seguinte.

Mas nesse quadro social, envolvendo o alcoolismo e a sífilis com as questões ligadas a descendência, é a tuberculose que surge com função privilegiada, catalisando as duas outras preocupações centrais e remetendo, de maneira menos camuflada que o alcoolismo e a sífilis, para o medo destruidor da epidemia ao revelar de maneira cristalina o cotidiano operário das cidades, marcado pela existência de moradias e locais de trabalho insalubres, pela falta de saneamento pelo atendimento

deficiente à saúde, por alimentação insuficiente e cara e por doenças do estomago, aparelho circulatório e nervoso, que presenças constantes e difusas, apontam para uma falha real no trato das questões ligadas a saúde da população.

A denúncia e luta de jornais dos operários urbanos contra a fábrica, explicitamente apontada como geradora de doenças devido a suas instalações, tempo e ritmo de trabalho, juntar-se-ão outras: a por moradia e alimentação mais baratas e a contra falsificação dos gêneros de primeira necessidade. Lutas que colaboram para que se perceba o lado diário do combate por melhor saúde de uma população trabalhadora que, poucas vezes, tem acesso a habitação e comida com qualidade suficiente para manutenção de sua vida de forma sadia.

A noção de prevenção das doenças, que pouco a pouco ganha consistência na sociedade de São Paulo (perceptível inclusive pelas normas estabelecidas pelo Serviço Sanitário), tem nessas lutas dos trabalhadores parte de sua efetivação. Não só alimentação, mas alimentação sadia; não só moradia, mas moradia salubre; pois só um homem saudável é alerta, usa a inteligência, frequenta o sindicato ou o partido, faz a revolução. Se esse desejo coincide com uma política cotidiana controladora, que pretendia concretizar-se ao intervir na vida das cidades e dos homens, com propostas de reformas ligadas a saúde, isso ocorre em função da dinâmica do social, que acaba reiteradamente tomando semelhantes atitudes daqueles cujos objetivos sociais finais nada tinha em comum — operários e capitalistas.

Nessa construção social, o perigo diário das doenças

enquanto questões que extrapolam problemas individuais tem uma imagem: a da tuberculose.

Resultado de moradia insalubre, onde vivem pessoas que trabalham em fábricas sem ventilação, cuja refeição é composta por poucos e falsificados alimentos (que causam problemas de estomago) e que não têm dinheiro suficiente para procurar um médico ou comprar remédios, a tuberculose é, através dos jornais, o retrato da sociedade deteriorada que precisa de mudança radical mas, contraditoriamente, traduz a idéia de empecilho a essa transformação pois, faz dos homens seres debilitados e previamente condenados.

A tuberculose, dessa maneira, enfeixa na ótica militante do operariado todos os males sociais, surgindo como emblema dessa "sociedade doentia" e dos problemas por ela gerados. Problema real, que a muito atormentava a população paulista, ela tem com o advento das fábricas, sua incidência (como outros males do pulmão) aumentada e seu risco de propagação multiplicado devido a relativa proximidade entre as pessoas (inclusive ricos e pobres) no espaço urbano, sendo assim percebida como o mal a combater.

Nessa perspectiva a ciência constitui o meio mais adequado para busca de possíveis soluções. Louvado como nascido de experimentos racionais, fruto de longas análises, o conhecimento científico é discutido nos jornais operários e sua aplicação reivindicada enquanto caminho para solução das questões ligadas à saúde em São Paulo no início do século XX. A tuberculose, encarada como resultante de um conjunto de fatores, é pois, combatida em vários lugares por formas diversas,

o que cada vez mais, passa a requerer a presença de especialistas.

A utilização da ciência requerida por periódicos dos trabalhadores, acaba resultando na colaboração para que se solidifique um tipo de conhecimento que, ao receber a chancela de científico (passando a normatizar os profissionais da área) apareça como o correto no combate a tuberculose (e outras moléstias) fazendo com que na área saúde, ao utilizar conhecimentos produzidos pela sociedade burguesa, denunciando suas misérrimas, os jornais operários acabem popularizando e legitimando idéias e ações da própria classe capitalista.

Percorrendo a construção que é feita do problema do alcoolismo, da sífilis (e da descendência) e da tuberculose pelos jornais de operários urbanos, notadamente libertários, seguindo sua luta diária que objetivava como alvo final a transformação radical da sociedade, foi possível assim recuperar parte da própria dinâmica social que faz, em alguns instantes, coincidir idéias e atitudes de dominantes e dominados, rompendo na prática com a dicotomia total entre ambos, fantasiosa quando se trata de perceber quem faz a sociedade de determinada forma.

A maneira como a noção de saúde foi sendo organizada (suas questões prioritárias definidas), com exigências e propostas de ação dos periódicos de trabalhadores, foi fundamental para acompanharmos o surgimento da idéia de pessoa e sociedade perfeitas, segundo militantes da classe operária. Todavia, de forma contraditória, a luta por esse ideal revolucionário acaba dando contribuições para organização da sociedade burguesa

sa em São Paulo, a medida que ao ser forjado e implementado socialmente ele se choca mas, também, se combina com idéias e atitudes assumidas pela classe dominante. Mesmo que esses "encontros", motivados pela discussão e aquisição de saberes (como os científicos) produzidos na sociedade capitalista, fossem um meio do proletariado politizado implementar seu combate a ação da burguesia, usando para isso seus próprios conhecimentos e propostas para as cidades e seus habitantes.

B I B L I O G R A F I A

ARENDDT, Hannah - A Condição Humana. 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense/Universitária, 1983.

ARIÈS, Philippe - História Social da Criança e da Família 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

BEGUIN, Francois - "Les Machineries Anglaises du Confort". Recherches. Fontenay Sous Bois, 29:155-186, 1978.

BENJAMIN, Walter - A Modernidade e os Modernos. Rio de Janeiro Tempo Brasileiro, 1975.

_____ - Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.

_____ - Os Pensadores. Vol XLVIII. São Paulo, Abril Cultural, 1975.

_____ - "Paris, capital do século XIX. Espaços & Debates. São Paulo, Ano IV, 11(4): 5-13, 1984.

BERLINGUER, Giovanni - A Doença. São Paulo, HUCITEC/Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, 1988.

_____ - A Saúde nas Fábricas. São Paulo, CEBES/HUCITEC/ OBORÉ, 1983.

BLOUNT, Johan A. - "A Administração da Saúde Pública no Estado de São Paulo: O Serviço Sanitário, 1892-1918", Revista de Administração de Empresas. (F.G.V.). Rio de Janeiro, 12(4): 40-48, out./dez. 1972.

BONDUKI, Nabil G. - "Habitação Popular: Contribuição para o Estudo da Evolução Urbana de São Paulo", in: Valladares, Lícia P. (org.), Repensando a Habitação no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

BOSI, Ecléa - Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos. São Paulo, T. A. Quairoz Editor, 1979.

BRAGA, J. C. de S. e GOES DE PAULA, S. - Saúde e Previdência - estudos de política social. São Paulo, CEBES/HUCITEC, 1982.

BRANDÃO, Octávio - Combates e Batalhas: Memórias. Vol. I. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.

BRAVERMAN, Harry - Trabalho e Capital Monopolista. A Degradação do Trabalho no Século XX. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

BRESCIANI, Maria Stella M. - "Lógica e Dissonância. Sociedade de Trabalho: Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária". Revista Brasileira de História. São Paulo, Marco Zero, 6(11): 7-44, set. 1985/fev. 1986.

- Londres e Paris no Século XIX — O Espetáculo da Pobreza. São Paulo, Brasiliense, 1982.

- "Metrópolis: As faces do Monstro Urbano (as cidades no século XIX)". Revista Brasileira de História. São Paulo, Marco Zero, 5(8/9): 35-68, set. 1984/abr. 1985.

CARONE, Edgar - Movimento Operário no Brasil (1877-1944). São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1979.

CARPINTÉRO, Marisa V. T. - A Construção de um Sonho - Habitação Econômica - Projetos e Discussões (São Paulo - 1917/1940). Vol. I e II. Campinas, 1990. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do IFCH/UNICAMP).

CHALHOUB, Sidney - A Guerra Contra Os Cortiços: Cidade do Rio, 1850-1906. Primeira Versão nº 19. Campinas, IFCH/UNICAMP, 1990.

CHAUI, Marilena - "Apontamentos para uma Crítica da Ação Integralista Brasileira", in: Ideologia e Mobilização Popular. São Paulo, CEDEC/Paz e Terra, 1978.

COCHART, D. e HAROCHE, C. - Uma Política da Indiferença (Impassibilidade e Isolamento nas Sociedades Totalitárias). Mimeo IFCH/IEL -UNICAMP, set. 1984.

CORBIN, Alain - Saberes e Odores. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Jurandir F. - Ordem Médica e Norma Familiar. 2ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

COSTA, Nilson do R. - Lutas Urbanas e Controle Sanitário. Origens das Políticas de Saúde no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1985

CUNHA, Maria Clementina P. - O Espelho do Mundo: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

CUPERTINO, F. - População e Saúde Pública no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

DEAN, Warren - Industrialização de São Paulo. 2ª ed. São Paulo DIFEL, 1976.

DECCA, Maria Auxiliadora G. - A Vida Fora das Fábricas: Cotidiano Operário em São Paulo — 1927-1934. Campinas, 1983. (Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP).

DE DECCA, Edgar S. - 1930. O Silêncio dos Vencidos. São Paulo, Brasiliense, 1982.

- A Ciência da Fábrica: O Mundo de Cabeça Para Baixo. Mimeo, DH/ IFCH/UNICAMP, out. 1983.

- O Nascimento das Fábricas. 2ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1984.

DEFOS, Daniel - Um Diário do Ano da Peste. Porto Alegre, L & PM, 1987.

DONZELOT, Jacques - A Polícia das Famílias. Rio de Janeiro, Global Editora, 1980.

DULLES, John W. F. - Anarquistas e Comunistas no Brasil: 1900-1935. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

ENGELS, Friedrich - A Situação da Casse Trabalhadora na Inglaterra. São Paulo, Global Editora, 1986.

FAUSTO, Boris - Trabalho Urbano e Conflito Social na República Oligárquica (1890-1920). São Paulo. (Tese de Livre Docência apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo).

FENELON, Déa Ribeiro - Estado, Poder e Classes Sociais. Mimeo DH/IFCH/UNICAMP, 1983.

FERREIRA, Maria Nazaré - A Imprensa Operária no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1978.

FOUCAULT, Michel - Microfísica do Poder. 4ª ed. Rio de Janeiro Graal, 1979.

- O Nascimento da Clínica. 2ª ed. Forense/Universitária, 1980.

- Vigiar e Punir. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 1984.

GOMES, Ângela M. de C. - Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil - 1917-1937. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

GREENFIELD, Gerald M. - "The Development of the Underdeveloped City: Public Sanitation in São Paulo, Brazil - 1885-1913". Luso-Brasílian Review. Published by The University of Wisconsin Press, 17(1): 107-118, 1980.

GUIMARÃES, Reinaldo (org.) Saúde e Medicina no Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

LEFORT, Claude - Esboço De Uma Gênese Da Ideologia Nas Sociedades Modernas. Estudos CEBRAP. Edições CEBRAP/Editora Brasileira de Ciências, 10:5-56, out./nov./dez. - 1974.

LEME, Mariza S. - A Ideologia dos Industriais Brasileiros-1919-1945. Petrópolis, Vozes, 1978.

LINEBAUGH, Peter - "Todas As Montanhas Atlânticas Estremeceram!" Revista Brasileira de História. São Paulo, Marco Zero, 7:7-46, 1983.

LOPES, Myriam B. - Práticas Médico-Sanitárias e Remodelação Urbana na Cidade do Rio de Janeiro - 1890/1920. Campinas, 1988, (Tese apresentada junto ao Departamento de História/IFCH/UNICAMP).

LUZ, Madel T. - Medicina e Ordem Política Brasileira. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

MACHADO, Roberto et alii - Da (N)ação da Norma, Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

MAGNANI, Silvia I. L. - O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1917). São Paulo, Brasiliense, 1982.

Malloy, James M. - "A Política da Previdência Social no Brasil: Paternalismo e Participação". DADOS. Rio de Janeiro, Campus, 13: 93-115, 1976.

MARAM, Sheldon - Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MARGLIN, Stéphen e outros - Divisão Social do Trabalho, Ciência, Técnica e Modo de Produção Capitalista. Porto, Publicações Escorpião, 1974.

MASCARENHAS, R. S. - "História da Saúde Pública no Estado de São Paulo". Revista de Saúde Pública. 7: 433-446, 1973.

MCKEOWN, T. e LOWE, C. R. - Introducción a la Medicina Social México, Siglo XXI, 1981.

MERHY, Emerson E. - O Capitalismo e a Saúde Pública. Campinas, Papyrus, 1985.

MORSE, Richard M. - Formação Histórica de São Paulo. São Paulo DIFEL, 1970.

MOURA, Esmeralda B. B. de - Mulheres e Menores no Trabalho Industrial: Os fatores sexo e idade na dinâmica do capital. Petrópolis, Vozes, 1982.

MUNAKATA, Kazumi - A Legislação Trabalhista no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1981.

- Compromisso do Estado. Mimeo, DH/IFCH/UNICAMP, julho - 1979.

NUNES, Everardo D. (org.) - Medicina Social, aspectos históricos e teóricos. São Paulo, Global Editora, 1983.

PARIS, Robert. - "A imagem do Operário no Século XIX, pelo Espelho de um "Vaudeville"". Revista Brasileira de História. São Paulo, Marco Zero, 8(15): 61-89, set.87/fev.88.

PERROT, Michelle - "Les classes populaires urbaines". Histoire Économique et Sociale de la France. Presses Universitaires de France. Tome IV (1): 454-534.

o
- Os Excluídos da História. Operários, Mulheres, Prisioneiros. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Paulo Sérgio - "O Proletariado Industrial na 1ª República", in: Fausto, Boris (org.) - História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, Tomo III (9): 135-178, 1977.

- Política e Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

PINHEIRO, P. S. e HALL, M. M. - A Classe Operária no Brasil-1889-1930. Vol. I. São Paulo, Alfa-Ômega, 1979.

- A Classe Operária no Brasil — 1889-1930. Vol. II. São Paulo, Brasiliense/FUNCAMP, 1981.

POE, Edgar Allan - "O Homem das Multidões", in: Poesia e Prosa Vol. 2. Porto Alegre, Globo, 1944.

RAGO, Margareth - Do Cabaré ao Lar — a utopia da cidade disciplinar — 1890-1930. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

RAGO, Luzia Margareth - Os Prazeres da Noite - Prostitutas e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930). Vol. I e II. Campinas, 1990 (Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História do IFCH da Universidade Estadual de Campinas).

RIBEIRO, Maria Alice R. - Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930). Campinas, 1980 (Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas).

RODRIGUES, Edgar - Trabalho e Conflito — Pesquisa, 1906-1937. Imprensa: Rio de Janeiro, Arte Nova, s.d.

RODRIGUES, Leôncio M. - Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil. São Paulo, DIFEL, 1966.

- Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização. São Paulo, Brasiliense, 1974.

ROLNIK, Raquel - "De Como São Paulo Virou A Capital Do Capital", in: Valladares, Lícia P. (org.) - Repensando a Habitação no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

ROSEN, George - Da Polícia Médica A Medicina Social. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

SANTOS, Luiz A. de C. - "Estado e Saúde Pública no Brasil (1889-1930)". DADOS. Rio de Janeiro, Campus, 23(2): 237-249, 1980.

- "O Pensamento Sanitarista na Primeira República: Uma Ideologia de Construção da Nacionalidade". DADOS. Rio de Janeiro, Campus, 28(2): 193-210, 1985.

SANTOS FILHO, Lycurgo - "Medicina No Período Imperial", in: Holanda, Sérgio Buarque de (org.) - História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, DIFEL, Tomo II (3): 467-489, 1967.

SEIXAS, Jacy Alves de - Anarchisme, Syndicalisme Revolutionnaire et Participation Politique ou Bresil: Mythe et Histoire. Vol. I e II. Décembre, 1989 (Thèse de Doctorat de l'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales).

SENNETT, Richard - O Declínio do Homem Público. São Paulo. Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau - A Revolta da Vacina - Mentres Insanas em Corpos Rebeldes. São Paulo, Brasiliense, 1984.

SILVA, Lígia M. O. - Movimento Sindical Operário na 1ª República. Campinas, 1977, (Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP).

SILVA, Sérgio - Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

SINGER, Paul; CAMPOS, Oswaldo e, OLIVEIRA, Elizabeth M. de - Prevenir e Curar: o controle social através dos serviços de saúde. 2ª ed. Rio de Janeiro, Forense/Universitária, 1981.

SONTAG, Susan - A Doença Como Metáfora. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

STEDMAN JONES, Garreth - "Les Londres des Reprouves. De la "Demoralisation" a la "Degenerescence"". Recherches, Fontenay Sous Bois, 28:37-77, 1978.

STEFAN, Nancy - Gênese e Evolução da Ciência Brasileira - Oswaldo Cruz e a Política de Investigação Científica e Médica. São Paulo, Artenova, 1976.

STORCH, Robert D. - "O Policiamento do Cotidiano na Cidade Victoriana". Revista Brasileira de História. São Paulo, Marco Zero, 5(8/9): 7-33, set.1984/abr. 1985.

THOMPSON, Edward P. - La Formección Histórica de La Clase Obrera - Inglaterra: 1730-1832. Vol. I, II e III. Barcelona, Editorial Laia, 1977.

- Tradición Revuelta Y Consciencia de Classe. Barcelona, Editora Crítica, 1979.

F O N T E S

- ANAIS, BOLETINS, LEIS E DECRETOS -

- * Annaes Sanitários - 1918.
- * Boletim da Comissão do 3º Congresso Operário - 1920.
- * Coleção de Leis e Decretos do Estado de São Paulo, 1891/1925.

- FOLHETOS E REVISTAS -

- * A Aurora - 1905.
- * A Construção em São Paulo - 1925.
- * A Palavra - 1925.
- * A Rolha - 1918.
- * CAMARGO, M. de Arruda - Amparo aos Lázaros, O Livre Pensamento, O Descanso Hebdomadario. - Rio Claro, Conrado, 1911.
- * MENDES, R. Teixeira - A Higiene Oficial e a Verdadeira Higiene - Rio de Janeiro, IAPB, Tipografia Jornal do Comercio, de Rodrigues & C., 1908.
- * _____ - Ainda a Questão da Varicela e da Vacina ...1908.
- * _____ - Ainda a Vacinação Obrigatória e a Política Republicana ...1908.
- * _____ - Ainda em Defesa da Política Republicana Atraiçoada pela Higiene Oficial...1908.
- * _____ - Ainda o Despotismo Sanitário e a Política Republicana...1910.
- * _____ - Ainda as Cruéis e Absurdas Monstruosidades do Despotismo Sanitário...1917.
- * _____ - Uma decisão do Poder Judiciário contra o despotismo higiênico...1906.
- * Movimento Comunista - 1923.

- * O Garoto - 1919.
- * O Livre Pensador - 1906 e 1909.
- * O Farafuso - 1917 - 1919 a 1921.
- * Saca-Rolha - 1922.

- LIVROS -

- * AMERICANO, Jorge - São Paulo Neste Tempo - 1915-1935. São Paulo, Melhoramentos, 1960.
- * BRITO, Jolumá - História da Cidade de Campinas. Volumes: 12º, 14º, 20º, 21º, 22º, 23º e 26º. Campinas, Ind. Gráfica Sarai-va S/A (SP), 1961, 1962, 1965, 1966, 1967 e 1969.
- * BUSCH, Reinaldo K. - História de Limeira. Vol. I, Limeira, Edição da Prefeitura Municipal (feita na Gráfica São José, de S. Paulo - Capital), 1967.
- * GUIMARÃES, Alaôr Malta - Campinas, Dados Históricos e Estatísticos. Campinas, Livraria Brasil, 1953.
- * MARCONDES DE SOUZA, T. Oscar - O Estado de S. Paulo - Physi- sico, Politico, Economico e Administrativo. São Paulo, Esta- belecimento Graphico Universal, 1915.
- * MORAES, Evaristo de - Ensaio de Pathologia Social - Vega- bundagem, Alcoolismo, Prostituição, Lenocínio. Rio de Janei- ro, Livraria Editora de Leite Ribeiro & Maurillo, 1921.
- * RODRIGUES, Jorge M. - São Paulo de Ontem e Hoje. 2ª ed. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1940.
- * SANT'ANNA, Nuto - São Paulo Histórico - aspectos, lendas e costumes - Vol. IV, V e VI. São Paulo, Composto e Impresso na Gráfica da Prefeitura, 1944.
- * SANTOS, Francisco M. dos - História de Santos - Vol. II. San- tos, Empreza Gráfica da Revista dos Tribunais, 1937.

- JORNAIS OPERÁRIOS** -

- * Acção Proletaria - (S. Paulo) - 1921
- * A Lanterna - (S. Paulo) - 1901/1904, 1909/1916.
- * A Lucta Proletaria - (S. Paulo) - 1906/1908.
- * A Obra - (S. Paulo) - 1920
- * A Questão Social - (Santos) - 1895/1896.
- * A Patuleia - (S. Paulo) - 1920.

- * A Plebe - (S. Paulo) - 1917/1919, 1924
- * A Terra Livre - (S. Paulo - Rio de Janeiro) - 1905, 1908/1910.
- * Aurora Social - (Santos) - 1910.
- * A Vanguarda - (S. Paulo) - 1921.
- * A Voz da União - (S. Paulo) - 1922/1923.
- * A Voz Operaria - (Campinas) - 1907.
- * A Voz Operaria - (Jacareí) - 1925.
- * Folha do Braz - (S. Paulo) - 1899/1901.
- * Folha do Povo - (S. Paulo) - 1908/1909.
- * Jornal Operario - (S. Paulo) - 1905.
- * O Alfaiate - (S. Paulo) - 1920.
- * O Amigo do Povo - (S. Paulo) - 1902.
- * O Carpinteiro - (S. Paulo) - 1905.
- * O Chapeleiro - (S. Paulo) - 1903/1904.
- * O Chapeleiro - "Nacional" - (S. Paulo) - 1905/1907, 1918/1923.
- * O Ferroviario - (Jundiaí) - 1923.
- * O Grito do Povo - (São Paulo) - 1900.
- * O Grito Operario - (S. Paulo) - 1919/1920.
- * O Internacional - (S. Paulo) - 1921/1925.
- * O Jornal do Subiroff - (S. Paulo) - 1920.
- * O Liberal - (Guaratinguetá) - 1912.
- * O Libertario - (S. Paulo) - 1922.
- * O Livre Pensador - (S. Paulo) - 1903/1909, 1914/1915.
- * O Metallurgico - (S. Paulo) - 1920.
- * O Operario - (Tatuí) - 1925.
- * O Operario - (Taubaté) - 1919.
- * O Padeiro - (S. Paulo) - 1907.
- * O Proletario - (Santos) - 1911/1912.
- * O Rebate - (S. Paulo) - 1897/1899.
- * O Syndicalista - (Bauru) - 1921.
- * O Socialista - (S. Paulo) - 1897/1898.
- * O Solidario - (Santos) - 1923, 1925.
- * O Trabalhador Grafico - (S. Paulo) - 1905/1906, 1920/1925.
- * Remember - (S. Paulo) - 1921.
- * Revolução Social - (S. Paulo) - 1923.
- * Tribuna Operaria - (Santos) - 1909.
- * União dos Operarios - (Santos) - 1905.
- ** A grafia adotada corresponde a usada na maioria dos números dos jornais pesquisados.

ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

ARQUIVO EDGARD LEUENROTH - IFCH/UNICAMP. Campinas

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo

BIBLIOTECA CENTRAL - UNICAMP. Campinas

BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS -
UNICAMP. Campinas

CENTRO DE CIÊNCIAS LETRAS E ARTES. Campinas

INSTITUTO AGRONÔMICO. Campinas